CAIO RIOEI YAMAGUCHI FERREIRA

**DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA E FINANCIAMENTO À
INOVAÇÃO:**

**entre a Teoria do Subdesenvolvimento em Celso Furtado e o Regime
de Acumulação predominantemente financeiro**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Doutor Luís Fernando Massonetto

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo

2014

CAIO RIOEI YAMAGUCHI FERREIRA

**DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA E FINANCIAMENTO À
INOVAÇÃO:**

**entre a Teoria do Subdesenvolvimento em Celso Furtado e o Regime
de Acumulação predominantemente financeiro**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em Direito

Área de concentração: Direito Econômico

Orientador: Professor Doutor Luís
Fernando Massonetto

São Paulo
2014

Autorizo a reprodução e divulgação total e parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

FERREIRA, Caio Ríoei Yamaguchi

Dependência Tecnológica e Financiamento à Inovação: entre a Teoria do Subdesenvolvimento em Celso Furtado e o Regime de Acumulação predominantemente financeiro / Caio Ríoei Yamaguchi Ferreira; orientador: Luís Fernando Massonetto. – São Paulo, 2014.

180fl.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2014.

1. Economia Política. 2. Teoria do Subdesenvolvimento. 3. Teoria do Valor. 4. Tecnologia e Financiamento.

Nome: FERREIRA, Caio Ríoei Yamaguchi

Título: Dependência Tecnológica e Financiamento à Inovação: entre a Teoria do Subdesenvolvimento em Celso Furtado e o Regime de Acumulação predominantemente financeiro

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Direito
--

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, minha família pelo apoio durante toda a jornada que me trouxe a este trabalho final. Meus pais, Paulo e Alice, minhas irmãs Ana, Laís, Manoela e Julia. Meus primos e primas, tios e tias. Por sempre me proporcionarem momentos de acolhida e tranquilidade.

Ao meu orientador, Professor Luís Fernando Massonetto, agradeço pela atenção, incentivo e amizade. Foram muitos os livros emprestados, as conversas estimulantes e esclarecedoras, que me permitiram compreender o esforço da pesquisa como uma contribuição para o coletivo. Agradeço pela oportunidade de poder frequentar suas aulas na graduação da São Francisco e experimentar palestrar algumas vezes em seu curso de Economia Política, o que me permitiu descobrir o gosto pela sala de aula e pela responsabilidade de transmitir a reflexão. Foi igualmente gratificante poder participar da construção do Grupo de Estudos sobre Direito e Regulação do Capitalismo e do Grupo de Estudos sobre Pensamento Social Brasileiro, que têm contribuído para a formação de muitos colegas talentosos.

Ao Professor Plínio de Arruda Sampaio Jr., agradeço pelas leituras recomendadas e pela oportunidade de poder apresentar minhas reflexões quando as ideias eram ainda muito embrionárias.

À Professora Luciana Royer, agradeço pela amizade e pelo convite às reflexões do urbanismo. Os livros emprestados estão na fila das próximas leituras, e voltarão a sua prateleira em breve.

Aos professores Gilberto Bercovici e Alessandro Otavianni, agradeço por terem participado de meu exame de qualificação e por terem dado preciosas contribuições para o que viria a ser esta dissertação.

Agradeço aos amigos Jonnas Vasconcelos e Aline Viotto, com quem pude cotidianamente compartilhar as dúvidas do percurso, enxergar coisas novas e aprender sobre as diferentes maneiras de se fazer e pensar as coisas da vida.

Aos colegas do Gedirc e do Gepesb, agradeço pelos momentos ricos e agradáveis que nossos encontros nos proporcionam.

Agradeço ao Escritório Modelo “Dom Paulo Evaristo Arns”, da PUC de São Paulo, pelo período em que exerci a advocacia popular voltada para as comunidades ameaçadas de remoção em São Paulo. Agradeço especialmente à Dra. Julia Moretti, à

Professora Celeste Melão e ao Professor Nelson Saule Jr. por essa oportunidade, bem como aos colegas e funcionários com quem partilhava um dia a dia agradável e leve.

Agradeço também a toda equipe da Secretaria de Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo, pela oportunidade de estar em um ambiente de trabalho rico, desafiador e de companheirismo. Agradeço especialmente pela compreensão nesses últimos momentos de redação final.

À Universidade Nove de Julho, agradeço por poder dar aula de Economia para o primeiro ano do curso de Direito. Essa vivência tem me permitido conhecer o desafio de batalhadores e batalhadoras, que se esgrimam em um cotidiano cansativo para realizar o sonho do ensino superior. Poder participar disso tem sido um privilégio e fonte de muito aprendizado para mim.

Agradeço aos funcionários da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em especial os das bibliotecas, por sempre terem me recebido como quem é de casa.

Por fim, agradeço aos meus amigos e amigas pelos diversos momentos agradáveis, que me permitiram sair das preocupações do dia a dia. Em especial, agradeço ao Marcelo e ao Felipe, pela convivência harmoniosa deste último ano e meio, em que pude dedicar meu tempo aos estudos, à militância política e ao trabalho, sempre com alegria.

Aos batalhadores e às batalhadoras do Brasil.

RESUMO

FERREIRA, Caio Rioei Yamaguchi, *Dependência Tecnológica e Financiamento à Inovação: entre a Teoria do Subdesenvolvimento em Celso Furtado e o Regime de Acumulação predominantemente financeiro*, Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 180 fls., 2014.

Esta dissertação propõe uma reflexão para a interpretação do Direito Econômico e da Política Econômica a partir do registro da Economia Política. Tem como tema central a produção de tecnologia, trabalhada por três perspectivas: a Teoria do Valor, a partir da obra de David Harvey; a Teoria do Subdesenvolvimento, de Celso Furtado; e o regime de acumulação financeirizado, que reúne diversos autores. A abordagem procura demonstrar a dinâmica de desenvolvimento capitalista e o impacto sobre a produção de tecnologia, notadamente o financiamento à inovação. Serve para problematizar os esforços estatais brasileiros no contexto das finanças mundialmente integradas. Ocupa-se do período histórico pós 1945, e dedica especial atenção aos eventos históricos desencadeados a partir da década de 1970, que reconfiguram os circuitos de valorização do capital para uma esfera financeira mundialmente integrada e que alteram o funcionamento dos aparatos estatais de promoção da economia.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Política. Teoria do Subdesenvolvimento. Teoria do Valor. Tecnologia e Financiamento.

RÉSUMÉ

FERREIRA, Caio Rioei Yamaguchi, *La Dépendance Technologique et le Financement de l'Innovation: entre la Théorie du Sous-Développement de Celso Furtado et le Régime d'Accumulation principalement financier*, Thèse (Master) – Faculté de Droit, Université de São Paulo, São Paulo, 180 pages, 2014.

Cette dissertation propose une réflexion sur l'interprétation du Droit Économique et de la Politique Économique dans l'enregistrement de l'Économie Politique. Il a comme centre de la discussion la production de technologie, conçue par trois points de vue : la Théorie de la Valeur, enregistrée dans l'œuvre de David Harvey ; la Théorie de Sous-développement de Celso Furtado ; et le régime d'accumulation financiarisé, qui réunit plusieurs auteurs. L'approche cherche à montrer la dynamique du développement capitaliste et l'impact sur la production de la technologie, notamment le financement de l'innovation. La recherche sert à problématiser les efforts de l'État brésilien dans le cadre de la finance mondiale intégrée. Il traite de la période historique après 1945, et accorde une particulière attention aux événements historiques déclenchés à partir des années 1970, la reconfiguration des circuits de valorisation du capital pour une sphère financière intégrée à l'échelle mondiale, ce qui altère le fonctionnement des appareils de l'État pour promouvoir l'économie.

MOTS-CLÉS: Économie Politique. Théorie du Sous-développement. Théorie de la Valeur. Technologie et financement.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
 CAPÍTULO I – Economia Política: contribuições de David Harvey	9
1.1 – As formas do valor.....	10
1.2 – O processo de acumulação e seus limites	18
1.3 – Dimensão espaço temporal da acumulação	38
 CAPÍTULO II – Economia Política: contribuições de Celso Furtado ...	55
2.1 – Teoria do Subdesenvolvimento e Capitalismo Pós Nacional: diagnóstico da dependência tecnológica.....	60
2.2 - Crítica e formulação a partir das teses de Furtado	77
2.3 - A macroeconomia de Celso Furtado em crise	89
 CAPÍTULO III - Regime de acumulação predominantemente financeiro e Financiamento à Inovação	105
3.1 – Histórico da Financeirização	109
3.2 - Financiamento à Inovação	127
3.3 - Perspectiva sobre Estados, Arranjos Institucionais e Infraestruturas	143
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
 BIBLIOGRAFIA	174

INTRODUÇÃO

No clássico “*O indispensável Direito Econômico*”, de 1965, Fabio Konder Comparato relata a origem histórica do Direito Econômico e a situação da disciplina naquele momento em que escrevia. O Direito estaria em crise com a evolução da sociedade moderna, divorciado da realidade social. A tensão seria sentida dentro de seu próprio campo na relação entre o Direito clássico, codificado, aninhado nas universidades e tratado pelos debates doutrinários, e um Direito de segundo grau, que não gozava do mesmo prestígio do primeiro, apesar de servi-lo por meio da atividade de práticos, que desnaturariam institutos e princípios para corrigi-lo e complementá-lo.

Nesse contexto, o Direito Econômico surgiria como expressão da realidade social, das necessidades cotidianas, um esforço de tradução do campo jurídico que os ‘espíritos de vanguarda’ procurariam realizar, para além da sistematização clássica dos códigos e das doutrinas. A importância capital da disciplina se justificaria também pela invasão dos assuntos econômicos nas mais tradicionais esferas do mundo jurídico. O caráter econômico desse campo regulatório exigiria um estudo aprofundado sobre a sua natureza e seu conteúdo.

Compreendê-lo implicaria primeiramente resgatar suas origens históricas. Relata-nos que, a partir dos esforços da Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, os princípios do liberalismo ruíram e as necessidades da guerra impuseram a coordenação econômica sob a tutela estatal. Uma trama complexa e minuciosa de regulação das atividades econômicas surgiria, confundindo o direito patrimonial clássico, e erigindo poderes de um Estado pós liberal.

Os eventos históricos não tardariam a aprofundar a crise do Direito clássico. A crise de 1929 decretaria o fim do ‘*laissez faire*’ ao provocar a paralisia dos fatores de produção em escala mundial, diminuindo drasticamente a atividade do comércio internacional, destruindo valores acionários e produzindo desemprego em massa, do Centro à Periferia do capitalismo.

Nesse cenário, somente o Estado teria condições de resgatar a máquina econômica da paralisia. A sua entrada encontraria justificção teórica na obra de John Maynard Keynes, que prescreveria o papel estatal no manejo da moeda, do crédito, das relações de trabalho, da produção agrícola e industrial, das concessões administrativas, do comércio exterior, da criação e funcionamento dos bancos e companhias de seguro.

Essa aderência da teoria econômica ao Direito deu azo a uma extensa produção de textos jurídicos que procuraram elevar o campo da economia ao do Ordenamento Jurídico, aprofundando a desnaturação dos institutos clássicos do Direito Privado pela evocação a normas de Direito Público, o que se fez sentir especialmente pela modificação dos parâmetros do direito contratual.

A Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945, abria largas avenidas no período posterior para que o Estado erigisse uma nova arquitetura jurídica de captação de poupança, empréstimo compulsório e emissão de títulos públicos. No campo da produção, consolidou-se a regulação sobre o contingenciamento, a estocagem, o licenciamento da produção, da venda e do comércio exterior. Economia e Direito entrelaçaram-se pela incursão de normas de interesse público incidentes desde a produção até a circulação das mercadorias.

Aquele esforço de guerra do início do século XX amadurecia, na partida da sua segunda metade, para uma sistematização ampla da participação do Estado na economia, em um contexto de corrida armamentista entre o mundo capitalista e o mundo socialista, a concentração do poder político e econômico no Centro capitalista, e a difusão e adoção das estratégias de desenvolvimento industrial pela Periferia capitalista. E o grande ator nesse quadro de força seria Estado, desenvolvendo regimes econômicos cuja lógica se sobreporia à antiga ideia concorrencial do liberalismo.

No campo doutrinário, os eventos da realidade histórica dividiram os esforços de tradução dos juristas. Segundo Comparato, duas vias de interpretação teriam sido abertas: uma no sentido de compreender o Direito Econômico como conjunto de institutos ocupados da produção e da circulação de riquezas, ou seja, o direito das atividades econômicas; e outra que compreenderia o ramo como uma espécie de ordenamento constitucional da economia, contendo princípios coordenadores e dirigentes das atividades econômicas.

Alinhado à segunda interpretação, o autor busca justificar sua preferência por uma ordem constitucional econômica nos registros da Economia Política, pela qual se poderia compreender a tensão que a ideia de dirigismo econômico implicava para o liberalismo, mas que não faria do Direito Econômico uma contraposição ao capitalismo, nem uma consagração do socialismo.

Nos livros da Economia Política, poder-se-ia encontrar as justificativas para a Política Econômica de cada época. No caso do liberalismo, a Economia Política compreenderia a economia como um sistema equilibrado, estabilizado pela livre

concorrência. A Política Econômica do período, consolidada sobre o regime da propriedade privada individual e da ampla liberdade contratual, dispensaria a participação do Estado no campo da economia. A regulação econômica seria realizada majoritariamente por agentes privados, que se ocupariam de estruturar o campo da produção e da circulação pelo regime da livre concorrência. Ao Estado caberia episodicamente agir por sobre o crédito, comprimindo-o ou ampliando, nas circunscrições das taxas de redesconto dos Bancos Centrais.

Como mencionado, os episódios históricos trouxeram uma nova percepção da Economia Política do capitalismo. O colapso do liberalismo trouxe para as ciências sociais a compreensão de um fenômeno dinâmico e instável. A expressão teórica de Keynes marcou a ascensão de um aparato conceitual voltado à promoção da dinâmica, da expansão e da reestruturação da economia. O Estado assumiu, a partir dessa Economia Política, as funções do desenvolvimento capitalista, estruturando a economia desde a produção à circulação, valendo-se para tanto de um complexo emaranhado jurídico, que constituiu uma nova Política Econômica.

O Direito Econômico seria filho dessa nova Economia Política e da nova Política Econômica, que revelariam novas necessidades da realidade social e do campo prático. Caberia a esse campo a normatização da atuação estatal para o cumprimento das finalidades da Política Econômica diagnosticadas pela Economia Política. Dentre as técnicas desenvolvidas, estariam o planejamento e a estruturação de órgãos de planejamento promotores do desenvolvimento; os instrumentos de execução da Política Econômica fundados na noção das prerrogativas de império do Poder Público, que, no campo da produção, franqueariam a entrada do Estado para a constituição das estruturas produtivas, direta e indiretamente, por meio de empresas públicas e empresas de economia mista, e, no campo monetário, permitiriam a disciplina das estruturas de emissão da moeda, do crédito, da atuação dos agentes privados do sistema financeiro, dos preços das mercadorias.

Por essa perspectiva, caberia ao jurista não só o papel de analisar as categorias jurídicas e encontrar o melhor sentido lógico e sistêmico de sua expressão formal, mas principalmente capturar o aspecto funcional ou técnico que as instituições têm sobre a realidade social, debruçando-se sobre o seu melhoramento ou sobre a criação de novas instituições, que sejam necessárias à consecução dos objetivos impostos pela vida cotidiana. O Direito Econômico seria, desta feita, o campo propício

ao jurista aplicado, que busca verificar na realidade a técnica das categorias e conceitos trabalhados pelo Direito clássico.

O texto do professor Comparato marcou história para a construção do Direito Econômico no Brasil. Em 2009, para homenageá-lo, o Professor Gilberto Bercovici escreveu “*O ainda indispensável Direito Econômico*”, no qual recupera o debate sobre as origens desse campo do Direito e reafirma a sua pertinência 44 anos após a primeira publicação daquele texto. Para Bercovici, em um país como o Brasil, o Direito Econômico funciona como instrumento estatal para superação do subdesenvolvimento, da condição brasileira de economia periférica do capitalismo. O cumprimento dessa tarefa implicaria a reestruturação e o fortalecimento do Estado, sob uma perspectiva emancipatória e democrática, que organizaria desde o plano constitucional os conflitos entre a política e a economia, e garantiria, por meio de instrumentos jurídicos, fiscais, financeiros e administrativos, a prevalência das instituições democráticas e a independência política sobre o poder econômico privado. Desse modo o Direito Econômico serviria, portanto, ainda de forma indispensável à consecução dos objetivos do Estado, contribuindo para a recuperação do seu poder econômico *vis a vis* ao do mercado, para reestruturação econômica e social, especialmente em um momento histórico em que o aparato estatal estaria sofrendo forte desmonte, desde 1994, a partir da crise fiscal que atingiu o regime das contas públicas.

A Economia Política que animaria a Política Econômica brasileira nestes tempos, para a qual o Direito Econômico estaria a serviço, estaria registrada na obra de Celso Furtado. Bercovici cunha a expressão ‘*desafio furtadiano*’ para designar a função essencial do Direito Econômico brasileiro como instrumental de superação do subdesenvolvimento. A passagem que faz referência está contida na obra “*Brasil: A Construção Interrompida*”, de Furtado, em que este autor estabelece a seguinte orientação para as próximas gerações: “*Na lógica da ordem econômica internacional emergente parece ser relativamente modesta a taxa de crescimento que corresponde ao Brasil. Sendo assim, o processo de formação de um sistema econômico já não se inscreve naturalmente em nosso destino nacional. O desafio que se coloca à presente geração é, portanto, duplo: o de reformar as estruturas anacrônicas que pesam sobre a sociedade e comprometem a estabilidade, e o de resistir às forças que operam no sentido de desarticulação do nosso sistema econômico, ameaçando a unidade nacional*” (FURTADO apud BERCOVICI, 2009, p. 517).

Como se vê, as considerações sobre o Direito Econômico, pela ótica dos dois doutrinadores, destacam a relevância da Economia Política para o entendimento do papel do Estado e do Direito, em cada época, frente aos desafios históricos que se propõe. Este trabalho de dissertação procura contribuir para a interpretação do Direito Econômico e da Política Econômica a partir do registro da Economia Política. O sentido do trabalho é apresentar as contribuições de David Harvey à Economia Política, inscrita na tradição da dialética materialista histórica que teoriza sobre a Lei do Valor, inicialmente desenvolvida por Karl Marx, bem como apresentar as contribuições de Celso Furtado sobre a superação do subdesenvolvimento, que tem como referencial a teoria econômica de John Maynard Keynes. No terceiro momento, tratamos dos elementos que constituem uma nova Economia Política, preocupada com as transformações da ordem econômica mundial desencadeadas a partir da década de 1970, que produziram modificações sobre o funcionamento dos instrumentos da Política Econômica dos Estados, e que alguns autores têm compreendido como sendo caracterizada pela predominância da acumulação financeira.

A abordagem procura demonstrar a dinâmica de desenvolvimento capitalista, e tem como pano de fundo o funcionamento de dois períodos históricos diferentes, pós 1945 e pós 1970, que são caracterizados por arquiteturas institucionais e dinâmicas de acumulação diferentes, com a predominância da esfera financeira mundial no segundo caso, que impactou enormemente os instrumentos de Política Econômica dos Estados Nacionais desenvolvidos no período anterior.

A tecnologia é o tema central por meio do qual trabalhamos essas três perspectivas. Esse recorte específico tem origem nas reflexões de Celso Furtado, que aponta, dentre outros aspectos, o domínio tecnológico como elemento central da hierarquia mundial, que dividiria as nações detentoras da tecnologia das dependentes, relegando a estas uma condição subalterna e subdesenvolvida. Veremos no Capítulo II como os diagnósticos de Furtado sobre a dependência tecnológica das economias subdesenvolvidas continuam inspirando os formuladores de políticas públicas no Brasil, que têm dedicado um esforço contínuo para romper com esse quadro, inspirados pela ideia de construção de um complexo produtor de tecnologia integrado ao sistema industrial, capaz de proporcionar um processo de acumulação endógeno.

Como método expositivo, iniciamos a discussão no Capítulo I pelas contribuições de David Harvey. Pela Lei do Valor, concebe-se a produção de tecnologia como uma necessidade objetiva do sistema, que tem por função diminuir o tempo

socialmente necessário de produção da mercadoria e reconstituir o exército de mão de obra. Segundo a teoria, o desenvolvimento do capitalismo também está inscrito por uma lógica financeira, que é operada por um sistema de crédito e de mercado de capitais, responsável pela coordenação espacial e temporal da acumulação. Essas estruturas teriam por função equalizar os níveis de investimento, os lucros, as capacidades competitivas, as atividades desenvolvidas, etc.. Por essas virtudes, o sistema financeiro regularia o tempo de renovação tecnológica e estabeleceria configurações concorrenciais que iriam de mais a mais centralizando o poder econômico em grandes grupos. No tocante aos aspectos temporais, Harvey considera que as tensões da acumulação levam à exportação das formas de valor, sob a coordenação das finanças, como forma de compensar os excedentes não consumíveis, o que, no plano mundial, constituiria uma ordem hierarquizada, marcada pela distribuição desigual dos frutos da produção social.

No Capítulo II, iniciamos a reflexão sobre a produção de tecnologia com um registro sobre a relevância de Celso Furtado para os formuladores estatais contemporâneos, que reproduzem no texto de apresentação da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - prevista para o período de 2011 a 2014 – o quadro conceitual do autor. No texto, assim como nas obras de Furtado, consta que a estratégia do Estado brasileira deveria buscar a superação da condição de subdesenvolvimento pela consolidação de um circuito fechado do processo de valorização do capital, circunscrito ao espaço nacional. Daí a necessidade do Estado atuar para garantir a produção de tecnologia territorialmente, para suprir as insuficiências do desenvolvimento periférico dependente de tecnologia das economias Centrais. Em seguida, recuperamos nas obras de Furtado as linhas argumentativas que o levaram a diagnosticar a dependência tecnológica como elemento de insuficiência dinâmica do desenvolvimento periférico. No caminho, notamos que o próprio autor, assim como outros comentadores, identificou uma transformação no capitalismo mundial que teria paralisado o quadro conceitual keynesiano, rebaixando as vias de acesso ao desenvolvimento para as nações periféricas industrializadas. Ao final, estabelecemos um paralelo entre as noções de Furtado sobre a renda e a visão de David Harvey sobre o que ele denomina ser o ‘feudalista capitalista’. Essas últimas considerações do capítulo preparam a discussão do capítulo seguinte, que identifica como lógica central do regime de acumulação instaurado a partir da década de 1970 a predominância das formas financeiras de distribuição da riqueza.

No Capítulo III, aprofundamos a reflexão sobre as transformações ocorridas a partir daquela década, que teria consolidado a partir da necessidade de coordenação dos capitais acumulados pelas bem sucedidas políticas estatais de incremento à economia capitalista, vigente entre 1945 e 1971, um novo modo de acumulação marcado pela acumulação predominantemente financeira. Em um segundo momento, trataremos de como essas reconfigurações da esfera financeira alteraram as formas de competição, em especial, o financiamento à inovação tecnológica, e seu impacto para a estratégia brasileira, que substituiu a orientação da construção dos sistemas nacionais de ciência, tecnologia e inovação nacionalmente autônomos para estratégias de incremento à competição internacional, no curso de mais de sessenta anos de construção. Ao final, propomos pelo olhar de Harvey uma interpretação sobre a construção de infraestruturas sociais, como o SNCTI, como reflexo da necessidade sistêmica do capitalismo de construir circuitos sociais que sustentam o processo de acumulação de modo global. Estas últimas considerações inscrevem as estratégias dos Estados desenvolvimentistas dentro do processo de acumulação mundial, o que serve como ponto de reflexão para os objetivos de longo prazo que animam as políticas de superação do subdesenvolvimento.

Nas considerações finais, apresentamos brevemente um resumo das principais ideias trabalhadas ao longo desta dissertação, que nos permite indicar a insuficiência de uma estratégia de construção de um Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, para superação do subdesenvolvimento, por meio da combinação entre a produção de tecnologia dentro das fronteiras nacionais e a expansão industrial interna até os limites da absorção da mão de obra excedente no país. Isso porque estariam superadas as condições que eventualmente poderiam ter possibilitado essa via de acesso ao desenvolvimento: os instrumentos de política pública estatal, antes operados para a circunscrição da acumulação ao plano nacional, hoje são operados para garantir a ampla liberdade de capitais e a valorização da acumulação predominantemente financeira, em razão da constituição de uma esfera financeira mundialmente integrada.

Significa dizer: o regime de câmbio fixo que permitia a desvalorização da moeda nacional para oferecer obstáculos à concorrência internacional deixou de existir; o imposto sobre importação, que protegia o mercado interno da concorrência internacional, tornou-se proibitivo com a aderência à Organização Mundial do Comércio; o fundo público antes manejado para financiar as atividades produtoras está

primordialmente disciplinado para o pagamento da dívida pública, cujos títulos têm como portadores majoritariamente agentes do mercado financeiro; o controle de capitais por mecanismos administrativos, que antes incentivava o reinvestimento em atividades vinculadas ao território nacional, deixou de funcionar, pela pressão exercida pelos agentes financeiros capazes de mobilizar volumosas quantias de capital; a estrutura industrial, antes capitaneada por capitalistas nacionais que reinvertiam seus lucros em atividades produtivas, agora é composta por grandes grupos transnacionais e nacionais, que condicionam o investimento produtivo à existência de taxas mais vantajosas que as oferecidas pelas aplicações meramente financeiras, etc. Em um cenário como esses, o estímulo estatal à produção de tecnologia pode estar desaguando o rendimento financeiro de empresas e de investidores. O objetivo deste trabalho é levantar quais elementos permitem suscitar essa questão, a partir da narrativa histórica das escolas de Economia Política que visitaremos.

CAPÍTULO I – Economia Política: contribuições de David Harvey

Neste capítulo, tratamos do tema da tecnologia pela perspectiva do método dialético materialista histórico, presente nas obras de Karl Marx e na tradição de pensamento que se delineia ao longo da história a partir de suas obras. Tomamos como principal referência as contribuições contidas nas obras de David Harvey, em especial as que tratam da Lei do Valor descrita por Marx.

Como dito na Introdução, as tradições da Economia Política tratadas neste trabalho servem para uma compreensão do Direito Econômico, em especial o manejo dos instrumentos de Política Pública que servem à realização dos fins almejados pelo Ordenamento Jurídico Econômico e Social.

Na primeira parte deste capítulo, faremos uma exposição sucinta das formas de valor, que fundamentam a Teoria do Valor Trabalho de Marx, cuja origem remonta às reflexões de Adam Smith e David Ricardo. Por ela, compreendemos a Lei do Valor como a tensão constante entre as formas de valor originadas da exploração do trabalho assalariado. Na segunda parte, analisamos a Lei do Valor como movimento de acumulação, que eleva o nível de tensão entre as formas pela sua relação quantitativa. Essas tensões impulsionam o processo de acumulação à crise e à produção de novas forças produtivas, com patamares tecnológicos sempre mais avançados. Na terceira parte, analisamos como o desenvolvimento da acumulação se reflete na constituição do tempo e do espaço, como forma de superar as tensões entre as formas de valor pela reorientação temporal e espacial dessas mesmas formas.

Marx, em *“Introdução para a Crítica da Economia Política”*, declara a especificidade de seu método em relação aos autores da Economia Política clássica, por assumir uma forma crítica da dialética hegeliana. A exposição do método implica a compreensão da realidade concreta pela assunção de formas categoriais e abstratas. Tratadas nas suas especificidades, essas categorias historicamente posicionadas permitem compreender a determinação da realidade objetiva que produz a realidade concreta. Nessa linha, procuramos organizar a exposição neste capítulo. Abstraindo o concreto pela adoção de um quadro categorial abstrato, para, a partir de seu conjunto,

oferecer uma interpretação da realidade concreta e complexa, em suas expressões temporais e espaciais.

1.1 – As formas do valor

Em “*O Capital*”¹, Marx inicia a exposição categorial pela forma mercadoria, que é, segundo ele, a forma aparente com que a riqueza se apresenta no modo de produção capitalista. A mercadoria é uma coisa externa, resultante do trabalho humano tangível e intangível, e portadora de um mais valor – a diferença entre o que se paga ao trabalhador e o que é apropriado pelo empregador. O valor que porta é, portanto, fruto do trabalho socialmente considerado e privativamente apropriado.

Essa forma encerra em si uma tríplice dimensão da riqueza: porta valor de uso, valor de troca e valor. Como valor de uso, a mercadoria serve à uma necessidade humana. Esse é o conteúdo concreto de qualquer mercadoria, que é consumível. Destarte, os serviços são mercadorias cujo consumo se dá no momento da produção. Diferentemente do valor de uso, o valor de troca não é uma propriedade natural da mercadoria, mas social. Como valor de troca, a mercadoria exprime quantitativamente o metabolismo físico e mental do trabalho em relação a outra mercadoria produzida por trabalho qualitativamente diferente. É essa aparência do valor que permite que casacos sejam trocados por chapéus, por exemplo, a despeito de terem processos de produção qualitativamente diferentes. O valor de troca é, portanto, expressão de igualdade de trabalhos qualitativamente diferentes, equilibrada por operadores quantitativos.

A diferença entre valores de uso e de troca tem origem na percepção dupla do trabalho, que tanto pode ser apreendido de forma qualitativa e concreta, quanto pode ser apreendido de forma quantitativa e abstrata. Assim, o trabalho concreto é aquele que usa técnicas específicas para produção de produtos específicos, com um grau de complexidade próprio (i.e. produção de chapéus, máquinas, matéria prima), enquanto

¹ As considerações deste item foram extraídas das seguintes passagens da obra: MARX, Karl, *O Capital: crítica da economia política*, apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – 2ª ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1985: vol. I, pp. 43-121 (capítulos 1 e 2, Livro I) ; vol. IV: pp. 255-335 (capítulos 21 a 27, Livro III); vol. V, pp. 9-72 (capítulos 29 a 33, Livro III). (Os economistas).

o trabalho abstrato é aquele contido em cada uma dessas mercadorias, que reduz todas as particularidades produtivas a um montante comum, ajustado pelas proporções que cada mercadoria carrega.

A dupla percepção do trabalho – social e privada - tem origem no fato do sistema capitalista estar apoiado sobre propriedade privada dos bens de produção, que permite a socialização das atividades econômicas com a apropriação privada do excedente. A contradição entre produção social e apropriação privada da riqueza se resolve no espaço social do mercado, que regula as diferentes proporções de trabalho abstrato, o valor contido em cada mercadoria, pela troca operada pelo dinheiro.

Na equação de troca entre 10 chapéus e 5 casacos, temos, na primeira parte uma forma relativa (10 chapéus são algo em relação a...), e de outra parte, do outro lado, a forma equivalente (5 casacos são equivalentes ao elemento colocado em relação). Como são qualitativamente diversos chapéus e casacos, por implicarem em trabalhos concretos diferentes, a igualdade entre ambos está na quantidade de trabalho abstratamente considerado que contêm. Os operadores 10 e 5 denotam a proporção em que essas quantidades de trabalho abstratamente considerado são equivalentes. A forma relativa e a forma equivalente, portanto, determinam-se reciprocamente ao passo que, no mesmo momento, excluem-se mutuamente.

Como uma mesma mercadoria não pode ocupar os dois pólos da equação simultaneamente, o que é trocado na equação é equivalência abstrata de trabalhos qualitativamente diferentes. Enquanto a mercadoria chapéu tem seu valor de uso na matéria chapéu, quando operada a troca, ela mantém a expressão de seu valor de uso, mas projeta na mercadoria equivalente o seu valor de troca. Assim, o valor de troca dos 10 chapéus passa a ser representado por 5 casacos. Consequentemente, o valor de uso da forma equivalente investe-se na expressão do valor de troca da forma relativa. O que faz com que o valor de uso dos casacos denote o valor de troca de 2 chapéus.

Em outras palavras, o valor de uso da forma equivalente da operação de troca assume a expressão do valor de troca da forma relativa. Os operadores quantitativos, além de designarem as proporções de trabalho abstrato contidas em cada uma das mercadorias, também indicam as alterações na forma produtiva do trabalho. Significa dizer que, quando as técnicas de produção de uma mercadoria são aperfeiçoadas, a quantidade de trabalho abstrato nela contida diminui, o que, na

operação de troca, é ajustado pelos operadores quantitativos. Dessa forma, o valor das mercadorias está diretamente relacionado com o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las, e inversamente, com a produtividade do trabalho.

Essa correlação de valores na operação de troca dá ensejo ao que Marx denomina fetiche da mercadoria. A mercadoria passa a ser expressão de trabalhos úteis, fenômeno aparente da alienação do trabalho assalariado na produção capitalista, percebida de forma natural pela sociedade mercantil.

É no circuito das trocas, porém, que a mercadoria alcança seu patamar autônomo de representação de trabalhos úteis. Nessa etapa, uma mercadoria assume a posição de equivalente universal de todas as mercadorias, para dar movimento à contínua operação de troca.

A mercadoria que assume o papel de equivalente universal é denominada dinheiro, a forma desenvolvida do fetiche da mercadoria, que se autonomiza das vicissitudes dos valores de uso do reino das mercadorias, para expressar valor em si mesma, como se fosse ele mesmo o valor de todas as coisas, o trabalho abstrato, valor, nelas contido.

Marx descreve a gênese da forma dinheiro em três etapas.

Primeiro, as trocas são realizadas com base em gelatinas de trabalho abstrato, em operações em que o trabalho concreto é projetado na outra mercadoria e os operadores declaram a proporção quantitativa de trabalho entre as mercadorias. No segundo momento, o curso de diversas operações de troca eleva uma mercadoria à condição de mercadoria universal, intercambiável por todas as outras. Historicamente, essa mercadoria universal veio a ser o ouro. Seu valor de uso passou a representar o valor de todas as demais mercadorias.

Eleita a mercadoria universal, ela funciona como dinheiro, cuja permutabilidade direta cria três determinações, que encerram novas contradições categoriais. Dinheiro é dinheiro porque serve como: medida de valor, meio de circulação ou de pagamento, e reserva de valor ou dinheiro propriamente dito.

A expressão simples do valor por meio do dinheiro se dá pela forma preço, que é a denominação monetária do trabalho objetivado na mercadoria. Pelo

preço, as diferentes proporções de trabalhos abstratos, os valores das mercadorias, são adequadas às necessidades presentes nos mercados. Nesta primeira determinação, o dinheiro funciona como medida do valor das mercadorias, ou seja, o intermediário que regula as proporções de trabalhos abstratos que não podem ser diretamente intercambiáveis. O dinheiro se estabelece como intermediário porque, no modo de produção capitalista, que registra a propriedade privada dos meios de produção, o trabalho não é diretamente intercambiável, senão vendido, por um valor que corresponda às suas necessidades de reprodução.

Como o proprietário privado dos meios de produção explora o trabalho assalariado para se apropriar do trabalho não pago contido nas mercadorias, sem se preocupar imediatamente com a necessidade social daquilo que produz, o mercado equilibra os impulsos dos capitalistas individuais pelas margens da forma preço, que permitem a variação nominal do valor das mercadorias viabilizando a operação de troca e inibindo, pela variação negativa, a produção em excesso de produtos sem utilidade social. Em suma, a forma preço garante a adequação de um sistema baseado em decisões descentralizadas de produtores privados às necessidades do conjunto da sociedade.

O funcionamento do dinheiro como padrão de preços implica que, nesta função, o aspecto relevante é a sua fixação a um valor estável (ainda que esse valor possa variar, como ocorre quando há desgaste das moedas ouro). Estabelecido como medida de valor registrada sob um padrão de preços, o dinheiro pode existir apenas idealmente. As operações de troca podem se realizar nas devidas proporções sem que, por um tempo, o dinheiro esteja concretamente intermediando-as. O momento em que ele se mostra imprescindível é o momento do pagamento.

Assim, enquanto medida de valores, o dinheiro encarna o trabalho social das outras mercadorias; e, enquanto padrão de preços, garante a estabilidade das trocas pela fixação de um peso ideal de sua matéria - no caso o ouro, ou seja, de seu valor abstrato (trabalho socialmente necessário para trabalhar o ouro).

A circulação de mercadorias por sua vez torna cada vez mais ideal a participação do dinheiro. É o que ocorre quando as moedas metálicas vão se desgastando ou mesmo quando notas representativas dessas moedas são emitidas para cumprir a intermediação das trocas. Isso implica que a forma de valor dinheiro assume

uma forma autônoma, que, por sua função verdadeiramente social de medida de valores e padrão de preços, passa a ser substituída por signos de si mesma. A nota de papel, cuja confiança está no seu lastro com determinada quantidade de ouro, cumpre a representação da medida de valor e confirma o padrão de preços².

Como meio de circulação, o dinheiro resolve a contradição entre valor de uso e valor, e dá movimento às trocas. A relação entre mercadoria, M, e dinheiro, D, advém da já explanada relação de valor que o equivalente geral assume para a forma relativa da equação, resignando a mercadoria relativa à mera condição de valor de uso. O trabalho concreto do dinheiro passa a ser expressão do trabalho abstrato da mercadoria M.

Em uma sociedade de trocas, a fórmula M-D-M' é superada pela forma D-M-D' – em que D' é maior que D, e M' é diverso de M - uma vez que a busca dos produtores privados está no valor de uso do dinheiro, que se servem suas mercadorias para conquistá-lo. Daí que, quando uma mercadoria é vendida, ou seja, trocada por dinheiro, ela realiza o seu salto mortal (etapa M-D'), o crivo social de sua necessidade social, que lhe permite ser intercambiada por dinheiro. Esse é o objetivo comum de todos os produtores privados independentes: desfazer-se dos vestígios do valor de uso das mercadorias que produz, para apossar-se do valor de uso universal do dinheiro.

É no salto mortal da mercadoria que a forma preço, tratada logo acima, funciona para dar os limites monetários para a passagem M-D'. Como o mercado é formado por produtores privados, independentes e descentralizados, que não operam coletivamente para saber a quantidade de mercadorias que serão oferecidas nos mercados, a forma preço serve para sanar a anarquia própria do sistema, limitar as expectativas e regular os volumes de produção. O mercado é espaço social em que as mercadorias circulam e realizam o seu salto.

Enquanto a mercadoria tem na esfera da produção o seu nascimento, o dinheiro tem na circulação o seu local natural. Nesta, há uma relação necessária entre

² Leda Paulani, em *“Autonomização das formas verdadeiramente sociais”*, analisa como esse encadeamento categorial marxiano permite concluir a existência de um dinheiro que não tenha origem na produção social de uma mercadoria, como o ouro. Esse estudo nos permite compreender como, após o rompimento da paridade do dólar com o ouro em 1971, o dólar assumiu a posição de medida de valor mundial, prescindindo da representação estrita ao ouro ou de qualquer mercadoria diretamente determinável.

quantidade de dinheiro e velocidade de realização das trocas. Quanto maior a velocidade, menor a quantidade necessária de dinheiro. Isso porque uma mesma moeda é capaz de realizar inúmeras transações, o que faz com que o tecido monetário não tenha correspondência com os valores transacionados.

Para realizar a sua rotação, o dinheiro deixa de executar a função estrita de equivalente geral, sendo substituído por signo representativo como o papel moeda. Mesmo sem o dinheiro, padrão de preços se consolida e a circulação é facilitada. Trata-se de um processo em que a essência funcional do dinheiro absorve a sua existência material, dispensando-o da circulação.

Por fim, após ser tomado como medida e valor e meio de circulação, a terceira determinação do dinheiro está na sua função de figura de valor ou reserva de valor. Como tal, ele finalmente ganha autonomia do universo das mercadorias, para ser ele mesmo ‘dinheiro’, uma forma própria do valor.

Nessa condição, o dinheiro pode servir tanto como objeto de entesouramento, quanto como meio de pagamento. No primeiro caso, ele é retirado da circulação para se tornar reserva de valor, um objetivo perseguido pelo que Marx classifica como capitalismo demente. No segundo caso, o dinheiro ganha autonomia pela sua substituição por signos, garantindo que uma promessa de pagamento se torne suficiente para que as mercadorias sejam trocadas. O dinheiro deixa de intermediar a troca, e o preço se realiza posteriormente no pagamento.

Nessa etapa, o dinheiro se autonomiza da circulação, seu espaço de origem e subordinação, para se tornar um fim em si mesmo.

Ao se autonomizar das trocas, o dinheiro assume outra forma de valor, que tem por função justamente facilitar a circulação sem intermediação e coordenar os tempos das trocas e da produção de mercadorias. Essa nova forma de valor, decorrente da determinação do dinheiro como meio de circulação, é o crédito. Este tem por função garantir previsibilidade às trocas e estabilizar o comportamento dos produtores privados, afastando os riscos de insucesso do salto mortal das mercadorias.

À medida que o dinheiro se autonomiza da esfera da circulação e passa a operar como crédito, pelo desenvolvimento do sistema creditício, ele assume uma função vinculada ao modo de produção, qual seja, funcionar como capital. Trata-se de

um valor de uso adicional para produzir lucro, sob condições específicas, tornando-se desta feita uma mercadoria *sui generis*.

Tal é o percurso do valor: surge com o trabalho, assume a forma contradita da mercadoria, realiza seu salto mortal para se tornar dinheiro, que, ao se autonomizar, torna-se crédito facilitador das trocas, mas sobretudo ganha o potencial de ser produtor de lucros, ou seja, capital.

Para que o dinheiro funcione particularmente como capital, ele nunca é efetivamente vendido, mas emprestado. O dono dessa mercadoria sempre está a realizar a equação D-D', pois ao emprestar o seu dinheiro, ele espera receber uma remuneração com base no que ele entende valer o seu dinheiro. Esse 'preço' do dinheiro é o que se denomina juro. Certamente, para o capitalista tomador, há a necessidade de realizar fórmula D-M-D'', em que D'' será igual ao lucro mais o juro que ele deve ao prestamista.

Agora consideradas todas as formas do valor, podemos explicar a fórmula da reprodução ampliada do capital, qual seja

$$Da - Db - P (Mp+T+K) - M - Db' - Da'$$

Onde

Da: é o dinheiro do prestamista A, o capitalista dono do dinheiro;

Db: é o dinheiro tomado pelo capitalista B, que será aplicado na produção;

Sendo, 'P' a produção, em que se conjugam Mp (matéria prima), T (trabalho vivo ou capital variável) e K (trabalho morto ou capital constante);

E Db'', o lucro realizado com o salto mortal da mercadoria M;

E Da', o percentual do lucro de Db'' devido pelo tomador ao prestamista.

O dinheiro só funciona como capital quando vai de Da para Db. Somente nesta etapa ele funciona como capital portador de juros, realizando-se no retorno de Db'' para Da'. No intervalo, ele funciona somente como meio de circulação e mercadoria.

Para o capitalista prestamista, o dinheiro, enquanto seu capital, é alienado para freqüentar a esfera da circulação e posteriormente retornar líquido, ou seja, dinheiro valorizado, D'.

Com isso, o fetichismo das formas de valor se repete, pois o capital, que é utilizado para disciplinar e explorar o trabalho na produção de mercadorias, autonomiza-se da sua relação direta do valor com o trabalho, ou seja, da sua fonte, da sua contradição necessária, passando a se guarnecer na sua forma portadora de juros, cuja realização se dá pela fórmula abreviada D-D'. É o capital como expressão de poder autônomo que confronta a força viva do trabalho para se apropriar do trabalho não pago, o mais valor.

É assim que as relações produtivas vão se tornando opacas ao processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, que se move autonomamente, pois na fórmula abreviada o capital aparentemente não guarda relação com a produção, sendo regulado estritamente pela forma jurídica do contrato, em que o confronto com o trabalho assalariado é abstraído do processo de valorização.

Distanciam-se assim trabalho e valor em meio ao processo de valorização.

E como se mede o valor do capital emprestado? O capital é o valor de uso alienado. O valor de troca desse uso é o juro. Assim, enquanto o comprador paga o valor de uma mercadoria para obter o seu valor de uso, o tomador também obtém o valor de uso do capital, e o adquire sobre o compromisso de destinar parte de seu lucro ao prestamista. Esse percentual comprometido é o que se denomina juro.

Segundo Marx, o mecanismo regulador do juro é o mercado e a taxa de lucro. É a interação entre oferta e procura de capital que determina o percentual em que ele é remunerado, dentro da taxa de lucro extraída da esfera produtiva. Enquanto uma mercadoria é regulada por seus custos de produção, o capital, que não pressupõe tais custos, tem sua determinação arbitrada pelo jogo do mercado, cujo parâmetro é a taxa de lucro em vigência.

A remuneração do capital a juro, ao ser regulada pela interação entre prestamistas e mutuários, condiciona toda aplicação de capitais e gerenciamento de caixa dos capitalistas voltada para a produção. Assim, ainda que não tenham tomado

emprestado dinheiro, os capitalistas produtivos separam parte de seu lucro como rendimento de capital, pois são dois tipos de propriedades que estão sendo consideradas: a propriedade do capital e a dos meios de produção.

Dessa forma, pode-se dizer que o lucro comporta o rendimento dos meios de produção mais o rendimento do funcionamento do capital.

Uma vez emprestado, o capital adentra a circulação e adquire as funções do dinheiro nessa esfera. Como meio de circulação, o crédito desimpede e acelera as trocas como promessa de pagamento, em que o preço da mercadoria se realiza em dinheiro bem após a sua troca, realizando, assim, o mais valor de forma adiantada. O mercado de crédito, na função descrita, cria notas promissórias, que facilitam a troca de mercadorias pela circulação. Esse funcionamento é próprio do mercado.

O crédito barato pode estimular um cenário de superprodução, em que os produtores individuais deságuam no mercado um volume de mercadorias superior às necessidades dos consumidores. Nesse caso, as mercadorias não encontram meios de dar seu salto mortal, o que, pela inércia do sistema de crédito, permite um movimento fictício, de trocas que não se realizarão com pagamento.

A inércia do crédito muitas vezes é estimulada pela formação de capital fictício. Este surge com o lançamento de títulos financeiros representativos de rendimentos financeiros. Por esse mecanismo, reúnem-se capitais necessários a novos empreendimentos, para os quais se espera a realização futura. É o que acontece com a dívida pública resgatada com recursos oriundos da tributação, ou com o lançamento de ações de uma empresa à espera da conclusão da divisão de lucros.

1.2 – O processo de acumulação e seus limites

O quadro conceitual apresentado no Item 1.1 nos serve, nessa etapa, para descrever o desenvolvimento da economia capitalista a partir das tensões quantitativas das formas de valor. Importa-nos tal abordagem para alcançar o tema da tecnologia, que, como veremos, constitui aspecto central da formação e acumulação do valor, pois estabelece de tempos em tempos as condições para exploração do trabalho assalariado no plano da produção. Dito de outra forma, a tecnologia é produzida para resolver as

contradições próprias do processo capitalista, que caminha para um achatamento das taxas de lucros em razão entrada de novos concorrentes nas atividades econômicas lucrativas, aumentando a capacidade produtiva do sistema e absorvendo os contingentes de mão de obra, o que resulta por diminuir a oferta de mão de obra, aumentar salários e pressionar os lucros dos capitalistas individuais.

A produção desse fator específico está estreitamente relacionada com a formação do sistema financeiro que se constitui para coordenar as massas de capitais e a sua aplicação no plano da produção. Apoiando-se sobre o tecido monetário, o sistema financeiro gerencia o crédito, equaliza as taxas de lucro e estabiliza o processo concorrência regulando a entrada de novos concorrentes, o que estabelece os patamares de produção tecnológica entre os competidores.

Para compreendermos como as formas do valor tratadas no item anterior servem para explicar o desenvolvimento do capitalismo, adotamos neste item a explicação de David Harvey³. Harvey propõe uma sistematização vigorosa das ideias contidas n’*O Capital*, *Teorias da Mais Valia* e nos *Grundrisse*, de Marx.

³ As obras de Harvey que nos servem de referência são ‘*Condição Pós Moderna – Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*’, ‘*O Enigma do capital e as Crises do Capitalismo*’, ‘*O novo imperialismo*’, ‘*Os Limites do Capital*’ e ‘*O neoliberalismo: história e implicações*’. No método expositivo de Harvey, podemos notar a persistência de duas dinâmicas explicativas, que caminham em paralelo na análise: as noções de tensão entre formas do valor que levam à superacumulação e à crise e, ao lado desta, a ordenação espaço temporal dos efeitos da superacumulação e da crise, que levam a desvalorizações relativas, reconfigurações tecnológicas e organizacionais, novos níveis de coordenação da acumulação e dominação territorial, bem como à hierarquia da apropriação do trabalho abstrato.

Para interpretar a dinâmica descrita pelas análises categoriais e espaço temporais, o autor se serve dos pares antitéticos rigidez/flexibilidade, concentração/dispersão, centralização/descentralização, fixidez/movimento, dinamismo/inércia, percorrendo as esferas de atividade da acumulação, em seu interminável processo molecular (HARVEY, 2013a, p. 87). O eixo principal da exposição feita a seguir segue o roteiro das ideias contidas em ‘*Os Limites do Capital*’, publicada pela primeira vez em 1982. No entanto, não podemos deixar de mencionar o fato de que o autor amplia os aspectos determinantes do processo de acumulação para o que ele identifica serem sete esferas de atividade (HARVEY, 2011, p. 104). No todo, é possível dizer que o autor cria um enredo narrativo concatenando historicamente as categorias do valor para interpretar as transformações sociais, políticas, mentais, estéticas, sentimentais, paisagísticas, etc., do desenvolvimento capitalista. Ao organizar os escritos de Marx sobre Teoria da Renda, posiciona a pedra fundamental da desigualdade, a propriedade privada, no topo das suas interpretações. Seguindo Marx, o autor descreve as particularidades de uma civilização monetária. Que tudo submete à forma preço e às suas variações, desde as propriedades da natureza às virtudes da natureza humana. Assim, delinea o metabolismo entre ser humano e natureza sendo mercantilizado, relativizado e socializado em todos os seus níveis. E se serve desse princípio para enxergar as estruturas de poder, as hierarquias, as legitimações institucionais, culturais, etc.. E o modo como esse poder é projetado no Estado, uma forma fetichizada de poder, contraditória nos objetivos que internaliza e nos que efetivamente persegue.

Essas percepções são extraídas das descrições do autor sobre os circuitos do capital, a ordenação espaço temporal e os arranjos institucionais, incluindo o Estado, que sustentam a dinâmica da acumulação.

Passamos a tratá-las mais detidamente.

Acumulação, Circuitos e Tecnologia

Segundo a Lei do Valor, o sistema capitalista caminha pela acumulação e para a acumulação. Acumular o mais valor é um fim em si do sistema. A organização das relações sociais de produção e das forças produtivas é orientada e orienta capitalistas e trabalhadores para os fins da acumulação pela acumulação, da produção pela produção. O processo de acumulação, que é um produto histórico da humanidade, deixa de ser determinado pelas vontades dos indivíduos para coordená-las.

Como dito anteriormente, o sistema se funda em uma contradição fundamental: enquanto a produção é socializada, a apropriação do excedente é privada. Isso porque os meios de produção estão confinados à propriedade privada. A distribuição do excedente, portanto, é desigual e encerra formas diferentes de participação no excedente: para os capitalistas, o lucro, para os trabalhadores, o salário.

Toda geração de mais valor, ou lucro, dá-se a partir de uma taxa de exploração da força de trabalho. Essa taxa é medida pela soma dos salários e do mais valor, dividida pelo capital variável empregado. A seu turno, o valor da força de trabalho é determinado pela lei da oferta e da demanda. Quando o sistema produtivo se expande e absorve os contingentes de mão de obra, alcança-se uma relativa escassez de mão de obra, que aumenta a participação do trabalho na riqueza global. Para restabelecer as maiores taxas de lucro, os capitalistas desenvolvem técnicas de produção que dispensam o emprego de mão de obra.

Segundo Harvey (HARVEY, 2013b, pp. 225-330), tais técnicas têm por virtude diminuir o tempo socialmente necessário de produção de uma mercadoria, o que substitui o emprego de trabalho vivo pelo uso trabalho passado, maquinário. Esse é o papel da tecnologia: aumentar a produtividade do trabalho empregado pela diminuição do tempo socialmente necessário de produção, proporcionando lucros extras e

diminuindo os custos pela dispensa de mão de obra excedente. No todo, o conjunto dos capitalistas atua para conseguir o mais valor da diminuição do tempo socialmente necessário, continuamente reconstituindo a elasticidade da oferta de mão de obra, o que se denomina exército de reserva de mão de obra⁴.

De um modo ou de outro, a deterioração do valor da força de trabalho encontra limites nas suas condições de reprodução, bem como na sua dependência econômica, que orienta o trabalhador a consentir com as condições de trabalho. Do ponto de vista geográfico, tanto a mobilidade do capital, quanto a do trabalho, estão condicionadas à formação dos exércitos de reserva, reconstituindo sempre as condições de exploração da força de trabalho.

O autor considera também que, em determinadas situações, em que a oferta de mão de obra é altamente elástica, rebaixando o preço da força de trabalho para patamares muito deprimidos, o emprego de capital variável pode se tornar mais rentável que o de capital fixo, desestimulando a aplicação de tecnologia⁵.

Outro aspecto que deve ser considerado é o fato de que, em princípio, a produção tecnológica é oriunda de uma necessidade do capitalista individual e é individualmente realizada. A liberdade anárquica dos capitalistas individuais pode, contudo, colocar sob o risco a própria estabilidade do sistema (HARVEY, 2013b, p. 262). Com as mudanças tecnológicas, os custos de produção são diminuídos, o que se reflete nos preços e no acirramento das condições de concorrência. Se o processo de produção tecnológica é constante, os capitalistas que não tiverem capacidade financeira para suportar os novos preços ou para renovar seus aparelhos produtivos com novas tecnologias correm sério risco de perder espaço no mercado e virem à falência. Ou seja,

⁴ Harvey comenta sobre a construção ideológica do caráter renovador das técnicas de produção no capitalismo. Segundo o autor, Joseph Schumpeter, em *Teoria do Desenvolvimento*, é o maior formulador ideológico da tecnologia, ao ressaltar que as virtudes do sistema levam ao aumento do bem estar. Ponderando sobre os efeitos negativos das revoluções tecnológicas, Harvey faz o seguinte comentário sobre a natureza dessas mudanças: “*A mudança tecnológica, amplamente sob controle dos capitalistas pode ser utilizada para garantir que a taxa de exploração seja mantida próxima de uma condição de equilíbrio definida pelas exigências acumulação. Não há nada que garanta que esse equilíbrio será alcançado. As oscilações clínicas nas parcelas relativas de salários e lucros vão refletir a ‘formação constante, sobre a maior ou menor absorção e sobre a reconstituição do exército industrial de reserva ou superpopulação’* (HARVEY, 2013b, p. 230).

⁵ Achamos válido acrescentar que é possível, mesmo em um cenário de baixíssimos salários e vasta oferta de mão de obra, combinar aplicação intensiva de capital, com possibilidades de realização de ganhos extras de alta proporção. Nesse sentido, citamos o clássico “*Crítica à razão dualista*”, do professor Francisco de Oliveira, que analisa a formação de um muito vasto exército industrial de reserva no Brasil, em um contexto de instalação de vasta plataforma industrial por parte dos grupos transnacionais, que realizavam alta inversão tecnológica. Trataremos dessa obra no Capítulo II.

o constante revolucionamento das forças produtivas põe em risco a estabilidade das relações sociais de produção que dão coerência social ao processo de acumulação.

O que cumpre o papel de estabilizar o tempo de revolucionamento das forças produtivas e a capacidade dos capitalistas individuais de fazê-lo é o sistema de crédito.

A seguir, passamos a uma análise mais detida do conceito de tecnologia e de capital fixo, as forças que levam à sua promoção e o papel central do sistema financeiro na regulação do tempo e da estabilização desse processo.

Capital fixo: tecnologia e composição do valor

Explica-nos Harvey que, em Marx, o conceito de tecnologia compreende uma forma concreta assumida por um processo de trabalho real em um dado momento, observável na produção de valores de uso diversos. Trata-se de conceito para além da noção de máquina ou produto, pois além destas, contam as estruturas físicas do processo de produção, a divisão do trabalho, as diferenças qualitativas e quantitativas dos trabalhos, níveis de cooperação, cadeias de comando, hierarquias, métodos de gerenciamento e mecanismos de operacionalidade (HARVEY, 2013b, p. 158).

As formas aparentes da tecnologia, embora ilustrativas, precisam ser consideradas sob um conceito maior, que se insere na unidade do processo de acumulação. Nesse sentido, Harvey adentra os conceitos de Marx sobre o processo de trabalho: por processo de trabalho, deve-se compreender um processo material de coordenação de forças produtivas e relações sociais de produção. São duas noções que devem ser tratadas em contradição para a evolução do processo de acumulação (HARVEY, 2013b, p. 158).

As forças produtivas são todo o poder absoluto de transformar e de apropriar da natureza por meio do trabalho humano, do metabolismo entre ser humano e natureza. Esse poder é aumentado pela utilização de instrumentos, meios de produção, como a própria terra (Harvey, 2013b, p. 160). As relações sociais de produção estão baseadas na organização e nas suas implicações sociais (o que, como e porquê da produção). São elas que produzem historicamente os meios de produção e configuram

um modo de produção. Há por entre tais relações sociais o conhecimento necessário para instruir os processos materiais da produção.

Mas não só os instrumentos são produzidos historicamente por essas relações, como também o são as concepções mentais que orientam os desejos e necessidades humanos. Estas surgem como terceiro elemento determinante para o desenvolvimento das tecnologias, que parte da conjugação entre forças produtivas e relações sociais, mas tem autonomia relativa (HARVEY, 2013, p. 161). A relação dialética do campo autônomo das concepções mentais com as relações sociais de produção e as forças produtivas dá ao primeiro uma capacidade de incidência, que se exprime pelas escolhas sobre os setores que devem ser objeto de transformação produtiva. A relação é dialética e determinante porque nem todos os desejos humanos podem incidir sobre o plano das forças produtivas, pois a incidência daqueles respeita às necessidades objetivas do processo de acumulação pela diminuição do tempo socialmente necessário de produção para obtenção do mais valor extra.

A noção de produtividade, por exemplo, já contém em si uma concepção mental sobre as relações sociais de produção específicas do capitalismo. Segundo Harvey (HARVEY, 2013b, p. 164), Marx considera um azar do trabalhador o fato de ser produtivo⁶, porque sê-lo significa produzir mais valor apropriado pelo capitalista. Implícita nesta afirmação está a diferenciação entre trabalho concreto e trabalho abstrato, ou seja, o trabalho específico de produção de uma mercadoria específica e o trabalho socialmente considerado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção de uma mercadoria. Ser produtivo, portanto, é operar dentro das margens do tempo socialmente necessário e buscar reduzir tal tempo com o fulcro de aumentar o trabalho abstrato apropriado pelo capitalista. Como o referente é o tempo socialmente necessário de produção, o volume físico e individual da produção, portanto, só pode ser considerado como produtivo a partir da relação com o quadro amplo das relações sociais de produção e do tempo que elas necessitam para a produção de mercadorias.

⁶ Embora não seja objeto de estudo deste trabalho, vale ressaltar que Harvey destrincha o debate sobre a subordinação e alienação do trabalho ao capital como processo histórico de formação do capitalismo como modo de produção, pelo uso da tecnologia, entre as pp. 166-183, *d'Os Limites do Capital* (2013b).

São esses três aspectos combinados que caracterizam o capitalismo como sistema que constantemente revoluciona as suas forças produtivas⁷. No plano das relações sociais de produção, o que regula a apropriação do mais valor relativo é a concorrência entre os capitalistas individuais. É por meio desta que os competidores se vêem pressionados a revolucionar as técnicas produtivas no intuito de absorver o mais valor. É por essa razão que Harvey considera as cultuadas virtudes de um capitalista individual como empreendedor e criativo produtor de tecnologia nada mais do que um folclore do sistema. Embora não negue que tais virtudes possam realmente contribuir para a revolução das técnicas produtivas e apropriação do mais valor relativo, o que ele ressalta é o fato de que a análise subjetiva do empreendedor individual não trata do principal, que são os elementos determinantes da produção e apropriação do mais valor.

Para o autor (HARVEY, 2013b, p. 184-186), as celebrações da *Teoria do Desenvolvimento*, de Joseph Schumpeter, sobre a cultura do empreendedor dão menor relevância ao que objetivamente determina da corrida tecnológica. Nessa linha de raciocínio, qual seria a resposta da teoria para explicar os limites da revolução regular das forças produtivas? É justamente por ignorar a relação objetiva da concorrência que as celebrações à tecnologia se tornam um fetiche, um fim em si mesmo, como se pudessem ser operadas de modo externo às constrições do processo de acumulação, dependendo pura e simplesmente da vontade dos capitalistas individuais ou dos Estados. Esse aspecto da argumentação do autor vai de encontro com as teorias culturalistas decorrentes das obras de Furtado⁸ e desenvolvidas por Fernando Fajnzylber, que serão tratadas no Capítulo II.

⁷ A exclusividade do sistema capitalista como sistema que constantemente revoluciona as suas forças produtivas decorre do fato de que as relações sociais de produção não são controladas para conter essa dinâmica. O relato de Harvey sobre o pensamento de Marx é bastante suficiente para compreendermos essa diferença: “*Para produzir e reproduzir, os seres humanos são impelidos a ingressar em relações sociais e a lutar para se apropriarem da natureza de uma maneira consistente com as relações sociais e com o seu conhecimento de mundo. No decorrer dessa luta eles necessariamente produzem novas relações com a natureza, novos conhecimentos e novas relações sociais. Controles sociais poderosos podem manter as sociedades em estados relativamente estacionário – estado a que Marx se refere como ‘pré-história’. Mas uma vez que esses controles são derrubados (por quaisquer meios), o equilíbrio é perturbado e forças contraditórias entram em jogo. As contradições entre as forças produtivas, as relações sociais e as concepções mentais do mundo tornam-se a fonte central da tensão. A luta eterna para superar as contradições torna-se a força motriz da história*” (HARVEY, 2013b, p. 163).

⁸ Como exemplo de celebração de um subjetivismo produtor de tecnologia, citamos as reivindicações de Celso Furtado, em *Introdução ao Estudo do Desenvolvimento*, sobre o papel do Estado como agente essencial para a produção da tecnologia. À frente, veremos como as formas desenvolvidas do valor assumem a dianteira dos processos de produção tecnológica, levando a ação estatal no esteio das suas prioridades.

Portanto, na linha de argumentação de Harvey, seria correto dizer que são os limites objetivos da produção de tecnologia que, por vezes, inviabilizam qualquer ato de boa vontade dos capitalistas individuais.

Dentre os limites objetivos que a concorrência oferece ao capitalista individual está a capacidade financeira para suportar a retirada do capital fixo antes do período de amortização. De outro lado, enquanto a concorrência elimina os menos capacitados para a corrida tecnológica, o ritmo de modernização precisa ser moderado para não gerar volumes desnecessários ao mercado. Daí surgirem práticas monopolistas ou oligopolistas, que, após a depuração da concorrência, passam a controlar o ritmo da renovação tecnológica, muitas vezes referendadas pelos Estados – que, por meio de leis de patentes, financiamento à pesquisa básica, etc., cadenciam o ritmo de produção da tecnologia (HARVEY, 2013b, pp. 186-187).

Pela perspectiva da acumulação, o que nos parece de vital importância para o processo de revolução tecnológica é o fator tempo. Para que a alteração da composição orgânica⁹ do capital – capital constante e capital variável, ou meios de produção e mão obra – seja apropriada e reflita alguma vantagem para o capitalista individual, é determinante para o sucesso do investimento em tecnologia que as mudanças não só diminuam os custos de circulação do capital, bem como também diminuam a rotação do capital aplicado (HARVEY, 2013b, p. 196).

A questão do tempo é particularmente importante porque os investimentos em capital fixo geralmente requerem um tempo de rotação maior do capital constante, desacelerando a acumulação como um todo. Uma das saídas para vencer esse longo período é fracionar as tarefas produtivas por diferentes empresas. Pois, parcelando-se as etapas da produção, consegue-se o retorno intermitente do capital constante, antes que o processo produtivo se conclua (HARVEY, 2013b, p. 196-197).

Compreendendo melhor as características dos capitais fixos e sua relação com o tempo, teremos melhor condição de analisar a coordenação do tempo pelo sistema de crédito e financeiro.

⁹ O conceito de composição orgânica está circunscrito à esfera da empresa: nela estão medidas as proporções entre trabalho passado – capital constante, que é propriedade do capitalista –, e trabalho presente – capital variável, que é propriedade do trabalhador. Esse conceito não se confunde com a composição do valor, que diz respeito à relação geral entre trabalho vivo e trabalho morto (passado) por todo o tecido produtivo, o que é medido no mercado, onde as empresas confrontam-se na concorrência do mercado (HARVEY, 2013b, p. 201).

Capital fixo

Todos os instrumentos de trabalho produzidos como mercadorias e consumidos na produção voltada para a produção de mais valor, representante de uma parte da riqueza global, são considerados capital fixo (HARVEY, 2013b, p. 282). Para compreendermos como as questões temporais incidem sobre eles, precisamos diferenciar suas formas de apreciação na produção e na circulação.

No plano da produção, diferenciamos capital constante de capital variável. O capital constante trata das fábricas, infraestruturas, matérias primas, etc., e o capital variável, do trabalho.

No plano da circulação, o capital constante é avaliado pela temporalidade dos recursos empregados, e a rotatividade deste capital é denominada capital fixo. Aos bens materiais que adentram o processo de produção, como as matérias primas, bem como à mão de obra empregada, denomina-se capital circulante, vez que seu consumo é rapidamente pago pela forma circulante mais geral, o dinheiro (HARVEY, 2013b, p. 285).

Entre a esfera fixa e a esfera circulante, existem disritmias que opõem obstáculos ao processo de acumulação do capital. No caso do capital fixo, há, no curso da produção, uma transferência contínua e prolongada do trabalho morto nele incorporado às mercadorias produzidas, que é medida por uma taxa de transferência de valor. É o valor de uso que uma máquina tem e que permite auferir uma taxa de lucro maior pela diminuição do tempo socialmente necessário, com alteração da composição orgânica do produto, agregando mais trabalho passado por meio da máquina. O maquinário, portanto, pode ter seu valor apreciado pelo preço de aquisição, pelo lucro gerado e pelo preço de substituição, que só podem ser percebidos com o decurso temporal da sua utilização (HARVEY, 2013b, p. 288).

Mais uma vez, o tempo¹⁰ parece regular a circulação do capital fixo: as máquinas são utilizadas de acordo com o tempo de vida útil econômica, e não pelo tempo em que ela funciona regularmente. Para o capitalista, o papel da máquina é

¹⁰ Para uma abordagem mais completa e complexa dos tempos de valorização do capital, ver HARVEY, 2013b, pp. 141-147.

auferir lucros maiores. Se há uma máquina que permite produzir um mais valor maior, há necessidade de substituição da que está em uso. Isso significa que a revolução técnica produz uma desvalorização relativa. Nesse passo, o tempo de vida de um equipamento só pode ser conhecido dentro do contexto geral de mudança tecnológica dentro de cada um dos ramos das atividades econômicas (HARVEY, 2013b, p. 290).

No plano das relações gerais de produção, para além da fábrica, o tempo de vida útil econômica do capital fixo deve ser medido a partir de sua relação com o capital circulante, o dinheiro. Quando são adquiridas as máquinas, há um volume proporcionalmente maior de dinheiro em relação às mercadorias. Após o consumo do maquinário, há o inverso.

Para controlar o tempo de obsolescência do capital, são desenvolvidos diversos arranjos jurídicos e institucionais que regulam a desvalorização relativa do capital instalado e os tempos de amortização do capital investido. Operam para esse fim as organizações monopolistas e oligopólicas, o patrocínio governamental à pesquisa e ao desenvolvimento, as restrições legais à inovação (patentes, licenciamentos, etc.), auferindo possibilidades de programação da obsolescência. Ausentes tais controles, a coordenação sobre a renovação e a obsolescência do capital fixo tornam-se impossíveis (HARVEY, 2013b, p. 301).

Superacumulação e finanças

Vimos até aqui que entre as relações sociais de produção e as forças produtivas existem determinações objetivas, como a lei da concorrência, que orientam a disputa incessante pelo mais valor pela revolução contínua das técnicas de produção. Vimos também que as concepções mentais incidem sobre as escolhas dos aparelhos revolucionados, e que as determinações são objetivas e não subjetivas, dependem da lei da concorrência e dos tempos de amortização e obsolescência do capital fixo, necessários ao controle da produção para que ela não produza volumes invendáveis, redundantes, de mercadorias.

Mais acima, também fizemos referência à capacidade financeira dos concorrentes para suportar as exigências da corrida tecnológica. Nas passagens a seguir, trataremos das vinculações entre o plano da produção e a esfera das finanças na

regulação dos tempos de renovação e revolucionamento das forças produtivas para extração do mais valor e de desvalorização relativa do parque instalado. E como a esfera financeira pode impulsionar a expansão das forças produtivas para um estado de superacumulação.

O Capital Financeiro e suas contradições

O capital financeiro na Lei do Valor pode ser considerado sob dois vieses: num primeiro momento, trata-se da função coordenadora do processo de circulação e administração do dinheiro, com incidências e coordenações sobre o plano da produção; no segundo momento, de uma facção da classe capitalista que assume o poder de coordenação do capital monetário e que vive em tensão com os capitalistas produtivos.

O capital financeiro enquanto processo de circulação

O capital financeiro surge a partir das virtudes coordenadoras do crédito sobre o processo de acumulação. É pela coordenação do crédito que as realocações de capital monetário são articuladas, para penetrarem as firmas, os setores, as regiões e os países. Sobre toda a sua superfície, controla pelas rédeas dos juros o tempo de rotação dos capitais empregados. Desse modo, equaliza as taxas de lucro da economia e cria parâmetros para a competição, arbitrando sobre os processos de concentração e centralização de capitais. Por meio do capital fictício, ou dos títulos representativos de rendimentos futuros, condiciona os usos atuais e futuros dos fatores de produção. Em suma, funciona como um sistema nervoso central do processo de acumulação (HARVEY, 2013b, p. 374).

Vimos que no **Item 1.1** que o crédito surge da autonomização do dinheiro sobre a circulação de mercadorias, que passa a funcionar como reserva de valor, empregada como capital ou tesouro. O crédito então possibilita a mobilização dos fatores de produção com o objetivo último de acumular mais dinheiro. O preço para sua liberação é medido pela forma juro. Por sobre a superfície do sistema de crédito, uma outra forma de valor mais refinada se desenvolve, regulando a circulação da mercadoria

crédito, que Marx denomina capital portador de juros. É por essa forma mais sofisticada que os tempos de rotação geral do processo de acumulação são regulados.

Em poucas palavras, o processo de circulação de mercadorias produz um sistema que regula as trocas no tempo e no espaço, por meio da mercadoria crédito. Este sistema, pela complexidade da sua função, resolve tensões temporais, espaciais e de usos, desenvolvendo uma forma mais sofisticada e centralizadora do capital, o capital portador de juros. Uma propriedade privada sobre virtudes do dinheiro funcionando como capital, resolvendo as questões dos usos, do tempo e do espaço de valorização do capital. Vale a definição de Harvey sobre o papel do capital portador de juros sobre o sistema de crédito:

“O capital que rende juros pode desempenhar todos esses papéis [do crédito] porque o dinheiro representa um poder social geral. Por isso, quando está concentrado nas mãos dos capitalistas – uma concentração que reflete a apropriação do mais valor – o dinheiro passa a expressar o poder da propriedade capitalista *fora de e externo a* qualquer processo específico de produção de mercadoria. O capital monetário, quando mobilizado mediante o sistema de crédito, pode operar como o capital comum da classe capitalista” (HARVEY, 2013b, p. 374-375).

Como se vê, as virtudes do crédito resolvem os problemas da circulação. Porém, é o capital portador de juros que dá parâmetros para o funcionamento do sistema de crédito, estabelecendo os critérios que garantem a sua valorização segura, sem a ele se confinar¹¹. Mas se por um lado o crédito se cria a partir do excedente monetário que é retirado da circulação, por outro ele pode ser multiplicado por títulos representativos desse excedente concentrado. Assim, contraditoriamente, o crédito que organiza os níveis de acumulação, também pode levá-los ao momento da superprodução, já que a emissão de cartas de crédito também pode se exacerbar com relação ao corpo monetário existente.

Lembremo-nos que a racionalidade da Lei do Valor está no fato de que a exploração do trabalho é a fonte do valor, que todas as formas de valor se realizam na

¹¹ Nas palavras de Harvey (2013b, p. 377): “O crescimento dos sistemas de crédito gera novas facções ou “classes” (Marx usa esse termo com frequência para descrevê-las) no interior da burguesia. As diferentes classes de capitalistas endinheirados, financistas e administradores são supostamente responsáveis pelo desdobramento do capital que rende juros no capital comum da classe capitalista como um todo”.

correspondência do valor. Quando o crédito é liberado na forma de capital fictício, à espera de rendimentos futuros, ele se desvincula da expansão do corpo monetário que lhe dá origem. Abre-se assim a possibilidade para que os títulos de capital fictício sejam produzidos a uma velocidade maior que a exploração real de valor. O corpo creditício se descola do corpo monetário que lhe deu vida.

Harvey explicita com maestria quais são as fronteiras entre o funcionamento equilibrado do crédito e a exacerbação de formas irracionais do ponto de vista da formação do valor. Segundo o autor (HARVEY, 2013b, pp. 376-379), são três as circunstâncias que opõem limites ao desempenho equilibrado do crédito.

Em primeiro lugar, ao equalizar as taxas de lucro, o crédito impulsiona a competição capitalista para a apropriação do mais valor com a mudança tecnológica. Deriva-se uma constante divergência entre preços de produção e valores, à medida que as trocas são aceleradas. Combinadas essas tendências levam à superacumulação na forma de plataformas produtivas e ao excesso de mercadorias.

Em segundo lugar, ao ensejar a constituição de uma outra facção da classe capitalista, cujo poder se apoia sobre a propriedade de grandes somas de dinheiro, a competição sobe de nível e passa a ser travada entre os proprietários do dinheiro e os proprietários das plataformas industriais. A disputa entre proprietários do capital portador de juros e proprietários do capital industrial pelo mais valor pode levar os proventos da acumulação diretamente para o sistema financeiro, desequilibrando as expectativas sobre os investimentos produtivos, levando, consequentemente, ao desequilíbrio da base social da produção pelo insucesso dos capitalistas produtivos. Em suma, as taxas de lucros são cada vez menores em função do pagamento de juros e da competição com outros capitalistas produtivos.

Por último, o crédito pode funcionar para alavancar operações típicas dos mercados financeiros, permitindo a circulação de títulos que não guardam necessariamente relação alguma com algum processo produtivo, com fins meramente especulativos. O crescimento da plataforma produtiva, a partir desse ponto, passa a ser fictício, sem retornar lucros, apenas criando capacidade produtiva redundante e excesso de mercadorias.

Se no curto e no médio prazo essas tendências podem aumentar as escalas de produção e circulação capitalistas para o plano mundial, por meio do comércio mundial ou da exportação de capitais, bem como ensejar a constituição de novas formas de organização da produção, que separam o manejo do capital monetário do manejo do capital industrial; no longo prazo elas levam invariavelmente para a formação de crises sistêmicas agudas, que ameaçam a permanência de todas essas formas necessárias ao funcionamento do capitalismo.

Dois seriam os meios pelos quais o sistema buscaria resolver a tensão entre o sistema financeiro e o sistema monetário.

A primeira seria a liquidação de todos os títulos em dinheiro. Como na maior parte dos casos o corpo fictício é superior ao corpo monetário, a pressão se desloca sobre quem monitora a liquidez do sistema, que é o Estado, por meio do Banco Central, seja elevando a taxa de juros, aumentando os custos de conversão para conter a especulação, seja afrouxando os juros, para garantir a correspondência entre as finanças, o corpo monetário e a produção do valor. Essa solução encontra suas limitações tanto no plano interno, como no plano externo. No primeiro caso, porque tais medidas não evitam os desequilíbrios das produções privadas de valor e a iminência de uma superacumulação¹². No segundo caso, fica restrita às fronteiras da hierarquia cambial, ditada pela interação de outras moedas nacionais, mais valorizadas ou menos.

Tocadas as paredes das liquidações financeiras, o mecanismo que resta para evitar a destruição dos títulos fictícios e das mercadorias se dá pela emissão de mais papel moeda ou pela compra dos excedentes, o que necessariamente coloca a própria moeda ao risco de desvalorização. Assim, a tendência à superacumulação

¹² O poder de regulação do crédito pelo Estado por meio da taxa de juros é bastante complexo e encontra na diversidade de usos e origens as maiores dificuldades. Harvey enfatiza (2013b, pp. 389-393) que a taxa de juros somente ocasionalmente encontra um equilíbrio. Explica-nos que o crédito funciona como meio de pagamento e meio de compra. No primeiro caso, atende à demanda de capitalistas para mobilizar fatores de produção ou para equacionar receitas, e/ou à demanda de trabalhadores por financiamento hipotecário. No tocante ao meio de compra, satisfaz as necessidades de consumo das duas classes. Na oferta, industriais, financistas, comerciantes, Estado e trabalhadores poupam somas de dinheiro, que podem ser utilizadas nessas duas formas de consumo. No caso dos financistas, podem formar quantias ociosas de dinheiro, que derrubam as taxas de juros. Quando isso ocorre, o barateamento do crédito também impulsiona o consumo do crédito como meio de pagamento ou meio de compra. Daqui, decorre a utilização do crédito baseado em um sistema de dívidas. Harvey sublinha que, entre os agentes concorrentes pelas somas de dinheiro, há especial interesse na disputa entre financistas e industriais, uma vez que a sobrevivência do sistema depende de um equilíbrio entre essas duas classes. Para o autor, o poder financeiro sempre encontra limites à hegemonia justamente no poder do capital industrial, porque detém o controle sobre o processo de exploração da força de trabalho e de apropriação do mais valor.

converte-se em inflação desenfreada e a moeda passa a incorporar o valor desnecessário produzidos por ela. Entre a inflação e a depressão, ficam evidenciadas as contradições entre a produção social do valor e a complexidade das operações financeiras (HARVEY, 2013, p. 386-387).

Conforme veremos no Item 1.3, as contradições quantitativas da forma de valor levadas ao paroxismo da superprodução se resolvem inevitavelmente pelas crises, que servem para racionalizar as quantidades de formas representativas para readequá-las ao valor efetivamente criado e socialmente realizado como valor de uso e valor de troca.

A seguir, tratamos do capital financeiro como facção da classe capitalista, para seguir a compreensão dos circuitos de valorização e resolução da superacumulação pela crise.

O capital financeiro enquanto facção da classe capitalista

Os capitalistas financeiros e monetaristas detêm poder a partir do controle do fluxo de dinheiro e dos excedentes monetários e seus títulos representativos, como forma externa à produção, organizando-se pela centralização desses excedentes, o que historicamente foi feito por famílias e instituições bancárias (HARVEY, 2013b, p. 412). Seu poder está baseado na existência de instituições como os bancos centrais, as instituições internacionais (FMI, BM), mercados financeiros interligados, agentes e instituições (fundos de pensão e seguros, bancos mercantis, associações de crédito, bancos de poupança, etc.), além de bancos privados poderosíssimos.

Esse poder é regulado pela competição, que equilibra uma taxa de juros. A competição entre os capitalistas monetários enfrenta alguns obstáculos, como as redes sociais territorializadas, as regulamentações estatais restritivas e compartimentadas. A extrema fragmentação e descentralização do sistema financeiro, por outro lado, leva à prejudicialidade da administração do dinheiro. Para que o poder do capital financeiro se consolide, é preciso vencer a fragmentação geográfica e setorial, bem como a descentralização do excedentes, que inviabilizam a conversão do dinheiro em capital e a sua coordenação pela forma capital portador de juros.

As tensões e contradições da centralização e descentralização do dinheiro que perpassam o sistema financeiro ocorrem em paralelo com as tensões e contradições atinentes à integração entre o sistema financeiro e o sistema produtivo (HARVEY, 2013b, p. 413).

Em particular com relação às corporações, Harvey esclarece que elas internalizam estratégias de administração financeira, que lhes permitem manobrar, por meio de fusões, aquisições, alienações de bens patrimoniais, etc., excedentes monetários para redimensionar a produção e seus custos, sem necessariamente aumentá-la, inclusive com deslocamentos geográficos (HARVEY, 2013b, p. 416).

A interação entre os grupos financeiros e industriais deve ser enxergada como um processo cambiante de eterna sondagem de uma forma organizacional capaz de aumentar a capacidade de sobrevivência do capitalismo face suas próprias contradições.

Para contrapor a turbulência do processo de acumulação em cada nível de reprodução das formas de valor, da exploração da força de trabalho à replicação de capital fictício, surgem estruturas cuja função é garantir algum grau de estabilidade para a acumulação. Daí surgir um metabolismo institucional com complexos arranjos, cujas transformações refletem necessariamente as tentativas de resolução equilibrada das já mencionadas tensões, contradições e antagonismos¹³ (HARVEY, 2013, p. 416).

Esse entendimento serve como pressuposto para a criação, conformação e desenvolvimento das formas institucionais projetadas pelo mercado e pelo Estado. O fundamental para compreendê-las é que elas refletem as turbulências das desproporções das formas de valor e a luta da classe trabalhadora por uma divisão menos desigual do excedente ou pela assunção do comando da acumulação e abolição sistêmica. Assim como existem determinações objetivas para a produção tecnológica no sistema, existem também determinações objetivas que orientam a atuação do Estado na estabilização do processo de acumulação.

¹³ Essas reflexões extraídas da obra de Harvey (2013b) nos importam para esclarecer como é delimitada e apagada a fronteira entre o capital financeiro e o industrial, o que nos permite destacar a noção de processo de acumulação, de movimento do valor. Veremos no Capítulo III como os desdobramentos históricos iniciados na década de 1970 trouxeram uma nova configuração dessa relação e como isso influencia a visão da Política Econômica tratada no Capítulo II. Para o momento, vale registrar que Harvey recupera o debate marxista sobre a integração entre finanças e indústria, em longas considerações sobre as concepções de Hilferding e Lênin, nas quais ele enxerga insuficiências. Nesse sentido, ver pp. 379-383 d'*Os Limites do Capital*.

Essa é a conclusão de Harvey

“Em outras palavras, os arranjos organizacionais e institucionais, juntamente às práticas dos agentes econômicos, têm de ser vistos como um produto do processo de acumulação que não pode proceder de outra maneira, exceto mediante a oposição eterna entre o dinheiro e as mercadorias dentro da unidade do capital como “valor em movimento” (...) A aparência da luta se modifica, assim como as estruturas institucionais e organizacionais, mas o fundamental não muda” (HARVEY, 2013b, p. 415).

Ciclos de Acumulação

Vimos até aqui como estão concatenadas as formas de valor em estruturas de coordenação do processo de produção e circulação do valor. Tratamos como a tecnologia estabelece novos patamares de apropriação do mais valor e, a partir da associação com o capital financeiro, pela penetração do crédito, os tempos de renovação e obsolescência dos parques produtivos é coordenado pela esfera financeira, trazendo limites à concorrência dos capitalistas produtivos.

Essa interação pode ser melhor compreendida pela noção de ciclo de acumulação, que permite capturar a totalidade da interação entre a formação de plataformas produtivas, o emprego, as mudanças tecnológicas aplicadas, o desemprego, a variação das taxas salariais de acordo com as flutuações da produção, a representação da base produtiva por títulos financeiros, formando capital fictício, o descasamento entre o capital fictício e o corpo monetário, a superacumulação, a irrupção de crises e o retorno das representações de valor à base monetária, com a eliminação da capacidade redundante, entre fábricas, empregos, títulos, e o restabelecimento das bases para a nova expansão material (HARVEY, 2013b, p. 393).

Em “*O Neoliberalismo, história e implicações*”, Harvey acrescenta à noção de ciclos de acumulação as ordenações espaço temporais, descrevendo a resolução do excesso de capital e de trabalho pelo (i) deslocamento do excedente no curso do tempo, com investimento em projetos de longo prazo (como plataformas produtivas, ambiente construído e infraestruturas) ou gastos sociais de longo retorno

(como ensino e pesquisa), as chamadas infraestruturas sociais; e pelo (ii) deslocamento do excedente pelo espaço, com abertura de novos mercados, novas acumulações primitivas, novas capacidades produtivas; e (iii) com combinações entre (i) e (ii) (HARVEY, 2012b, p. 93-94).

Sobre os circuitos do capital, o autor trata pormenorizadamente sobre os movimentos a partir das considerações temporais. Primeiro, o capital sai do circuito primário, constituído pelos fluxos excedentes de capital oriundos da produção e do consumo imediato. Esses fluxos são revertidos para o circuito secundário, de formação de capital fixo (instalações fabris, equipamentos, capacidade de geração de energia, sistemas de transporte e comunicação, infraestruturas, etc.) e fundos de consumo (habitação). Neste circuito secundário, os excedentes são invertidos na produção do ambiente construído, com incorporação de capital fixo à terra, formando o que o autor chama de ‘núcleo físico’ de uma região, produzindo-a. O terceiro circuito é também de longo prazo, na construção de infraestruturas sociais, como por exemplo estruturas de ensino e pesquisa, saúde, cultura, lazer, etc. (HARVEY, 2012b, p. 94). Em cada um dos três circuitos, a necessidade de absorver os excedentes de capital e trabalho gerados a partir da acumulação e de redimensionar a produtividade e as taxas de lucro das atividades econômicas, diminuindo o tempo socialmente necessário de produção e circulação das mercadorias.

A sucessão desses eventos descreve as fases da acumulação, que parte de uma estagnação, recupera-se do período recessivo, expande-se produtivamente, impulsiona-se pela expansão creditícia, adentra a fase de especulação creditícia e encontra nas desproporções das formas de valor a necessidade de racionalização pela desvalorização e destruição das formas redundantes (HARVEY, 2013b, pp. 393-398).

A retomada da acumulação se dá na sequência de um crash. Há pessimismo entre os investidores sobre as possibilidades de ganhos. De fato, as taxas de lucro estão deprimidas, assim como os preços. Os estoques estão sob liquidação. O consumo é baixo, pois o desemprego é alto. Os salários são baixos. O crédito está barato, mas a sua demanda é baixa. A maior parte do corpo monetário está sendo usada para liquidar os títulos hígidos, enquanto os títulos podres foram eliminados.

Os que sobreviveram à crise encontram nesse cenário as melhores condições para retomar a expansão. Aproveitam-se das baixas taxas de juros e dos

baixos salários para expandir suas atividades e conquistar os espaços de mercado aberto pela falência dos concorrentes. Fazem-no igualmente para financiar novas tecnologias. O retorno do emprego impulsiona novamente o consumo. Os preços voltam a subir, aumentando os lucros. O setor de bens de capital cresce e estimula o crescimento do setor de bens de consumo.

A retomada do crescimento logo se transforma em otimismo, e os investimentos tomam a dianteira da acumulação, alimentados pelo estoque de capitais do setor produtivo. O setor financeiro recupera confiança no setor produtivo e passa a lançar mais notas de crédito. A expansão produtiva vai além das capacidades financeiras do setor industrial, e o processo passa a ser coordenador pela vinculação creditícia ao setor financeiro. A taxa de lucro vai sendo equalizada.

O aumento das plataformas produtivas pressiona a oferta de insumos, cujos preços se elevam. Os lucros passam a ser pressionados. O volume de capital fictício se lança à frente do corpo monetário e da produção real de valor. Concomitantemente, as taxas de juros vão se elevando em razão do aumento da demanda por crédito. O aumento do emprego eleva salários, pressionando ainda mais a taxa de lucro. Os ajustes tecnológicos se tornam essenciais para restaurar os exércitos de reserva.

A enorme pressão sobre a taxa de lucros força os competidores da produção a estruturarem uma maior capacidade financeira pela tomada de empréstimos. Nessa etapa, o parque produtivo praticamente passa a garantir os contratos de empréstimos. Mais: as receitas industriais são hipotecadas para o pagamento de juros. A saída passa a ser o lançamento de títulos no mercado de capitais.

O lançamento do crédito vai saturando a circulação de mercadorias. As distorções nos preços são notadas, enquanto os lucros vão se deteriorando. O sistema caminha à plena capacidade, aumentando as instalações produtivas sem se dar conta do excesso de mercadorias sendo produzidas. A subida dos preços mascara a existência do excesso e da redução das taxas de lucro. O capital industrial é pressionado pelo aumento dos salários e das taxas de juros. O setor financeiro oferece uma alternativa especulativa: lançamento de títulos nos mercados de ações. O crédito é liberado para aquisição desses títulos. O capital reunido pela venda de ações é novamente aplicado na expansão e na liquidação das obrigações.

O sistema galopa para um estado de desproporções entre capital fixo e capital fictício, combinadas com escassez de mão de obra e lançamento de títulos acionários, cujos rendimentos futuros não se cumprirão. A disritmia entre a produção de formas representativas de valor e produção de real de valor é deflagrada. O sistema se vê à beira de um ajuste violento de representações do valor com o valor.

Por alguma razão, o descompasso entre o título financeiro e as receitas futuras é percebido. Quando isso acontece, o sistema financeiro perde confiança no processo de crescimento. Estoura-se a bolha. Os capitalistas industriais e financeiros buscam solver seus compromissos garantindo seu patrimônio fugindo para a forma mais segura do valor, o dinheiro. A corrida pelo tecido monetário faz aumentar as taxas de juros. A cadeia de pagamentos se rompe. Diversos capitalistas perdem seu patrimônio representado em títulos financeiros. Capitalistas industriais se tornam insolventes. O desemprego retorna em massa. A demanda por bens de consumo despenca.

Nessa fase crítica, todas as formas do valor inúteis ao processo de valorização começam a ser destruídas. Papéis, fábricas, empregos. A irracionalidade passa a ser depurada pela crise. Que busca restabelecer as condições favoráveis à exploração do valor. Até lá, abre-se um doloroso processo da desvalorização selvagem tanto do capital como do trabalho.

Dentre as variações das formas institucionais que servem para intermediar o processo de valorização, que, no momento da crise, passam também a ser objeto de intensa destruição e resistência (instituições organizadoras do capital, organizações sindicais, etc.), Harvey dá especial destaque ao papel do Estado na condução da política monetária e fiscal. Deve-se à centralidade do papel do Estado na reorganização do sistema o fato de o Banco Central estar fora do controle democrático (HARVEY, 2013b, p. 400).

As margens do Estado, porém, são comprimidas, pois os compromissos assumidos estão fortemente vinculados à recuperação do equilíbrio sistêmico. Segundo o autor, o Banco Central tem poder para determinar quais outros dinheiros são conversíveis pelo seu próprio dinheiro, o que lhe dá, por uma certa margem, regular a taxa de juros do mercado. Assim, os limites dados pelas taxas cambiais, as reservas de ouro ou de moeda internacional, circunscrevem a ação do Estado no período de crise para a proteção da moeda (HARVEY, 2013b, pp. 400-401).

1.3 – Dimensão espaço temporal da acumulação

Superacumulação, Desvalorização e Crise

As contradições próprias e fundadoras do sistema capitalista no âmbito da produção, impulsionadas pelo sistema financeiro, tem sua primeira origem nos processos produtivos liderados pelos capitalistas individuais, que estão confinados à disputa pela apropriação do mais valor a partir do rebaixamento do preço da força de trabalho e do aumento dos processos de capital intensivo mediante uso da tecnologia – alterando a composição orgânica do valor em favor do trabalho passado *vis a vis* o trabalho presente -, pressiona de modo geral a taxa de lucro para baixo.

No plano de análise global desses esforços individuais, percebe-se a constituição de um excesso de capital fixo. O primeiro sinal da crise é sentido pela existência de uma superacumulação de capital de fixo, que deságua na superprodução. Para evitar o excesso de capital criado, o próprio funcionamento da competição capitalista leva, por outro lado, a uma racionalização do excesso pela sua eliminação depurada, pela perda de valor com o transcurso do tempo.

A contradição entre a criação do valor e a eliminação de capital é própria do modo de produção capitalista (HARVEY, 2013b, pp. 268-269). A lógica de produção, apropriação e circulação do valor por diversos concorrentes orienta os esforços dos capitalistas individuais a buscar a diminuição do tempo socialmente necessário de produção pelo desenvolvimento de tecnologias, que redimensionam as taxas de apropriação do mais valor. O redimensionamento dos lucros, por sua vez, atrai mais competidores, que pressionam ainda mais a tendência de queda da taxa de lucro.

A noção do valor como determinado pelo tempo socialmente necessário faz do conceito uma medida instável para explicar processos contraditórios e desproporcionais da lógica interna da acumulação capitalista. A contraparte da produção do valor pela noção de tempo social traz à análise os processos de desvalorização decorrentes da luta pela diminuição desse tempo, que é simultâneo e constante à constituição de valores produzidos em excesso. A desvalorização constante atua como medida mitigadora da queda tendencial da taxa de lucros, bem como posterga o

encontro aos momentos críticos de destruição do valor excedente não conversível ou inútil (HARVEY, 2013b, p. 269).

O que se está a explicar pela produção é que, a despeito de criar o valor e fazê-lo por vezes em excesso, ela mesma está sujeita a processos de desvalorização, que preservam em alguma medida os excedentes criados. Isso se dá porque o tempo socialmente necessário de circulação do capital também se aplica ao capital fixo empregado na produção – seja ele um maquinário, ou habitação, ou infraestrutura física ou social. São inúmeros os mecanismos de administração dos excedentes do valor, como os estoques de insumos e produtos finais, os ritmos de produção, o subemprego, os saldos de caixa, a aplicação do capital a tempos e rendimentos específicos, etc., para conter a iminente possibilidade de superacumulação. Tais medidas servem para evitar a saturação dos canais de circulação do valor. Estruturalmente, porém, o capital industrial encontra na centralização a forma mais eficaz de racionalizar os excedentes gerados, reordenando as contingências da superacumulação e reescalando a contradição entre forças produtivas e as relações sociais de produção. Em síntese, a centralização surge como meio de arbitrar a gênese e a nênese do valor (HARVEY, 2013b, p. 270).

O que a centralização proporciona, ao mitigar em parte a destruição do capital excedente, regulando as pressões competitivas e estabilizando a taxa de lucros, é uma regulação do tempo de valorização dos capitais utilizados na produção. Em especial, ela regula o tempo de desvalorização constante do capital fixo. Isso ela o faz controlando o tempo de substituição da instalação produtiva. Quanto maior for a quantidade de capitais excedentes, mais rápida é a substituição, o que por vezes pode ocorrer antes da amortização do capital fixado. Para os capitalistas industriais detentores das maiores massas de capitais, a troca do capital fixo antes da amortização por outro mais lucrativo permite aumentar os lucros. Ocorre que, ao fazê-lo, o grande capitalista desvaloriza o capital do pequeno capitalista, para quem a amortização ainda não cumpriu seu tempo (HARVEY, 2013b, p. 272-274).

Dessa forma, à medida que a expansão produtiva proporciona a acumulação de massas de capitais, esse ativo passa a servir ao aceleração do tempo de circulação do capital fixo. Os capitalistas com menor poder financeiro vão sendo

paulatinamente eliminados¹⁴. Por esse mecanismo de regulação, a centralização industrial passa a denotar não só um domínio sobre o tempo de circulação do capital fixo, como também um poder financeiro capaz de acelerar essa rotação e redimensionar os patamares de competição, ou seja, dita o ritmo da corrida tecnológica e da sobrevivência entre os concorrentes produtores (HARVEY, 2013b, p. 274).

Ao mesmo tempo que administra a competição, a centralização permite eliminar todo o excesso de capital produtivo – seja ele fixo ou variável – constituindo por competidores perdedores. Dessa forma, a lógica da Lei do Valor encontra na reestruturação dos grandes grupos industriais uma forma de comportar e racionalizar os usos dos excedentes monetários oriundos da produção, afastando os riscos de desvalorização do capital em suas diversas formas. Para lograr tal êxito, a organização industrial é aperfeiçoada para formas mais complexas de exploração do trabalho e apropriação do excedente, que vem a ser possibilitada pela sociedade anônima:

“A disseminação da forma de organização de sociedades anônimas e o advento do “capitalismo financeiro” (que pode desenvolver práticas como o arrendamento de equipamentos financiados por bancos, etc.) podem então ser interpretados como um ajuste organizacional e estrutural que compensa a superacumulação, pois uma parte do capital social total agora circula para captar juros em vez de reivindicar toda a parcela de mais-valor que produz. O capital que circula dessa maneira é relativamente desvalorizado porque recebe menos do que a taxa média de lucro. Por isso, a tendência para a superacumulação pode ser compensada pelos ajustes organizacionais que aumentam a quantidade de capital relativamente desvalorizado em circulação” (HARVEY, 2013b, p. 275).

A predominância da sociedade anônima na organização do capital industrial, porém, não mitiga os desequilíbrios do processo de competição capitalista.

¹⁴ Cabe ressaltar que a mercadoria força de trabalho, ou capital variável, é também desvalorizada nesse contexto. Como pressuposto fundamental do sistema: proprietários dos meios de produção de um lado, proprietários da força de trabalho do outro; os trabalhadores também estão expostos à desvalorização e destruição dos excedentes. O desemprego é uma das aparências do processo de destruição. A destruição de empregos, ao passo que fragiliza o poder de barganha da classe trabalhadora, também serve para rebaixar os salários e redimensionar os limites das taxas de exploração. Do lado dos capitalistas, o processo tampouco é pacífico. A luta entre capitalistas individuais para alcançar os andares das finanças seleciona os capitalistas industriais pelo seu poder de controlar grandes massas de capitais. Deste modo, o avanço tecnológico e a formação e renovação do exército de reserva caminham lado a lado no desenvolvimento capitalista, e têm como pressuposto a formação de um controle financeiro poderoso.

Ela apenas reescala a competição para outra esfera. Ao representar os valores de uso da plataforma industrial em ações, os capitalistas industriais ficam expostos a variações dos valores mobiliários, que, em tempos de crise, depreciam os valores de troca do capital fixo representados em títulos mobiliários (HARVEY, 2013b, p. 278).

Por isso, na crise, a transferência das plataformas produtivas se dá a preços baixíssimos e novas plataformas de produção são desenhadas para o período de expansão material que se segue. Realizada a desvalorização, os riscos de superacumulação são afastados, e sobre uma nova plataforma social e tecnológica, o processo de acumulação recupera seu vigor¹⁵ (HARVEY, 2013b, p. 279).

Quando o capital industrial alcança a esfera do mercado financeiro para administrar o excedente monetário que acumula, pela distribuição em outras atividades produtivas ou meramente financeiras, outra forma de expressão de crise se apresenta. Isso acontece porque o sistema de crédito passa a estimular a formação de capital fictício. São lançados no mercado financeiro diversos títulos representativos de receitas futuras, cuja aquisição é impulsionada pelo sistema de crédito. Esse desvio do impulso creditício da produção para as finanças tem forte impacto na expansão da formação do capital fixo e do consumo. O capital monetário que antes financiava o capitalista industrial, agora percorre antes a mão dos financistas compradores de títulos representativos de receitas futuras, para em seguida voltar ao plano da produção. E como a subida dos preços dos títulos financeiros proporciona ganhos imediatos aos seus portadores, que podem trocá-los sem intermediação, o crédito é vastamente utilizado para a compra e venda desses títulos. Como decorrência, os tomadores despejam enormes somas de capital em suas plataformas produtivas. Em suma, o capital monetário passa a funcionar como capital da classe capitalista em geral, entrelaçando cada facção e cada atividade econômica ao processo de acumulação como um todo,

¹⁵ É preciso ressaltar que a exposição da Lei do Valor trata de um processo histórico. Reiteramos esse aspecto ilustrando a concepção com a seguinte passagem da obra de Harvey: *“A lógica interna que governa as leis do movimento do capitalismo é fria, implacável e inexorável, respondendo apenas à lei do valor. Mas o valor é uma relação social, um produto de um processo histórico particular. Os seres humanos foram organizadores, criadores e participantes dessa história. Marx afirma que nós construímos uma vasta empresa social que nos domina, confina nossas liberdades e, fundamentalmente, lança sobre nós as piores formas de degradação. A irracionalidade desse sistema torna-se mais evidente em momentos de crise”*. E termina a passagem com uma citação a Marx, retirada dos *Grundrisse*: *“A destruição violenta de capital, não por circunstâncias externas a ele, mas como condição de sua autopreservação, é a forma mais contundente em que o capital é aconselhado a se retirar e ceder espaço a um estado superior de produção social”* (HARVEY, 2013b, p. 280).

projetando a atividade econômica para um futuro incerto, mas ludibriante para os arbitadores das apropriações meramente financeiras.

Como, porém, as mercadorias são expressão do valor de troca, do valor, e do valor de uso, chega certo momento em que a imbricação entre finanças e produção conduz a um estado de superprodução, ou superacumulação. Há capital em várias formas – capital fixo, mercadoria, títulos financeiros – que se estão em desproporção com o sistema monetário e, mais do que isso, em excesso de capacidade. Ou seja, o sistema caminha perigosamente entre a abundância e a inutilidade, tendendo à destruição. A revelação da irracionalidade do sistema se dá com o estouro da especulação financeira. Em certo momento, descobre-se que os investimentos não têm o retorno esperado, e as razões para isso estão tanto no excesso de competidores, que, com a tomada de recursos pelas finanças, saturam as atividades produtivas e rebaixam a taxa de lucro para aquém dos custos produtivos ou dos custos de financiamento; quanto na escassez de mão de obra provocada pelo emprego na plataforma produtiva cuja expansão está estimulada pelo processo especulativo.

Dado momento, portanto, o crash se torna inevitável, uma vez que os títulos replicados deixam de corresponder com ganhos que se realizam. Mais do que isso, ela se torna necessária, justamente para readequar os termos de produção e apropriação do mais valor. A contradição fundamental do sistema entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, que é amainada pela equalização da taxa de crédito, volta à tona na desproporção entre valores fictícios e lucratividade escorchada. Todas as formas portadoras de valor passam então pelo vestibular do conteúdo de valor. Buscam a forma dinheiro para se realizarem no processo de acumulação. A maioria delas, porém, é destruída na forma de mercadoria, máquinas, papéis, infraestrutura física e social, que não conseguem realizar o salto mortal da mercadoria para a forma dinheiro. O momento do crash é, pois, de confronto do universo de mercadorias e títulos financeiros com o corpo monetário.

Nesses momentos, a crise é necessária ao sistema porque resolve as tensões adjacentes à contradição fundamental: torna novamente abundante a mão de obra que se tornou escassa no período de expansão produtiva e destrói o excesso de forças produtivas que emprega e escasseia a mão de obra, ou seja, ela reconstitui os

exércitos de reserva que permitem rebaixar o custo da força de trabalho, recuperando as margens de exploração e formação de lucros (HARVEY, 2013b, pp. 423-425).

Segundo Harvey, no curso da expansão material impulsionada pelo processo especulativo surgem as condições materiais para uma nova expansão, baseada em novas configurações entre as relações sociais de produção e as novas técnicas produtivas, que redimensionam a taxa de exploração e a disciplina do trabalho. O autor faz menção a Marx, que, em *Contribuição à Crítica da Economia Política*, dimensiona a crise como um processo necessário e já continente de suas soluções estruturais, dizendo que “*a humanidade só se impõe tarefas que é capaz de resolver*”, pois “*o próprio problema só surge quando as condições materiais para sua solução já se encontram presentes ou pelo menos em formação*” (HARVEY, 2013b, p. 423).

Uma das formas de se resolver as contradições do processo de acumulação está na exportação dos efeitos da desvalorização e da destruição, o que funciona seja para adiar a tendência à queda da taxa de lucros, seja para arrefecer as desproporções das formas de valor, a superacumulação.

Tomando o processo de acumulação em sua dimensão temporal e espacial, o espaço funciona como mecanismo conversor das restrições temporais. Nos momentos de queda da taxa de lucro ou de multiplicação das formas de valor ou representativas de valor (financeiras), o capital vai progressivamente sendo exposto ao risco da desvalorização. O excesso de formas de valor em circulação, impulsionado pelas formas representativas do valor, força a redução dos rendimentos auferidos na rotação do capital. Assim, um mecanismo de condução dos excedentes para atividades mais rentáveis e com maior tempo de rotação se dá por meio da construção do espaço.

Assim, o processo de acumulação central vai aumentando o seu raio de influência, construindo e atrelando nossas configurações geográficas aos seus fluxos de valorização. No raio da circulação, a paisagem da circulação atesta as diferentes importâncias que os espaços têm para o processo de acumulação como um todo, o que resulta em uma especialização espacial da produção e da apropriação do valor.

Trata-se do que Harvey denomina desenvolvimento geográfico desigual, que tem implicações para o plano interno das economias regionais, quanto para o plano

externo das economias nacionais. Passamos a tratar mais detidamente da produção e da desvalorização do espaço no bojo do processo de acumulação.

Espaço e tempo da acumulação

Para Harvey a localização é um atributo material fundamental da atividade humana e é socialmente produzida. Nesse passo, a produção de configurações espaciais constitui um momento ativo da dimensão temporal da acumulação e da reprodução social. Isso porque o espaço tem um valor de uso, de diversos usos, que no contexto da produção de mercadorias adquirem valor de uso social, sendo subsumidos ao valor de troca e integrando a formação do valor. No esteio da produção de mercadorias, os espaços são integrados e assumem também a forma social do trabalho abstrato (HARVEY, 2013b, p. 479).

Disso resulta que há, para cada espaço, uma orientação de produção para o processo de acumulação. O processo de acumulação orienta a integração espacial, condicionando os espaços aos seus termos de produção e apropriação do mais valor. Para que se alcance as condições suficientes para a integração, é necessário que, em alguma medida, as forças produtivas ou as relações sociais de produção sejam mercadificadas, isto é, intercambiáveis por dinheiro. Com a redução das barreiras à circulação das mercadorias e dos capitais, o espaço se torna efetivamente integrado ao processo de acumulação geral (HARVEY, 2013b, p. 480).

“O capital pode se mover como mercadoria, como dinheiro ou como um processo de trabalho que emprega capital constante e variável de diferentes tempos de rotação. Além disso, a relação entre a mobilidade do capital variável e aquela dos próprios trabalhadores introduz outra dimensão à luta de classe, embora o problema ligado à circulação do capital no ambiente construído também requeira uma atenção especial” (HARVEY, 2013b, p. 481).

O primeiro dos processos de produção espacial se dá pela formação de infraestruturas de transporte e comunicação. A sua constituição faz parte do processo de acumulação. E as distâncias e velocidades auferidas pelos sistemas de transporte e comunicação são determinantes para o desenho da geografia integrada do capital. Os

diferenciais nos custos sociais de transporte e comunicação entre os espaços criam entre eles uma organização hierarquizada, que premia os espaços mais preparados para a produção, circulação e apropriação do mais capital, que permite concentrar capitais e, por conseguinte, renovar essas infraestruturas (HARVEY, 2013b, p. 482).

O capital renova constantemente as infraestruturas físicas em busca da diminuição do seu tempo de valorização. De modo geral, o processo de acumulação busca o tempo todo aniquilar as distâncias espaciais para completar no menor tempo o seu ciclo de valorização. Esse imperativo do processo de acumulação resulta em desvalorizações relativas sobre aqueles espaços que não acompanham a modernização das infraestruturas de circulação do capital. A competição espacial faz com que os locais melhor equipados afirmem lucros excedentes, que surgem da desvalorização relativa de outros espaços menos aptos ao processo de acumulação. E isso significa que as forças produtivas e as relações sociais de produção sofrem os efeitos da desvalorização relativa dos espaços – por exemplo, destruição de empregos, recessão econômica, desvalorização fundiária, etc. (Harvey, 2013b, p. 483).

Para que a geografia da acumulação seja produzida, é preciso constituir canais de circulação para o capital e para o trabalho. Entre a liberdade desses fatores, existem diferenças consideráveis. O trabalho a tem para se locomover para espaços em que tem possibilidade de vender a sua força de trabalho. Em regra, seu movimento busca sempre os espaços de valorização do capital em que pode receber mais pelo seu trabalho. Mais do que determinada por suas vontades subjetivas, a liberdade do trabalho é determinada pelas necessidades do capital de constituir exércitos de reserva que lhe permitam ampliar a exploração (HARVEY, 2013b, pp. 486-487).

Para o capital, uma das condições essenciais para garantir a sua circulação está na superação dos obstáculos geográficos opostos ao sistema de crédito. Dentre os obstáculos, estão as diferenças regionais de padrão monetário. As fronteiras de conversão das moedas nacionais podem oferecer riscos de desvalorização à circulação internacional do crédito (HARVEY, 2013b, pp. 493-494). Cada Estado-nação atua para conservar seu campo monetário e creditício dentro de suas fronteiras e alhures, garantindo a apropriação do mais valor ao seu campo de interesse. Significa dizer que a competição interestatal se dá justamente pela apropriação dos fluxos de mais valor que compõem o mercado mundial. No intuito de proteger os fluxos que estão sob seu

controle, eles alicerçam barreiras (como subsídios, tarifas protetivas, controle cambial, crédito barato, etc.) que podem oferecer riscos ao credor (HARVEY 2013b, p. 494).

Como se vê, a administração monetária operada pelo Estado cumpre papel fundamental para o desenho dos canais de circulação do capital. Ao internalizar na moeda nacional a desvalorização das mercadorias por meio de políticas fiscais e monetárias, ele pode assumir as rédeas de uma ‘recessão controlada’, para reconstituir as bases de retomada do processo de acumulação. Isso desde que as instituições estejam aptas a impulsionar a nova expansão. O que nem sempre é evidente, pois elas estão sujeitas a intensas disputas de classes, cujos resultados podem não convergir com os interesses do capital. Mas ainda que estivessem livres desse embate, as arquiteturas institucionais nacionais podem, elas mesmas, não serem suficientes para a recuperação da economia, quando comparadas aos mecanismos de mercado livre¹⁶ (HARVEY, 2013b, p. 424).

O que se percebe a essa altura da exposição é que tanto as vantagens tecnológicas quanto as vantagens espaciais permitem aos capitalistas individuais obter lucros excedentes por certo período. Contraditoriamente, essas vantagens são mitigadas à medida que a competição se intensifica, e o que era lucro excedente, ou mais valor relativo, passa a ser absorvido na forma de renda ou royalties pelos proprietários fundiários ou ‘proprietários tecnológicos’, respectivamente. A taxa de lucro vai se equalizando, mas mais do que isso, vai se equalizando com tendência a zerar.

Isso induz dois tipos de reajustes: produção de novas tecnologias ou realocização ou reestruturação espaciais.

O que torna as duas estratégias viáveis do ponto de vista da realização do capital – que quer recompor organicamente o capital - ou realocalizá-lo é a formação constante de exércitos de reserva de força de trabalho. A competição tecnológica ou espacial observa portanto a necessidade de reconstituir os termos de exploração da força de trabalho para geração de mais valor (mediante criação de desemprego e/ou barateamento dos custos de reprodução da força de trabalho). Embora distintas, essas

¹⁶ Harvey também considera a assunção de formas autoritárias de governo como uma alternativa para disciplinar tanto o trabalho como o capital para garantir as bases da retomada do ciclo de acumulação (HARVEY, 2013b, p. 425).

duas dinâmicas podem funcionar, e geralmente o fazem, de forma combinada e simultânea, guardando entre si uma relação necessária (HARVEY, 2013b, pp. 497-500).

Por orientação dessas forças, o processo de trabalho é organizado no espaço sob a tensão entre a concentração geográfica da produção e a dispersão e especialização territorial. São reflexos da luta por lucros excedentes no plano geográfico e na paisagem urbana e rural da produção capitalista.

Segundo Harvey, essa dinâmica só é, em alguma medida, mitigada se as condições para a super exploração do trabalho forem mantidas constantes. Neste caso, são menores os incentivos aos capitalistas individuais para apostarem em mudanças tecnológicas ou reconfigurações espaciais (HARVEY, 2013b, p. 501).

O que efetivamente garante certa estabilidade aos processos de reconfiguração espacial e constituição orgânica do capital são os tempos de rotação dos capitais invertidos na produção. Em muitos casos, toma-se muito tempo para que as estruturas espaciais ou tecnológicas sejam desenvolvidas e os investimentos amortizados. Os processos de valorização do capital ficam condicionados às temporalidades de cada tipo de investimento realizado. E os capitais fixados no território ficam expostos à desvalorização caso os períodos de rotação do capital sejam alterados, assim como acontece com o capital tecnológico.

É o que acontece com as indústrias, por exemplo: o tempo de valorização do capital observa a constituição de uma aglomeração industrial ou construção de infraestrutura de conexão às cadeias de produção e distribuição. Simultaneamente, os processos contraditórios da acumulação podem subitamente alterar o tempo de rotação do capital. O capital fixado, diante da corrida para a forma circulante, sofre, por isso, da desvalorização. E o capital circulante procura novas configurações produtivas e espaciais para se valorizar (HARVEY, 2013b, p. 502).

Uma das formas de organização do tempo de valorização do capital sobre o capital fixo é desvincular a propriedade da posse do imóvel. Todo o ambiente construído pode ser representado em títulos financeiros vinculados aos rendimentos do capital incorporado à terra. Desta forma, o capital portador de juros regula os tempos de valorização do capital, controla a expansão territorial e recomposição orgânica do capital, pelo capital fictício representado em títulos financeiros. Por esse mecanismo, a

representação da propriedade por títulos financeiros possibilita ao sistema regular a produção do espaço da seguinte maneira:

“O intervalo entre a necessidade de produção e as possibilidades de realização pode ser continuamente monitorado mediante as flutuações nas rendas, as taxas de juro e os impostos, enquanto os mercados fundiário, imobiliário e dívida do governo proporcionam sinais elaborados para o investimento e o desinvestimento de um lugar para outro. Desvalorizações eventuais importantes podem ser evitadas permitindo-se ajustamentos de preços múltiplos e menores durante o tempo de existência de algum bem fixo e imóvel. Os investidos podem aplicar capital monetário ou retirá-lo a qualquer tempo. O risco onipresente de desvalorização também pode ser parcialmente socializado porque uma perda séria aqui pode ser mais do que compensada por um ganho particular ali. E se ocorrerem desvalorizações maciças localizadas, elas podem ser parcialmente absorvidas dentro do sistema de crédito ou pelo Estado” (HARVEY, 2013, p. 504).

Mais uma vez, os efeitos desestabilizadores do processo de trabalho, desta vez na construção do espaço, são temporalmente regulados por uma métrica socialmente determinada: a taxa de juros. Funcionando com a própria representação do valor em movimento, ela regula os horizontes temporais e geográficos do fluxo de capital¹⁷ (HARVEY, 2013, p. 504).

Mas ao mesmo tempo que regulam a aplicação do capital sobre o espaço, essas formas financeiras abrem caminho para que processos especulativos sobre rendimentos esperados do capital fixado à terra. Isso combinado com os investimentos dos agentes privados e do Estado viabilizam a produção espacial, atraindo mais investimentos e absorvendo mais excedentes monetários. São esses estímulos que afastam em certa medida os riscos de desvalorização¹⁸. E mesmo em períodos de febre especulativa, o espaço redundante por ela produzido serve para a expansão subsequente

¹⁷ Segundo Harvey, há uma hierarquia de meios para regulação da produção do espaço pela taxa de juros: mercado, instituições e Estado (pela emissão de bônus contra receitas de arrecadação fiscal) participam, nessa ordem, na produção e reestruturação espaciais, estabelecendo meios independentes e formas de circulação próprias, para configurar ambientes construídos de acordo com interesses do capital e do trabalho (HARVEY, 2013, p. 505).

¹⁸ Harvey destaca o caráter benéfico da especulação fundiária para o processo de acumulação, à medida em que torna a terra objeto de disputa e inversão de capitais, que aumenta a infraestrutura fixada ao espaço (HARVEY, 2013b, 485).

do capital. Assim, fábricas, prédios, empreendimentos, etc., hoje necessários, mas amanhã desnecessários, podem servir, em um futuro pós crise, para a retomada do processo de acumulação (HARVEY, 2013, p. 506).

No plano da produção espacial mundial que integra as economias nacionais, Harvey explica que o processo de acumulação integra de forma instável, tensa e hierarquizada, a diversidade geográfica.

Suas considerações contribuem para compreendermos, por outra perspectiva, as percepções desenvolvidas na Economia Política de Celso Furtado, que sustentam a Teoria do Subdesenvolvimento, e que tem como cerne a descrição dos mecanismos de diferenciação na participação do excedente global, o que veremos a seguir no Capítulo II. O conceito de Harvey converge para o reconhecimento da desigualdade na distribuição do excedente global, que estrutura um sistema mundialmente integrado e hierarquizado.

O princípio de que o processo é global e hierarquizado não exclui a possibilidade de que o circuito da acumulação não possa estar ‘fechado’ dentro de um espaço nacional. Para que isso aconteça, é preciso que se forme um todo consistente e coerente dentro de uma região, que articule as plataformas produtivas, as tecnologias, os mecanismos de distribuição, as formas de consumo, as quantidades e qualidades de mão obra e as infraestruturas físicas e sociais necessárias (HARVEY, 2013b, p. 527).

O ponto de partida para compreender a acumulação, porém, nunca pode ser um espaço fechado. Pois as regiões econômicas sempre estão em formação sob a referência coordenadora de um centro de acumulação, que compensa as contradições da superacumulação na produção e expansão do espaço de valorização do capital. A luta do Estado pela apropriação do mais valor, como não poderia deixar de ser, é tensa e contraditória, e enfrenta obstáculos de ordem interna e externa, estando fortemente enquadrada por uma hierarquia internacional:

“As tensões entre a fixidez e o movimento na circulação do capital, entre a concentração e a dispersão, entre os compromissos locais e os interesses globais, impõem imensa pressão sobre as capacidades organizacionais do capitalismo. Em consequência disso, a história do capitalismo tem sido marcada por exploração e modificação contínuas que podem aliviar e conter essas tensões. O resultado tem sido a criação de estruturas de

organização hierárquicas aninhadas que podem vincular o local e o particular com a conquista de mão de obra abstrata no cenário mundial. As crises são articuladas e as lutas de classes e entre facções se desenvolvem dentro dessas formas organizacionais, enquanto as próprias formas com frequência requerem uma transformação dramática diante das crises de acumulação” (HARVEY, 2013, p. 533).

Uma das formas de se perceber as tensões hierárquicas e espaciais se dá por meio das contradições do sistema financeiro com o sistema monetário, por exemplo. O curso das moedas de circulação internacional e a hierarquia entre elas revelam o quão potentes são os sistemas financeiros e creditícios das economias nacionais. Para coordenar a supremacia das moedas internacionais, instituições internacionais são erigidas com o fulcro de garantir o seu papel como medida de valor internacional. E é no momento em que o sistema financeiro se descola do corpo monetário da moeda internacional e as crises se irrompem que essas instituições são colocadas à prova para cumprirem a missão de preservar a moeda internacional como medida de valor e o papel de determinadas economias nacionais como banqueiros mundiais, ainda que isso implique a destruição e desvalorização de determinadas regiões, para a coerência do sistema como um todo (HARVEY, 2013b, p. 534).

Podemos dizer que a plasticidade geográfica do processo de acumulação se estrutura tanto no plano interno como no plano externo. De modo que a coordenação da acumulação alcança o nível das instituições internacionais. A formação do valor, porém, sempre está localmente determinada e a disputa¹⁹ pelo mais valor extraído

¹⁹ Sobre o aspecto da luta de classes e a formação dos espaços de acumulação, Harvey pondera sobre as diversas alianças possíveis entre as diferentes facções do capital e do trabalho. Segundo o autor, as bases materiais da luta de classes no capitalismo tem no tempo e no espaço do processo de acumulação sua arena de embates. Como é próprio da acumulação garantir a circulação do valor por canais fixados ao território, muito das alianças conjunturais entre facções, sejam do capital, sejam do trabalho, observam a necessidade de conservação e transformação das infraestruturas físicas e sociais constituídas e voltadas à circulação do capital. Enquanto para a facção dos capitalistas monetários há maior facilidade para mobilizar seus capitais, para a facção da produção os movimentos são mais difíceis e custosos. E como o processo de acumulação é essencialmente turbulento do ponto de vista da organização das relações sociais de produção e da reprodução da força de trabalho, são diversos os arranjos políticos formulados para defender o capital social fixado dos processos de desvalorização, ou mesmo destruídos em função da desvalorização, ora servindo como linha de defesa, ora como linha de ataque, de uma facção a outra do capital, primordialmente, e do trabalho também. Esses conflitos são parte do momento ativo do processo de acumulação (HARVEY, 2013, pp. 531-533).

começa no território em que se instalam as forças produtivas e as relações sociais de produção.

Em meio às fases da acumulação, às margens institucionais, às compensações espaciais, às lutas sociais pelo mais valor, há sempre um espaço para a apropriação do mais valor pelo Estado. No contexto da competição interestatal, essa luta é travada no sentido de exportar a desvalorização da moeda, o desemprego, a desindustrialização para outros espaços geográficos. A atuação estatal busca advogar uma resolução das tensões gestadas pela centralização e dispersão, mobilidade e fixidez, no seio das corporações industriais e financeiras, que anseiam por despejar sobre todo o tecido das relações de produção e distribuição capitalistas os seus excedentes, o que, dado momento, só pode ocorrer pela criação de uma geografia hierarquizada e essencialmente desigual.

É que no patamar das contradições entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, impulsionada pelos processos especulativos, que denotam o estado de superprodução, abre-se a chaga da disritmia entre a produção e a realização do valor. O excesso de formas específicas de valor que saturam o fluxo de conversão para outras formas de valor. As plataformas produtivas em excesso, as mercadorias em excesso, os títulos financeiros em excesso, a moeda em excesso... Na cascata da superacumulação, torna-se questão de momento a desvalorização e a destruição das formas redundantes. Trata-se de um mecanismo a serviço da recuperação da unidade entre produção e realização do valor, da conversão do valor em outras formas, pela eliminação do excedente, se preciso, mediante uso da força (HARVEY, 2013b, p. 538).

Do ponto de vista geográfico, a crise pode representar um ajuste espacial, que abre oportunidades para esses grupos, reformulando das fronteiras de circulação para franquear a exportação de capitais monetários, mercantis ou produtivos, ou a exportação ou importação de força de trabalho valorizada/desvalorizada. A abertura dos espaços serve à absorção dos excedentes e à continuidade da valorização do capital.

Por via dos esforços de administração dos excessos de formas do valor, os Estados e as grandes corporações industriais e financeiras buscam evitar a irrupção das crises, forçando a abertura de fronteiras para novas composições geográficas de forças produtivas e sociais de produção, articulando diversas áreas do globo terrestre. É por essa razão que os espaços nacionais são necessariamente vazados, para que o

processo de acumulação obtenha suporte produtivo e social para sua realização. Tomando como parâmetro o funcionamento das economias nacionais, há no seu entrelaçamento externo a formação de um espaço mundial. E as disputas que deslocam os processos de desvalorização são dadas em campos de alianças territoriais de relevada importância.

São os ritmos de acumulação de cada uma dessas configurações espaciais que ditará a capacidade que têm de suportar as pressões de deslocamento de crises por outras regiões (HARVEY, 2013b, p. 539). Mas a própria capacidade de coordenação do processo de acumulação é relativa, na medida em que a mobilidade do capital é no mais das vezes ampla, e a do trabalho, bastante relativa, fragilizando as alianças territoriais conjunturais.

Como vimos, para aliviar as tensões entre fixidez e flexibilidade que sustentam o processo de acumulação no espaço nacional, além da desvalorização relativa e a destruição das formas redundantes do valor, uma das saídas se dá pela compensação espacial: o comércio externo, como meio de realizar o excesso de mercadorias; e o investimento produtivo em outras regiões, como meio de realizar o excesso de capitais acumulados, seja pela implementação de infraestrutura, seja pela instalação de capacidades produtivas.

Neste segundo caso, incrementa-se a competição internacional pela compra e venda de mercadorias, o que coloca sob pressão as taxas de lucro da produção das diversas regiões, inclusive do país de origem. O que parametriza o deslocamento do capital são as oportunidades de lucro, oferecidas pela existência de exércitos de reserva de mão de obra e as melhores condições de explorá-lo. Daí o encontro do modo capitalista de produção com outros modos de produção.

O capital avança sobre as áreas tradicionais de produção para explorar o seu contingente de mão de obra e seus recursos naturais (insumos) na forma da acumulação primitiva. Quando esgotadas essas possibilidades, ele precisa voltar a si mesmo para a canibalização: as relações sociais de produção precisam ser por toda parte reconfiguradas para se restabelecer taxas valiosas de exploração.

Neste cenário, entram em cena as forças estatais, que buscam deslocar para outras regiões os processos de desvalorização. É a partir dessa dinâmica que

Harvey conceitua o imperialismo, como necessidade do capital e funcionamento estatal operando para preservar a acumulação e deslocar a desvalorização (HARVEY, 2013b, pp. 543-552).

São os ritmos de acumulação diferentes, regulados por controles nacionais sobre a circulação de diferentes graduações, todos convergindo para algum grau de descontrole; e os processos de acumulação que se sustentam sobre diferentes forças produtivas e relações sociais de produção; que produzem uma geografia desigual, que distribui desigualmente os processos de apropriação do mais valor, bem como de desvalorização e destruição do capital redundante que não se realiza pela superfície do capitalismo.

No transcurso, as nacionalidades produzem arranjos infraestruturais sociais, organizacionais e normativo-institucionais, que servem para aportar a acumulação de capital. As diferenças geográficas e nacionais desses diversos arranjos estão posicionadas de forma hierárquica, refletindo as diferenças de apropriação e controle do trabalho abstrato, de valor gerado. A tarefa de assimilar o espaço local de exploração do trabalho e apropriação do trabalho abstrato com a circulação internacional do capital tem nas inércias desses arranjos ora virtudes ora dificuldades em alavancar a acumulação.

Em suma, o que perpassa essas estruturas todas é a capacidade que elas têm de coordenar a acumulação do capital, garantindo a fixidez e a flexibilidade necessárias à produção e apropriação do valor. As tensões da superacumulação podem pressionar esses arranjos institucionais ao limite, desencadeando crises com alcance global, com efeitos sobre os arranjos normativo-institucionais nacionais, levando a novas configurações hierárquicas de coordenação e apropriação do valor (HARVEY, 2013b, p. 543).

No Capítulo III, veremos como o desenvolvimento de uma esfera financeira integrada em nível mundial reconfigurou os arranjos institucionais que sustentavam, no plano nacional, os processos de acumulação, redesenhando os vínculos entre a produção territorial da riqueza e a apropriação, que foi deslocada dos circuitos nacionais fechados, para circuitos nacionais abertos, com circulação sem restrições ao capital internacional. Nesse mesmo capítulo, analisamos como as formas de financiamento à inovação tecnológica foram modificadas pelas novas estruturas

concorrenciais corporativas e financeira, e qual foi o impacto disso para a construção de infraestruturas sociais, notadamente o Sistema Nacional de Inovação, para a acomodação do processo de acumulação caracterizado pela apropriação predominantemente financeira do excedente.

Antes, trataremos no Capítulo II como a Teoria do Subdesenvolvimento identifica as estruturas que constroem a desigualdade geográfica do capital, em detrimento das nações periféricas do capitalismo, e como os prognósticos para a superação da condição periférica são conceituados de acordo com a conjuntura do regime de acumulação vigente à época da formulação da teoria. No curso do capítulo, veremos como os próprios diagnósticos de Celso Furtado sobre as transformações do capitalismo mundial alteram aqueles prognósticos, de modo a alterar o sentido da construção de infraestruturas sociais, inicialmente pensadas para a promoção de um circuito fechado de valorização do capital. Ao final, traçamos um paralelo entre os elementos do quadro conceitual de Furtado e de Harvey que registram as possibilidades de apropriação da riqueza por formas meramente rentistas, baseadas na titularidade da propriedade privada. Assim, preparamos a passagem para o Capítulo III.

CAPÍTULO II – Economia Política: contribuições de Celso Furtado

Neste capítulo, apresentaremos por uma perspectiva história a Economia Política produzida por Celso Furtado. Veremos como, ao longo de sua vida, o autor interpretou as transformações do capitalismo em âmbito mundial e prescreveu medidas de Política Econômica para que o Brasil se tornasse um país desenvolvido do ponto de vista econômico e social, indicando as insuficiências que precisariam ser superadas.

A apresentação perpassa as ideias contidas em obras publicadas entre as décadas de 1950 e 1980, período que a pesquisa deste trabalho foi capaz de cobrir. Nelas, constatamos duas perspectivas diferentes, que se delineiam no curso de trinta anos, e cujas implicações afetam as prescrições para a Política Econômica. No primeiro momento, o autor identifica uma dinâmica de desenvolvimento que tem origem no mercado externo, mas que se desloca para o mercado interno com o processo de industrialização, e abre a via de desenvolvimento autônomo. Essa mudança, ocorrida na primeira metade do século XX, teria aberto a possibilidade de avançar o desenvolvimento industrial brasileiro para alcançar o patamar de riqueza e equilíbrio social dos países centrais do capitalismo, pelo incremento de um processo autônomo de valorização do capital. O autor se debruça sobre as insuficiências e tensões da dinâmica interna de desenvolvimento industrial, identificando como um dos obstáculos à superação da condição Periférica a dependência tecnológica.

Veremos como o quadro categorial da Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado concebe a tecnologia como fator estruturante da desigualdade entre nações centrais e periféricas do capitalismo. O autor reafirma em diversos momentos de sua produção literária o papel central da tecnologia na organização desigual das tarefas produtivas e da distribuição do excedente em âmbito mundial. Ao longo do tempo, suas reflexões prescreveram medidas diferentes para a superação da situação subordinada da periferia com relação ao centro. Com relação à produção de tecnologia, o papel do Estado é central.

No entanto, segundo as análises de Furtado esse mesmo Estado responsável por incrementar o desenvolvimento nacional autônomo perde força à medida que as grandes empresas transnacionais e as redes financeiras internacionais redesenham o circuito de valorização do capital, escapando aos controles administrativos pressupostos em suas teses de superação do subdesenvolvimento.

A nosso ver, as considerações do próprio autor sobre as transformações da economia global, cujos impactos são por ele descritos como paralisantes dos instrumentos estatais de controle do processo de desenvolvimento capitalista, forçam uma reinterpretação das primeiras medidas contidas em suas obras iniciais. Essas considerações se justificam porque as primeiras teses do autor são atualmente reivindicadas pelos agentes estatais para formular políticas estatais de estímulo à produção tecnológica. Daí a relevância de se rediscutir a sua Economia Política, para que possa de alguma forma contribuir para uma melhor compreensão dos referenciais teóricos dos formuladores de Políticas Públicas, do manejo de instrumentos disciplinados pelo Direito Econômico e da produção e promoção de infraestruturas físicas e sociais prescritas sob estratégias desenvolvimentistas.

Um registro importante de que a Economia Política de Furtado permanece viva junto aos formuladores de políticas estatais brasileiros é dado pelo texto de apresentação da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015²⁰, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Neste, prescreve-se como objetivo estratégico a combinação da meta de construção de uma sociedade equânime e desenvolvida, com uma expansão industrial articulada com autonomia tecnológica. Supõe-se no texto que a produção de tecnologia constitui condição necessária ao desenvolvimento industrial autônomo, que, uma vez despertado, desencadeia a absorção do contingente de mão de obra desempregada pela sua expansão, reduzindo a desigualdade social ao proporcionar uma melhor distribuição dos frutos do progresso técnico. Nesse sentido, a produção local de tecnologia, por estímulo estatal, cumpriria uma função estratégica na construção de uma sociedade desenvolvida.

O texto é assinado pelo então Ministro Aloísio Mercadante e identifica como principal desafio para o desenvolvimento brasileiro o seu ingresso na sociedade do conhecimento:

“ (...) o principal desafio que o Brasil terá de enfrentar se quiser se transformar em um País efetivamente desenvolvido, com uma economia eficiente e competitiva: preparar-se para a “sociedade do conhecimento (...)”

²⁰ BRASIL, MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI. *Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Informação – 2012-2015*, Brasília, DF, 2012. Fonte: http://www.mct.gov.br/html/objects/ebook_mcti/.

Avançar na estruturação de uma base econômica apoiada em um processo endógeno e dinâmico de inovação é decisivo para que o Brasil possa realizar o sonho de uma sociedade próspera, justa e soberana capaz de interferir à escala global, nos rumos e na gestão do desenvolvimento mundial”.

Como se vê, o trecho acima posiciona a ideia de construção de uma estrutura econômica dinâmica, baseada em um processo endógeno e dinâmico de inovação, como condição para a realização de uma sociedade próspera, justa e soberana. O raciocínio da apresentação ministerial articula conceitos²¹ que são muito próprios à análise da Teoria do Subdesenvolvimento²². Em ambas estão presentes e articuladas noções como (i) desenvolvimento industrial; (ii) mercado interno; (iii) autonomia tecnológica, (iv) aumento do bem estar da população, e (v) maior projeção dos interesses nacionais no plano mundial. O desenvolvimento econômico e social é entendido como o resultado de uma economia competitiva e eficiente, baseada na expansão industrial associada à produção de tecnologia²³.

Dentro desse quadro conceitual, o texto ministerial reproduz um dos elementos centrais da Teoria do Subdesenvolvimento ao antagonizar o “*sonho de uma sociedade próspera, justa e soberana*” com a dependência tecnológica. Como já dito, o que está subentendido nessa vinculação é ideia de que a distribuição dos frutos do progresso técnico no plano nacional funciona como condição para a equidade social, o que depende da superação da dependência tecnológica; passo a ser alcançado mediante a produção nacional desse fator, por estímulo da ação estatal.

²¹ Os conceitos destacados estão presentes na seguinte passagem do relatório da ENCTI 2012-2015: “*Pode e deve sim, aproveitar as oportunidades existentes no mercado internacional, mas sempre na perspectiva de agregação de valor à produção primária e a utilização dos recursos obtidos por essa via no fortalecimento, integração e diversificação da sua capacidade industrial, na elevação da produtividade sistêmica da economia, na revolução do seu sistema educacional e na construção das bases científicas e tecnológicas sobre as quais descansarão, a longo prazo, o bem estar das gerações futuras e a projeção dos interesses estratégicos nacionais no cenário internacional. Por isso é fundamental avançar cada vez mais na incorporação do progresso técnico à produção industrial, que esteve baseado historicamente na utilização, via importação ou investimento estrangeiro direto, de equipamentos e tecnologias já disponíveis ou geradas em outros Países. O avanço da industrialização tem que se apoiar fundamentalmente, no desenvolvimento científico e tecnológico endógeno e em sua incorporação crescente ao processo produtivo*”, in BRASIL, MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI. *Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Informação – 2012-2015*, Brasília, DF, 2012, pp. 10-11.

²² Além das semelhanças categoriais, há expressa citação a Celso Furtado, que seria autor da frase: “*o futuro deve ser uma fronteira aberta à invenção do homem*”, *ibid.*, p.20.

²³ *Ibid.*, 2012, p. 12.

A filiação teórica também é perceptível na passagem em que diagnostica a “*brecha tecnológica*” entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento²⁴, que teria como causa a reestruturação organizacional e territorial da produção mundial de manufaturas, liderada pelos grandes grupos transnacionais, que centralizam e articulam as plataformas industriais em escala mundial.

A política ministerial se desafia, portanto, a transformar o país em uma “*potência científica, tecnológica e inovativa*”²⁵, por meio da “*endogeneização do desenvolvimento científico e tecnológico*”, sobre a qual, se espera, “*descansar[á], a longo prazo, o bem estar das gerações futuras e a projeção dos interesses estratégicos nacionais no cenário internacional*”²⁶.

Como se vê, o texto trabalha com o dado de que a dependência tecnológica brasileira está diretamente relacionada à capacidade das empresas transnacionais de monopolizarem a tecnologia e controlar plataformas industriais em diversas partes do mundo. Por isso mesmo, parece fugir à reflexão ministerial que a questão da dependência não se encerra na produção local de tecnologia, sendo crucial para o desenvolvimento a questão da apropriação dos ganhos proporcionados por ela.

Diante da apresentação ministerial sobre os desafios do desenvolvimento brasileiro, algumas questões tratadas pela própria Teoria do Subdesenvolvimento de parecem ficar sem respostas.

Por exemplo: como seria possível garantir a distribuição dos frutos do progresso técnico, se considerarmos que o próprio Furtado descreve um circuito de valorização do capital que extravasa os limites nacionais? Outra: como garantir que essa tecnologia seja capaz de fomentar uma expansão industrial, se os grupos industriais hoje atuam em um mercado global e submetem seu caixa à lógica do rendimento financeiro, controlando seus níveis de investimento?

Furtado, em 1974, publicou a obra “*O Mito do Desenvolvimento*”, na qual declarou não existir relação necessária entre aumento do bem estar da população e desenvolvimento das forças produtivas. Para o autor, o processo de acumulação do capital tenderia a aumentar o fosso que separava o Centro da Periferia, sobretudo após a expansão das empresas transnacionais. Isso significava que as populações pobres da periferia jamais alcançariam o padrão de vida dos países centrais, à exceção de suas

²⁴ BRASIL, MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI. *Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Informação – 2012-2015*, Brasília, DF, 2012, p. 9.

²⁵ Ibid., p. 28.

²⁶ Ibid., p. 11.

elites. O desenvolvimento, então, seria uma ideia irrealizável na Periferia, um mito a serviço da dominação ideológica.

Em 1987, em *“Transformação e Crise na Economia Mundial”*, Furtado escreveu sobre as transformações ocorridas no sistema capitalista a partir da década 1970, que culminaram na integração dos sistemas financeiros nacionais, criando fluxos de capitais sobre os quais não incidiam os mecanismos de controle estatais. O autor constata em sua obra a incapacidade dos Estados nacionais de promover os sistemas econômicos nacionais, em razão da paralisia dos centros de decisão internos frente às imensas massas de capitais mobilizadas pelo mercado financeiro e pelos grupos transnacionais industriais e financeiros.

Desde que tais obras foram publicadas, o processo de integração financeira tomou enormes proporções, deslocando dos Estados o controle sobre a produção da moeda e sobre a circulação de capitais, especialmente a partir da consolidação das praças financeiras mundiais. Essas transformações, que não são consideradas pelo texto da ENCTI, têm forte impacto sobre a eficácia da ação estatal presente no texto ministerial.

No intuito de contribuir com as tensões entre as formulações estatais contemporâneas e a Economia Política que a fundamenta, apresentamos neste capítulo uma perspectiva sobre a Teoria do Subdesenvolvimento desenvolvida por Celso Furtado, com foco na questão da dependência tecnológica, acompanhando o percurso histórico das ideias do autor entre as décadas de 1950 e 1980.

O capítulo se organiza em três itens. No primeiro, *“Teoria do Subdesenvolvimento e Capitalismo Pós Nacional: diagnóstico da dependência tecnológica”*, abordaremos as primeiras formulações de Furtado sobre a Teoria do Subdesenvolvimento, que observa no desenvolvimento industrial brasileiro uma insuficiência tecnológica, que encontra na capacidade financeira restrita um obstáculo para aquisição de maquinário importado e promoção da expansão industrial. Na sequência desse mesmo item, apresentaremos as análises sobre as mudanças do capitalismo em âmbito internacional, que tiveram curso a partir da década de 1970, e que praticamente inviabilizam as estratégias estatais anteriormente prescritas, sobretudo porque o capitalismo teria se transformado em pós nacional, dominado por uma ampla rede de empresas transnacionais produtivas e financeiras.

No item *“Crítica e formulação a partir das teses de Furtado”*, discorreremos brevemente sobre as reflexões de autores que tomaram a obra de Furtado

como referência e se desafiaram a formular críticas e insuficiências da sua Economia Política, no esforço de interpretar o desenvolvimento brasileiro. Dentre elas, destacamos a “*Crítica à Razão Dualista*”, de Francisco de Oliveira, e o panorama oferecido por Octávio Rodrigues, em “*Estruturalismo Latino-Americano*”, sobre a história do pensamento econômico latino americano.

Encerramos o capítulo com o item “*Macroeconomia de Celso Furtado em Crise*”, que parte das constatações do próprio autor sobre a paralisia dos instrumentos de Política Econômica implementados a partir do parâmetro keynesiano, e que tiveram a eficácia mitigada pela ascensão de um esfera financeira internacional, que garantiu ampla liberdade aos agentes privados para produzirem e mobilizarem moedas e capitais. Perpassamos também o impacto dessas constatações para as formulações das teorias desenvolvimentistas, que custaram a combinar estratégias autonomistas em um contexto de ampla liberdade à circulação de capitais. Ao final, traçamos um paralelo entre as formulações de Furtado sobre novas formas de distribuição do excedente e as considerações de David Harvey sobre o poder da mera titularidade da propriedade privada como forma de participação da riqueza global.

Esses elementos ampliam o horizonte de análise para adentrar o capítulo seguinte, no qual nos debruçaremos por delinear de forma mais clara quais foram as transformações que modificaram o modo de funcionamento do capitalismo a partir da década de 1970 e de que modo a Economia Política pode contribuir para a compreensão das estratégias de Política Econômica, para quem o Direito Econômico está a serviço.

2.1 – Teoria do Subdesenvolvimento e Capitalismo Pós Nacional: diagnóstico da dependência tecnológica

A Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado conceitua o subdesenvolvimento das nações latino americanas, uma formação econômica e social marcada pela heterogeneidade estrutural, pela concentração de renda e pela existência de um enorme contingente de mão de obra não empregado, como um processo histórico

autônomo, que não constituiria uma etapa necessária para o desenvolvimento pleno das forças produtivas combinado com equidade social²⁷.

Analisando a trajetória histórica das economias latino americanas, Furtado constatava sua singularidade com relação aos processos de transformações econômicas e sociais provocados pela industrialização das economias européias no século XIX²⁸.

Em “*Formação Econômica do Brasil*”, publicada em 1959, e “*Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*”, publicada em 1961, o autor traça distinções entre os processos históricos de desenvolvimento industrial das nações desenvolvidas e das nações periféricas. Nestas, a inserção ao sistema capitalista teria se dado por estímulo do comércio exterior, enquanto as primeiras teriam se desenvolvido por processos endógenos. Como aspecto particular da industrialização periférica, ele identifica, na segunda obra mencionada, a renitência de estruturas sociais arcaicas, oriundas do período colonial, que limitariam a expansão das formas capitalistas de produção. Essa particularidade marcaria uma dualidade para o desenvolvimento periférico, na qual coexistiriam estruturas arcaicas, herdadas daquele passado, e estruturas modernas, aspirantes ao patamar das forças produtivas das economias desenvolvidas.

Debruçando-se sobre a formação econômica e social desde o período colonial até meados do século XX, Furtado analisou, ainda nas referidas obras, os diferentes graus de interação entre os setores arcaicos e modernos nas nações periféricas do sistema. É por esse ângulo de análise que o autor interpreta os obstáculos opostos ao processo de industrialização brasileiro, prognosticando a superação das estruturas arcaicas como etapa necessária ao pleno desenvolvimento das forças produtivas nacionais.

As esperanças de Furtado sobre as transformações provocadas pela industrialização davam a ele, por essa época, a certeza de que, superadas as estruturas arcaicas originárias do passivo colonial, estaria franqueado o pleno desenvolvimento das forças produtivas, superando-se o quadro de heterogeneidade econômica estrutural e

²⁷ FURTADO, Celso, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro : Contraponto : Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

²⁸ A narrativa sobre os acontecimentos históricos que levaram à industrialização podem ser encontrados em diversas obras de Furtado, dentre elas “*Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*”, “*Mito do Desenvolvimento*”, “*Criatividade e Dependência*” e “*Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico e estrutural*”. Neste momento, não passaremos por essa discussão pois o que nos importa agora é a especificidade do fenômeno do subdesenvolvimento. Adiante, veremos como essa narrativa histórica cristaliza-se no conceito de Civilização Industrial.

social das economias periféricas industrializadas. Dentre as estruturas que necessitariam ser superadas, Furtado declara (2009, p. 234) como principal entrave para o desenvolvimento a existência do latifúndio, cuja origem remontava ao período colonial e cuja permanência representava um entrave ao desenvolvimento nacional, por conter a utilização de técnicas mais eficientes na produção agrícola, que diminuiriam os custos dos salários e alimentariam a industrialização.

Os contundentes diagnósticos de Furtado, bem como as prescrições de superação de estruturas, surgiam em meio ao florescimento de uma aguda inteligência latino americana, que reunia esforços para compreender a condição da região no mundo.

O primeiro grande economista que inicia uma tradição de pensamento propriamente latino americana de desenvolvimento econômico nacional foi Raul Prebisch. Atuando na Comissão Econômica para América Latina e Caribe, a CEPAL, Prebisch deu início às formulações que contrariavam as teorias econômicas dominantes para interpretar o desenvolvimento singular das economias latino americanas. Refutando a *Teoria das Vantagens Comparativas* de David Ricardo, tão propalada pelas elites locais na defesa das atividades exportadoras, Prebisch formulou na década de 1940 a *Teoria da Depreciação dos Termos de Troca*, pela qual afirmava, basicamente, que haveria uma diferença qualitativa entre produtos primários e manufaturados, que era refletida na distribuição do produto global do mercado internacional em favor dos países industrializados. Segundo o autor, os produtos manufaturados eram mais intensivos em capital que os produtos primários e, por isso mesmo, auferiam maiores ganhos aos seus produtores. Essa desigualdade na distribuição da riqueza global marcava as relações entre nações centrais e periféricas do sistema, posicionadas na divisão internacional do trabalho enquanto produtoras de manufaturas e exportadores de bens primários, respectivamente.

A nova arma teórica serviu como ponto de partida para atacar as teses do liberalismo econômico, que resignavam as economias locais às atividades exportadoras, e apoiar o processo de industrialização como projeto de desenvolvimento das nações da região. A teoria de Prebisch dava fôlego ao processo de industrialização que se acentuara no período marcado pela desorganização da divisão internacional do trabalho, que ocupava o entre guerras. Durante esse intervalo, as nações periféricas não tiveram como importar manufaturados das economias centrais e foram forçadas a suprir a demanda interna com a produção local, dando ensejo ao que se denominou ‘processo de industrialização por substituição de produtos importados’. A intensidade da expansão

industrial e de todas as transformações decorrentes, como a urbanização, deram azo ao desejo de superação da condição periférica pela consolidação do processo industrializante, o que atraiu a reflexão de muitos intelectuais latino americanos, reunidos na CEPAL.

Foi no bojo da industrialização e de florescimento intelectual latino americano que outros teóricos cepalinos notaram a persistência de obstáculos oferecidos por estruturas arcaicas ao pleno desenvolvimento da indústria, bem como a existência de um imenso contingente de trabalhadores desempregados que desbotavam a industrialização como meio de garantir a equidade social. Dentre esses economistas, o brasileiro de maior destaque foi sem dúvida Celso Furtado.

Com os olhos na trajetória histórica da economia brasileira, Furtado, como mencionamos, identificou na persistência de estruturas coloniais a razão dos desequilíbrios provocados pelo processo de industrialização. Um dos efeitos refletidos nas cidades seria a formação de um enorme contingente de mão de obra desempregada.

Narrando quarenta anos de industrialização nas duas referidas obras, que compreendem o período entre 1920 a 1960, o autor descreve o processo de industrialização e formação do mercado interno em paralelo aos avanços e crises do setor exportador e das estruturas do passivo colonial.

Conforme veremos a seguir, as transformações engendradas pela industrialização não lograram romper com os laços de dependência estabelecidos com as economias centrais do capitalismo, o que, no curso da industrialização, assumiria a forma da dependência tecnológica.

A noção de dependência

Para tratar mais diretamente dos elementos determinados por Celso Furtado como estruturantes da relação de dependência tecnológica, será preciso fazer uma breve exposição histórica sobre os aspectos históricos e estruturais pela Teoria do Subdesenvolvimento, que seriam determinantes da posição periférica da economia brasileira, que evoluiu para a dependência tecnológica em determinado momento do desenvolvimento de suas forças produtivas.

Inicialmente, pode-se dizer que a percepção da dependência está presente desde as primeiras obras de Furtado. Em “*Formação Econômica do Brasil*”, o autor descreve o quadro de dependência da economia brasileira como resultante do período

colonial e do processo de inserção no quadro da divisão internacional do trabalho estruturada a partir da hegemonia britânica no século XIX.

A primeira forma de dependência decorre, nessa etapa, do impulso externo oferecido pelo comércio internacional, que ditava o ritmo de crescimento do setor exportador de produtos primários. A vinculação com o exterior criava uma produção local voltada para a exportação, de modo que obedecia às oscilações cíclicas das economias industrializadas. Nas fases de crise do centro do sistema, a produção local sofria um processo de regressão e boa parte da mão de obra empregada retornava às atividades de subsistência (FURTADO, 2007b, pp. 323-324).

Com a adoção do trabalho assalariado, criou-se um fluxo monetário que reverberava a renda obtida no setor exportador e nas atividades adjacentes a ele, criando, por sua vez, uma demanda interna por produtos manufaturados, que era atendida por meio da importação (FURTADO, 2007b, 218-222). A eclosão dos conflitos mundiais na primeira metade do século XX e a Crise de 1929 interromperam, por certo tempo, o fluxo de mercadorias com o exterior, o que desestimulou a inversão da renda local na expansão das atividades exportadoras, especialmente a plantação de café, e transferiu o excedente para as atividades industriais voltadas à produção de bens de consumo, que atendiam às necessidades das camadas urbanas e ofereciam retornos lucrativos.

Com isso, foi-se gradualmente modificando a estrutura econômica local, deslocando-se o centro dinâmico da economia nacional do mercado externo para o mercado interno, com base na promoção de uma indústria de substituição de produtos importados (FURTADO, 2007b, pp. 274-285).

Some-se como fator estimulador à industrialização, além da eclosão da divisão internacional do trabalho no entre guerras, as políticas de defesa dos preços do café, que reiteradamente desvalorizavam o câmbio para proteger a renda do setor exportador. Com a inversão contínua dos ganhos do setor em sua própria expansão, foi-se aos poucos criando um excesso de capacidade que forçava os preços das sacas para baixo, afetando os ganhos dos produtores. As políticas de desvalorização cambial adotadas desde o Convênio de Taubaté (1906) até a crise de 1929 tinham por escopo, primeiramente, proteger os ganhos do setor. Após 1930, manteve-se o câmbio desvalorizado e, para defender o nível da renda global da economia brasileira, o governo se valeu da compra e queima das sacas. Com isso, criou-se um ambiente

favorável à industrialização, onde a manutenção do câmbio desvalorizado funcionava como uma barreira competitiva aos produtos importados.

Dessa forma, a industrialização por substituição de produtos importados teve condições de avançar por mais de quatro décadas, o que foi aos poucos criando condições para a instalação de uma indústria de bens de capital, que fornecesse equipamentos para a expansão da primeira. A implementação da indústria de equipamentos contou com amplo apoio governamental, principalmente durante as décadas de 1940 e 1950 (FURTADO, 2007b, pp. 286-325).

Nas duas obras já mencionadas, Furtado tratou das tensões existentes entre o desenvolvimento industrial e a expansão da exportação com a permanência das estruturas arcaicas, notadamente o latifúndio agroexportador, que se faziam sentir pela escalada do processo inflacionário e pela luta pelo câmbio desvalorizado. Inicialmente, o câmbio desvalorizado atendia aos dois setores, industrial e exportador, pois, como já dito, protegia a indústria local da concorrência externa e defendia os ganhos do setor exportador.

Com o avanço da indústria de substituição, aumentou-se a demanda por equipamentos, que eram obtidos por meio de importação. A cesta de divisas obtidas pelo setor exportador não atendia, todavia, a demanda de todo o setor industrial. Essa dificuldade na capacidade de importar forçava as plantas industriais locais ao pleno emprego da capacidade instalada. Contudo, mesmo que toda a capacidade estivesse em funcionamento, ela não seria capaz de aplacar a demanda crescente dos centros urbanos. Consequentemente, o processo inflacionário avançava enquanto a capacidade instalada não era renovada por maquinário novo que possibilitasse o aumento da oferta. Por esse mecanismo, a indústria, embora limitada à renovação do maquinário, garantia o autofinanciamento pelo reajuste constante de preços. A escalada nos preços, porém, jogaria maior pressão sobre as divisas acumuladas pelo setor exportador, pois a relação com os preços dos importados alcançava um patamar de equivalência, que estimulava a importação.

Na administração dessas tensões, o Governo brasileiro optou por intervir tanto para administrar as divisas, pelo estabelecimento de um câmbio diferenciado, que privilegiava a importação de equipamentos, quanto para estimular a criação da indústria de equipamentos, que serviria para dar continuidade à expansão da indústria de substituição, retirando a pressão sobre a balança de pagamentos e controlando a inflação. Foi com esse intuito que se criou o então Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico, para centralizar o financiamento da instalação dessa indústria (FURTADO, 2009, p. 221).

Em “*Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*”, Furtado registrava sua preocupação com os limites alcançados pela própria industrialização de bens de capital, que encontrava obstáculos na renitência das formas arcaicas, notadamente o latifúndio. Para o autor, o setor de equipamentos somente alcançaria maturidade plena se pudesse se expandir para além dos limites colocados à época. Para a superação desses limites, Furtado apontava a necessidade de se realizar uma reestruturação produtiva no campo, que viabilizasse a capitalização pelo emprego de técnicas modernas, produzindo alimentos mais baratos para as classes trabalhadoras do campo e da cidade, diminuindo seu custo de vida, abrindo assim as condições para uma expansão industrial capaz de absorver o contingente de desempregados estruturais e elevando o poder de compra dessa massa (FURTADO, 2009, pp. 233-234).

Em “*A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*”²⁹, publicado em 1969, o autor já enxergava, porém, novos obstáculos ao desenvolvimento, que assumiam novas formas de dependência em meio à industrialização da etapa de bens de capital. A principal delas era a dependência por equipamentos mais avançados, que aumentassem o grau de produtividade da economia como um todo. Isso só era conseguido mediante a importação de tecnologias produzidas pelas economias centrais, o que recolocava a questão da restrição da cesta de divisas e acelerava o processo de inflação.

Essas tensões foram vividas na economia brasileira durante as décadas de 1950 e 1960 e foram resolvidas com a inserção de filiais de multinacionais, que aportavam tecnologias amortizadas, já produzidas pela sede. Essa transferência ocorria sem utilização das divisas, o que resolvia a questão da renovação do parque produtivo e da pressão sobre a cesta de divisas, mas agravava a disparidade entre os setores intensivos em capital e os setores não intensivos (FURTADO, 2007a, pp. 319-324).

Na etapa de expansão da industrialização de bens de capital, que se intensificava durante a década de 1950, duas estruturas específicas denotavam o caráter subdesenvolvido da economia. A primeira estrutura era a alta concentração de renda, baseada em uma imensa desigualdade social, oriunda do direcionamento de parte do excedente para o consumo de alto padrão, similar ao realizado nas economias centrais.

²⁹ FURTADO, Celso, *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007a.

A tal fenômeno, Furtado atribuiu o termo “*modernização*”. A modernização, além de desviar parte do excedente para uma inversão estéril pelo consumo de artigos de luxo, comprometeria o nível da poupança e do investimento, induzindo a adaptação do setor produtivo à demanda sofisticada, o que estimulava a importação de tecnologias e provocava o descolamento de um setor da indústria do todo do sistema industrial, pela alta produtividade aferida com o uso intensivo de capital. A esse fenômeno Furtado atribuiu a expressão “*inadequação tecnológica*”, cujo fundamento era o desnível de produtividade e o desvio do excedente em consumo improdutivo, que abalavam o processo de acumulação nacional, diminuindo a expansão produtiva e a capacidade de geração de empregos (FURTADO, 2008, pp. 75-76, 94-95).

Com uma demanda concentrada nas classes de alta renda e um padrão de crescimento industrial orientado por essa demanda, o problema do desenvolvimento industrial brasileiro era fundamentalmente de financiamento e como esse financiamento se daria sem que se tocasse o privilégio das classes que desviavam o excedente para o exterior. A questão da pressão sobre a balança de pagamentos, como já referido acima, resolver-se-ia em grande parte pela inserção de grupos estrangeiros no sistema industrial nacional. Para Furtado, esse movimento teria efeitos deletérios para o país, pois franqueou a implementação de oligopólios estrangeiros no mercado interno – cujas tecnologias amortizadas levantam barreiras à entrada para qualquer empresário nacional –, reforçando o quadro de dependência tecnológica, e aprofundando a desigualdade social, sem ter como difundir os frutos do progresso técnico para o todo das classes trabalhadoras, uma vez que não criava empregos diretos a ponto de superar a reserva estrutural de mão de obra, que era submetida a condições de vida em extrema precariedade urbana (FURTADO, 2008, 95-98; 2007a, pp. 454-455).

É o conjunto desses elementos, que combinam heterogeneidade produtiva, desigualdade social, dependência tecnológica, inserção das filiais das multinacionais no sistema industrial, modernização, etc., que davam significado ao conceito de uma economia subdesenvolvida, no qual o crescimento econômico, pelas razões elencadas, não implicava necessariamente na combinação entre o desenvolvimento das forças produtivas e a difusão dos frutos do progresso técnico para o conjunto da população³⁰.

³⁰ Em “*Introdução ao Desenvolvimento – Enfoque Histórico e Estrutural*”, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª edição, 2000, p. 26, Furtado faz uma descrição abrangente sobre a Teoria do Subdesenvolvimento: “Com efeito, durante todo o período referido, o debate sobre o desenvolvimento centrou-se em questões cuja

Ressaltando a natureza de dominação social do uso da tecnologia, Furtado (2008, p. 152) destaca a forma de controle exercida sobre a tecnologia:

“Pouca dúvida pode haver de que a dominação tecnológica tende a aprofundar-se à medida que se vai fazendo mais densa a rede de interesses das empresas transnacionais. Estas, em última instância, traduzem o empenho de conservar o controle da tecnologia na fase de difusão planetária das atividades industriais. A cessão de tecnologia, mediante contratos de licença, pouco ou nenhum interesse apresenta para a empresa que tem opção de explorar diretamente essa tecnologia, utilizando-a para formar o capital de filiais ou subsidiárias, para mobilizar recursos financeiros locais e ampliar o seu raio de ação. Esta a razão pela qual, longe de formar-se um crescente ‘mercado de tecnologia’ no plano internacional, na fase de industrialização dos países periféricos a área de transferência efetiva das técnicas de vanguarda circunscreveu-se a operações entre grupos que estão em condição de assegurar-se mutuamente compensações em termos de tecnologia”.

Por essas razões, o autor (2008, p. 160) assevera que o quadro da dependência tecnológica deve ser encarado pelas economias periféricas como alvo principal das mudanças estruturais que as mantêm em posição de subordinação³¹. Isso

dimensão política era determinante: degradação dos termos do intercâmbio externo, inadequação do sistema de preços na orientação dos investimentos, debilidade da acumulação em sociedades expostas ao efeito demonstração, insuficiência das instituições tradicionais para as novas funções do Estado, inadequação da tecnologia importada relativamente à oferta potencial de fatores e às dimensões do mercado interno, anacronismo das estruturas agrárias, tendência estrutural à concentração da renda, inflação crônica, desequilíbrio persistente de balanço de pagamentos, e assim por diante. A abordagem dessa temática complexa foi sendo feita sem o benefício de um esforço de teorização prévio na dimensão requerida, e quase sempre a partir de marcos conceituais, de todo insuficientes. Contudo, coube à obra de alguns autores papel de real importância na abertura de novos caminhos”.

³¹ Em “*Criatividade e Dependência*”, de 1978, Furtado (2008, p. 71) descreve a dependência tecnológica das economias de industrialização periférica como condição estrutural do capitalismo contemporâneo, uma “*trava mestra da estrutura de poder internacional*” (2008, p. 71, p. 151), que separaria as nações do centro do sistema capitalista daquelas localizadas na sua periferia. As estruturas hierárquicas do capitalismo, por sua vez, teriam suas origens no processo de formação do que ele denomina “*Civilização Industrial*”. Esta seria produto histórico da Revolução Burguesa, que se iniciara no Renascimento Comercial europeu e alcançara a maturidade com a Revolução Industrial. A ascensão da burguesia à condição de classe hegemônica foi acompanhada pela penetração dos critérios mercantis sobre todas as esferas da vida social, especialmente a esfera da produção, onde revolucionou as técnicas de produção e ampliou os ganhos econômicos. Esse processo se impôs ao todo do organismo social, que passou a se orientar por uma racionalidade instrumental, voltada para a ampliação do excedente pelo desenvolvimento de novas técnicas de produção. Com o aprofundamento do processo de acumulação, a divisão social do trabalho tornou-se mais complexa, o que foi acompanhado pela alteração dos padrões de comportamento dos agentes sociais. Esse circuito de valorização do capital tendeu sempre a extravasar as fronteiras nacionais e articular regiões ainda não inseridas no movimento de acumulação de capitais. Este é o sentido que a “*Civilização Material*” tomou ao expandir os mercados e difundir o progresso técnico, transformando as relações de ordem econômica, social, cultural e política por onde quer que se infiltrasse.

porque a tecnologia é o recurso mais nobre, que destrava a via do desenvolvimento das forças produtivas. Trata-se, para ele, de disputar o controle da tecnologia, rompendo o monopólio dos países centrais, galgando uma melhor posição na luta pelo excedente social. Função, esta, que ele incumbe ao Estado (FURTADO, 2008, p. 152; 160).

Entretanto, essa prescrição é formulada em tensão com as análises do próprio autor sobre as transformações estruturais do capitalismo ocorridas a partir da década de 1970, cujas implicações afetavam diretamente a capacidade dos Estados em impulsionar e regular o conjunto das atividades econômicas (FURTADO, 2008, p. 131). É preciso compreender dentro da perspectiva histórica e estrutural formulada por Furtado como se deram e quais são as implicações dessas transformações, para se avaliar em que medida as soluções por ele outrora indicadas para a superação do subdesenvolvimento têm sua pertinência conservada, notadamente no que diz respeito à superação da dependência da tecnologia.

Capitalismo pós nacional

Furtado formula a noção de capitalismo pós nacional a partir da interpretação que faz das transformações estruturais ocorridas nas economias centrais do capitalismo, que já eram sentidas desde meados da década de 1960 e que se aprofundaram a partir da década de 1970, repercutindo sobre todo o sistema. Essas transformações constituíram uma nova dinâmica econômica mundial, reconfiguraram as relações de produção, estabeleceram novos patamares de dominação centro-periferia e

Na maior parte das vezes, a inserção de outros povos se iniciou pela difusão de padrões de consumo engendrados nas economias centrais, estabelecendo laços culturais de dependência. À medida que as forças produtivas das áreas adjacentes se desenvolveram, novas formas apropriação do excedente foram utilizadas pelas economias centrais, reconfigurando os laços de dependência (FURTADO, 2008, pp. 150-151). As nações em que a “Civilização Industrial” floresceu e revolucionou as forças produtivas tiveram a oportunidade de participar diretamente dos frutos do progresso econômico que ela proporcionava. Para as economias cujo acesso se deu pela via indireta, primeiramente pela especialização produtiva na divisão internacional do trabalho, o acesso ao progresso técnico se deu pelo consumo de produtos importados. A noção de “Civilização Industrial” é cara para a compreensão da teoria da dependência em Furtado, pois é com base nessa perspectiva histórica e espacial que o autor analisa as transformações estruturais de natureza econômica e social, que levaram ao desenvolvimento das forças produtivas e à difusão dos frutos do progresso técnico. Pela perspectiva histórica, é possível compreender o fenômeno da dependência a partir das transformações nas relações de produção e da absorção do excedente social por fatores internos e externos, que caracterizaram, em cada tempo, uma condição de fraqueza ou subordinação (FURTADO, 2008, pp.71-73).

deslocaram a noção de sistema econômico nacional da primazia no processo de valorização do capital.

Primeiramente, é preciso esclarecer que foi o capitalismo estruturado sob a liderança dos Estados Unidos, após a 2ª Guerra Mundial, que foi transformado por suas próprias contradições. Portadora das maiores reservas de ouro, da maior capacidade industrial, da tecnologia mais avançada e do maior poderio militar do planeta, os norte americanos reuniam condições para liderar a reconstrução das economias destruídas pela guerra e para estabelecer a hegemonia capitalista em um mundo dividido pela guerra fria. Essa liderança foi exercida desde a Conferência de Bretton Woods (1944), em que se estabeleceu um padrão de desenvolvimento para todo o sistema capitalista à imagem e semelhança do padrão norte americano.

Em Bretton Woods, foi estabelecida paridade entre o ouro e o dólar, que viria a ser a moeda das transações internacionais. Com o intuito de dinamizar o comércio internacional e equilibrar as balanças de pagamentos, criou-se o Fundo Monetário Internacional, que operaria no sentido de financiar eventuais déficits nas balanças comerciais das economias capitalistas. O funcionamento desse sistema pressupunha, no plano interno, um controle estrito sobre os fluxos de capitais, função que seria desempenhada pelos bancos centrais. A ordem econômica internacional de Bretton Woods se baseava em relações internacionais estabelecidas entre sistemas econômicos nacionais centrados em seus mercados internos (FURTADO, 1987, pp. 14 e 222-223).

O processo de integração dos mercados das economias desenvolvidas foi sendo paulatinamente construído por meio de acordos bilaterais, realizados em rodadas de negociações formuladas a partir do GATT - *General Agreement on Trade and Tariffs* ou Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, que tinha por finalidade a liberalização do comércio por meio de uma gradual diminuição dos mecanismos protecionistas.

O regime de câmbio fixo e o controle dos fluxos de capitais conferiam aos centros de decisão nacionais um forte poder de controle sobre a economia, de tal modo que regulavam o nível de investimento e o nível de emprego em seus respectivos mercados internos. O equilíbrio na balança comercial se sustentava na capacidade da economia norte americana de consumir a produção das economias em reconstrução, ao passo que essas economias consumiam a produção daquele país. Nesta relação, estava implícita uma diferença de produtividade entre a economia norte americana e as demais

economias capitalistas que representava o alicerce do regime de câmbio fixo (FURTADO, 1974, p. 41).

No plano interno, os Estados nacionais operavam no sentido de garantir um ambiente estável para as empresas se desenvolverem, intensificando a sua capitalização, construindo infra estrutura, subsidiando os custos de reprodução da força de trabalho, etc. (FURTADO, 1974, p. 41). Esse ambiente permitiu que os preços se tornassem administráveis, dando condições de planejamento a longo prazo para as empresas. À frente desse processo, as empresas norte americanas passaram por profundas mudanças estruturais, transformando-se em verdadeiros conglomerados, que reuniam enorme capacidade financeira para se autofinanciar (FURTADO, 1987, pp. 15-18).

No plano internacional, a hegemonia norte americana estruturada nos princípios de Bretton Woods serviu de base para que esses conglomerados se expandissem para além de seu território, e liderassem o processo de unificação dos mercados das economias centrais e de industrialização na periferia (FURTADO, 1974, pp. 31-37).

A transnacionalização produtiva, baseada na coordenação das decisões econômicas que articulavam diversos mercados organizados, a partir do país sede da empresa, foi possível porque paralelamente se deu um processo de transnacionalização da rede bancária norte americana (FURTADO, 1974, pp. 29-31). A cobertura da rede bancária norte americana por todo o mundo possibilitou a *“emergência de uma estrutura financeira liberada da tutela dos bancos centrais e dos custos das reservas obrigatórias, com capacidade de criação autônoma de liquidez”*, que contariam com a emissão de fundos dos bancos localizados nos Estados Unidos. Dessa forma, o único banco central capaz de influenciar os enormes fluxos financeiros dessa rede passou a ser a Reserva Federal, que detinha, em última instância, o poder de emissão da moeda (FURTADO, 1987, pp. 199-200).

Na América Latina, a transnacionalização produtiva teve forte impacto sobre a formação dos sistemas econômicos nacionais locais. Em verdade, a implementação das filiais de indústrias norte americanas na região, que vinham incorporar a mão de obra barata local (FURTADO, 1974, p. 50), debilitou os centros nacionais de decisão³², desarticulando seu poder de ordenação da economia; além de

³² A debilidade dos centros de decisão periféricos decorre da incapacidade destes em controlar os fluxos financeiros dos grandes grupos estrangeiros, que os realizam dentro de sua própria estrutura. Inicialmente, tal controle

limitar as possibilidades de integração do setor industrial com a expansão das atividades exportadoras; e transferir o poder de articulação e decisão para a esfera das grandes empresas estrangeiras (FURTADO, 1987, p. 36), que passaram a decidir sobre o nível de investimento, bem como a ameaçar remover suas plataformas produtivas sempre que seus ganhos diminuíssem, buscando contornar aumentos salariais e encontrar mão de obra barata (FURTADO, 1974, p. 53).

Cumprе salientar que é no espaço do capitalismo transnacionalizado que a inovação surge como fator chave no processo produtivo. O comércio internacional passou a realizar intercâmbio de manufaturas por manufaturas, produzidas por grupos distribuídos mundialmente, com enorme poder de escala. A concorrência entre esses grandes grupos, que operam simultaneamente em diversos mercados, referenciou-se nas vantagens diferenciais de novos produtos, novas formas organizativas e novos processos. Foi em razão do curto ciclo de vida desses produtos que a concorrência se alastrou para o financiamento de projetos de inovação (FURTADO, 1987, p. 27; 252).

Durante a segunda metade da década de 1960, a expansão das grandes empresas havia acumulado volumosas somas de capitais. A necessidade dos agentes privados de administrá-las deu ensejo à criação de um mercado de capitais que impulsionou a expansão e a diversificação das atividades dos grandes grupos, o que era possível por que se operava para além dos controles monetários e financeiros nacionais (FURTADO, 1974, p. 28).

Esse mercado de capitais viria a ser robustecido com o aumento da liquidez internacional, resultante da crise da balança comercial norte americana. A consolidação das economias reconstruídas trouxe ao cenário da competição internacional as grandes empresas europeias e japonesas, cujo padrão de produtividade alcançara o da indústria norte americana. Isso provocou um enorme déficit na balança comercial norte americana, que se manteve até então superavitária. Para financiar o déficit, o governo norte americano incrementou a emissão moeda, fornecendo a liquidez necessária para a formação em curso do mercado financeiro internacional (FURTADO, 1974, p. 40-41), e estimulando o déficit orçamentário.

possibilitou às grandes empresas contornar as peculiaridades das economias periféricas: “*Contudo, dada a situação errática cambial e monetária de muitos países periféricos, uma grande empresa que opera internacionalmente pode preferir criar ela mesma os fluxos compensatórios, estabelecendo um sistema de preços interno que permita planejar suas atividades a mais longo prazo*” (FURTADO, 1974, p. 48). Conforme será visto adiante, novas estruturas financeiras emergirão a partir da década de 1960, deslocando a capacidade de controle sobre tais fluxos até mesmo dos centros de decisão internos das economias centrais.

O excesso de liquidez internacional ampliou o poder de coordenação das enormes massas de capitais por parte da rede bancária transnacionalizada, que paulatinamente foi assumindo o controle dos grandes grupos industriais³³. A vasta disponibilidade de capitais ampliou o campo de atuação das grandes empresas, que aproveitaram para aplicar seus investimentos em toda sorte de atividades lucrativas, sempre orientadas pelos parâmetros de rendimento financeiro (FURTADO, 1974, p. 32). Com o tempo, a massa de capitais absorvida pela rede bancária foi ganhando um circuito próprio, que fugia aos controles dos bancos centrais³⁴.

O aumento de liquidez resultante do financiamento dos déficits comerciais norte americanos somado ao controle de grandes reservas de dólares situadas além das fronteiras nacionais expuseram o dólar a um forte processo de desvalorização,

³³ Em “*O Mito do Desenvolvimento*”, publicado em 1974, Furtado analisa a ascensão de uma esfera financeira, à época coordenada pelos bancos, que passava a penetrar os capitais sociais dos grandes grupos industriais, assumindo o seu controle. Em nota de rodapé, trata do assunto: “*Evidentemente, a coordenação financeira pode ser levada muito mais longe do que a oligopólica. Esta última somente tem sentido na medida em que oferece vantagens operacionais e permite retificar os planos de produção e investimento de cada empresa com autonomia administrativa. A coordenação financeira, ao permitir que um ramo de atividade subsidie outro ou financie sua expansão, pode ser, teoricamente, estendida indefinidamente; situando-se a um nível de decisões extremamente geral, as deseconomias de escala são praticamente inexistentes, neste caso. Estudos recentes realizados nos Estados Unidos indicam que a coordenação financeira é muito mais amplamente praticada do que geralmente se supõe. Sem assumir a forma institucional que tem na Alemanha, onde a existência do Aufsichtsrat (Conselho supervisor de empresa) permite aos bancos atuar ostensivamente na orientação da empresa, o entrelaçamento dos diretórios e o controle de uma pequena fração do capital votante (não mais de 5 por cento) transformaram os bancos no Estados Unidos em centros de controle do conjunto da atividade econômica de importância que dificilmente pode ser exagerada. Assim, em 1971, conforme informações divulgadas pelo Subcomitê de Banco e Moeda do Congresso americano, os bancos detinham em portfólio 577 bilhões de dólares de títulos emitidos por sociedades anônimas e administravam fundos que controlavam 336 bilhões de dólares adicionais em títulos financeiros dessa ordem*” (FURTADO, 1974, p. 32) (grifo nosso).

³⁴ Furtado descreve a formação do poder de criar liquidez pelas grandes empresas em associação com a rede bancária como um aspecto novo do capitalismo, que não constava nas teorias monetárias. É esse poder que extravasa os limites do poder regulatório dos Estados nacionais: “*Na evolução dos sistemas capitalistas nacionais a criação dos bancos centrais constitui, com efeito, um marco decisivo. Poder criar meios de pagamento significa estar em condições de apropriar-se, a todo momento, de parte do fluxo de bens e serviços à disposição de uma coletividade. Ora, uma empresa poderosa tem a possibilidade de, a curto prazo, modificar a sua estrutura financeira, isto é, de transformar um ativo menos líquido em outro mais líquido, o que, para fins práticos, pode ter o mesmo efeito que emitir papel moeda. A teoria monetária tradicional ignorava esse fato, assumindo que, a curto prazo, a ‘velocidade de circulação’ da moeda é constante. Mas esse curto prazo pode ser muito distinto quando visto do ângulo dos agregados nacionais e daquele do ‘cash flow’ de uma firma. A manipulação de seus ativos a curto prazo, mediante operações de avanços ou retardamentos (leads and lags), abre para uma grande firma a possibilidade de aumentar, a curto prazo, o seu coeficiente de liquidez. Se a firma atua no plano internacional, a possibilidade de criar liquidez adquire uma nova dimensão: permite à firma fazer transferências financeiras internacionais escapando ao controle das autoridades monetárias dos países em que atua. Que esse poder seja utilizado em operações de especulação contra a moeda desse ou daquele país é apenas um aspecto da questão. Interessa assinalar que esse poder existe e significa a possibilidade de manipulação imensa massa de recursos da parte de centros de decisão que escapam aos sistemas de coordenação que atualmente existem no mundo capitalista*” (FURTADO, 1977, p. 81) (grifo nosso).

que inviabilizava a manutenção do câmbio fixo, em função da disparidade entre a liquidez da moeda e as reservas de ouro. Assim, em 1971, o Governo norte americano abandonou o padrão dólar ouro consagrado em Bretton Woods, o que aumentou ainda mais liquidez da moeda. Em seguida, com o choque do petróleo em 1973, a grande massa de capitais acumulada pelos países exportadores de petróleo permitiu que os excedentes acumulados fossem geridos pelo mercado de eurodólares (FURTADO, 1987, pp. 196-197)

Essa concentração das enormes massas de dólares fora dos Estados Unidos, resultantes dos processos mencionados acima, deu ensejo à criação de um mercado de monetário fora do controle exercido pelos bancos centrais. As massas acumuladas no continente europeu reforçaram a autonomia das empresas transnacionalizadas. Mas não foi só isso: a circulação desses capitais afetou as políticas monetárias das economias centrais, que se viram impossibilitadas de manter a paridade cambial, por conta dos processos especulativos que incidiam sobre as moedas nacionais. Nem mesmo as políticas de juros foram capazes de conter a força da especulação sobre o câmbio e afastar a desestabilização dos sistemas monetários nacionais (FURTADO, 1987, p. 201).

Segundo Furtado, as operações financeiras aumentaram vertiginosamente, realizando o financiamento das grandes empresas mundialmente, e absorvendo todos os volumes excedentes de capitais mundo afora. Os rendimentos no mercado financeiro eram tão vantajosos que mesmo os bancos centrais aproveitaram para alocar suas reservas aí, na expectativa de obter taxas de juros mais rentáveis do que as dos títulos públicos norte americanos. A liquidez internacional foi então ampliada pelo agigantado sistema de crédito, que se formara pela reunião dos capitais excedentes. Nesse contexto, o instrumento mais eficaz, capaz de influenciar os rendimentos e fluxos da esfera financeira, veio a ser a emissão da própria moeda em que se fiavam todas essas transações financeiras, um poder circunscrito ao Governo norte americano (FURTADO, 1987, pp. 81-82).

A periferia também se beneficiou do excesso de liquidez internacional da segunda metade da década de 1960 até o final da década de 1970. O baixo custo do capital internacional agiu como um forte atrativo para o endividamento dessas economias, que se empenhavam, pela via da ação estatal, em aprofundar o seu processo de industrialização, mas encontravam limites de financiamento, como tratamos mais acima. O financiamento internacional impulsionou a expansão industrial, contudo de

forma combinada com as empresas estrangeiras, que se aproveitavam da mão de obra barata e do acesso à fonte de recursos naturais, aportando tecnologias de ponta já amortizadas para explorá-los (FURTADO, 2000, pp. 115-124). Essa tomada de empréstimos a juros baixos ultrapassaria a capacidade de pagamento dessas economias, o que se transformaria em uma crise de pagamento quando o aumento dos juros pela Reserva Federal, em 1979, mobilizou as cestas de dólares para o mercado norte americano, tornando os contratos de empréstimos impagáveis.

Durante a década de 1980, como o serviço da dívida ultrapassava em muito os saldos de exportação, a renda nacional foi defendida por meio da expansão da moeda local, o que provocava um impulso ao processo inflacionário. Para contê-lo, os governos emitiram títulos da dívida remunerados a altas taxas de juros, um mecanismo que se tornou a principal forma de captação de recursos – haja à vista a impossibilidade de se contrair novos empréstimos junto ao mercado financeiro internacional. Isso desde que se mantivesse como contrapartida a manutenção do câmbio fixo, garantindo a taxa de juros real.

“A entrosagem dos sistemas monetários com o exterior e a subordinação das finanças do Estado ao sistema financeiro (interno e externo) reduziram enormemente a eficácia dos bancos centrais tanto no manejo do redesconto como no das operações de mercado aberto e na manipulação das reservas bancárias. Por outro lado, a neutralização do câmbio como instrumento de política econômica criou a necessidade de apelar para subsídios a fim de estimular exportações ou compensar os efeitos mais negativos das flutuações dos preços dos produtos exportados. O consequente aumento do serviço da dívida interna reduziu ainda mais o âmbito da política fiscal. Em alguns países o financiamento inflacionário dos subsídios transformou-se na principal fonte de instabilidade” (FURTADO, 1987, p. 215).

Em resumo, o processo de inserção das economias periféricas ao capital financeiro internacional acabou por internacionalizar seu circuito monetário, financeiro e comercial, de tal modo que os centros internos de decisão perderam progressivamente a sua autonomia (FURTADO, 1987, pp. 212-213).

Para Furtado³⁵, a situação das economias periféricas, que se encontravam subordinadas à remuneração do capital financeiro pelo pagamento da dívida pública

³⁵ Em “*Transformação e crise na economia mundial*”, o autor declara: “Cabe, portanto, reconhecer que os conglomerados norte-americanos estão presentemente integrados nas economias nacionais latino-

interna e externa, e que tinham boa parte de sua plataforma industrial atrelada às grandes empresas estrangeiras - estando articulada a outras plataformas industriais mundo afora, sob a coordenação de centros de decisão exógenos (FURTADO, 1974, p. 52) - inviabilizou a noção de sistema econômico nacional.

O crescimento econômico e a estabilidade financeira passaram a depender, em grande parte, do volume de investimentos orientados pelos grupos multinacionais e pelos capitais que circulam pelo mercado financeiro, o que denotava o grau de debilidade dos centros de decisão nacionais.

Em “*Prefácio à Nova Economia Política*”, publicado pela primeira vez em 1977, Furtado vislumbra o ‘desaparecimento’ das fronteiras nacionais pela perda contínua de controle pelos centros de decisão nacionais com relação às estruturas que garantiam os fluxos financeiros internacionais. A perda de eficácia dos instrumentos à disposição das autoridades monetárias sobre organização e a orientação dos mercados financeiros levou o autor a reconsiderar o primado da política sobre a economia

“Tudo se passa como se houvesse surgido uma nova dimensão no conjunto das decisões econômicas que escapa às formas codificadas de ação dos governos nos planos nacional e internacional. Em síntese: dentro do quadro institucional atual os governos não têm a possibilidade de coordenar a ação que todo um conjunto de poderosos agentes exerce no sistema capitalista. Se alguma coordenação existe, ela se realiza no quadro dos oligopólios e dos consórcios financeiros; dentro dos quais a presença dos governos se manifesta através da pressão que ocasionalmente exercem sobre este ou aquele agente” (FURTADO, 1977, pp. 78-79).

Com efeito, a emergência de uma esfera em que os capitais circulam livremente, resultante das transformações estruturais ocorridas a partir da economia dos Estados Unidos, evidenciou aos formuladores de políticas públicas a ineficácia dos

americanas e são, dentro destas últimas, o setor em mais rápida expansão. Sendo assim, até que ponto é adequado utilizar o conceito de sistema econômico nacional na análise de tais economias? Tendo em conta que os conglomerados definem a sua estratégia, um com respeito aos demais e cada um com respeito aos competidores locais, a partir de uma perspectiva de conjunto e em função de um projeto de crescimento próprio, será difícil conciliar essa realidade com a ideia de sistema econômico nacional, a qual supõe uma unificação das decisões em função de interesses específicos de uma coletividade nacional” (FURTADO, 1987, p. 57) (grifo nosso).

tradicionais instrumentos de política econômica nacional na regulação do campo econômico e na persecução de objetivos coletivos nacionais.

O plano da racionalidade econômica referenciado no marco nacional deixa de servir como parâmetro no processo de reprodução do capital, cujo referencial passa a ser o espaço de interdependência das economias (FURTADO, 1974, pp. 34-35; 1987, p. 123). Mais do que isso, os centros de decisão internos são levados à semiparalisa em meio ao processo de integração internacional, uma vez que são estreitadas as margens para a execução de suas políticas fiscal, monetária e cambial, em razão dos desequilíbrios provocados pelos movimentos dos capitais (FURTADO, 1987, p. 214).

2.2 - Crítica e formulação a partir das teses de Furtado

No ínterim das obras tratadas acima, foi publicado em 1972 a célebre crítica ao método de Celso Furtado, “*Crítica à Razão Dualista*”, pelo Prof. Francisco de Oliveira, que propunha uma outra percepção sobre as supostas distorções do processo de industrialização brasileira, apontadas por Furtado. Segundo Oliveira, os termos ‘*moderno*’ e ‘*arcaico*’ não exprimiriam uma tensão entre opostos, que pudesse impedir a marcha do desenvolvimento. Para Oliveira, essas duas formações estruturais da economia brasileira integravam uma totalidade que combinava atividades econômicas de alta intensidade de capital, com altas taxas de exploração do trabalho, possibilitadas pela formação de um enorme contingente de trabalhadores não empregáveis no espaço urbano, constituintes do exército industrial de reserva brasileiro.

À época em que “*A Crítica à Razão Dualista*” estava sendo preparada, já no início da década de 1970, finalmente a modernidade vencia o arcaico avançando sobre o campo brasileiro, invertendo técnicas avançadas de lavoura, com abertura e produção de novas áreas de cultivo para exportação. Paralelamente, a associação às grandes empresas transnacionais no esforço de industrialização resolvia os gargalos de acesso às técnicas de produção industrial mais avançadas, com alta inversão de tecnologia importada sem custos. Assim, o tempo dava conta de superar a dualidade do arcaico pela modernização das forças produtivas fixadas ao território brasileiro, associando latifúndio e indústria altamente produtivos.

No plano urbano, em que se dava a acelerada industrialização associada aos grandes grupos nacionais e estrangeiros, Oliveira identifica uma regulamentação organizadora da acumulação industrial, que serviria para consolidar níveis de exploração favoráveis ao capital. O advento das leis trabalhistas, durante a década de 1930, marca para o autor uma mudança no modelo de acumulação voltado para a exportação para o modelo industrial. As leis trabalhistas garantiriam a conversão de um contingente populacional concentrado no campo em exército de reserva no espaço urbano. Para o empresariado, permitia um horizonte de cálculo empresarial, bem como igualava para baixo os níveis de remuneração de uma enorme massa de trabalhadores, empregados nos mais diversos ramos da produção. Por meio do salário mínimo, os lucros oriundos dos diferentes níveis de produtividade eram exclusivamente percebidos pelo empresariado, o que revelava, para Oliveira, o funcionamento desse mecanismo como forma de rebaixamento da remuneração do trabalho (OLIVEIRA, 2003, pp. 36-38).

No plano rural, o latifúndio exportador cumpriria duas funções. Com a exportação, garantiria divisas para o consumo de importados em primeiro lugar, bem como forneceria meios de pagamentos para a importação de bens de produção e intermediários. Por outro lado, serviria à produção agrícola para fornecer produtos alimentícios às massas urbanas locais, barateando os custos alimentares das classes operárias. O motor da expansão agrícola se daria com base no uso de mão de obra rural precarizada, que, depois de fazer avançar a fronteira usando técnicas rudimentares por meio da posse, teria o excedente produzido expropriado e, na sequência, seria expulsa da terra pelos grandes produtores. Garantia-se assim a produção de baixo de custo de gêneros alimentícios, bem como a preparação para a agricultura de exportação. Para o trabalhador rural expropriado do excedente, restaria permanecer como trabalhador rural precarizado ou migrar para os centros urbanos no sentido de formar o exército de reserva industrial. O Estado participaria ativamente da constituição desse modelo de acumulação financiando os grandes produtores e construindo a infraestrutura rodoviária para escoamento da produção agrícola até os grandes centros e portos (OLIVEIRA, 2003, pp. 42-43).

Esse modelo, para Oliveira, demonstra como a acumulação primitiva, que expropria o trabalhador dos meios de produção e do excedente, funciona como lógica estrutural da Periferia, e não apenas inicial, como proporia o conceito de

acumulação primitiva de Marx. A combinação entre oferta elástica de terras e oferta elástica de mão de obra permite regular o emprego de técnicas avançadas no campo, abrindo margem para o uso de técnicas rudimentares. Desta forma, impede-se o aumento de custos na agricultura com relação à indústria, no que tange à reprodução da força de trabalho, bem como constitui um contingente de mão de obra flutuante tanto no campo como na cidade (OLIVEIRA, 2003, p. 44-45).

Essa seria a interpretação do autor para a permanência de estruturas arcaicas no campo, enquanto nas cidades a plataforma produtiva seguia o processo de modernização. A coexistência formaria um todo coerente que permitiria, no campo e na cidade, a expansão das atividades produtivas com formação do exército de reserva de mão de obra. O suposto arcaico forneceria a baixo custo para a acumulação industrial moderna os gêneros alimentícios necessários à reprodução da mão de obra urbana, o contingente populacional necessário à formação do exército industrial de reserva, além das divisas internacionais necessárias à importação dos bens intermediários e de capital necessários à promoção da acumulação industrial (OLIVEIRA, 2003, p. 47).

Para Oliveira, o modelo dual utilizado por Furtado e pela escola da CEPAL seria insuficiente para compreender o processo de industrialização instaurado no Brasil a partir da década de 1930. O autor reconhece nas análises sobre os gargalos da importação de bens de capital um limite bem constatado pela Cepal, que serviram à delimitação de uma estratégia substitutiva de produtos importados – com depreciações cambiais, financiamentos, impostos protetivos –, embora não visse o fenômeno da industrialização como limitado a ela, vez que plataforma industrial compreenderia tão diversa que não se resumiria à mera emulação dos parques dos países centrais. Por outro lado, acusa a insuficiência do dualismo ‘*moderno*’ e ‘*arcaico*’ como método, porque não permitiria articular os níveis de exploração da mão de obra, seja no campo, seja na cidade, com a acumulação industrial. Ausente o conceito de mais valor, que permite compreender os diferentes níveis de exploração, produtividade e rendimento do capital empregado sobre o trabalho, o dualismo cepalino levaria a uma conclusão unidirecional, de superação das estruturas arcaicas para a promoção das modernas (OLIVEIRA, 2003, p. 48-49).

No plano externo, o dualismo que interpretaria as supostas contradições internas, levaria a necessidade de superação das formas arcaicas à necessidade de

integração regional da América Latina. O desenvolvimento das formas modernas – cujo impedimento seria sentido na passagem de uma industrialização substitutiva de importações para uma industrialização de bens de produção, impedida pelo desvio da poupança ao exterior pelo consumo sofisticado - necessitaria de um campo de influência que pudesse pressionar a modernização integral do campo, com reestruturação produtiva. Na opinião do autor, essa seria uma tímida noção de integração, que, na constatação da sua impossibilidade, levaria à formulação da Teoria do Subdesenvolvimento e da Teoria da Dependência. No seu entendimento, a acumulação industrial não teria limites colocados pelas formas arcaicas ou pelo consumo sofisticado, porque seu desenvolvimento se orientaria pela necessidade de acumular, e não pelo consumo. No período em que escreve, a expansão da indústria de bens de capital era notória no Brasil e em outros países. E para ele, o seu pressuposto estava na formação de um enorme exército industrial de reserva, o que alavancaria o consumo produtivo (OLIVEIRA, 2003, p. 49-51).

Um outro aspecto da industrialização brasileira que incomodava a Teoria do Subdesenvolvimento, a miséria urbana, também foi tratada por Oliveira como resultante da formação do exército industrial de reserva para o processo de acumulação industrial. A existência de uma vasta mão de obra não formalmente empregada, que trabalharia em um setor de serviços inchado e precarizado, garantiria a base material para a manutenção da vida proletária urbana. A aparência da pobreza no tecido social e na formação geográfica do espaço urbano, ao invés de denunciar a insuficiência de um processo de desenvolvimento, estaria a revelar as condições materiais em que se apoiaria a industrialização. Para manter a vida do trabalhador urbano, a própria cidade permitiria, de forma legal e ilegal, o desenvolvimento de um setor de serviços de todos os gêneros para atender às necessidades dos trabalhadores urbanos, em escala geográfica desordenada, carente de infraestrutura, formadora de uma vasta periferia (OLIVEIRA, 2003, p. 56-59).

Essas dinâmicas justificariam o desenvolvimento industrial brasileiro sob uma lógica de concentração da renda, da propriedade e do poder.

No tocante à tecnologia, Oliveira enxerga o processo de industrialização brasileiro como tardio, no sentido que estaria em curso em um momento que o sistema mundial já teria uma disponibilidade considerável de trabalho morto – tecnologia. A

transferência desse patrimônio tecnológico para o processo de industrialização local ‘queimaria etapas’ vivenciadas pelos primeiros países industrializados, sendo uma das tais a etapas o emprego de mão de obra até o ponto da escassez desse fator. Essa dinâmica, inscrita no início da industrialização dos países Centrais, não se repetiria na Periferia, onde não se chega a distribuir os rendimentos do progresso técnico pelo mecanismo de oferta e procura de mão de obra. Dessa forma, o impulso criativo também fica condicionado pelo aporte de tecnologias estrangeiras. Isso somado à legislação trabalhista que retém o aumento dos rendimentos trabalho pelo salário mínimo faria com que os rendimentos do capital fossem imensamente superiores aos do trabalho, independentemente de um conjuntural pleno emprego. Além disso, a tecnologia acumulada diminuiria o tempo de valorização do capital, arrefecendo o efeito multiplicador absorvedor do exército de reserva, e potencializando enormemente a reprodução do capital (OLIVEIRA, 2003, pp. 66-67, pp. 76-77).

Segundo Oliveira, o desenho do modelo agro industrial brasileiro acima descrito ganhou forma em razão das necessidades de financiamento da expansão industrial. As dificuldades de organizar uma estrutura fiscal estatal contrastavam com a necessidade, à época, de realizar a construção de infraestruturas e financiar os empreendimentos empresariais industriais estatais, privados e agroexportadores. Diante da insuficiência do Estado em financiar o projeto da acumulação, especialmente com relação ao gargalo da tecnologia, a opção tomada foi a associação com as grandes corporações estrangeiras³⁶, o que ocorreu já no governo de Juscelino Kubistchek (OLIVEIRA, 2003, p. 71-73).

³⁶ Para o autor, a expansão industrial brasileira seria impensável sem a associação com o capital estrangeiro, e, mais do que um projeto autônomo, seria resultante da expansão do capitalismo internacional. No entanto, o desenho tomado internamente seria sobretudo resultante da configuração de luta de classes interna, mais que um mero reflexo das necessidades da acumulação capitalista mundial. A despeito da disposição de capitais e tecnologia necessários à acumulação industrial, o que se estruturou internamente é obra da deliberação de agentes internos que atuaram no sentido de consolidar a dominação necessária para a acumulação. Para o autor, a associação com o capital estrangeiro não retirou todas as possibilidades de controle nacional sobre a transformação industrial brasileira, embora tenha alienado o centro dinâmico da expansão, confinando os agentes nacionais às tarefas complementares. Para o nacional, como para o estrangeiro, porém, o que importaria seria o nível de reprodução do capital, o que, de forma combinada, trazia proventos a ambos. Essa associação se aprofundaria à medida que o conflito entre capital e trabalho se acirrasse internamente. Com o crescimento industrial, os níveis de vida urbana levavam a classe trabalhadora a pressionar por aumentos salariais. Essa pressão diminuía os ganhos de produtividade garantidos pelo salário mínimo. E o conflito distributivo se deslocava para o aumento dos preços. Para Oliveira, o conflito ganhou contornos políticos, que levaram ao golpe militar em 1964, que garantia posteriormente os níveis de reprodução do capital e de alta exploração do trabalho (OLIVEIRA, 2003, pp. 74-92).

Com o Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG, a partir de 1964, instaurado pelo regime militar, consolida-se um estrutura institucional que garante ao mesmo tempo o processo de acumulação e a concentração de renda, com controle inflacionário. Como exemplo, cita a implementação de uma reforma fiscal regressiva (com recolhimento maior de impostos indiretos), um controle salarial mais rígido e a emergência de um mercado de capitais que permitia que o excedente reunido pelas famílias ricas e pelas empresas pudesse ser mobilizado para diversas atividades lucrativas. Esse arranjo político e institucional permitiu que a expansão industrial brasileira produzisse superexcedentes (OLIVEIRA, 2003, PP. 93-100)

Com o mercado de capitais, esse superexcedente criado a partir de uma esfera produtiva com alta intensidade de exploração do trabalho, formou-se um quadro de concorrência financeira, em que os grupos produtivos competiam por fundos públicos e privados para o financiamento de suas atividades. À época em que escrevia, Oliveira notava que a variação dos títulos financeiros atraía os excedentes para aplicações especulativas, em detrimento das aplicações produtivas. Dessa forma, o que se esperava constitui como poupança suficiente para garantir a renovação do parque produtivo, tornava-se, nessa etapa, ativo para o processo especulativo, que mobilizava as massas de excedente concentrado para a mera aquisição de ações, importações e fuga de capitais (OLIVEIRA, 2003, p. 100-103).

A combinação das plataformas produtivas, níveis altíssimos de exploração, formação de superexcedentes (da extração da mais valia relativa e absoluta) e formação ‘precoce’ do mercado de capitais, possibilitava que o excedente global não fosse revertido na expansão da indústria, mas sim em uma dinâmica que estimulava a compra de produtos importados, que o Oliveira denomina “dessubstituição de importações” de bens de produção. Com esse enquadramento, mesmo a política de desvalorização cambial deixava de funcionar como mecanismo de estímulo ao crescimento industrial, uma vez que a insuficiência do parque produtivo em atender a demanda forçava a elevação de preços ao ponto dos produtos nacionais encarecerem para além dos produtos importados. A saída para o Governo financiar seus déficits, nesse cenário, não poderia ser outra senão a tomada de crédito externo, e o estímulo às atividades exportadoras, que assumiam novamente o caráter dinâmico da economia interna (OLIVEIRA, 2003, pp. 103-106).

O que se está a descrever pela “*Crítica à Razão Dualista*” é que a formação industrial brasileira é particular, não segue o caminho da industrialização dos países centrais, e precisa ser analisada a partir do modo como se configura o conflito entre capital e trabalho localmente. O autor busca compreender nas configurações internas da sociedade brasileira, tomando o conflito como princípio, para explicar as razões por que uma economia altamente desenvolvida, com campo modernizado, indústria de bens de consumo e de capital e mercado financeiro, convive com uma sociedade tão desigual, que se estende sobre um tecido urbano e rural marcado pela coexistência entre espaços de riqueza e desenvolvimento, e espaços de miséria, violência e informalidade.

Oliveira conclui a reflexão crítica ao método furtadiano sintetizando que a associação do desenvolvimento nacional com o sistema mundial fez com que a industrialização local aportasse trabalho passado em quantidade suficiente para prorrogar por longos períodos a escassez de mão de obra. Nesse sentido, a tecnologia aportada pelos grupos estrangeiros cumpriria um papel fundamental de manter a expansão industrial, outrora obstaculizada pela insuficiência de reservas para compra de bens de capital, com extração de um superexcedente. Esse aporte, por sua vez, trouxe como espaço institucional a formação do mercado de capitais, cuja lógica desviava os excedentes acumulados, que supostamente seriam revertidos para expansão industrial, para o exterior na forma de consumo, em mecanismos especulativos e na fuga e remessa de capitais (OLIVEIRA, 2003, pp. 107-119).

As contribuições da CEPAL

Os valiosos esforços dos grandes intelectuais que passaram pela CEPAL e de autores filiados à corrente de pensamento que se convencionou denominar Escola Estruturalista foram, de forma bastante esclarecedora, sistematizados na obra do autor uruguaio Octávio Rodrigues, “*Estruturalismo Latino-Americano*”, publicada originalmente em 2006.

Em breve síntese, a obra de Rodriguez apresenta as reflexões iniciais da CEPAL, desde Prebisch na década de 1940, passando pelas contribuições de Furtado durante as décadas de 1950 e 1960, os marxistas uspianos na década 1970, pela formulação campineira do ‘capitalismo tardio’ na década de 1980, chegando ao que se conceituou como ‘neoestruturalismo’, formulado nas décadas de 1980 e 1990, até o

debate sobre o desenvolvimento das economias latino americanas nas décadas de 1990 e 2000.

No tocante à questão da absorção de tecnologias pela periferia, explicamos o autor uruguaio como funciona, para a Teoria do Subdesenvolvimento, o progresso técnico nas economias centrais, que vem a servir de parâmetro para o entendimento do que ele denomina “insuficiência dinâmica”³⁷ da acumulação periférica.

Segundo Rodriguez, a interação entre capitalistas e trabalhadores, no bojo do processo de acumulação, promove a expansão produtiva com distribuição dos ganhos para ambas as classes. A tensão entre salários e lucros, todavia, pende para o aumento dos salários, diminuindo o percentual de ganhos capitalistas, conforme a plataforma produtiva se expande. A inovação tecnológica, por sua vez, serviria para reequilibrar a distribuição do excedente em favor dos capitalistas, uma vez que aumentava a densidade de capital na produção e diminuía o emprego de mão de obra. O desemprego provocado pelas novas técnicas seria corrigido pelo investimento produtivo fomentado pelos lucros gerados com as inovações, que viriam empregar de mais a mais a mão de obra tornada ociosa. Esse circuito de acumulação, progresso técnico, investimento, empregos e salários, espalhar-se-ia por toda a economia e impulsionaria o crescimento econômico combinado com distribuição dos frutos do progresso técnico.

Na Periferia, a absorção de tecnologia produzida no Centro ocorreria de forma inadequada, por portar efeitos de escala que não são comportados em uma economia não plenamente desenvolvida. Com isso, os retornos proporcionados pelas tecnologias nas economias periféricas são menores em comparação aos auferidos no Centro. Por conseguinte, o processo de acumulação de capital não teria intensidade suficiente para absorver a mão de obra desempregada na periferia, cujo crescimento superaria o ritmo do desenvolvimento, por ser intenso o fluxo de trabalhadores das ditas atividades tradicionais para as atividades modernas, no caso, indústria. Some-se à insuficiência da acumulação industrial o fato de que o emprego de tecnologias eliminava atividades econômicas menos avançadas, agravando o contingente de desempregados. O mesmo ocorreria quando a agricultura passava pelo processo de modernização produtiva. A disfunção entre baixa densidade de capital e elasticidade de mão de obra excluiriam, portanto, grande contingente de trabalhadores da economia

³⁷ Ver RODRIGUEZ, Octávio, “*Estruturalismo Latino Americano*”. Tradução de Maria Alzira Brum Lemos, - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 106-114, p. 221.

formal, que assumiriam postos de subemprego em virtude da sua redundância para o processo de acumulação industrial.

Como já dito, as correções necessárias aos desequilíbrios provocados pela absorção de tecnologia estrangeira deveriam ser objeto das ações estatais planejadas, no sentido de fomentar a produção interna de tecnologia. Na mesma linha de Furtado, o autor aponta como estruturantes da insuficiência dinâmica da periferia, com consequências no desemprego estrutural, a propensão à assimilação de padrões de consumo estrangeiros pelas elites locais.

Para o Rodriguez, entretanto, a leitura acima da insuficiência dinâmica apoiada na tese furtadiana da inadequação tecnológica tem um viés estático, pois se alicerça na relação entre volume de investimento e volume de mão de obra disponível. Em sua opinião, a absorção de técnicas do centro é benéfica do ponto de vista da acumulação por intensificar o emprego de capital, aumentando absorção de mão de obra como resultado da expansão da atividade econômica, em razão do próprio aumento de produtividade do trabalho. Portanto, não haveria antagonismo entre intensidade de capital e absorção de mão de obra, mesmo nos casos em que atividades tradicionais fossem eliminadas, justamente porque o ritmo da acumulação se aceleraria e poderia, sim, absorver o contingente liberado de mão de obra (RODRÍGUEZ, 2009, pp.224-229).

Nesse sentido, para Rodriguez a inadequação tecnológica não configura obstáculo ao desenvolvimento econômico da Periferia; segundo o autor, o entrave da expansão industrial periférica está na inadequação de escala. Isso porque, com uma concentração de renda tão acentuada, o capital aplicado tende a se tornar ocioso, pois não há, do lado da demanda, expansão que corresponda à acumulação de capital. Neste caso, não se trata da demanda dos setores de baixa renda; a limitação está na elasticidade da renda das classes de altas e nas mudanças de seu padrão de consumo.

Enquanto Furtado foca na insuficiência da demanda gerada pelo conjunto da população, notadamente das classes mais baixas, para explicar a perda de dinamicidade da economia periférica, atribuindo a redundância de trabalho à inadequação tecnológica, Rodriguez, não obstante concorde sobre o problema da concentração de renda, identifica nas limitações de crescimento da demanda das classes de alta renda o entrave para o dinamismo periférico. Para o autor uruguaio, foi a dinamicidade dessa demanda específica que possibilitou o crescimento econômico

periférico com intensa aplicação de capital e com aumento da concentração de renda (RODRIGUEZ, 2009, p. 320).

A distinção que vimos de apresentar têm relevância para o diagnóstico que se realizou, durante a década de 1980, por José Serra e Maria da Conceição Tavares, sobre a estagnação econômica (RODRIGUEZ, pp. 335-403). Estes autores identificaram os problemas de dinamicidade econômica periférica na desproporção entre o setor produtor de bens de capital e o setor produtor de bens de consumo. Partiram da avaliação de que, em mercados monopolistas e oligopolizados, nos quais os grandes grupos empresariais, nacionais, internacionais e estatais, recebem amplo apoio estatal, o rendimento do capital é orientado primordialmente pelas taxas de juros dos mercados financeiros. Os dois autores conseguiram, dessa forma, deslocar a análise de Furtado sobre o rendimento do capital fixo, para os rendimentos de capital monetário.

Como a estrutura do mercado é olipolizada, os grupos atuantes condicionam o uso de sua capacidade produtiva aos rendimentos em capital monetário, deixando uma margem de capacidade ociosa para acompanhar eventuais flutuações da demanda e efeitos de concorrência. O poder de controlar a capacidade produtiva, embora não impeça a expansão industrial, coloca limites claros de redundância de capital fixo, ociosidade que limita o crescimento, tornando pouco atrativas as possibilidades de investimento. Tratava-se, portanto, da operacionalidade da capacidade ociosa do setor de bens de capital, por grupos empresariais com alta capacidade financeira, que condicionava a expansão os setores de bens duráveis e não duráveis.

O percurso sobre a argumentação de Rodriguez, em que aponta algumas divergências das análises econômicas de Furtado, contribuiu para esclarecer a significação que essa crítica tem para o debate que se instaurará durante as décadas de 1980 e 1990 sobre os desafios de superação da condição de dependência tecnológica, e que é diretamente tributária da Teoria do Subdesenvolvimento de Furtado.

A seguir, veremos como Fernando Fajnzylber reformula, na década de 1980, as estratégias para superação dessa condição, afirmando e reconfigurando as teses de Furtado, desta vez orientado pelas transformações em curso do sistema capitalista. Após, passaremos pelas análises do próprio Furtado acerca dessas transformações, chegando ao impacto dessa interpretação sobre seu quadro conceitual.

As reinterpretações estruturalistas das décadas de 1980 e 1990

Rodriguez esclarece que, dentre as obras de maior relevância do período considerado entre 1980 e 1990, que seguem a linha de raciocínio estabelecida pelas teses furtadianas, estão as de Fernando Fajnzylber. Segundo este autor, a industrialização seria o ‘caminho ineludível’ da periferia, ao contrário das críticas neoliberais formuladas às trajetórias das economias latino americanas. Todavia, sua crítica se voltava também contra o modelo substitutivo de importações, que simplesmente assimilaria tecnologias obsoletas, minando o aspecto criativo das economias locais. Para esse autor, o progresso técnico estaria condicionado ao desenvolvimento industrial e dependeria de uma atitude empresarial, o que incrementa um caráter sócio político ao processo industrial (RODRIGUEZ, 2006, p. 513).

Nesse sentido, Fajnzylber projeta um novo tipo de industrialização, baseado no desenvolvimento industrial aliado ao progresso técnico, negando o modelo passivo da substituição de importações. Para tanto, prescreve que seria preciso aliar processo produtivo à produção de conhecimento, vinculando processos de aprendizado. Isso, porém, não seria suficiente caso não houvesse uma mudança de atitude do empresariado latino americano, uma mudança de cultura, sobre a qual o Estado deveria agir fortemente, erigindo instituições capazes de alterar essa inércia de natureza cultural.

Para vencer as dissimetrias tecnológicas com as economias centrais do capitalismo, seria preciso constituir um núcleo endógeno de dinamização tecnológica (RODRIGUEZ, 2006, p. 516), composto por uma *“matriz industrial e produtiva articulada, na qual a criatividade e aprendizado se retroalimenta[riam] em e entre certas atividades e ramos essenciais”*, de tal forma que inovações seriam incorporadas ao processo produtivo, nos setores da agroindustrial, de construção, metal mecânico. Dessa forma, consolidar-se-ia o ambiente propício ao investimento e ao crescimento econômico, fortemente vinculado ao progresso técnico, cujos frutos poderiam ser distribuídos entre lucros e salários à massa de mão de obra empregada. Completando-se assim o circuito do crescimento.

Esta análise não prescindiria da existência de uma base social em que se configura uma aliança fundamental para a industrialização, enlaçada pelos empresariados nacional e estatal, e classes trabalhadoras urbanas e rurais.

Rodriguez explica que Fajnzylber reposiciona o desenvolvimento cepalino afirmando dois diagnósticos relevantes: o modelo substitutivo não aliava progresso técnico e a sua mudança implicava numa mudança cultural. A constituição de um núcleo endógeno de progresso técnico deveria articular o parque industrial à

pesquisa e desenvolvimento, frutificando em inovações. Os frutos do progresso técnico seriam então divididos entre lucros e salários, impulsionariam o investimento, e absorveriam a mão de obra estruturalmente desempregada, consolidando assim o crescimento econômico com equidade social. Isso, porém, seria possível somente se houvesse um lastro em uma nova aliança entre industriais nacionais, empresas estatais e classes trabalhadoras. Por fim, haveria uma valorização do aspecto nacional do desenvolvimento (RODRIGUEZ, 2006, pp. 522-523).

No mesmo sentido das análises de Fajnzylberg, a CEPAL publicou, em 1995, *“América Latina e Caribe: políticas para melhorar a inserção na economia mundial”* (RODRIGUEZ, 2006, pp. 539-583), em que propugnava pela transformação produtiva com equidade, alicerçada na tríplice dinâmica entre progresso técnico, acumulação de capital e crescimento econômico. Ao Estado caberia atuar constantemente na inovação institucional no sentido de garantir o melhor ambiente para o desenvolvimento de inovações tecnológicas, o que implicaria na constituição de um Sistema Nacional de Inovação.

Esse acerto das economias latino americanas lhes serviria para, no contexto 3ª revolução tecnológica e da globalização econômica, diminuir a disparidade tecnológica com o Centro, realizando um esforço de *‘catching-up’*, enfrentando a concorrência olipolizada dos grandes grupos estrangeiros pelo forte incentivo à inovação tecnológica. Rodriguez (2006, p. 564), considera que as contribuições da CEPAL dão acertada ênfase ao desafio tecnológico, mas deixam a desejar nas propostas de solução do desemprego estrutural e da heterogeneidade produtiva.

Em breve síntese, as elaborações de Fajnzylberg e da CEPAL surgem no contexto de estagnação econômica latino americana da década de 1980, a *‘década perdida’*, cujas causas estariam na existência de estruturas oligopolistas mitigadoras do dinamismo de mercado, além da baixa capacidade de criação de tecnologia. Para corrigir os defeitos do processo de industrialização por substituição de importados, sugerem a adoção do livre mercado, como forma de combater o oligopólio, bem como propõem o incentivo à industrialização baseada em um núcleo endógeno de tecnologia – para o qual o Estado participaria criando instituições que constituíssem um Sistema Nacional de Inovação -, baseado socialmente na aliança entre industriais nacionais, Estado e classes trabalhadoras.

Em suma, seriam essas as estratégias que deveriam sustentar e justificar as políticas dos Estados latino americanos na luta por um melhor posicionamento na

configuração da economia mundial globalizada das décadas de 1990 e 2000. A tarefa central dos Estados estaria, portanto, em constituir as plataformas produtoras de tecnologia, que serviriam ao crescimento industrial e à acumulação local de capital, no sentido de realizar o ‘*catching-up*’ tecnológico.

No pano de fundo dessas considerações, sobrevive a idéia de que o circuito de valorização do capital se circunscreve ao espaço nacional. Não por acaso, as considerações sobre tais estratégias não aprofundam a análise sobre a presença dos grupos multinacionais na indústria e em diversos setores do mercado interno.

A reafirmação da dinâmica de crescimento, que pressupunha que as condições para o investimento estariam recuperadas com a instalação de um centro produtor constante de tecnologias, que reporia as tensões entre capital e trabalho, expandindo *ad infinitum* a plataforma industrial até alcançar o estágio da escassez de mão de obra, dessa forma, distribuindo os frutos do progresso técnico e alcançando o patamar da equidade social; ignora as consequências que as transformações do sistema capitalista, a globalização financeira trouxeram para o ambiente de investimento, para a própria categoria investimento, e, mais, para a capacidade do Estado nacional ordenar e planejar a economia, criando um ambiente bastante desfavorável para uma intensa expansão industrial, capaz de absorver o exército de mão de obra estruturalmente desempregada.

A seguir, trataremos brevemente sobre as tensões dos elementos do quadro conceitual utilizado por Furtado, face às transformações descritas pelo próprio autor. Encerramos o capítulo traçando um paralelo entre alguns desses elementos e as considerações de Harvey sobre a participação na riqueza global pela renda, que estaria oculta ao conflito distributivo entre lucros e salários, mais característico de um processo de acumulação industrial.

2.3 - A macroeconomia de Celso Furtado em crise

A convicção de que o Estado poderia mobilizar seus recursos políticos e econômicos para alterar as estruturas de dominação em âmbito interno e externo decorre da filiação teórica de Celso Furtado a John Maynard Keynes, que propugnava a primazia da esfera política sobre a esfera econômica. Nas palavras do autor, é

“[c]om a análise macroeconômica keynesiana [que] emerg[e] uma teoria da coordenação das decisões econômicas que valorizaria consideravelmente os centros de decisão em nível nacional” (FURTADO, 2000, p. 31) “capacitados para interpretar interesses comuns, definir objetivos globais e assegurar a coordenação das iniciativas particulares em função da consecução desses objetivos” (FURTADO, 2008, p. 36).

Furtado também adota os parâmetro da Teoria do Desenvolvimento Econômico, de Joseph Schumpeter, que destaca a figura do empresário empreendedor como agente das transformações produtivas que difundem o progresso técnico e aceleram o processo de acumulação de capital (FURTADOR, 2000, p. 33). Considerando que a teoria de Schumpeter se referenciava no contexto da história social europeia, Furtado formula a seguinte pergunta para adaptá-la ao contexto da periferia:

“Se é do interesse dos países desenvolvidos perpetuar o atual sistema de divisão internacional do trabalho, como não compreender que o desenvolvimento dos países retardados requer um projeto político? O empresário schumpeteriano seria assim substituído por uma vontade política a serviço da reconstrução social. [...] Essa linha de pensamento apontava para um voluntarismo que se afastava da concepção do desenvolvimento como algo espontâneo, herdada da doutrina liberal” (FURTADO, 2000, p. 33).

Furtado cita também François Perroux, autor que relaciona o conceito de desenvolvimento à idéia de poder. A teoria de Perroux dá ênfase ao exercício da dominação social a partir da empresa, para o qual a inovação desempenha papel essencial, determinando a estratificação social, o grau de legitimidade, a organização espacial, etc. (FURTADO, 2000, p. 34).

Baseado em uma tipologia dos atos econômicos (consumo, poupança, investimento, exportação, importação, pagamento de impostos, etc.), a visão keynesiana foi formulada para combater a depressão nos anos de 1930, e supunha a orientação dos agentes econômicos que praticavam esses atos por meio da ação estatal. Ao Estado incumbia o dever de manipular estruturas formais controladoras dos circuitos monetário, financeiro, cambial, fiscal, etc., para, dentro do espaço nacional, dar

consecução a objetivos nacionais, como o pleno emprego, aumento regular dos níveis de consumo, estabilidade interna e externa (FURTADO, 1987, pp. 130-133, p. 186).

Esse quadro conceitual, todavia, tornou-se insuficiente para formular um aparato regulatório justamente porque seu parâmetro foi ultrapassado pela emergência de novas estruturas e novas dinâmicas da economia capitalista, ou seja, os processos econômicos e sociais inerentes ao processo de acumulação extravasaram as fronteiras nacionais e não se comportam ou funcionam mais nos limites dos objetivos nacionais.

Furtado reconhece que a lógica do que veio a ser o sistema econômico internacional escapa ao quadro conceitual da visão keynesiana. A persistência desse quadro conceitual não permitiria, segundo o autor, capturar o comportamento dos novos agentes econômicos, vindo mesmo a tornar-se inadequada, por não considerar devidamente “*os efeitos das novas vinculações que se estão tecendo entre sistemas nacionais*” (FURTADO, 1987, p. 221).

A perplexidade do autor frente ao que se tornou uma “criatura”³⁸, pode ser observada na seguinte passagem:

“Pela primeira vez, estamos em face de processos cuja compreensão requer a formulação de hipóteses sobre o comportamento da economia mundial, sem que tenhamos sequer definido esses conceitos. Os modelos de que dispomos são derivados da observação de sistemas econômicos cuja ordenação pressupõe a existência de poderes políticos no plano nacional ou plurinacional. E também dispomos de algumas ideias sobre a natureza das relações comerciais e financeiras entre esses sistemas econômicos que qualificamos de ‘economia internacional’. Mas a lógica do que seria um sistema econômico mundial nos escapa” (FURTADO, 1987, p. 220).

³⁸ Sobre a relação entre transnacionalização e a doutrina monetarista, Furtado faz o seguinte comentário: “As importantes modificações estruturais, que significaram para o sistema capitalista o processo de transnacionalização, devem ser tidas em conta se pretendemos captar o alcance e a significação do ressurgimento crescente da ortodoxia liberal como fonte inspiradora das políticas econômicas nos países latino americanos. [...] **Esta [a perda de comando do sistema econômico] não é a criatura de nenhuma doutrina, e sim uma manifestação na periferia de mudanças estruturais que se estão operando no conjunto do sistema**” (FURTADO, 1987, pp. 213-214) (grifo nosso).

A crise da visão keynesianista que referencia o autor³⁹ também pode ser observada em suas propostas formuladas para disciplinar o capitalismo transnacional, por meio da criação de sistemas políticos abrangentes, plurinacionais, e / ou por meio da restituição da eficácia aos sistemas nacionais, reiterando o pressuposto keynesiano da preponderância da política sobre a economia, com vistas a assegurar a estabilidade e o crescimento, em um mundo em que o capital e a tecnologia são controlados por organizações privadas transnacionais (FURTADO, 1987, pp. 259-260).

Partindo do diagnóstico de Furtado sobre o transnacionalismo, Sampaio Jr. procura analisar por um viés dedutivo o arcabouço conceitual utilizado pelo autor em sua perspectiva histórica e estrutural.

Segundo Sampaio Jr.⁴⁰, a crise da teoria do desenvolvimento decorre da emergência de uma esfera de livre circulação de capitais que comprometeu profundamente o controle das sociedades nacionais sobre as atividades exercidas pelas empresas transnacionais. Com isso, os centros de decisão nacional foram desarticulados, e os sistemas econômicos nacionais quebrados, a tal ponto que a impossibilidade de se circunscrever o circuito de valorização ao espaço econômico nacional deixou de ser um problema exclusivamente da periferia, para se tornar também uma questão dos governos das economias centrais do capitalismo. A situação desvantajosa da periferia, no entanto, manteve-se com o aprofundamento da dependência tecnológica, financeira e cultural.

Com base nesse diagnóstico, o autor analisa a Teoria do Subdesenvolvimento de Furtado a partir da relação entre circuito de valorização do capital e forma de difusão do progresso técnico nas sociedades periféricas. Nesse sentido, Sampaio Jr. (1999, p. 79) começa por estabelecer as diferenças entre um sistema capitalista autodeterminado e o dependente.

³⁹ Nesse mesmo sentido, ver HADLER, João Paulo De Toledo Camargo, *Dependência e Subdesenvolvimento: a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado*, Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2009, pp. 117-118, 129, para quem as propostas de Furtado “*não resistem à força de seu próprio diagnóstico da etapa atual, carecendo de possibilidades políticas e materiais. É nesse ponto que se evidencia a contradição entre o desenvolvimento enquanto tipo ideal e o movimento concreto do capital, que trata de solapar todas as premissas históricas que possibilitaram a existência do Estado de bem-estar – forma concreta assumida pelo desenvolvimento capitalista nacional, que Furtado toma como um protótipo ideal*” (p. 129).

⁴⁰ SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie – Os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*, Petrópolis, RJ, Vozes, 1999, pp. 18-25.

Primeiramente, explica que um sistema capitalista autodeterminado ou endogeneizado pressupõe que a produção de riqueza e o consumo sejam realizados dentro do espaço econômico nacional, e que esse espaço opere como centro de gravitação da reprodução ampliada do capital. Dados esses elementos, o desenvolvimento capitalista passa a ser uma questão de melhor alocação do investimento.

Para ampliar o investimento a ponto de estimular a demanda agregada, impulsionando crescimento econômico e desenvolvimento das forças produtivas, é preciso garantir que uma parte ínfima da renda nacional seja desviada por meio da importação de produtos, o que se consegue mediante o desenvolvimento de uma indústria de bens de produção capaz de articular o sistema econômico nacional. Ao lado disso, é preciso dispor de mecanismos que regulem e conservem a concorrência intercapitalista de modo a orientá-la constantemente para o desenvolvimento de novas técnicas de produção e novos produtos, o que pressupõe o apoio de um sistema de crédito desenvolvido. Por fim, são necessários mecanismos que regulem o conflito entre capital e trabalho, que sejam capazes de socializar os ganhos de produtividade e de manter o poder de consumo da população (SAMPAIO JUNIOR, 1999, p. 78-82).

O modelo⁴¹ descrito acima parte de dois pressupostos teóricos. O primeiro deles é pressuposto keynesiano do primado da política sobre a economia, que se expressa na possibilidade de subordinação do processo de acumulação aos desígnios da sociedade. O segundo pressuposto teórico é a destruição criadora schumpeteriana, que atrela o desenvolvimento das forças produtivas à difusão do progresso técnico.

No caso das economias dependentes, esses dois pressupostos não se aplicam.

Em primeiro lugar, o capitalismo dependente é marcado por sua subordinação econômica ao exterior e pela ineficácia do controle social sobre o processo de acumulação, o que leva às formas antisociais, antidemocráticas e antinacionais do capitalismo. Como decorrência, tem-se a persistência de formas não concorrenciais de apropriação da riqueza, que desarticulam a interação entre

⁴¹ Para Sampaio Jr. (1999, p. 90), esse modelo de capitalismo foi possível em razão de condições históricas muito específicas.

investimento e consumo. Assim, torna-se inadequada a aplicação do marco teórico formulado a partir da interpretação do capitalismo autodeterminado tal como ele foi descrito acima, para a periferia do sistema (SAMPAIO JUNIOR, 1999, p. 90-91).

Nesse sentido, é de crucial importância compreender quais estruturas mantêm a relação subordinada da periferia ao centro do capitalismo.

Segundo Sampaio Jr., a Teoria do Subdesenvolvimento de Furtado tem como pressuposto a absorção de progresso técnico sem correspondente desenvolvimento das forças produtivas, que reflete a dissimetria entre sociedade e sistema produtivo. Essa incompatibilidade tem sua origem na inserção especializada no comércio mundial, que permite a geração de renda sem que seja necessário o desenvolvimento das forças produtivas internas. Assim, o excedente é canalizado para o mercado de bens de consumo, que segue à frente do mercado de bens de capital no processo de modernização (SAMPAIO JUNIOR, 1999, p. 175).

Em breve síntese, o que a linha dos argumentos de Sampaio Jr. e de Hadler, mencionado à nota de rodapé 39, indica é que a prescrição contida teoria econômica de Furtado perde seu lastro com os processos materiais de transformação do sistema capitalista, o que, como vimos, são percebidos pelo próprio autor como fonte do esgotamento do modelo formação nacional.

Dentre os esforços da Cepal que procuram compreender a dinâmica desse novo modo de valorização, encontra-se o texto “*Globalização e Desenvolvimento*”, publicado em 2002, em que discorre sobre as assimetrias na distribuição da renda e no acesso à tecnologia a que fora levada a economia mundial nos anos 1990 e 2000 (RODRIGUEZ, 2006, p. 587-622).

Nele, a CEPAL adentra a discussão sobre o domínio tecnológico das grandes empresas multinacionais, que condicionava a difusão às suas redes de filiais e às remunerações por concessão. O problema era agravado pelas assimetrias de investimentos públicos em P&D entre as nações centrais e periféricas. No mais, uma contradição fundamental no cerne das transformações em curso aprofundava o abismo entre as nações: a alta mobilidade de capitais e a imobilidade de mão de obra, impedindo a maior eficiência do emprego dos fatores produtivos.

O texto tece críticas às posturas dos países centrais, que avançavam seu domínio com base em uma regulamentação restritiva de distribuição de tecnologias, amparada por leis reguladoras de marcas, patentes e propriedade intelectual. Propugna pela interação entre Estado e mercado a partir de instrumentos regulatórios que mitiguem as assimetrias de informação do mercado, sendo transparentes e estabelecendo uma colaboração favorável à boa competição sistêmica, o que compreendia a consolidação dos Sistemas Nacionais de Inovação.

Passando para a análise macroeconômica, o texto aborda três aspectos: o papel dos agentes econômicos, a incidência de ciclos internos de crescimento e a condução macroeconômica orientada pelos objetivos do crescimento.

Na análise do primeiro aspecto, destaca a diversificação das fontes de financiamento durante a década de 1990, marcada por um fluxo de fácil reversibilidade. Esta característica, no texto cepalino, é explicada por duas razões: assimetrias de informações e a falta de percepção de riscos subjacentes ao processo de acumulação. Com relação à orientação, os fluxos seguem os mercados em que as valorizações bursáteis sejam mais atraentes.

Difere duas formas de entrada dos fluxos: como Investimento Estrangeiro Direto e como capital especulativo, em busca de rendimentos de curto prazo. No primeiro caso, o ingresso de capital estrangeiro ficou limitado à aquisição de ativos financeiros, sem se traduzir em investimentos produtivos. O IED, durante a década de 1990, foi direcionado para a aquisição de empresas locais. No segundo caso, o ingresso vai de acordo com a variação dos valores mobiliários, bônus e ações. Neste caso, a variação cambial também passa a ser elemento de atração, pois, se estável, garante que tais rendimentos não se esfaçem em grandes variações.

O texto dá destaque ao risco de endividamento de tomadores que apostam no jogo de variações dos mercados financeiros, que, nos momentos de alta, possibilitam súbito enriquecimento, mas ricocheteiam em depressões profundas em seus momentos de pessimismo. Nesse cenário, as economias latino americanas são apresentadas como zonas vulneráveis, sujeitas à forte oscilação dos fluxos financeiros.

Na leitura dos ciclos econômicos, o texto cepalino condiciona o crescimento ao momento de forte ingresso de capitais estrangeiros. No momento de alta,

há forte dinamização da demanda. Com as expectativas de rendimentos em alta, um volume maior de capitais ingressa na economia, mas não em tempo de completar o incremento de capital fixo do primeiro momento, dando-se portanto uma incompatibilidade entre a oferta de capital externo e o ritmo de crescimento da demanda interna.

Por outro lado, a fase positiva do fluxo também ativaria efeitos de trava. Um deles é decorrente do abalo provocado na conta corrente do balanço de pagamentos, que aumenta o serviço da dívida global. Outro aspecto considerado é a valorização cambial, que afeta a balança comercial e aumenta o déficit em conta corrente. Esse processo é agravado com maior volume de capitais, que são atraídos pela própria valorização da moeda.

Como se vê, a alta mobilidade dos fluxos financeiros termina por desequilibrar, mesmo nos momentos positivos, as contas corrente e comercial das economias mais vulneráveis. Uma vez sentidos os efeitos da trava, o mercado financeiro mostra-se altamente ‘sensível’, e inverte o sentido do fluxo.

Na fase negativa subsequente, há queda da demanda global e desaceleração da expansão produtiva, dando início à contração econômica. Com efeito, na tentativa de atenuar a saída de capitais, as políticas monetárias e fiscais são manejadas no sentido de aumentar a taxa de juros e desonerar os rendimentos do capital.

O que poderia corrigir a alta saída de capitais seria a expectativa de altas taxas de lucros nas atividades produtivas. Nesse sentido, o atraso tecnológico se apresenta como entrave, uma vez que impede que as taxas de lucro local sejam mais atraentes do que as existentes nas economias centrais, que dispõem de um setor inovador dinâmico. Ocorre que, com a alta mobilidade de capitais, o processo de valorização cambial dificulta que o setor produtivo local se equipe em tempo para competir nos mercados internacionais.

Outra consequência do ingresso das quantias volumosas de capitais foi a captação da poupança interna pelos capitais estrangeiros. A facilidade de captação de recursos no mercado financeiro absorve toda a poupança interna em um consumo desenfreado, a ponto de substituí-la por recursos externos, aumentando o endividamento.

No patamar produtivo, há enorme descompasso entre as expectativas financeiras e o investimento produtivo, que não raras vezes se consolida na fase negativa do fluxo, redundando em capacidade ociosa.

Como se vê, perpassa o texto noção de fragilidade financeira das economias emergentes e periféricas, que é exacerbada nos momentos negativos dos fluxos, que afetam os níveis de produção e emprego. Em última instância, quando os desequilíbrios dos mercados financeiros atingem o sistema bancário, o Estado reverte seus recursos para manter a garantia do sistema e a confiança do mercado financeiro.

Apresentadas as vicissitudes de um regime de livre circulação de capitais, o texto cepalino parte para a concepção de uma nova macroeconomia. Preocupada com garantia da estabilidade do crescimento econômico, a proposta neocepalina se orienta por uma concepção ‘produtivista’, em contraposição à ‘financista’, que combina equidade social e eficiência econômica.

O texto reconhece as dificuldades em garantir uma estabilidade para o crescimento, mas propõe o manejo dos instrumentos de política macroeconômica no sentido de atenuar os efeitos do livre fluxo de capitais. Essas condições devem buscar o investimento em capital fixo eficiente (diga-se, com alta tecnologia), de produtos vendáveis internacionalmente, com apoio financeiro do Estado. Atenta para a necessidade de se controlar os passivos líquidos, sobretudo os de curto prazo da dívida externa. Recomenda o controle da taxa de inflação, da taxa cambial e da taxa de juros em níveis ‘corretos’ ou ‘adequados’; bem como a constituição de fundos de estabilização.

Não obstante o esforço em se traçar uma agenda de desenvolvimento, com medidas atenuadoras dos efeitos negativos do regime de liberdade financeira, o texto acaba por reconhecer a ‘subtração do grau de liberdade das políticas econômicas internas’.

A análise estrutural da Cepal vai ao encontro das leituras de Furtado sobre a paralisia dos centros internos de decisão. A descrição do novo funcionamento cíclico comprova a tese do autor de que o Estado deixou de controlar o impulso ao processo econômico, assumindo uma posição enquadrada pelos efeitos das movimentações de capitais. A saída proposta, que consente tacitamente com a

impossibilidade de mudança imediata desse quadro, reafirma a tese de Furtado sobre as dissimetrias em Centro e Periferia: apostar na produção tecnológica com a criação de um Sistema Nacional de Inovação.

No próximo capítulo, estudaremos a noção de regime de acumulação predominantemente financeiro, que desenha um quadro amplo sobre processo de acumulação de capital e o papel que o Estado veio a ocupar. Por esse enquadramento da Economia Política, tratamos em dois itens sobre é o financiamento à inovação e a constituição de Sistemas Nacionais de Ciência Tecnologia e Inovação, como parte de estratégias estatais de participar do circuito global de valorização do capital.

Antes, encerramos o capítulo com algumas considerações da Economia Política de Celso Furtado que tratam de mecanismos abordados pela Teoria do Valor, notadamente a renda. A predominância da renda na participação do excedente global tem sido a marca do atual funcionamento do capital, o que veremos no Capítulo III. Por essa razão, vale o registro neste capítulo sobre a similitude de análises sobre uma das formas de percepção da riqueza global.

Elementos sobre a apropriação do excedente e a dinâmica do desenvolvimento

Vimos no primeiro capítulo como David Harvey descreve o processo de acumulação capitalista pela associação entre o tempo de valorização dos capitais investidos na produção (fixo e circulante) e as forma capital portador de juros, organizadora da esfera financeira e da miríade de aplicações de capital líquido, em tempo e nível de valorização regulados.

Tratamos também de como a titularidade da propriedade pode ser representada por títulos financeiros, que podem garantir ao portador rendimentos sobre operações futuras, a partir do que se conceituou como formação de capital fictício.

Naquele capítulo, pudemos descrever o funcionamento do processo de acumulação a partir do entrelaçamento das diversas esferas econômicas, com especial destaque para o campo de coordenação espaço temporal desse movimento, a esfera

financeira, que mitigam os efeitos distributivos do circuito fechado de valorização do capital.

Neste breve trecho, optamos por destacar elementos da teoria econômica de Celso Furtado que se assemelham a noções desenvolvidas do quadro categorial do primeiro capítulo, e que nos levam a considerar a produção de tecnologia por um viés não relacionado à expansão das plataformas industriais, mas vinculado aos processos especulativos coordenados pela esfera financeira.

Primeiramente, descreveremos as passagens em que o autor trabalha a noção de renda a partir da mera detenção da propriedade. De como isso instaura uma dinâmica distributiva da riqueza que reforça o processo de acumulação e desloca o conflito distributivo do embate entre trabalhadores e empregadores. No segundo momento, faremos a exposição do conceito de feudalista capitalista, de Harvey, para descrever como a mera detenção da propriedade privada garante ao titular uma participação no excedente global. Concluímos por estabelecer um paralelo entre o mecanismo distributivo descrito e a produção de tecnologia pelo impulso da especulação financeira como uma possibilidade em momentos de exuberância financeira.

Começamos por recuperar as reflexões de Furtado em “*Criatividade e Dependência*”, na qual discorre sobre o mecanismo de apropriação do excedente social pela mera detenção da propriedade. Segundo o autor, à medida que o sistema econômico se desenvolve e ganha complexidade, com uma trama de divisão social do trabalho mais sofisticada, o conceito de produtividade do trabalho se dilui do ponto de vista microeconômico e passa ser parametrizado pelo conjunto do tecido social produtivo. Nessa etapa, o mero volume de produção não mais serve como parâmetro para distribuição do excedente. A socialização das relações de produção leva a formas diferentes de apropriação do excedente (FURTADO, 2008, pp. 128-129).

Para Furtado, a evolução do sistema econômico, que compreende o desenvolvimento do sistema de crédito, provoca mudanças estruturais no funcionamento da civilização industrial. O autor enxerga no sistema de crédito o motor dessas novas formas de apropriação da renda. É por meio da tomada de crédito, garantida pelo patrimônio do tomador, que o incremento sobre a propriedade torna-se fonte de recursos que remuneram tanto credor como tomador. Assim, a mera

titularidade patrimonial⁴² garante uma participação da riqueza, o que, associado ao sistema de crédito, diminui a eficácia das formas tradicionais de distribuição do excedente, qual seja, a luta dos trabalhadores. Em suma, são mudanças que tornam as formas tradicionais de luta das classes assalariadas menos eficazes e o declínio do Estado⁴³ como centro impulsor e regulador do sistema econômico (FURTADO, 2008, pp. 129-130).

Sobre isso, explica:

“De relevância igualmente considerável são as modificações que se vão introduzindo no processo de apropriação do excedente. (...) Em outras palavras: o mercado de trabalho, concebido de forma ampla, constitui historicamente a arena em que emergiram e se enfrentaram as forças que modelaram a sociedade capitalista moderna. (...) Ora, esses instrumentos clássicos da confrontação social [união para formação de força social autônoma], que conduziram à homogeneização de amplos segmentos da sociedade, parecem perder eficácia. (...) A relação de forças entre grupos e classes sociais que emergiu nas economias centrais e, a partir dos últimos decênios do século XIX, anulou as tendências inerentes ao sistema capitalista para a concentração da renda não conduz aos mesmos resultados em face das modificações que estão ocorrendo no processo de apropriação do excedente” (2009, pp. 128-130).

Essas assertivas sobre o processo de apropriação do excedente a partir da titularidade patrimonial podem ser consideradas à luz do quadro categorial da Lei do Valor, a partir das considerações de David Harvey, que explora novos limites sobre o seu funcionamento em meio ao processo de acumulação.

⁴² O autor dá exemplo de como a apropriação do excedente pode se dar pela mera titularidade patrimonial na seguinte passagem: “*Dispor de um patrimônio, como um terreno com certa localização, pode ser poderoso instrumento para apropriar-se de parte do excedente gerado pela coletividade em certo período de tempo. A valorização de bens imóveis, de objetos de arte e muitos outros objetos cuja raridade foi artificialmente induzida passa a ser um poderoso instrumento de drenagem do excedente social. Um pintor antes desconhecido e que é promovido a celebridade verá seus quadros subirem consideravelmente de valor de troca. Em síntese: quanto mais avança a acumulação e mais diversificado se faz o produto final, mais difícil é traduzir o produto social em componentes que podem ser referidos ao conceito de produtividade física do trabalho. A manipulação dos valores finais pelos grupos que mantêm o monopólio de certas formas de criatividade, ou simplesmente a propaganda comercial e/ou o controle patrimonial, pesa de forma crescente no processo de apropriação do excedente. Dessa forma modifica-se a arena na qual operam as forças tradicionalmente responsáveis pela distribuição da renda*” (FURTADO, 2008, p. 129). (grifo nosso)

⁴³ Sobre o papel do Estado, o autor está considerando as mudanças estruturais do mercado financeiro e promovidas pelas empresas transnacionalizadas, anteriormente tratadas neste capítulo.

Segundo este autor, o desenvolvimento do capitalismo é marcado pela formação de um feudalismo capitalista, que opera a dissolução das relações tradicionais fundadas na titularidade da terra, e se vincula ao processo de acumulação pela desvinculação entre a titularidade da terra e a posse da terra. Com base nessa separação, ao proprietário se abre a possibilidade de auferir um rendimento monetário pela cessão da posse da terra. Além disso, a desvinculação distancia o proprietário da dominação do trabalho, o que historicamente possibilitou a expulsão do trabalhador do campo para a cidade, do uso comum dos meios de produção. Dessa forma, a renda da terra, pecuniariamente percebida, representa a forma pela qual o feudalismo se inscreve no processo de acumulação capitalista: mercantilizando o uso da terra e separando o trabalhador dos meios de produção⁴⁴ (HARVEY, 2013b, p. 442-443).

A partir dessa distinção, a terra passa a ser tratada como um bem meramente financeiro. Embora *per se* não produza valor, a sua titularidade permite a representação de um fluxo de renda, que pode ser considerado como uma forma de juro sobre um capital fictício. Ao adquirente do título, o capital investido opera como capital que rende juros (HARVEY, 2013b, p. 447).

Com a vinculação com a esfera financeira, o valor presente da propriedade é medido pelas possibilidades futuras de rendimento, pelos usos proporcionados ao bem que representa. Segundo Harvey (2013b, p. 448), quando esses títulos são finalmente administrados por um ramo específico de circulação de capital portador de juros, a terra atinge sua forma capitalista mais sofisticada. Esse movimento transforma todos os proprietários de terras em capitalistas financeiros, que ignoram os riscos das atividades desenvolvidas pelo possuidor e auferem rendimentos presentes pela alienação de rendimentos esperados. Para o autor, são essas as razões que impulsionam a transformação das forças produtivas do campo, bem como franqueiam a

⁴⁴ Harvey discorre sobre as relações complexas entre diferentes modos de produção com o capitalismo. O requisito do trabalho assalariado não necessariamente é observado na inscrição do feudalismo no capitalismo. O trabalho escravo nas lavouras do Sul dos Estados Unidos é mencionado pelo autor como exemplo de conexão complexa entre sistemas e percepção de renda fundiária na forma monetária. Em verdade, a conexão complexa pode ser virtuosa, na medida em que possibilita a produção de mercadorias agrícolas a baixíssimos custos, o que baratearia o valor da força de trabalho assalariada e alavancaria a acumulação industrial. A pressão mercantilizante, porém, exerce papel fundamental na transformação dos modos de produção ‘regredidos’ aos padrões assalariados da exploração capitalista. Trata-se do constante processo de inversão de capitais que alteram as correlações de composição orgânica do capital e que forçam a assunção das explorações do mais valor relativa, no lugar do mais valor absoluto. Isso afasta a titularidade da terra da sua posse, abrindo caminho para a inversão de capital e para o revolucionamento das forças produtivas. O relato do autor sobre a obra de Marx vai além: onde as relações tradições não existiam previamente, o próprio sistema capitalista cria as condições em que o feudalismo funciona no modo capitalista, separando o trabalhador da posse da terra (HARVEY, 2013b, pp. 444-445, 449).

especulação imobiliária na cidade. A representação da terra no mercado financeiro abre a possibilidade para uma concentração, uma intensa inversão de capital e, pela impulsão do sistema de crédito, a deflagração de crises de supervalorização, em busca dos rendimentos futuros (HARVEY, 2013b, p. 449-450).

Harvey explica que a renda, quando plenamente assimilada pela circulação do capital, aberta à coordenação da produção pela figura do capital portador de juros, potencializa a competição e a constante inversão de tecnologia sobre a produtividade da terra. O capitalismo revoluciona as técnicas de produção agrícolas. Garante-se que a agricultura e a indústria se expandam até os limites territoriais delineados pelos usos mais eficientes do espaço. Entretanto, mesmo neste nível mais sofisticado de interação com o capitalismo, a titularidade da terra e do comando sobre o processo de valorização entram em tensão, ficando pouco claro quem deve obter o que (HARVEY, 2013b, p. 465).

A associação virtuosa entre as duas classes revoluciona a agricultura como espaço de produção, e a tensão pela distribuição dos ganhos passa a ser administrada pelas formas financeiras. Tanto da parte de um, como da parte de outro, os excedentes alcançam as instituições financeiras que, dissipando as diferenças de origem desses excedentes, transforma-os em capitais para serem aplicados nas mais diversas atividades produtivas capitalistas. Assim, o feudalista torna-se uma facção da classe capitalista. A forma dinheiro do valor, ao assumir o comando sobre a produção fundiária, abstrai as tensões entre proprietários e capitalistas, e passa a funcionar como coordenadora de todo o processo de acumulação, a partir da forma desenvolvida capital portador de juros (HARVEY, 2013b, p. 470).

De forma muito parecida às reflexões de Furtado sobre a apropriação do excedente pela mera titularidade da propriedade privada, Harvey (2013b, pp. 471-475) conclui a digressão explicando que os mercados fundiários em interação com os sistemas de crédito, orientados por tentar aumentar a apropriação do mais valor, estão sob constante risco de formação irracional do valor, que não se coaduna com as exigências coordenadoras do capital portador de juros. A participação do Estado é reivindicada justamente para garantir estabilidade da valorização do capital, ainda que não possa frear a intensidade e a escala do processo especulativo.

O autor encerra o debate traçando os contornos do feudalismo capitalista: *“somente a posse da terra que trata a terra como um puro bem financeiro funcionará”*, e todas as outras formas não o farão. Isso porque é na condição de capital fictício,

amparado por um título representativo de rendas futuras, que o valor de uso da terra pode se associar à forma de valor de troca mais sofisticada, o capital portador de juros, em um espaço, o mercado fundiário. É essa associação, nesse mercado, que abre caminho para a transformação das relações de produção do campo em relações capitalistas, bem como para o revolucionamento das técnicas produtivas, coordenadas pelas exigências temporais dos juros. Os preços das terras, bem como os rendimentos futuros, passam a parametrizar a configuração espacial do modo de produção capitalista (HARVEY, 2013b, p. 476).

Adotando o mesmo quadro conceitual, a Professora Leda Paulani⁴⁵ atualiza a interpretação do feudalista capitalista para a produção de tecnologia. Para a autora, o princípio de que, no contexto da acumulação, a propriedade privada em sua expressão meramente jurídica garante ao titular uma forma de renda, também se aplica à propriedade intelectual. Mais do que isso, Paulani enxerga que, na conformação contemporânea do sistema financeiro, a predominância da participação do valor socialmente produzido na forma de renda, em função meramente da titularidade da propriedade privada, tem se tornado um traço marcante do processo contemporâneo de acumulação.

No caso da propriedade intelectual, os instrumentos jurídicos garantidores da restrição de acesso serviriam para a imposição de preços a mercadorias feitas somente de conhecimento. Como conhecimento não é um bem escasso ou mesmo que se exaure em sua utilização, mas indispensável à produção de todas as outras mercadorias, esses instrumentos restritivos possibilitariam a obtenção de rendimentos.

Nesse mesmo sentido, Harvey compreende que o estabelecimento dos direitos de propriedade intelectual estimulam a busca pela renda. O poder de monopólio conferido pela propriedade intelectual possibilitaria a fixação de preços cujo efeito seria impedir a transferência de tecnologia por preços que não sejam altíssimos. Esse aspecto da propriedade intelectual acentua ainda mais a assimetria de poder entre as economias nacionais, sendo passível de contraposição pela ação estatal (HARVEY, 2012b, p. 79).

Partindo dessa inferência categorial, o autor afirma que a concorrência para produção de tecnologia tem se tornado cada vez mais especulativa:

⁴⁵ Ver “*Renda e Rentismo: hoje e nos tempos de Ricardo e Marx*”, fonte: <http://aihpezaragoza2011.files.wordpress.com/2011/11/leda-maria-paulani.pdf>

“Os desenvolvimentos tecnológicos podem sair do controle quando setores que só se dedicam à inovação tecnológica criam novos produtos e novas maneiras de fazer coisas para as quais ainda não há mercado (...). Além disso, atravessadores talentosos podem mobilizar inovações tecnológicas para solapar relações sociais e instituições dominantes e, por meio de suas atividades, até mesmo reformular o senso comum para sua própria vantagem pecuniária. Há, portanto, um vínculo constitutivo entre dinamismo tecnológico, instabilidade, dissolução de solidariedades sociais, degradação ambiental, desindustrialização, aceleradas mudanças das relações espaço-tempo, bolhas especulativas e a tendência geral de formação de crises no capitalismo (HARVEY, 2012b, p. 79).

As considerações de Harvey soam quase como um alerta para as possibilidades de produção tecnológica combinadas com processos especulativos. Pois seus efeitos são perturbadores para a própria estabilidade da acumulação. Com a ascensão de uma esfera financeira mundialmente integrada a partir da década de 1970, é muito provável que as estratégias de rendimento financeiro tenham se aninhado nos circuitos de produção tecnológica.

Para as políticas estatais que buscavam a autonomia do circuito de valorização do capital, fechando-se dentro do espaço nacional em prol do desenvolvimento das forças produtivas e do bem estar da população, a nova configuração financeira, que paralisa os instrumentos de política econômica integrando os circuitos nacionais ao espaço mundial, coloca sob questão a viabilidade de um projeto que se propõe autonomista em um espaço de concorrência internacional e apropriação e circulação do excedente para além das fronteiras nacionais.

Aprofundaremos essas reflexões no capítulo seguinte, para analisar mais detidamente como as necessidades de valorização do capital podem distanciar os esforços estatais dos objetivos perseguidos.

CAPÍTULO III - Regime de acumulação predominantemente financeiro e Financiamento à Inovação

Neste terceiro capítulo, trataremos das teorias que buscam compreender como o processo de acumulação se organiza contemporaneamente, especialmente a partir das transformações ocorridas a partir da década de 1970. Conforme veremos, o regime de acumulação atual se organiza primordialmente por uma esfera financeira mundialmente integrada, que exerce poder de coordenação sobre o tempo e do espaço de valorização dos capitais. Esse novo poder alterou as formas de concorrência, bem como o funcionamento dos instrumentos de controle macroeconômico nacionais. O objetivo deste capítulo é fornecer um viés de análise sobre como o modo de produção de tecnologia se coaduna com o regime de acumulação coordenado pelas finanças em âmbito mundial.

Primeiramente, explicamos o conceito de regime de acumulação predominantemente financeiro, que está contido na obra de Robert Boyer, *“Teoria da Regulação – Os fundamentos”*, 2009, e nos serve para designar o funcionamento sistêmico da economia capitalista atualmente a partir da interpretação dos acontecimentos históricos desencadeados na década de 1970.

A noção de regime de acumulação compreende a existência de uma regularidade de formas institucionais que sustentam no longo prazo um modelo de crescimento. Seus parâmetros estão estabelecidos por duas ordens de relação institucional: o regime salarial e o regime concorrencial. O pacto firmado no campo da produção, mediante emprego ou não de capital intensivo, combinado com a disposição ou escassez de mão de obra, determina o volume de capital e os canais da acumulação. Em outras palavras, o regime de acumulação tem referência no padrão tecnológico que referencia a competição globalmente, a forma como o valor é produzido e como ele é apropriado/distribuído (BOYER, 2009, p. 82).

Do ponto de vista do gerenciamento hodierno, um regime de acumulação compreende a coexistência de diversos modos de regulação internalizados pelos Estados e arranjados no plano internacional. São formas institucionais resultantes de compromissos assumidos no âmbito normativo que regulam as relações entre países, e entre países e corporações, que refletem o grau de intensidade do conflito entre capital e trabalho no território. Segundo a Teoria da Regulação, seriam sete as formas

institucionais que constituem o arcabouço regulatório da acumulação: a mais proeminente, responsável pelo equilíbrio das demais, garantindo e estabilizando os compromissos e corrigindo eventuais desequilíbrios, o Estado. O território constitui uma segunda forma institucional, espaço em que se exerce a soberania estatal. Estas duas formas são constituídas pelas relações de classe que sustentam o regime de acumulação, conformando a uma terceira forma institucional: a inserção internacional no quadro da divisão internacional do trabalho. As outras formas institucionais são reguladoras das relações internas dos Estados: o regime monetário, o regime de concorrência, a relação salarial e a empresa.

Para Boyer (2009, pp. 54-57), por todos os períodos do desenvolvimento capitalista, duas ordens de transformações dariam causa à mudança das formas institucionais: (i) a sofisticação das formas da mercadoria; (ii) e a intensificação e complexificação da exploração do trabalho pelo capital. A regulação dessas transformações se dá de acordo com a capacidade do campo do trabalho de se organizar para pressionar o capital. Incumbe ao Estado mediar essa relação e orientá-la para a garantia do processo de reprodução e acumulação do capital. Como resultante, a interação leva à modificação das formas institucionais e à lenta gestação de outro regime de acumulação.

A passagem para outro regime de acumulação é marcada pela emergência de uma crise do sistema capitalista, o que guarda o mesmo sentido das considerações de Harvey sobre o papel da crise. Sua ocorrência seria, para Boyer, um sinal de incoerência das formas institucionais entre si, com origem no plano nacional ou internacional, e da sua incompatibilidade com o regime de acumulação. Como causa de muitas das crises, estaria a alteração do padrão tecnológico, que afetaria os níveis de exploração e os tempos de realização da mercadoria. Essa mudança seria sentida pela perda de eficácia da governança estatal e pela desconstituição dos laços de dominação social que dão sustentação do sistema, pondo a permanência do próprio regime de acumulação sob questão (BOYER, 2009, p. 106).

Nesse sentido, o atual regime de acumulação seria produto das tensões do modo de regulação do regime anterior, fordista, em que teriam sido gestadas as atuais formas institucionais constituintes do novo modo de regulação. Naquele regime que prevaleceu entre 1945 e 1971, o padrão tecnológico seria intensivo em tecnologia e mão de obra, e estaria voltado para o consumo de massa. Essa formatação pressupunha uma contínua valorização salarial, como princípio de distribuição *ex ante* do excedente

gerado. O Estado, nesse contexto, estaria incumbido de administrar os excedentes no longo prazo, com investimento de infraestruturas físicas e sociais, garantidoras da produção e circulação de mercadorias, bem como custear a reprodução da mão de obra, o que se convencionou denominar políticas de Bem Estar. Para desempenhar as duas tarefas, o Estado se valeria de políticas monetárias expansionistas. No plano internacional, as correções de eventuais desajustes das contas estatais era possibilitada pelas instituições internacionais (i.e. Fundo Monetário Internacional), que serviam para financiar déficits e garantir os reajustes periódicos de taxas de câmbio fixas (BOYER, 2009, pp. 85-86).

A pouca abertura das economias nacionais ao mercado externo, que se garantia pelo controle do fluxo de capitais, garantiria que o fluxo de riqueza nacional fosse revertido para o crescimento interno. Esse crescimento seria possível porque o volume de produção das economias de escala seria absorvido pela massa salarial crescente em paralelo ao aumento dos preços e da produtividade. Assim, o investimento seguiria a certeza de realização pela existência de uma demanda sempre crescente. Nesse ambiente, a produção tecnológica desempenharia papel chave de evitar importação de equipamentos, renovar os processos produtivos, reabrindo possibilidades de investimento e realocação da mão de obra, e aumentar a produtividade das plantas produtivas nacionais (BOYER, 2009, pp. 90-91).

Para Boyer, foi justamente o sucesso de modo de regulação que levou o regime à crise. Em primeiro lugar, os ganhos de produtividade possibilitados pelas inversões tecnológicas alcançaram o limite das oportunidades de lucro. Com a diminuição dos ganhos de produtividade, a continuidade da indexação salarial em um contexto de pleno emprego – em que o setor de serviços não evoluía em ritmo maior – deixaram de servir como estímulo para o investimento, para significar justamente o contrário. Por fim, as políticas de incentivo estatal ao consumo de massas e produtivo redundaram em galopes inflacionários desacompanhados de crescimento econômico, diluindo a eficácia da inflação como mecanismo regulador sistêmico. Assim, estariam neutralizados os instrumentos de regulação estatal capazes de garantir um crescimento endógeno da economia⁴⁶ (BOYER, 2009, pp. 96-97, 112-113).

⁴⁶ Boyer comenta que a perda de dinamismo das economias centrais teve impacto sobre a estratégia de industrialização por substituição de produtos importados assumida pelas economias latino americanas. Converging para o diagnóstico do Furtado sobre os limites à produção e importação de bens de capital, o autor assevera que a estratégia erodiu com a crise das nações centrais, cujo consumo garantia a cesta de divisas das economias latino americanas (BOYER, 2009, P. 118).

A resolução da crise da acumulação fordista tenderia a repetir a lógica do próprio sistema de extravasar o âmbito nacional da acumulação para o mercado mundial e para o sistema financeiro internacional, com expansão sobre novos territórios. Seria esse o movimento recorrente do sistema, que criaria novas interdependências entre as formas institucionais internas e o regime de regulação internacional, o que se daria pela difusão da crise por todas as economias envolvidas, renovando a arquitetura institucional por toda a superfície do capitalismo, e recriando as condições para um novo regime de acumulação (BOYER, 2009, p. 119).

O comércio exterior funcionaria como forma de manter a continuidade do regime por um tempo. Com a integração financeira, viriam as reconfigurações produtivas no espaço, o que inviabilizaria o superávits comerciais e interromperia o adiamento da mudança das formas institucionais internas. A situação se agravaria ainda mais com a abertura comercial, porque o nível de renda interno tenderia a se articular com ofertas exógenas, desarticulando de vez o impulso doméstico à expansão produtiva (BOYER, 2009, p. 120-122).

No caso do regime de acumulação predominantemente financeiro, o primeiro golpe sobre o antigo modelo se deu no modo de financiar as atividades produtivas. A integração financeira absorveu os capitais industriais, alocando-os segundo os critérios de valorização das bolsas de valores. O mesmo ocorreu com o consumo: a renda salarial foi atrelada ao jogo de aquisição patrimonial bursátil, assumindo ele mesmo o impulso ao consumo, por meio do efeito riqueza, sentido pelos titulares de ações que veem subitamente seu patrimônio crescer com a variação acionária. Inverte-se dessa forma o estímulo produtivo do sistema, anteriormente baseado nos lucros e no consumo de massa; e que atualmente tem se referenciado na variação acionária como estímulo ao investimento e ao consumo (BOYER, 2009, p. 126).

Procurando compreender quais foram as transformações histórica que levaram a essa configuração da acumulação, trataremos, no primeiro item do capítulo, do percurso histórico que levou à formação do regime de acumulação predominantemente financeiro, partindo da interpretação de alguns autores sobre os eventos ocorridos a partir da década de 1970, que desenharam o atual quadro institucional da acumulação. Com a ascensão de uma esfera financeira mundialmente integrada, com capacidade de coordenação de capitais oriundos das mais diversas atividades, concentrados por meio de diferentes instituições, sobre todo o espaço global

da reprodução do capital, veremos como o grau de coordenação sobre o processo de desenvolvimento capitalista passou da predominância estatal para a predominância do mercado financeiro. E quais conseqüências trouxe para as estratégias nacionais de desenvolvimento.

A narrativa se detém, em parte, sobre as tensões gestadas pelo sistema financeiro norte americano no plano nacional e internacional, que deram origem ao processo de substituição de regime de finanças estatais para o regime de finanças privadas. As mudanças no sistema financeiro norte americano são marcadas pela substituição de uma regulação das finanças nacionais centrada na especialização e na compartimentação comercial, na regionalização, na intermediação bancária, por um regime de desregulação do setor, com formação de conglomerados financeiros e abertura de concorrência global, integração das praças financeiras nacionais, e emergência de uma esfera de emissão de títulos financeiros representantes de capital fictício, cuja valorização segue um ritmo diferente daquele da produção. São essas características que fazem que os processos de crescimento sejam puxados, muitas das vezes, por corridas especulativas que desembocam em crises de desvalorização. Na base de novo tipo de acumulação, está a o impulso dado pelo endividamento privado no lugar do gasto público. Este assume a posição de garantir a estabilidade da moeda e a solvência do sistema de crédito quando irrompidas as crises.

No segundo item, discorreremos sobre as estratégias de financiamento à inovação pelas novas margens de concorrência internacional, que estão adequadas às exigências da plataforma financeira mundialmente integrada da produção à gestão financeira. O tópico perpassa a noção de hierarquia no sistema financeiro internacional com demonstração de dados da posição relativa do Brasil na produção de tecnologia mundial.

No terceiro item, tratamos da participação estatal na construção de infraestruturas físicas e sociais como uma necessidade de ingresso no processo de acumulação, com a edificação de estruturas que sustentam o processo de acumulação dentro das fronteiras nacionais. Veremos também como a questão da hierarquia internacional tem relação com a capacidade financeira dos Estados e de que modo isso estabelece limites para o avanço das políticas estatais.

3.1 – Histórico da Financeirização

Se tomarmos como parâmetro o funcionamento do universo financeiro durante as décadas de 1940 e 1950, poderíamos resumi-lo da seguinte maneira: eram sistemas monetários nacionais, controlados pelos Estados, com mercados financeiros com atuação nacional, que estavam compartimentados a geografia global.

Esse circuito sofreria modificações a partir da década de 1960, período em que o governo norte americano, com o fim de financiar gastos sociais, investimento em infraestrutura, estimular a expansão produtiva e os programas militares, aumentou o volume de moeda emitida em níveis até então inéditos. O aumento da liquidez do dólar teve por consequência o aprofundamento de um problema já diagnosticado para essa economia, de crescente aumento dos déficits das balanças de pagamento e comercial, oferecido pela concorrência das indústrias alemãs e japonesas. Combinadas as necessidades de incremento produtivo e financiamento do déficit, mais moeda foi emitida por meio dos títulos da dívida pública.

No curso de uma década, essa combinação entre a expansão monetária e déficits expôs o dólar ao risco de desconfiança como medida de valor. A fragilidade da moeda decorrente de seu excesso forçou o governo a decretar a suspensão da paridade dólar ouro em 1971, desencadeando o desmonte de um quadro regulatório montado nos Estados Unidos durante a década de 1930, após a Crise da Bolsa de Nova Iorque.

A regulação montada após 1930 era constituída dos seguintes aspectos: limite máximo de taxas de juros (*Regulation Q*), especialização e regionalização das instituições financeiras (*Glass-Steagall Banking Act*, de 1933, e *McFadden Act*, de 1927), as quais garantiam a disciplina do sistema financeiro para não desencadear processos especulativos, por meio da compartimentação regional e funcional das finanças. Dessa forma, embora controlasse os limites das atividades financeiras, o sistema garantia os estímulos ao crescimento pelo financiamento por crédito ocorressem por meio do mercado.

Em 1956, com o *Bank Holding Act*, abriu-se uma brecha para superação das restrições de especialização e regionalização, com a permissão para constituição de *holdings* financeiras, estruturas que eram capazes de mobilizar os excedentes monetários dos bancos e aplicá-los em outro portfólio de atividades financeiras. Em 1961, permitiu-se a criação dos *Certificados de Depósitos Negociáveis* (CDs), o que tacitamente revogou os limites da *Regulation Q* para cobrança de juros (BRAGA, 1997, pp. 201-203).

Com o movimento de desregulamentação progressiva deu-se impulso à inovação financeira. Novas instituições financeiras não bancárias emergiram durante a década de 1970, como os fundos mútuos e de pensão. Progressivamente, por meio de cédulas de crédito de todo tipo, que já não respeitavam mais as margens de juros da *Regulation Q*, os papéis financeiros remunerados a juros foram assumindo progressiva preponderância sobre a moeda como mecanismo de financiamento. Uma desintermediação bancária foi se caracterizando como forma de captação de recursos via mercado de capitais (BRAGA, 1997, p. 203).

Ainda durante a década de 1960, as reservas de dólares acumuladas por bancos e corporações fora dos Estados Unidos foram centralizadas pela constituição de um mercado financeiro baseado em Londres, que administrava os chamados eurodólares. A combinação entre a desregulamentação interna com a liberdade auferida pelos mercados de capitais no exterior, somadas à política monetária expansionista do Governo norte americano, formaram o cenário ideal para a especulação sobre os regimes cambiais fixos.

Os bancos deixaram de operar com lastro nos depósitos à vista, para lançarem crédito a partir da massa de títulos públicos e privados lançados nos mercados de capitais. A criação dos títulos de securitização abriu novo campo de aplicação dos capitais mobilizados pelos fundos de investimento e pensão. Combinava-se assim a integração entre o mercado de crédito e de capitais, com impulso da massa de títulos financeiros pelos créditos tomados a partir de um sistema financeiro que concedia crédito igualmente lastreado por títulos financeiros.

As grandes corporações industriais, assim como os demais agentes financeiros, também buscaram nos mercados financeiros meios para financiar as suas atividades e alavancar seus ganhos pela mera gestão de ativos financeiros. A entrada desses agentes alterou substancialmente os mecanismos incentivadores do investimento produtivo, pois os riscos e os ganhos das aplicações financeiras possibilitaram situações mais vantajosas para a reprodução de seus rendimentos (BRAGA, 1997, pp. 206-208).

A partir da década de 1980, as praças financeiras começaram a ser integradas, formando um espaço que garantia ampla mobilidade aos capitais e que lançava um volume sem igual de títulos financeiros. Com essa nova configuração financeira mundial, tornou-se recorrente o desencadeamento de processos especulativos e a irrupção de crises de desvalorização. Para conter o caráter especulativo da livre circulação de capitais, os governos viram-se providos como quase único mecanismo de

defesa a variação das taxas de juros oficiais, como forma de conter as movimentações especulativas contra o câmbio. Nos momentos em que tais processos irrompiam em crises de pagamento, liquidez e confiança, que desatava a destruição de títulos financeiros, os Governos eram forçados a garantir a liquidez do sistema de pagamentos, resgatando inclusive instituições financeiras, para evitar o colapso econômico e social. No sentido de dimensionar os esforços de estabilização e concentrar capacidade financeira para restabelecer a liquidez e confiança do mercado, os Estados adotaram o lançamento de títulos públicos como captadores de recursos e garantes da confiança do mercado, o que fechou o cerco sobre o orçamento público para o pagamento dos rendimentos financeiros por meio do crédito e da dívida pública (BRAGA, 1997, pp. 208-209).

No plano externo, a transição de uma economia disciplinadora das finanças foi marcada pelo fim do regime de câmbio fixo orquestrado em Bretton Woods, em 1944. Como mencionamos, em 1971, o Governo norte americano suspende a paridade dólar ouro e, em 1973, oficializa o regime de câmbio flexível. Esse movimento representou a primeira fase do desmonte do regime de finanças nacionais administradas pelos Estados para o regime de finanças de mercado.

No transcurso dos eventos narrados acima, a política expansionista do dólar expôs a moeda sob questão com relação à sua posição de medida de valor internacional. Como dito, o excesso de dólares sustentava, de certo modo, a multiplicação de moedas financeiras pelas instituições atuantes junto aos mercados de capitais. O excesso de relativo da moeda, porém, ameaçava a hegemonia norte americana no controle dos fluxos de capitais.

Em uma década marcada pelos choques do petróleo e pelo crescimento das reservas em dólares no mercado londrino, o processo de desvalorização do dólar se agravou. Foi com base nas enormes quantias de capitais no mercado de eurodólares, que passou a reciclar os dólares oriundos dos países produtores de petróleo, que o mercado financeiro viabilizou o esforço industrializante das economias latino americanas, pela concessão de empréstimos inicialmente remunerados a baixíssimo custo.

Em 1979, com vistas a interromper o processo inflacionário e afastar a perda de centralidade do dólar como moeda internacional, a Reserva Federal dos Estados Unidos promoveu um aumento inédito da taxa de juros do título da dívida norte americana, o que estimulou o ingresso de quantia sem igual de capitais do mundo todo para o mercado financeiro norte americano.

Iniciou-se, assim, durante a década de 1980, a segunda etapa da transição do regime de finanças administradas para o regime de finanças privadas. O Governo norte americano tomou uma série de medidas para liberalizar e desregulamentar o sistema financeiro. A emergência de um poderoso mercado financeiro interno se deu, portanto, com base nesse influxo de capitais estrangeiros para as principais praças financeiras locais, atraídas pelas altas taxas de juros dos títulos da dívida norte americana, que dava sustentação a esse movimento.

Foi nesse ambiente que emergiram instituições financeiras não bancárias, como os fundos de pensão – surgidos a partir da concentração da poupança privada das famílias norte americanas - e de investimento, que mobilizavam essas enormes massas capitais e multiplicavam seus recursos em aplicações meramente financeiras, tendo os títulos da dívida pública como principal ativo de suas remunerações. Esse movimento de concentração de capitais barateou o crédito no mercado norte americano, possibilitando a entrada dos bancos e dos grandes grupos industriais nos mercados financeiros. É nessa década de abundância de crédito, que marca a década de 1980, que os grupos industriais norteamericanos realizaram inúmeros processos de fusão e aquisição, aproveitando a variação bursátil como forma de realizar ganhos e de eliminar o excesso de capacidade, o que exerceu forte impacto sobre o nível de emprego. A entrada desses grupos alterou a forma com que operavam seu caixa, tornando os rendimentos financeiros o primeiro parâmetro de aplicação de seus excedentes e condicionando o nível de investimento produtivo a segundo plano.

Na Periferia do sistema, o aumento das taxas de juros pela Reserva Federal provocou uma violenta fuga de capitais. Os contratos de empréstimo, que em sua maioria continham cláusula de variação do dólar, tornaram-se impagáveis para essas economias. A saída foi se socorrer junto aos órgãos monetários internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. A concessão de crédito por essas organizações, por sua vez, forçava a reestruturação dos títulos da dívida periférica junto às praças financeiras centrais. Com a pactuação entre agentes financeiros centrais e Estados periféricos, deu-se impulso à criação de mercado de títulos secundários, concebidos para segurar os credores de eventual não pagamento.

A década de 1980 é também caracterizada pela mudança de papel do Fundo Monetário Internacional, que de financiador de déficits eventuais dos Estados, foi transformado, durante a crise da dívida da América Latina na década de 1980, em um agente de liberalização dos mercados financeiros periféricos, com a imposição de

uma cartilha de desregulamentação e integração aos circuitos comerciais e financeiros internacionais. Prescrevendo, ainda, a diminuição da participação do Estado na economia, com a privatização das empresas estatais e terceirização dos serviços públicos, e, principalmente, pela assunção de uma política econômica austera, de controle inflacionário, não intervenção cambial e superávit primário (pagamento da dívida), o Fundo Monetário Internacional funcionou como verdadeiro ponta de lança da financeirização.

Durante a década de 1990, a espoliação patrimonial proporcionada pelo pagamento da dívida pública permitiu o aprofundamento da liberalização dos fluxos de capitais, da integração dos mercados financeiros e da desregulamentação das atividades do setor em âmbito mundial. Os processos de privatização das empresas estatais e terceirização dos serviços públicos tornaram-se recorrentes nas economias endividadas. A consolidação do espaço de circulação dos capitais fez emergir ainda outro nicho do mercado financeiro. Os mercados de derivativos, criados para pulverizar os riscos dos títulos de dívida pública, coroam o processo de transferência para o regime de finanças de mercado.

Consolida-se nessa década a hegemonia dos conglomerados financeiros com a autorização dada pela sanção do *Financial Services Competitiveness Act*, em 1995, que finalmente suplanta o quadro regulatório interno constituído na década de 1930, criado para conter os processos especulativos – como vimos, pela especialização, intermediação e regionalização –, por um quadro institucional desregulado, com integração das atividades e ampla liberdade de atuação e circulação.

Braga resume o quadro histórico da seguinte maneira: primeiro, houve uma mudança da natureza do sistema monetário e financeiro com declínio da moeda e dos depósitos bancários enquanto substrato dos financiamentos, substituídos pelos ativos que geram juros. Em seguida, a securitização integrou os mercados creditício e de capitais; com a concomitante tendência à formação de ‘conglomerados de serviços financeiros’, que intensificou a concorrência financeira. Simultaneamente, houve a ampliação das funções financeiras no interior das corporações produtivas, que assim como os bancos já operavam em nível transnacional. Os fluxos de capitais mobilizados por esses agentes legaram aos governos à tarefa de operar taxas de juros e de câmbio de forma combinada, no esforço de estabilizar a moeda. Na tentativa de conter saídas especulativas de capital, os governos foram forçados a aumentar as taxas de juros, o que aumento e endogeneizou o déficit público financeiro. Isso fez com que os Bancos

Centrais passassem a operar de forma orientada pelo mercado. Por fim, o dólar assumiu desde o choque de juros de 1979 a centralidade da posição de medida de valor internacional (BRAGA, 1997, p. 211).

A relação entre padrão tecnológico, queda da taxa de lucros e financeirização

As transformações do processo de acumulação descritas acima são analisadas por outro viés em Robert Brenner. Para o autor, parte da explicação sobre as causas que levaram à ascensão de uma esfera financeira mundialmente integrada se encontra nas tensões do padrão tecnológico norte americano e na forte queda da taxa de lucro do setor industrial. Sua compreensão detalhada sobre as causas da crise do padrão fordista de desenvolvimento pode ser encontrada na obra “*O Boom e a Bolha*”, em que toma como parâmetro a contradição desse modelo no seio da economia norte americana, que deu início às transformações tratadas neste tópico.

O objetivo de Brenner é compreender o funcionamento das crises financeiras, notadamente da *Bolha da Internet*, que estourou em 2001, como resultado da alteração do padrão de funcionamento da economia norte americana⁴⁷. Na mesma linha dos autores referidos acima, Brenner considera que a ativação de processos especulativos se tornou uma característica recorrente do padrão de desenvolvimento atual, uma vez que o motor de crescimento deixou de ser a demanda agregada estimulada pelo Estado para ser o mercado de valores acionários, que possibilita a manutenção do investimento e do consumo em alta, e se sustenta no endividamento privado.

O autor assevera que a predominância desse padrão de desenvolvimento ocorre somente a partir da década de 1990, especialmente a partir do mercado financeiro

⁴⁷ É interessante destacar que Furtado, já em 1974, com o livro “*O Mito do Desenvolvimento*”, buscava explicações para as transformações estruturais do capitalismo a partir do modo de funcionamento da economia norte americana. A perspectiva adotada por Robert Brenner em “*O Boom e a Bolha*”, publicado pela primeira vez em 2002, é muito semelhante a de Furtado, embora suas obras estejam distantes no tempo por mais de um quarto de século. Para o autor brasileiro, o que deu causa às transformações do sistema capitalista foi o esgotamento do padrão de crescimento da economia norte americana, baseado nas grandes empresas e em sua maior capacidade tecnológica. Quando as economias centrais concluíram seu processo de reconstrução no pós guerra, as empresas norte americanas tiveram que enfrentar a forte concorrência dos grandes grupos europeus e japoneses, o que provocou o desequilíbrio da balança comercial norte americana e gerou déficits orçamentários. Como resultado de tais desequilíbrios, as relações de produção sofreram uma transformação profunda dentro dos Estados Unidos, com impacto sobre a superestrutura política internacional – por exemplo, a já mencionada mudança de papel do FMI. Para Furtado, a pressão vivida pela balança comercial também tinha origem em suas próprias empresas transnacionais, que endereçavam boa parte das manufaturas produzidas em outros países para o consumo do mercado norte americano.

norte americano. Brenner encontra as origens dessa nova engrenagem na crise do modelo adotado no primeiro quarto de século após a 2ª guerra mundial, que marca um período de grande prosperidade para a economia dos países centrais do capitalismo, o longo '*boom*'. Nesse período, o crescimento da economia se pautou em enormes ganhos de produtividade, o que permitiu aos industriais dos países centrais auferirem enormes superávits em relação a seus estoques de capitais. Ao Estado incumbia garantir tanto o crescimento econômico pelo estímulo à demanda agregada, quanto o bem estar social pela prestação de serviços sociais.

Os Estados Unidos, que saíram da guerra praticamente intactos, conservando vasto poderio militar e as maiores reservas históricas de ouro, assumiram a condição de potência hegemônica do mundo capitalista e foram os arquitetos da nova ordem mundial. As organizações internacionais (BIRD e FMI), o padrão monetário baseado na conversibilidade dólar ouro e o câmbio fixo funcionaram como balizadores do poder econômico norte americano no plano internacional. O conjunto dessas instituições - denominado Sistema de Bretton Woods -, a partir de 1945, garantiu o controle da circulação sobre os capitais e possibilitou a implementação de políticas de desenvolvimento pelo Estado. O peso do mercado interno americano contribuiu para a consolidação da nova ordem, pois era o único capaz de absorver as exportações dos países em reconstrução e viabilizar o desenvolvimento das economias capitalistas.

No decorrer dos vinte e cinco anos que marcam o longo '*boom*', a participação dos grupos empresariais das economias reconstruídas aumentou as pressões competitivas sobre as empresas norte americanas, provocando a queda das taxas de lucro do setor manufatureiro mundial. Por conseguinte, a queda da lucratividade e o excesso de capacidade do setor manufatureiro colocaram em cheque o modelo fordista de produção e as políticas keynesianas manejadas pelos Estados, que estavam baseados no que Brenner denomina "*desenvolvimento desigual*"⁴⁸.

O desenvolvimento desigual pressupunha a superioridade financeira e tecnológica da economia norte americana. Com enorme capacidade para importar e

⁴⁸ Vale o esclarecimento de que a expressão empregada por Brenner não guarda o mesmo sentido de Harvey. Embora os dois autores estejam tratando das diferenças espaciais, políticas e econômicas entre as economias, a análise Brenner dá ênfase ao padrão tecnológico fixado ao território dos EUA em um período específico da história do capitalismo. Combina-se nessa descrição histórica a coincidência entre o padrão tecnológico e o poderio da economia norte americana. A perspectiva de Harvey trata por outro viés, entendendo o desenvolvimento desigual como necessidade espacial do processo de acumulação, a partir da coordenação de um centro de acumulação. Embora não sejam necessariamente divergentes os entendimentos, o esclarecimento se justifica pelo uso em dois sentidos da expressão.

exportar, sua economia impulsionava o crescimento das outras economias em construção, e estimulava a industrialização em outros mercados, muitas das vezes pela atuação das filiais de suas principais empresas. Esse modelo garantia um saldo de balança comercial e corrente aos Estados Unidos. E, como dito, entrou em crise quando as economias reconstruídas passaram a concorrer com as grandes empresas norte americanas no mercado mundial.

Ao final da década de 1970, estava claro para os formuladores políticos americanos que a reversão do declínio do longo ‘*boom*’ implicaria em reformas ainda mais profundas no plano interno, que fossem capazes de reavivar a taxa de lucratividade do setor manufatureiro, e principalmente reafirmar a centralidade do dólar na economia mundial.

Vimos que após a desarticulação do Sistema de *Bretton Woods* uma profunda reestruturação econômica foi implementada nos EUA durante a década de 1980. A alta histórica da taxa de juros pela Reserva Federal, além de combater a inflação e reduzir o crédito, e possibilitar a ascensão das finanças privadas, teve como efeito a eliminação do excesso de capacidade produtiva. A entrada das empresas privadas na dinâmica dos mercados de valores viabilizou uma profunda reestruturação produtiva, que enxugou o excesso de capacidade com as inúmeras operações de fusão e aquisição. No entanto, as conseqüências para o setor produtivo foram ainda maiores, pois essa entrada significou a imposição da racionalidade do mercado de valores ao funcionamento das empresas, também já mencionada anteriormente neste trabalho.

Segundo Brenner, os cortes dos impostos sobre os ganhos de capital e a acelerada desregulamentação do setor financeiro estimularam alianças implícitas e explícitas entre empresários e financistas. Essas alianças foram estabelecidas no seio da administração das empresas, que estabeleceram a opção de compra de ações como mecanismo de remuneração dos administradores.

Visando ganhos futuros com a valorização das ações, os administradores empreenderam todos os esforços para liquidar os excessos de capacidade das empresas e reduzir mão de obra. Além disso, realizaram a tomada de vultosas quantias em empréstimo, superendividando as empresas e desviando os recursos tomados do investimento em equipamentos e instalações para as aplicações financeiras. Ao realizar a venda e compra de ações, influenciavam positivamente o valor das ações e, conseqüentemente, os seus próprios ganhos futuros.

A opção pelo endividamento para tomada de ações como mecanismo de captação de recursos '*à moda antiga de investir*' revelava que o esforço dos executivos em aumentar o valor das ações estava articulado com os interesses de financistas e acionistas. A cooptação dos executivos para a lógica de valorização do capital financeiro era possibilitada por uma brecha no tratamento dedicado às opções de compra de ações pelas regulamentações contábil e tributárias americanas, que, respectivamente, desobrigavam de declarar os custos de opções de ações nos relatórios dos acionistas e permitiam a dedução desses custos na receita da empresa, o que estimulava as mesmas a produzirem balanços inflados de seus ganhos.

Dessa forma, a submissão dos recursos públicos ao pagamento da dívida pública, a ascensão dos mercados de valores e dos fundos privados, bem como o alinhamento das empresas privadas à lógica de remuneração do capital portador de juros compuseram o quadro de funcionamento do *regime de acumulação financeirizada* e o padrão de desenvolvimento que passou a vigorar na economia norte americana, a partir da década de 1990.

A recessão mundial do início da década de 1990, que atingiu as economias japonesa e da Europa Ocidental, orientou a política econômica norte americana para o equilíbrio orçamentário, consolidando um consenso internacional em favor da restrição fiscal e monetária, o que, em suma, significou o enquadramento definitivo do Estado como pagador da dívida pública pra remuneração do mercado financeiro. Foi isso que provocou a eliminação do gasto público como a mais importante fonte de estabilidade para o crescimento da demanda agregada.

Essa mudança provocou o deslocamento da responsabilidade sobre o crescimento do investimento e do consumo para o setor privado. Duas alternativas se apresentavam ao setor privado: apostar nas exportações, o que significava competir em um mercado de mais a mais saturado; ou incentivar o investimento e o consumo pela tomada de empréstimos, ou seja, pelo endividamento privado, de empresas e pessoas físicas.

Brenner relata como o setor financeiro se sagrou vitorioso na influência da política econômica norte americana no embate com o setor industrial entre as décadas de 1980 e 1990.

Durante a década de 1980, as reformas implementadas pelo Governo norte americano permitiram a redução do excesso de capacidade do setor manufatureiro, bem como a constituição de um exército de reserva de mão de obra suficiente para

arrochar os salários dos trabalhadores. Contudo, a demanda interna permanecia reprimida e o dólar valorizado impedia o aumento das exportações e dos preços das exportações, o que empurrava o setor manufatureiro para o abismo.

Embora o dólar valorizado por altas taxas de juros interessasse aos setores do capital financeiro, a pressão do setor manufaturado sobre o governo era imensa em razão da queda excruciante das taxas de lucro. Nesse sentido, o governo forçou um acordo com os governos do Japão e da Alemanha, em 22 de setembro de 1985, no qual articularam políticas que mantivessem o dólar desvalorizado em relação ao marco e ao iene. Esse acordo ficou conhecido como Acordo Plaza e foi mantido por dez anos.

Nesse período, a economia japonesa enfrentou uma queda expressiva das exportações, o que procurou contornar com a realocação produtiva, financeira e comercial sobre o Leste Asiático. O deslocamento de indústrias de baixa tecnologia para essa região possibilitou um novo equilíbrio à economia japonesa, que importava a maior parte da produção dos países da região e exportava produtos de intensa tecnologia.

Em 1995, porém, sob o pretexto de recuperar o setor manufatureiro japonês, o governo norte americano renunciou às vantagens competitivas da moeda desvalorizada e celebrou o acordo que inverteu a desvalorização do dólar. As consequências da valorização da moeda foram, todavia, deletérias para a economia mundial.

No Leste Asiático, as economias que exportavam para o Japão tinham suas moedas atreladas ao dólar, de modo que a valorização inviabilizou completamente as exportações da região. No Japão, a crise do Leste Asiático de 1997 significou enormes perdas financeiras e comerciais para os capitais japoneses.

Nos Estados Unidos, valorização do dólar, em pouco tempo, levou a lucratividade do setor manufatureiro ao colapso. A moeda valorizada e a concorrência internacional inviabilizaram os lucros do setor já a partir de 1996 e de modo definitivo a partir de 1998. Um enorme influxo de capitais permitiu ao governo baixar as taxas de juros, bem como compensar os déficits de conta corrente.

O mesmo ingresso de capitais permitiu ao mercado de valores vivenciar um processo de escalada no valor das ações. A redução do custo de capital por meio da emissão de ações e o aumento da tomada de empréstimos por empresas e pessoas físicas alavancaram o valor das ações, o que manteve os níveis de investimento da economia norte americana e levou ao crescimento a economia mundial. O efeito prosperidade do

mercado de valores chicoteou a economia para frente quando os lucros entraram em colapso após 1998.

Essa bolha especulativa estouraria em 2001, no movimento de valorização das empresas de internet.

O que é a financeirização?

A narrativa histórica apresentada acima tratou das transformações sofridas pela economia capitalista mundialmente e de sua vinculação com as tensões sofridas no plano nacional da economia norte americana. Ela nos fornece elementos para compreender a delimitação mais precisa da noção de regime de acumulação predominantemente financeiro oferecida por alguns autores.

Para François Chesnais e Catherine Sauviat (2005, pp. 171-184), o regime é caracterizado por uma maior subordinação do Estado ao capital, pela ascensão do poder acionista sobre as decisões relacionadas ao investimento, pela concorrência mundial dominada por empresas multinacionais, pela predominância de padrões de distribuição de riqueza dominados pelas finanças e pela degradação do trabalho, sustentado por uma base institucional que garantiu ampla liberdade e desregulamentação ao comércio e ao investimento externo, e impulsionou o poder das finanças com a remuneração pelos títulos de dívida pública e consolidação dos mercados financeiros mundialmente integrados, que travam um novo padrão de produção tecnológica e posicionam as economias hierarquicamente de acordo com seu poder de combinar finanças públicas com finanças privadas.

Para José Carlos de Souza Braga⁴⁹, trata-se de um novo padrão sistêmico de riqueza instaurado a partir da década 60 nos Estados Unidos, que se alastrou por toda a economia global, por meio da integração financeira mundial. As modificações no quadro regulatório do sistema financeiro nacional norte americano franquearam um forte processo de concorrência financeira, que erigiu mercados e instituições com capacidade para mobilizar enormes quantias de dinheiro, para criar títulos financeiros, e impulsionar a economia por meio de processos especulativos, criando um quadro sem

⁴⁹ Trata-se do texto *Financeirização Global*, contido em *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*, TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (orgs.), Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

precedente histórico de volumes de papéis representativos de riqueza muito maior que o volume de bens efetivamente produzidos e em circulação.

No centro da discussão está o novo modo pelo qual a moeda, do crédito e do patrimônio passaram a ser geridos. O funcionamento dos Bancos Centrais foi circunscrito à arbitragem da taxa de juros, para coordenar as exigências dos mercados de capitais e dos fluxos de capitais; as finanças públicas ficaram condicionadas à inversão do fundo público em processos de estabilização da moeda e do fluxo de capitais; a ampla circulação do capital se consolidou por meio da integração dos sistemas financeiros nacionais e o fortalecimento das praças financeiras; os regimes cambiais deixaram de ser fixos para se adequarem à livre circulação dos capitais pelo regime flexível; os ganhos em processos financeiros tornaram-se objetivo das corporações industriais, que internalizaram estratégias de alocação de capitais pelo rendimento dos ativos financeiros (BRAGA, 1997, pp. 195-196).

A gestão de ativos passou a ser o centro do processo de produção e acumulação da riqueza. As fronteiras entre os espaços nacionais e internacionais de produção e circulação da riqueza foram flexibilizadas. O centro de apoio da expansão de uma malha financeira mundialmente integrada gravita em torno das políticas da Reserva Federal (EUA) e do dólar. A integração de mercados financeiros (de ações, bônus, derivativos, títulos públicos e privados) flexibiliza os regimes cambiais e os força todas economias nacionais a atuar, por meio da taxa de juros, sobre a circulação de capitais para manter a estabilidade do câmbio (BRAGA, 1997, p. 198-199).

Na definição de Harvey, esse regime é produto histórico de uma disputa aberta na década de 1970 e liderada pela facção financeira do capital, que criou uma esfera financeira mundialmente integrada, com ampla liberdade para o capital, que paralisa os poderes estatais de controle da produção da moeda e pressiona a ação estatal para garantir a liquidez de todos os processos de desvalorização ou destruição de capitais e de trabalho. Trata-se de uma privatização dos poderes estatais de produzir a moeda pelos mercados financeiros (HARVEY, 2012b, p. 115-148).

No campo da produção, as mudanças desencadeadas a partir da década de 1970 abriram possibilidades para novas experiências de organização industrial, com reflexos sobre a vida social e política. No plano das relações de produção, surge o que Harvey denomina '*acumulação flexível*' em contraposição ao período anterior de rigidez da disciplina do trabalho.

A acumulação flexível se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. São decorrentes das novas formas de organização da produção, de fornecimento de serviços, de novos produtos, novos mercados, e de alta taxa de inovação comercial, tecnológica e organizacional. No plano do desenvolvimento geográfico desigual, há uma nova configuração da divisão internacional do trabalho. No todo, um redimensionamento do espaço tempo da acumulação, diminuindo distâncias e tempos de valorização do capital, com decisões difundidas imediatamente em um espaço mais amplo e variegado (HARVEY, 2012a, p. 140).

Por sobre toda a organização territorial, a articulação de uma extensa rede financeira, articulada mundialmente, deu ao capital ampla mobilidade sobre um portfólio mundial de atividades lucrativas. São as novas configurações institucionais e produtivas que deram causa e refletem o poder de coordenação financeira que condiciona as margens de lucro às exigências dos parâmetros de rendimento financeiro, diminuindo o tempo de rotação do capital por sobre a superfície produtiva e acelerando o ritmo do consumo e da vida (HARVEY, 2012a, p. 152).

Com a mudança da plataforma industrial, ora constituída por uma cadeia de insumo-produto articulada em frações industriais espalhadas por diversas regiões do globo, os direitos conquistados pela classe trabalhadora foram alvo de ataque, já que com o aumento do desemprego conseguiu-se diminuir o poder de pressão das organizações de classe territorialmente organizadas. As novas tecnologias também criaram novos contingentes de desempregados estruturais. E o que antes era um padrão de vida do trabalhador das economias centrais, passa a ser desconstruído para igualar a padrões de vida das economias periféricas (HARVEY, 2012a, p. 145).

Na produção, as estratégias de produtos variados são priorizadas em detrimento dos produtos de massa. As economias de escopo foram se tornando preponderantes sobre as economias de escala. Em paralelo, a disputa pelos mercados de produtos, pelos nichos, levou a uma corrida mais intensa pela inovação. O tempo de giro do capital fixo foi reduzido drasticamente, e somente os mais capacitados financeiramente para fazer essa disputa conseguem sobreviver. Do lado do consumo, o tempo da obsolescência programada dos bens de consumo diminuiu (HARVEY, 2012a, p. 149).

Como já mencionamos, esses poderes de coordenação da valorização do capital têm forte tendência a desencadear processos especulativos, que resultam em

fortes crises de desvalorização e destruição de capitais. A alavancagem de mercado de títulos financeiros pelo mercado creditício torna a valorização meramente financeira, antes da produtiva, o motor do crescimento. E as irrupções das crises, uma oportunidade para liquidação e execução hipotecária de todo capital fixo instalado no mundo.

Para Harvey, são estratégias de acumulação por espoliação. Primeiro é executada pela formação de bolhas especulativas com manipulação de preços dos títulos representativos de investimentos produtivos. Com impulso do sistema de crédito, a especulação atrela patrimônios do mundo todo ao azar das variações positivas e negativas das bolsas de valores, transferindo boa parte dos ativos dos países pobres, incapazes de suportar a variação bolsária, para os países ricos. Como remédio para as crises, a liquidação final dos patrimônios das economias mais frágeis, submetidas ao que o autor chama de “*deflação confiscatória*”, forçadas ao pagamento de dívidas vultosas à alienação patrimonial em execuções hipotecárias. Em paralelo, cria-se uma massa de desempregados que permite reconstituir os exércitos de reserva mundialmente, rebaixando as taxas salariais e ampliando as taxas de exploração e aquisição de lucro (HARVEY, 2012b, p. 203).

Segundo o autor, a acumulação por espoliação serve aos interesses das facções financeiras do capital que buscam avançar sobre ativos que estavam fora dos circuitos de valorização do capital. O intuito é de tornar patrimônios públicos e coletivos em patrimônios privados. A lista é extensa: bens de utilidade pública ou bens comuns (água, telecomunicações, transporte), benefícios sociais (habitação social, educação, assistência à saúde, pensões), instituições públicas (universidades, laboratórios de pesquisa, presídios), esforços de guerra (exércitos privados), conhecimento (mediante a celebração do TRIPS), formas culturais (turismo, música, etc.), todos submetidos ao pagamento de preços que servem como renda ao proprietário privado (HARVEY, 2012b, p. 172-173).

Saqueadas as economias nacionais, os Estados buscam nas instituições internacionais recursos para executar os ajustes necessários à recuperação do sistema de crédito e da confiança dos mercados. No controle ponderado desses processos de liquidação de infraestruturas físicas e destruição de infraestruturas sociais, as entidades internacionais regulam as crises para evitar que o colapso social, a revolta, o levante, impeçam o curso da acumulação por espoliação.

Esse encadeamento revela como o poder estatal é capturado para estar disciplinado aos interesses do capital financeiro, servindo às exigências de liquidez dos

mercados quando os processos especulativos antecipam crises de desvalorização e destruição, hipotecando plataformas produtivas, infraestruturas físicas, orçamentos públicos, fundos públicos, etc., em suma, todo tipo de ativo existente sobre a superfície da acumulação. Mais do que subsidiária, a participação estatal no período das crises é constituinte da promoção de processos especulativos geradores de superacumulação seguidos de desvalorização/destruição, pois sem a sua intervenção o motor dos mercados financeiros e de capitais por sobre as economias nacionais não impulsiona a economia. Uma vez desencadeadas as crises, os patrimônios nacionais são hipotecados e transferidos aos acionistas da esfera financeira, que recuperam os rendimentos e os lucros dos agentes privados (HARVEY, 2012b, p. 115-148).

Assim, a superacumulação vai se adiando temporal e espacialmente, abrindo novos processos de acumulação primitiva, resolvendo-se por meio de uma articulação entre o Estado e as finanças privadas, hierarquicamente organizada no plano internacional, que franqueia a aquisição do patrimônio público pela forma da espoliação.

O Estado, na função descrita, opera como principal redistribuidor da riqueza. No plano produtivo, a dinâmica da luta de classes deixa poucas margens para a classe trabalhadora reivindicar direitos, ameaçada que está pelos riscos do desemprego e da precarização. No primeiro momento, alienando seu patrimônio e vertendo os recursos públicos ao pagamento de dívidas, o Estado redistribui a riqueza para uma parcela privilegiada do capital, a facção financeira. No segundo momento, passa a ser o espaço da disputa pela distribuição do excedente ainda não diretamente vinculado ao rendimento financeiro, que é disputado pela classe trabalhadora, por meio de políticas sociais, e pelas demais facções do capital, por meio de isenções e subsídios.

No tocante à produção de tecnologia, Harvey considera que o estabelecimento dos direitos de propriedade intelectual mundo afora garantem o seu atrelamento às valorizações financeiras. Para o autor, o poder de monopólio conferido pela propriedade intelectual permite estabelecer preços que impedem a transferência de tecnologia por preços que não sejam altíssimos. Esse aspecto da propriedade intelectual acentua ainda mais a assimetria de poder entre as economias nacionais (HARVEY, 2012b, p. 79).

Os termos da produção tecnológica, que está atrelada à valorização financeira, estabeleceram, para Harvey, um grau de oligopolização que tornou um mito a concorrência para a produção de tecnologia no mundo. Antes de ser resultante da

concorrência entre empresários individuais que buscam aumentar suas margens de lucro, a tecnologia se tornou ativo objeto dos processos de especulação financeira. Daí emergir a inovação como nova fronteira da produção de tecnologia, porque, antes de avançar sobre a fronteira do conhecimento, serve às novas possibilidades de lucros, por meio da reformulação de processos produtivos, formas organizacionais e novos produtos lançados no mercado.

“Os desenvolvimentos tecnológicos podem sair do controle quando setores que só se dedicam à inovação tecnológica criam novos produtos e novas maneiras de fazer coisas para as quais ainda não há mercado (...). Além disso, atravessadores talentosos podem mobilizar inovações tecnológicas para solapar relações sociais e instituições dominantes e, por meio de suas atividades, até mesmo reformular o senso comum para sua própria vantagem pecuniária. Há, portanto, um vínculo constitutivo entre dinamismo tecnológico, instabilidade, dissolução de solidariedades sociais, degradação ambiental, desindustrialização, aceleradas mudanças das relações espaço-tempo, bolhas especulativas e a tendência geral de formação de crises no capitalismo (HARVEY, 2012b, p. 79).

Mudanças nas teorias econômicas

Dentro das considerações dos autores da financeirização, também constam considerações acerca da mudança das teorias macroeconômicas. De acordo com François Chesnais, em “*A Mundialização Financeira*” (1998, pp. 254-257), as transformações do sistema capitalista que produziram o regime de acumulação predominantemente financeiro também levaram as teorias cíclicas do capitalismo ao ocaso, isso porque a esfera financeira passou a ser fonte de desequilíbrios estruturais que não se resolvem com ajustamentos recessionistas do ciclo produtivo, sendo de natureza totalmente diversa.

Os pressupostos da livre circulação de capitais, da integração das praças financeiras, e da paralisia de instrumentos de controle público, proporcionaram um poder à esfera financeira que garante que suas operações sigam os seguintes ditames: máxima valorização de ativos financeiros, no menor tempo possível, combinado com menor risco de atividade, com a máxima isenção fiscal e que seja facilmente liquidável.

Nesse cenário, o Estado cumpre uma dupla função de remuneração dos rendimentos de capital: pelo pagamento da dívida pública, e pela isenção fiscal sobre os

ganhos de capital. Para fazê-lo, os Estados manejam os instrumentos de política econômica no sentido de garantir o controle da inflação, variando a taxa de juros de remuneração da dívida pública, e garantindo o pagamento dessa mesma dívida mediante um forte compromisso fiscal e orçamentário. O controle cambial, por sua vez, é feito pelos mecanismos de mercado, mediante a compra de divisas, o que não necessariamente garante a estabilidade da moeda, em razão da imprevisibilidade do comportamento dos agentes de mercado.

Como vimos, o investimento também está comprometido pelas oportunidades de aplicações financeiras enxergadas pelos grupos industriais. O excedente corporativo é condicionado pelas taxas de rendimentos financeiros, retirando o potencial de expansão outrora garantido pela disciplina regulatória do mercado financeiro. O fator tempo, que é central no campo da valorização acionária, impõe um obstáculo enorme para se alcançar as melhores condições para o investimento. Assim, as decisões pendem majoritariamente, quando o mercado financeiro está em alta, para aplicações financeiras.

Some-se ao quadro do parágrafo anterior que os grandes grupos operam em mercados oligopolizados, o que aproxima todo investimento produtivo do excesso de capacidade e da superprodução. Daí terem se tornado primordiais as estratégias de inovação de processos e produtos, como forma de redimensionar a composição orgânica do valor e encontrar nichos de mercado que permitam realizar a mais valia.

A interação com a esfera financeira tornou as plataformas produtivas ociosas do ponto de vista do rendimento. Como a riqueza é apropriada e orientada primordialmente para a forma de rendimento, tem-se como risco constante o desequilíbrio entre oferta abundante e uma demanda reprimida. A aplicação de tecnologias de ponta nas plataformas produtivas torna a mão de obra excedente igualmente redundante, acirrando a disputa por mercados consumidores com potencial de absorção de novos produtos. Essa seria uma das razões que motivariam o deslocamento das plantas fabris para mercados que oferecem os melhores preços de matéria prima, o custo de mão de obra mais barato, e os menores encargos fiscais. A articulação de plantas produtivas em diferentes países também lhes garantiu considerável vantagem na negociação junto aos governos.

Nesse cenário, os ajustes cíclicos da teoria keynesiana perdem eficácia. Pelas razões apontadas, as crises econômicas contemporâneas deixaram de ter os mesmos elementos que as crises cíclicas compreendidas pela teoria keynesiana. Não se

trata mais de uma questão de manutenção do investimento pelo impulso dos gastos públicos, com incremento da demanda agregada. A composição da demanda e da oferta obedecem a outros parâmetros, dimensionadas pelo mercado financeiro global, pela produção articulada globalmente e pelos baixos custos das diversas economias.

Vejamos quais foram os impactos dessas alterações para a produção de tecnologia.

3.2 - Financiamento à Inovação

As alterações no modo de funcionamento do capitalismo que levaram à ascensão do regime de acumulação predominantemente financeiro alteraram as formas de financiamento à Pesquisa e Desenvolvimento e à Inovação tecnológica.

Durante o regime de acumulação fordista, o ambiente macroeconômico preservava o investimento de longo prazo e a inovação, de forma indireta, com a existência de mercados grandes relativamente às plataformas produtivas e em expansão, com distribuição do excedente por compromissos salariais e proteção social. Diretamente, havia, por um lado, uma disciplina do excedente corporativo para o investimento em plataformas e tecnologia; por outro, gastos públicos em P&D, que alcançava todos os níveis educacionais (CHESNAIS, SAUVIAT, 2005, pp. 179).

De modo geral, as exigências de valorização financeira diminuíram as possibilidades de investimento de longo prazo. Segundo François Chénais e Catherine Sauviat, até meados da década de 1980, o horizonte de longo prazo dos investimentos em inovação tecnológica e P&D era sustentado por três arranjos institucionais: a governança corporativa, com autofinanciamento das empresas; a associação entre bancos e empresas; e os sistemas públicos de pesquisa e educação, empresas públicas e financiamento a oligopólios domésticos. Com o regime de acumulação financeirizado, essas três fontes foram enfraquecidas, com exceção ao investimento em P&D nos EUA. Do ponto de vista do investimento público, a crise fiscal impactou orçamentos de Estados centrais e periféricos do capitalismo (CHESNAIS, SAUVIAT, 2005, pp. 162-165).

No tocante à inovação, o tempo de realização do capital está majoritariamente atrelado ao curto prazo, daí ser acolhido pelos mecanismos oferecidos no mercado acionário. As modalidades de financiamento aí oferecidas estão relacionadas aos fundos de investimento e aos fundos de capital de risco. Os primeiros são lastreados pelos títulos de securitização e geralmente estão relacionados a apostas de grandes empresas internacionais. O segundo tem a ver com uma miríade de pequenas empresas de tecnologia, que oferecem diversificação em desenvolvimento de tecnologias de ponta. Na década de 1990, nos Estados Unidos, foi criada a Nasdaq, bolsa de valores especializada em negociar as ações dessas empresas apostas (CHESNAIS, SAUVIAT, 2005, pp. 165-167).

A ascensão do investimento de curto prazo denota uma inversão de prioridades com relação à produção de tecnologia. Se no regime de acumulação fordista os arranjos institucionais garantiam o apoio do capital financeiro à indústria, no regime de acumulação financeirizado ocorre o inverso. Essa inversão não mudou a inércia dos arranjos nacionais de investimento público, que ainda garantem uma parcela considerável da pesquisa e desenvolvimento de longo prazo e qualificação de mão de obra. A capacidade dos sistemas nacionais varia, todavia, conforme a posição econômica e política desses sistemas na economia mundial. Quanto maior a força do mercado financeiro, maior a pressão para que esses arranjos nacionais sejam moldados conforme as exigências de acumulação financeira. Como exemplo, Chesnais e Sauviat citam a privatização dos sistemas de educação e pesquisa. Em razão desse novo atrelamento, a produção de conhecimento e tecnologia tem seu ritmo ditada pela situação do ambiente macroeconômico (CHESNAIS, SAUVIAT, 2005, pp. 167-168). Por essa razão, os autores frisam que as alterações promovidas pelo regime de acumulação financeirizado devem ser consideradas pelos formuladores de políticas públicas.

“Os *policy-makers* são pessoas preocupadas com o financiamento do investimento, treinamento e P&D, seu nível de estabilidade e horizonte de maturação, e também com a sua estrutura interna. Dado o arcabouço institucional onde eles atuam, as rotinas que têm de cumprir e as pressões que enfrentam, eles talvez não tenham tempo para captar a extensão na qual os instrumentos de política que usam e as medidas de política que apoiam são historicamente determinados e correspondem às características do regime de acumulação que prevalece em determinado período. A noção de benchmarking é

freqüentemente utilizada em fóruns internacionais de modo a induzir *policy-makers* de diferentes países a se alinharem às soluções estabelecidas nos países que estão no centro do novo regime” (CHESNAIS, SAUVIAT, 2005, p. 169).

No centro das considerações dos autores, está a noção de que o regime financeirizado é fortemente hierarquizado internacionalmente, mais do que no regime fordista. Por isso, são céticos com relação à emulação de modelos de financiamento predominantes no Centro, em especial nos Estados Unidos. Os mercados de capital de risco e todas as instituições que sustentam esse modelo, por exemplo, embora prescrevam um conjunto de instrumentos financeiros de escopo global, funcionariam em intensidades muito diversas, graduadas pela posição relativa dos países na hierarquia financeira mundial (CHESNAIS, SAUVIAT, 2005, p. 169).

Segundo os autores, a década de 1990 registra uma queda no investimento de longo prazo em P&D pelos governos da OCDE, bem como na participação do PIB (nos EUA ocorreu o mesmo, mas o mercado financeiro puxou um aumento de produção tecnológica, e o financiamento do Departamento de Saúde para os laboratórios do Instituto Nacional de Saúde figuraram como exceção à queda geral). A queda relativa dos gastos com P&D resultaria das políticas de austeridade orçamentária, políticas macroeconômicas e fiscais deflacionárias e corte de gastos, articuladas para o pagamento da dívida pública. A contrapartida aos gastos foi a exposição dos sistemas nacionais ao atendimento das exigências do mercado financeiro. Essas mudanças estariam em consonância com o regime de concorrência global travado entre as grandes multinacionais, para quem as inovações de produto e processos seriam mais convenientes para as oportunidades de lucros imediatas do que o avanço da pesquisa básica de longo prazo (CHESNAIS, SAUVIAT, 2005, pp. 184-185).

Nas universidades, o fomento à pesquisa pelo financiamento público tem diminuído. Para financiar suas pesquisas, essas instituições têm buscado fontes privadas como alternativa. O reflexo disso é o maior financiamento de pesquisas com indicação prévia e potencial de aplicações comerciais. Do ponto de vista da regulação, tem se tornado rotina a regulação da pesquisa e da produção acadêmica por meio de contratos que orientam missões específicas. Em paralelo a essas pressões na configuração da pesquisa universitária, houve a ampliação da educação superior para torná-la um sistema de massa. Essa ampliação também tem sido orientada para a especialização

institucional, que separa a trajetória ensino pesquisa, para criar espaços dedicados a um dos dois primordialmente (CHESNAIS, SAUVIAT, 2005, p. 185).

Nos Estados Unidos, o processo de ‘privatização da ciência’ tem como marco a aprovação da Lei Bayh-Dole, de 1980, que regulamentou o licenciamento da pesquisa para laboratórios privados. Tratou-se de uma espécie de royalties pagos à Universidade pela sua produção de conhecimento em parceria com o setor privado. A virtuosidade da lei foi medida pelo aumento da produção de patentes, que expandiu 8,1% ao ano entre 1980 e 1997, alcançando a cifra de US\$ 1,9 bilhões, com um salto de produção de patentes de 250 ao ano, antes da lei, para 4,800 ao ano, com a sua vigência⁵⁰ (CHESNAIS, SAUVIAT, 2005, p. 189).

No tocante à produção tecnológica das grandes corporações, houve mudanças consideráveis desde que a governança corporativa foi capturada pelos investidores institucionais. A prioridade ao pagamento de dividendos aos acionistas reduziu as possibilidades de inversão do lucro para novos investimentos. As exigências da alta gerência estão, portanto, parametrizadas pela melhor *performance* do ponto de vista financeiro, o que significa diminuição de custos, com eliminação de capacidade ociosa e flexibilização da mão de obra empregada, e reestruturação organizacional, que os autores chamam de estratégias *downsizing* (CHESNAIS, SAUVIAT, 2005, p. 193).

Com essa nova configuração de poder e de estratégias, tem vigido do ponto de vista da produção tecnológica associações com laboratórios e criação de empresas satélites, que combinam investimentos de diversos agentes privados, como investidores institucionais⁵¹, para aplicação junto às plataformas produtivas dessas

⁵⁰ Os autores também discorrem sobre mudanças qualitativas no seio das universidades em razão de sua associação com o setor privado: a pesquisa foi progressivamente mais orientada pelos interesses dos investidores, loteando profissionais e departamentos; as cláusulas de sigilo proíbem a publicação pelo menos até seis meses após a conclusão dos estudos de parceria; pesquisadores possuem ações das empresas patrocinadoras ou pelo menos opção de comprá-las como forma de remuneração; as universidades abriram escritórios gerenciadores de patentes, operando como verdadeiras comerciantes do conhecimento, realizando contratos de colaboração que mais se assemelham com os contratos de exclusividade dos financiadores, com cláusulas que prevêm inclusive a propriedade privada de descobertas futuras desenvolvidas a partir de suas patentes, o que tem impedido o compartilhamento gratuito de instrumental de pesquisa; nas disputas em torno das patentes, não raras vezes têm se voltando inclusive contra seus próprios funcionários, têm também lançado seus recursos em fundos de capital de risco; exercem enorme pressão para redução dos departamentos de ciências humanas. Em suma, há uma alteração profunda da ideia de autonomia universitária, da liberdade de pensamento, para a consecução de objetivos mercadológicos (CHESNAIS, SAUVIAT, 2005, pp. 189-192).

⁵¹ Os autores informam que o modelo de financiamento por investidores institucionais se alastrou pelas economias desenvolvidas. Fundos de pensão, fundos de mútuos, fundos de capital de risco abocanharam

corporações. Essa opção não deixa de vir acompanhada por um forte monitoramento das corporações junto às estruturas desenvolvedoras de tecnologia, o que inclui também o gerenciamento dos recursos humanos empregados e formados. A pesquisa que se desenvolve nessas condições tem como parâmetro temporal o tempo de valorização acionária, o que limita o horizonte de expansão do conhecimento e a existência dos projetos investidos. Contribui para a diminuição do espaço temporal desse tipo de investimento as inúmeras interrupções sofridas em virtude dos processos de reestruturação produtiva por fusão e aquisição de empresas. O que, de modo geral, parametriza os investimentos em tecnologia pelas corporações ao horizonte temporal de valorização acionária, impondo uma espécie de taxa de retorno antes mesmos da pesquisa vir a ser realizada (CHESNAIS, SAUVIAT, 2005, pp. 194-196).

Sobre as modalidades de investimento financiadas pelo mercado financeiro, os autores dão especial destaque para a indústria de capital de risco e sua relação com a economia norte americana. O papel dos EUA na arquitetura do novo padrão de acumulação, tratado em passagens anteriores neste trabalho, fez com que mercado financeiro norte americano desenvolvesse essas formas sofisticadas de investimento tecnológico. Nesta economia, há uma combinação entre enorme capacidade de financiamento acumulada em investidores institucionais e configurações de relação de trabalho bastante específicas que permitem o florescimento desse tipo de investimento (CHESNAIS, SAUVIAT, 2005, p. 199).

Em geral, as empresas inovadoras que recebem investimento apresentam elevado potencial de crescimento e atuam no setor de tecnologia avançada. No primeiro momento, são empresas de portfólio, que não podem lançar ações no mercado por não desenvolverem atividade lucrativa, mas que detêm ativos tecnológicos de alto valor potencial. Seus projetos têm origem nas pesquisas universitárias e são apresentados por indivíduos com mobilidade para se desligar de suas organizações (empresas e universidades), o que é facilitado por contratos temporários travados com essas instituições.

Nesse momento, o investimento de capital de risco se ocupa de fornecer a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das empresas até que preencham os

cerca de um terço dos investimentos em P&D nos países centrais da economia mundial (CHESNAIS, SAUVIAT, 2005, pp. 196-198).

requisitos de lançamento de ações no mercado. Os fundos de capital de risco, montados por grandes investidores (fundos de investimento, fundos de pensão, empresas financeiras, seguradoras, compõem quase 50% dos investimentos) acompanham o gerenciamento dessa fase nascente e, em caso de fracasso, a empresa tem preferência sobre o patrimônio reunido com relação ao desenvolvedor, o que é garantido por uma arquitetura societária (CHESNAIS, SAUVIAT, 2005, pp. 200-203).

O ponto crítico dessa modalidade de investimento são as opções de saída. As ofertas públicas iniciais das ações das empresas que evoluíram a partir da primeira etapa garantem aos investidores a possibilidade de liquidarem suas posições antes que o negócio venha finalmente ao mercado. Essa configuração societária beneficia tanto aos investidores, que antecipam seus retornos, como aos empreendedores, que têm a possibilidade de recuperar uma maior parcela do controle da empresa. Esse funcionamento só flui de maneira virtuosa se o mercado acionário é dinâmico e aquecido. Essa é uma condição para que os excedentes sejam invertidos em atividades de alto risco, mas que permitem uma saída valorizada do capital por meio da variação positiva das ações⁵² (CHESNAIS, SAUVIAT, 2005, p. 204).

Os autores informam que a indústria de capital de risco é fortemente criticada por autores norteamericanos. Em primeiro lugar, os investimentos em P&D seriam financiados em baixa proporção por essa modalidade. A maioria dos investimentos nascentes objetos do capital de risco teriam como fonte preparatória anterior as pesquisas desenvolvidas pelas universidades e pelas corporações. Assim, o capital de risco desempenharia papel preponderante na fase de comercialização do ciclo de inovação. Em segundo lugar, a diversidade dos empreendimentos de capital de risco ficaria restrita a desenvolvimentos industriais e de alta tecnologia (na primeira metade da década de 1990, seriam a biotecnologia e a engenharia genética, na segunda, empresas de telecomunicações e softwares), o que reforçaria a concentração regional. A ausência de desbravamento de novas regiões e novas tecnologias, com avanço da fronteira do conhecimento, estaria, segundo os autores, relacionada com o caráter

⁵² Nesse sentido, vale menção ao artigo de Mário Schapiro, “*Banco de desenvolvimento, regulação e autorregulação: complementaridade regulatória no mercado brasileiro de risco*”, sobre a formação do mercado de capital do risco no Brasil, que, por não contar com o dinamismo que o mercado norte americano tem, apresenta uma tímida evolução. As análises de Chesnais e Sauviat colocam para as economias que não coordenadoras do centro da acumulação financeira a questão sobre até que ponto os modelos de financiamento à inovação das economias centrais podem ser exportados ou adaptados em outras economias e se podem ser generalizados (CHESNAIS, SAUVIAT, 2005, p. 208).

especulativo que o mercado de capital de risco impingiria à produção tecnológica, como de fato teria ocorrido com a Bolha da Internet estourada em 2001 (CHESNAIS, SAUVIAT, 2005, pp. 205-206).

Financiamento no Brasil

O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação brasileiro está sendo montado desde a década de 1950, primeiramente com a constituição do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 1951. No início, buscava-se constituir um sistema interno a serviço do processo de desenvolvimento industrial nacional focado na substituição de produtos importados, o que começava pela formação de pesquisadores e pelo financiamento de pesquisas com recursos diretos das finanças públicas.

Nesse período, a aquisição de tecnologia se dava majoritariamente pela importação de máquinas do exterior, por meio de contratos de compra, licença de fabricação, assistência técnica, consultoria com fornecedores estrangeiros. Por essa via de acesso, conseguiu-se instalar um complexo produtivo industrial que fabricava bens de consumo duráveis e não duráveis, e bens de produção, que permitiu o domínio de tecnologias de produção utilizadas pelas economias centrais do capitalismo. Por essa época, questões como o desenvolvimento de processos e de produto estavam em segundo plano, por essa época. Tratava-se de uma estratégia empresarial que visava sobretudo o aumento da sua capacidade de produção (SILVEIRA, 2001, pp. 156-157).

A política estatal explícita para a constituição de um parque endógeno produtor de tecnologia visava autonomizar a plataforma nacional da dependência com o exterior, que por vezes era limitada pelos gargalos da capacidade de importação. Durante a década de 1970, esse objetivo de autonomização se tornou mais pronunciado. Os resultados alcançados com o CNPq e a CAPES demonstravam que a infraestrutura de P&D não estava suficientemente integrada com a plataforma industrial a ponto de garantir a produção tecnológica autônoma. Para corrigir a rota do desenvolvimento, o Estado empenhou-se em cerca de 88% do financiamento à P&D, enquanto 4% provinha de fontes privadas e 12% de empresas (SILVEIRA, 2001, p. 158).

Esse esforço se traduzia, do ponto de vista do financiamento, pela criação, junto à CAPES e CNPq, do Fundo Nacional de Tecnologia, por linhas de fomento a partir do BNDE, Fundo de Financiamento de Estudos e Projetos (FFEP) que se transformou na Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Do ponto de vista das instituições de pesquisa, criou-se a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), o Centro Tecnológico da aeronáutica (CTA), a Fundação de Tecnologia Industrial (FTI), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Instituto de Energia Atômica (IEA), e, nas esferas estaduais, o Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), em São Paulo, o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento, na Bahia, e o Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC). As empresas estatais criaram o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CPQD/Telebrás), e o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel/Eletrobrás), bem como o fortalecimento do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (CENPES/Petrobrás). Do ponto de vista governamental, criou-se a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio (STI/MIC), o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) e o Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro) (SILVEIRA, 2001, pp. 158-159).

Criava-se, assim, um complexo de pesquisa que articulava laboratórios, centros de pesquisa, instrumentos e organismos financiamento, normas e leis, integrados aos sistemas universitários e de pós graduação, que constituíam uma ampla infraestrutura voltada à produção tecnológica. No intuito de contornar as restrições impostas pelos grupos transnacionais com relação ao desenvolvimento da produção endógena de tecnologia, por vezes travada pela transferência condicionada ao não desenvolvimento futuro, criou-se, em 1975, os Núcleos de Articulação Setorial (NAI), fortemente vinculado à capacidade das empresas estatais, que articulavam universidades e centros de pesquisa para ao desenvolvimento de bens de capital (SILVEIRA, 2001, pp. 161)

Com a emergência da crise de 1979, que teve como epicentro o aumento das taxas de juros pela Reserva Federal, provocando a fuga de dólares das economias em desenvolvimento para os Estados Unidos), algumas deficiências estruturais do sistema foram evidenciadas: a integração com sistema produtivo se mostrava insuficiente, era demasiado dependente dos fundos públicos, então comprometidos pela

crise da dívida, estavam descoladas da política de ciência tecnologia e a política macroeconômica, e por fim, havia um aceleração do progresso tecnocientífico das economias centrais, que exigia do sistema nacional de P&D um esforço impossível de ser alcançado em função da fragilização das fontes de financiamento públicas (SILVEIRA, 2001, p. 160).

A capacidade financeira dos grandes grupos transnacionais e o aceleração do processo de inovação de processos e produtos tornou obsoleta a estratégia de substituição de produtos importados. Os complexos industriais instalados nas economias em desenvolvimento, embora tivessem alcançado todas as etapas de produção de bens de consumo e de capital, eram incapazes de fazer frente à concorrência internacional no mercado mundial, diminuindo as divisas e a capacidade de aquisição da tecnologia estrangeira (SILVEIRA, 2001, p. 160).

Os anos de 1980 marcam uma inflexão no padrão de financiamento instaurado para o SNCT. Trata-se de período em que as fontes de financiamento do projeto nacional desenvolvimentista baseado na substituição de produtos importados se esgotaram. A crise fiscal levou à diminuição para até 40% do que era investido diretamente pelo Estado. A mudança conta com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, em 1985, que não foi capaz de evitar o novo distanciamento do complexo infraestrutural de P&D do complexo produtivo. Esse distanciamento se revelava, do ponto de vista do financiamento, pelo lançamento de políticas como o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), 1985, e a Nova Política Industrial, em 1988, que tinham como centro da estratégia os mecanismos de isenção fiscal, um sinal de esgotamento da capacidade de financiamento público (SILVEIRA, 2001, pp. 164-166).

As políticas de abertura comercial instauradas na década de 1990, que visavam o combate à inflação e tiveram como efeito colateral a eliminação de parte considerável do parque produtivo, mudaram a orientação do SNCT do financiamento de P&D para expansão da capacidade produtiva para o aumento da competitividade por meio do financiamento à Inovação. O viés macroeconômico dos formuladores das políticas de C&T foi substituído por análises microeconômicas, focadas nas questões de informação, qualidade, metrologia, normalização, difusão, absorção e extensão tecnológica, propriedade intelectual e treinamento, evidenciando uma preocupação

competitiva sobre a qualidade, a produtividade, a eficiência gerencial, racionalização de custos e a construção, no longo prazo, de um ambiente estimulante à criatividade competitiva (SILVEIRA, 2001, p. 169).

A aderência à Organização Mundial do Comércio, em 1994, suplantou de vez as estratégias de substituição de importações, que tinham no protecionismo seu principal instrumento de estímulo à expansão industrial. Essa nova configuração de inserção internacional refletiu, no plano interno, em um novo desenho da política estatal, agora focada em estratégias descentralizadas, que visaram articular, induzir e coordenar esforços entre as três esferas da federação para estimular a Inovação (SILVEIRA, 2001, p. 170).

Ao final da década de 1990, a política de criação de fundos setoriais estabeleceu um novo padrão de financiamento à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Em razão da escassez de recursos públicos para CT&I imposta pelas restrições dos compromissos fiscais, pelo baixo investimento das empresas privadas, e pela falta de integração entre o complexo de pesquisa e o complexo produtivo, buscou-se restaurar a estabilidade do financiamento pela criação dos fundos setoriais com linhas não reembolsáveis, por meio da vinculação dos recursos orçamentários da União. Em 1997, foi criado o Fundo Setorial de Petróleo e Gás (CT-Petro), entre os anos de 2000 e 2001, foram criados mais 14 fundos, e em 2004, foi criado o Fundo para o Setor de Transporte Aquaviário e de Construção Naval⁵³. Os principais objetivos dos fundos são garantir a ampliação e estabilidade dos recursos, impulsionar o investimento privado e fomentar parcerias entre universidades, instituições de pesquisa e empresas. Seus recursos são administrados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e aplicados pela Finep e pelo CNPq, por meio de Comitês Gestores, compostos por representantes dos ministérios, das agências reguladoras, da comunidade científica e do setor empresarial. Para garantir esse modelo de gestão, criou-se também um Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais, que é composto

⁵³ Atualmente são dezessete fundos setoriais: Fundo Setorial Aeronáutico, Fundo Setorial de Agronegócios, Fundo Setorial da Amazônia, Fundo para o Setor de Transporte Aquaviário e Construção Naval, Fundo Setorial de Biotecnologia, Fundo Setorial de Energia, Fundo Setorial Espacial, Fundo Setorial de Recursos Hídricos, Fundo Setorial para Tecnologia da Informação, Fundo de Infra-Estrutura, Fundos Setorial Mineral, Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural, Fundo Setorial da Saúde, Fundo Setorial de Transportes Terrestres, Fundo Verde e Amarelo - Para Interação Universidade-Empresa, Fundo Setorial para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações. Fonte: <http://www.cnpq.br/web/guest/fundos-setoriais>

pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, pelos presidentes da Finep e do CNPq, e pelos presidentes dos outros comitês gestores (IPEA, 2008, pp. 68-69, 186-187).

Embora tenham garantido alguma previsão de longo prazo, esses recursos continuam expostos a servirem às reservas de contingência pelo Tesouro Nacional (IPEA, 2008, p. 68-69). Com a Lei n.º 9.530, de 1997, autorizou-se o contingenciamento do superávit financeiro apurado do balanço patrimonial dos fundos, das autarquias e das fundações para amortização da dívida pública. Os fundos com previsão constitucional – Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Fundo Nacional de Saúde (FNS), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Fundo Nacional de Cultura (FNC) – e os recursos provenientes de contribuições diretas dos servidores públicos com finalidade específica foram excetuados da regra da contingência. Por meio de Medida Provisória n.º 2.010-38, posteriormente convertida na Lei n.º 10.148 de 2000, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FNDCT), o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM), o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), o Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra), o Fundo de Estabilidade do Seguro Real, o Fundo da Marinha Mercante (FMM) e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade (FGPC) também foram excetuados. Com a aprovação da Lei Complementar n.º 101, de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, sobrevieram obrigações de contingenciamento para fins de pagamento da dívida pública com previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias. A partir de 2003, o orçamento da União passou a classificar uma parcela da receita dos fundos como reserva de contingência, condicionando a efetiva liberação do recurso a abertura de crédito suplementar, neutralizando previamente a autonomia financeira dos fundos (IPEA, 2008, p. 190-193).

Do ponto de vista do arranjo institucional, foi criada a Lei da Inovação (Lei n.º 10.973/2004), que criou as condições legais para formação de parcerias entre universidades, instituições privadas de C&T sem fins lucrativos e empresas; garantiu às instituições de ciência e tecnologia (ICT) públicas as condições para participar dos processos de inovação, por meio da autorização para transferência de tecnologias e licenciamento de invenções para produção de produtos e serviços pelo setor privado, dispensada a necessidade de licitação pública; garantiu condições de trabalho flexíveis aos pesquisadores de ICT públicas, com adicional de remuneração variável em serviços

prestados no âmbito das parcerias; e criou a modalidade de subvenção econômica direta para empresas, voltada ao desenvolvimento de processos e produtos, além do crédito e da participação societária nas empresas. Além disso, a lei prevê o compartilhamento de laboratórios entre ICT e micro e pequenas empresas (IPEA, 2008, pp. 71-72).

Em 2005, foi aprovada a Lei n.º 11.196, conhecida como Lei do Bem, que prevê regimes tributários especiais para os produtores de tecnologia. Em breve síntese, essa lei prevê: a redução de 50% do Impostos sobre Produtos Industriais (IPI) sobre equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, bem como assessorios destinados à pesquisa e desenvolvimento tecnológico; incentivos relativos ao recolhimento de Imposto de Renda de Personalidade Jurídica, com relação aos gastos na aquisição de bens de capital utilizados na pesquisa tecnológica, nos custos incorridos em instalações fixas utilizadas para realização de projetos de P&D, e gastos em aquisição de bens intangíveis vinculados à atividade de P&D para inovação; além de uma série de abatimentos sobre despesas operacionais (IPEA, 2008, pp. 178-183).

O financiamento a empresas de inovação tem se dado basicamente por duas instituições: a Finep e o BNDES.

No caso da Finep⁵⁴, têm sido desenvolvidos instrumentos financeiros que visam aportar recursos não reembolsáveis para instituições de pesquisa e organizações pública e privadas sem fins lucrativos, créditos com taxas de retorno menores que as praticadas pelo mercado, com aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo variando entre 2 a 6% ao ano, com prazos de carência e amortização definidos caso a caso, bem como aporte de capital de risco, em que a instituição tem participação no empreendimento. A Finep foi autorizada a equalizar encargos financeiros sobre financiamento à inovação com a vigência da Lei n.º 10.332, de 2001, cobrindo custos de captação e operação e risco de crédito, com recursos do Fundo Verde e Amarelo. Nos casos de financiamento a empresas inovadoras, a instituição criou o Programa de Incentivo à Inovação nas Empresas Brasileiras (Pró-Inovação), em que participa de até 90% das despesas com P&D, com prazo de carência de até três anos e amortização de

⁵⁴ Há perspectivas para que a Finep seja alterada para uma instituição financeira, o que lhe permitirá acessar os recursos do Fundo Social. Para que consiga se habilitar, a Finep tem trabalhado para atender às condições colocadas pelo Conselho Monetário Nacional, que exige a segregação de funções e a mudança da contabilidade. Fonte: <http://www.valor.com.br/brasil/3425540/finep-se-prepara-para-ser-instituicao-financeira>.

até sete anos, com incidência da TJLP. Para as micro e pequenas empresas, foi criado o Programa Juro Zero, que autoriza a tomada de R\$ 10,5 milhões para empresas que apresentem projetos de inovação. Dentre outros programas, a Finep desenvolve ainda o Programa de Cooperação entre Instituições Científicas e Tecnológicas e Empresas (Coopera), o Programa de Apoio à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais (PPI-APLs) e o Programa de Apoio à Assistência Tecnológica (Assistec) (IPEA, 2008, pp. 200-204).

Com o Programa Fórum Brasil de Inovação e o Projeto Inovar, a Finep tem, desde 2000, procurado fomentar a cultura de tomada de financiamento pelo mercado de capital de risco. O intuito dessa política é aproximar empreendedores de projetos de inovação a investidores privados selecionados, como os fundos de capital de risco, os bancos de investimento e os fundos de pensão. Para fortalecer essa vertente de financiamento, a instituição também criou o Programa Incubadora de Fundos Inovar, que serve à constituição de fundos de capital de risco, gerenciados para investir em um portfólio de empresas acompanhadas em cada etapa de desenvolvimento de suas de desenvolvimento (IPEA, 2008, pp. 205-207).

O BNDES é também um grande financiador de PD&I no Brasil. Dentre as suas linhas de financiamento, estão o Financiamento a Empreendimentos (Finem), BNDES Automático, Financiamento de Máquinas e Equipamento (Finame), Finame leasing, Apoio à exportação (BNDES-exim), a Subscrição de valores mobiliários (BNDES-Par). Os recursos utilizados pelo banco vêm do Fundo Tecnológico (Funtec), que são aplicados em empresas brasileiras, instituições tecnológicas. O banco também pode ter participação societária na exploração dos resultados da pesquisa, ter preferência na aquisição da empresa inovadora, bem como participar nas receitas provenientes da cessão de direitos de uso de patentes e cobrança de royalties, além do direito de veto a alteração no controle direto ou indireto da empresa privada envolvida na operação. Pelo BNDESPar, o banco também atua junto a fundos de capital de risco, com participação em até 30% do patrimônio do fundo, até o limite de R\$ 20 milhões por fundo, e 20% do patrimônio dos fundos de *private equity*. Para a seleção dos gestores dos fundos, a instituição estabelece que (i) as propostas do gestor devem estar alinhadas com as prioridades de atuação do banco, sinalizadas pelas políticas operacionais; (ii) a equipe gestora deve ter experiência com capital de risco e as áreas de investimento; (iii) deve haver um plano de negócios; (iv) o gestor deve demonstrar capacidade de trazer novos

investidores; (v) o estabelecimento de um comitê gestor com representação do banco; (vi) a remuneração do gestor de acordo com o tipo e o tamanho do fundo (IPEA, 2008, pp. 203-208).

As mudanças apontadas acima resultaram em uma participação do Estado brasileiro em cerca de 52,4% dos gastos em P&D no Brasil, enquanto as empresas assumem 45,7% desses investimentos (IPEA, 2008, p. 24). Nos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a participação do Estado alcança, em média, 10,5%, enquanto as universidades arcam com 17,4%, e as empresas assumem cerca de 70% dos investimentos, como podemos ver na imagem I abaixo. Com relação ao percentual de gastos com PD&I, a economia brasileira continua bastante aquém dos esforços já estruturados em economias mais avançadas, como podemos ver na imagem II. Na imagem III, apresentamos as expectativas da União em investimento em PD&I para o período 2011-2014. Na imagem IV, apresentamos a evolução dos gastos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação entre os anos de 2000 e 2012. Na imagem V, demonstramos a participação federativa nos gastos, combinada com empresas privadas, entre 2000 e 2012.

Imagem I

Fonte: www.mct.gov.br/indicadores

Gráfico 1 - Porcentagem do gasto total em P&D realizado pelas empresas e pelo governo, em Países selecionados

Imagem II

Fonte: www.mct.gov.br/indicadores

Gráfico 2 - Dispendios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D), em relação ao produto interno bruto (PIB) - Países selecionados, em anos mais recentes disponíveis

Imagem III

Gráfico 3 - Estimativa de recursos

Fonte: ENCTI

Imagem IV

Gráfico 4 - Evolução do orçamento do MCTI em OCC (outros custeios e capitais), de 2000 a 2012, em R\$ bilhões correntes

Imagem V

Ano	PIB em milhões de R\$ correntes	Dispêndios em C&T Valores correntes em milhões de R\$							% em relação ao total		% em relação ao PIB		
		Públicos			Empresariais			Total	Públicos	Empresariais	Públicos	Empresariais	Total
		Federais ⁽²⁾	Estaduais ⁽³⁾	Total	Empresas privadas e estatais ⁽⁴⁾	Outras empresas estatais federais ⁽⁵⁾	Total						
2000	1.179.482,0	5.795,4	2.854,3	8.649,7	6.066,8	1.122,5	7.189,3	15.839,1	54,61	45,39	0,73	0,61	1,34
2001	1.302.136,0	6.266,0	3.287,1	9.553,1	6.525,2	1.577,3	8.102,6	17.655,6	54,11	45,89	0,73	0,62	1,36
2002	1.477.822,0	6.522,1	3.473,3	9.995,4	7.271,0	2.490,3	9.761,3	19.756,7	50,59	49,41	0,68	0,66	1,34
2003	1.699.948,0	7.392,5	3.705,7	11.098,2	8.343,0	2.837,5	11.180,5	22.278,8	49,82	50,18	0,65	0,66	1,31
2004	1.941.498,0	8.688,2	3.900,5	12.588,6	9.526,3	3.322,8	12.849,1	25.437,7	49,49	50,51	0,65	0,66	1,31
2005	2.147.239,0	9.570,1	4.027,3	13.597,4	11.388,1	3.194,3	14.582,4	28.179,8	48,25	51,75	0,63	0,68	1,31
2006	2.369.484,0	11.476,6	4.282,1	15.758,6	11.895,9	2.886,4	14.782,3	30.540,9	51,60	48,40	0,67	0,62	1,29
2007	2.661.344,0	14.083,5	5.687,4	19.770,9	14.231,5	3.465,7	17.697,3	37.468,2	52,77	47,23	0,74	0,66	1,41
2008	3.032.203,0	15.974,5	7.138,0	23.112,5	17.430,1	4.878,1	22.308,1	45.420,6	50,89	49,11	0,76	0,74	1,50
2009	3.239.404,0	18.475,2	8.424,8	26.900,0	17.787,2	6.711,2	24.498,4	51.398,4	52,34	47,66	0,83	0,76	1,59
2010	3.770.085,0	22.577,0	10.201,8	32.778,7	22.033,6	7.411,0	29.444,6	62.223,4	52,68	47,32	0,87	0,78	1,65
2011	4.143.013,0	23.469,0	11.871,6	35.340,7	23.493,2	9.362,3	32.855,6	68.196,3	51,82	48,18	0,85	0,79	1,65
2012 ⁽⁶⁾	4.392.094,0	26.394,7	13.650,6	40.045,3	24.451,7	11.969,3	36.421,0	76.466,3	52,37	47,63	0,91	0,83	1,74

Fonte(s): Produto interno bruto (PIB): Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, extraído em 27/02/2014;
 Dispêndios federais: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Extração especial realizada pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro;
 Dispêndios estaduais: Balanços Gerais dos Estados e levantamentos realizados pelas Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia ou instituições afins; e
 Dispêndios empresariais: Pesquisa de Inovação Tecnológica - Pintel/IBGE e levantamento realizado pelas empresas estatais federais, a pedido do MCT.

Elaboração: Coordenação-Geral de Indicadores (CGIN) - ASCAV/SEEXEC - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

3.3 - Perspectiva sobre Estados, Arranjos Institucionais e Infraestruturas

Nas passagens acima, vimos como a Economia Política da financeirização descreve e categoriza as transformações no sistema capitalista desencadeadas a partir da década de 1970. Tratamos de como o desenvolvimento de uma esfera financeira articulada em âmbito global alterou o funcionamento da Política Econômica dos Estados, modificando a forma pela qual o Estado promove o processo de acumulação. Essas transformações desnaturaram o quadro conceitual da Economia Política keynesiana e inviabilizaram a formulação de estratégias nacionais baseadas na promoção do circuito fechado de valorização do capital.

Na segunda parte deste capítulo, detivemo-nos sobre as alterações nos mecanismos e temporalidades dos financiamentos à produção tecnológica, em especial à inovação, diante desse novo regime de acumulação. Tratamos também do percurso histórico do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação brasileiro, que substituiu uma estratégia autonomista por uma estratégia de competitividade, tão logo as transformações financeiras do Centro do capitalismo reverberaram em uma crise fiscal e inflacionária aqui, no final da década de 1970.

Nesta terceira parte do capítulo, procuraremos apresentar uma perspectiva da Economia Política que trabalha o papel do Estado na promoção do processo de acumulação. O desfecho do capítulo com tais reflexões serve para oferecer um olhar sobre o que orienta em primeiro lugar a racionalidade do Estado, o que oferece um contraponto às narrativas emancipacionistas da Teoria do Subdesenvolvimento. Nesse sentido, abordamos a produção de infraestruturas físicas e sociais como um momento necessário ao processo de circulação e valorização de capitais. As condições para tal produção dependem de um arranjo entre Estado e finanças privadas, que constitui um campo monetário, financeiro e creditício necessário ao financiamento de projetos de longo prazo que viabilizam a acumulação. Esse arranjo, por sua vez, deve ser compreendido no quadro de uma hierarquia mundial, em que alguns aparatos estatais financeiros são mais poderosos que outros, e estabelecem entre si relações de competição e apropriação de trabalho abstrato alheio. Veremos que a figura do capital portador de juros, trabalhada no Capítulo I, é aqui reivindicada como coordenadora do processo de acumulação internacional, e seu poder está dividido e distribuído de acordo com a hierarquia mundial de complexos Estados e finanças privadas. No curso dessas reflexões, trataremos das diferenças geográficas que a hierarquia mundial coordenadora da acumulação produz, o que nos oferece uma noção sistêmica complementar aos diagnósticos da Teoria do Subdesenvolvimento.

No terceiro item do Capítulo I, trabalhamos a ideia de que o Estado coordena a absorção de excedentes monetários e fictícios pelo financiamento de projetos de longo prazo e como desloca espacialmente os capitais excedentes para recriar as estruturas e condições de produção e apropriação do valor. Aqui, além de considerá-lo sujeito da promoção do desenvolvimento, deslocamos a perspectiva para tratar o próprio Estado, pela sua imensa capacidade de mobilização de recursos, como expressão de formas determinadas pelas objetivações do processo de acumulação. São

antes as exigências da acumulação no tempo e no espaço, que um voluntarismo subjetivo, que orientam e dão forma aos esforços estatais.

Dessa forma, este item complementa a compreensão sobre a mudança da estratégia autonomista que animou a construção do SNCTI para a estratégia competitiva, instaurada mais recentemente, como um objetivo estratégico do Estado brasileiro para a promoção do desenvolvimento.

Nos próximos parágrafos, veremos como as estruturas estatais estão voltadas para funcionarem conforme o tempo da acumulação. Como são moldadas pelas exigências espaciais de compensação. E como são transformadas pelos processos de desvalorização e destruição de excedentes, desencadeados pelas crises.

Infraestruturas, Hierarquia, Espaço e Tempo da Acumulação

Em “*O Enigma do Capital*”, Harvey analisa a existência de um nexo entre o Estado e as finanças privadas. Trata-se de um elo entre estruturas que abrigam um sistema financeiro e garantem um ambiente temporal de valorização do capital mais amplo por meio do crédito. Dentre suas principais funções, está a de assumir os investimentos de longo prazo, em estruturas que facilitam a circulação de mercadorias e diminuem o tempo socialmente necessário da produção pelo desenvolvimento de novas tecnologias.

Como esses investimentos são de longo prazo e, portanto, estão fora do alcance dos capitalistas individuais da produção, somente a elevação de tais estruturas permite acumular capacidade financeira, com um vasto tecido creditício, para expandir o horizonte temporal da acumulação. Essa capacidade singular é conquistada pela estrutura de funcionamento conjunto entre Estado e finanças. Essa capacidade tem como pressuposto material o fato de que as estruturas estejam sendo efetivamente utilizadas e permitam a extração do mais valor em circulação por meio de taxas e impostos (HARVEY, 2011, pp. 75-76).

Sob o mesmo princípio temporal, o nexo Estado-finanças permite reconfigurar os limites da exploração prorrogando os estados de escassez de mão de obra. Ele é responsável por coordenar os excedentes monetários que são invertidos no

desenvolvimento de tecnologias que servem para recompor as taxas de lucros. O alargamento temporal da acumulação pela produção de tecnologia necessita, por sua vez, de uma determinação social exterior, qual seja, a concorrência.

Como os riscos da produção de tecnologia são altos, são restritas as possibilidades para desenvolvê-la: ou o Estado assume os custos, ou as grandes corporações suportam os insucessos até o sucesso, ou a esfera financeira especula sobre essa produção, deslocando os riscos no frenético processo de comercialização de títulos fictícios.

Do ponto de vista do Estado, as infraestruturas sociais por ele desenvolvidas para produzir tecnologia nem sempre estão aptas à acumulação. São formas particulares de arranjo das relações sociais de produção que não operam imediatamente para a produção, circulação e apropriação do mais valor. Dentre essas infraestruturas *sui generis* estão as universidades e os institutos de pesquisa (HARVEY, 2011, pp. 78-80).

No entorno dos complexos estatais e corporativos de produção de tecnologia, pode ser que surjam pequenas empresas especializadas no desenvolvimento de processos e produtos específicos, o que ramifica e complexifica a cadeia de produção da tecnologia. Essa rede de alvéolos tecnológicos só pode existir se houver um tecido creditício capaz de sustentá-la, ou seja, que lhe garanta um giro de capital que comporte custos por um vasto período sem lhe onerar cotidianamente a ponto de submetê-la à insolvência financeira.

Em suma, o sistema de crédito e, conseqüentemente, a musculatura do nexo Estado-finanças são condições essenciais para a sustentação dos complexos produtivos de tecnologia (HARVEY, 2011, pp. 94-96). É essa musculatura que determina o que cada região administrativa nacional ou regional do processo de acumulação é capaz de suportar nas crises e superar nos obstáculos da acumulação.

Com relação às barreiras à acumulação, elas são criadas no curso, pela e para a acumulação. Como a acumulação leva invariavelmente à produção em excesso de diversas formas de valor, impulsionada pelo descolamento das formas fictícias do corpo monetário, as mesmas estruturas que garantiram anteriormente a acumulação, passam, ulteriormente, a não suportar as tensões das desproporções dessas formas. A disritmia

na circulação entre cada uma dessas formas vai abrindo rachaduras na unidade produção e realização do valor. E todos os aspectos da vida passam a refletir esse descasamento temporal da acumulação.

O nexó Estado-finanças funciona como mediador dessas tensões porque detém o poder de produzir moeda, o que, segundo Harvey, não encontra limites na acumulação. Esse elo opera como se fosse um sistema nervoso central da acumulação pela coordenação da mercadoria crédito. Em cada nacionalidade, existe uma conformação particular de nexó Estado-finanças, que escapa à análise clássica da luta de classes, por assumir diversas formas da disputa entre capital e trabalho. Como exemplo, cita as alianças conjunturais entre as facções industriais e as classes operariadas para orientação da governança da moeda em prol de atividades produtivas, em detrimento dos rendimentos das facções financeiras (HARVEY, 2011, p. 48-53).

Combinados o nexó Estado-finanças com os fluxos de capital orquestrados pelas corporações, temos como analisar as diversas configurações institucionais delineadas em cada nacionalidade para a garantia do fluxo e da acumulação de capitais no tempo e no espaço. Das formas planejadas às formas mercantis de produção do mais valor, todas elas estão orientadas pelas configurações que se estabelecem entre esses três entes, Estado, Finanças e Corporações, denotando formas específicas de canalização dos fluxos de capital (HARVEY, 2011, pp. 62-63).

Em “*Os Limites do Capital*”, Harvey (2013b, pp. 417-419) trata dos desenhos institucionais formulados a partir do Estado para a coordenação dos fluxos de valorização do capital. Seria o Estado quem estabeleceria a estrutura legal e institucional que garantiria o ordenamento dos fluxos coordenados pelo capital portador de juros a partir das diversas atividades econômicas. A dívida do consumidor, o financiamento de moradias, o desenvolvimento industrial, etc., seriam formas garantidas pelas estruturas normativas e institucionais produzidas pelo Estado. Para cada uma delas, uma alocação específica do crédito, com taxas de retorno distintas, juros diferenciados.

As potencialidades dessa coordenação guardariam relação com os graus de centralização e descentralização da riqueza e do controle monetário, que são administrados também pelas taxações fiscais e redistributivas, bem como pelas estratégias monetárias inflacionárias.

Nesse sentido, o Estado também participa do excedente global administrado pelo capital portador de juros, por meio da taxao e do desenvolvimento de atividades creditcias. Por meio da dvida pblica, cria capital fictcio e se vincula ao rendimento do capital portador de juros. Quando tomado pelo vis da administrao dos fluxos de capital, o aparato estatal pode ser considerado como a imagem e semelhana das finanas privadas, pois toda margem de autonomia abandonada em favor dos requisitos da acumulao. Nesse aspecto, parte do aparato Estatal funciona em pleno acordo com os interesses industriais e financeiros, como verdadeiro comit executivo da burguesia (HARVEY, 2013b, p. 418)⁵⁵.

Nenhuma das conformaes, porm, capaz de afastar as contradies do processo de acumulao a ponto de resolver a superacumulao. Esta s se resolve com uma crise, que prpria do metabolismo de reproduo do capital, servindo para racionalizar os excessos pela eliminao, recriando as condies de reproduo abrindo novas atividades lucrativas. A crise, como vimos, sempre um perodo de transio, de ajustamento das estruturas que levaram aos excessos, pelo redesenho dos arranjos institucionais e pela reconfigurao das tarefas produtivas, para as novas bases de retomada do ciclo de crescimento subsequente (HARVEY, 2011, pp. 65).

No bojo do processo de acumulao, as tenses entre mobilidade e fixidez da acumulao, entre concentrao e disperso do capital, entre compromissos globais e interesses locais, estimulam a criao de estruturas que mediam desde o nvel local ao nvel internacional. No esforo de garantir alguma estabilidade ao desenvolvimento capitalista, essas estruturas vo suportando diferentes nveis de apropriao do trabalho abstrato globalmente produzido, o que as coloca em nveis hierrquicos diversos.

O mais relevante desses nveis de hierarquia est na deteno do dinheiro mundial. Uma economia que garante a medida de valor internacional certamente administra um bem de acordo com seus interesses internos, mas tambm em ateno aos

⁵⁵ Harvey tambm aborda nessas passagens as contradies que as prprias regulaes estatais impingem aos processos de acumulao vinculados na produo industrial e nas operaes financeiras. Embora faa parte do processo, por vezes ele tambm oferece barreiras ao fluxo do capital portador de juros, opondo-se aos interesses das classes capitalistas, ainda que sejam elas a govern-lo. Considerado sob o controle da classe trabalhadora, esse aparato regulador permitiria apenas uma administrao mais eficaz do fluxo do capital portador de juros em seu favor, por meio de medidas redistributivas. Entretanto, estas medidas encontrariam seus limites na prpria necessidade preservao do capital portador de juros inscrita nos aparatos regulacionistas. Para o autor, a sada para libertao dos trabalhadores no poderia se encontrar no controle da regulao do Estado, mas na sua total abolio (HARVEY, 2013b, pp. 418-419).

interesses externos. Para equilibrar tais interesses, surgem instituições internacionais, mediadoras dos potenciais conflitos advindo das lógicas territoriais nacionais.

Segundo Harvey, o andar mais alto de administração da acumulação é intermediado por instituições que buscam equilibrar as tensões entre o sistema financeiro internacional e a base monetária da moeda internacional, atendendo aos interesses das instituições mais fortes, dos Estados nação melhor posicionados para a apropriação do trabalho abstrato (como exemplo, cita o Fundo Monetário Internacional operando sob orientação de interesses financeiros das economias desenvolvidas).

Outras instituições, como as multinacionais, também desempenham um papel importante na organização das tensões do processo de acumulação pelo espaço global. Além delas, os Estados, os territórios urbanos, as redes de comercialização, etc. O próprio sistema político seria hierarquizado por razões similares. Em comum, o fato de que toda estrutura hierárquica tem como base fundamental o conflito brotado no território, no local. A extração da mais valia a partir de um tecido social territorialmente vinculado (HARVEY, 2013b, pp. 533-536).

No plano externo, a expansão do capital apoiada pelo monopólio da violência estatal por vezes necessita do controle territorial direto. Segundo Harvey, hoje, em um momento histórico de exuberância financeira, existem novas formas de imperialismo em curso: o domínio do sistema de crédito dá às economias nacionais mais fortalecidas a possibilidade de tomar posse de ativos localizados alhures sem que para tanto seja investida a agressão externa.

Trata-se do que o autor denomina acumulação por espoliação, já mencionada no item 3.1. Como exemplo de privatização e extração da riqueza por forças exógenas, ele cita os acordos sobre propriedade intelectual – TRIPS (*Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* ou Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio), que representam uma apropriação à estrangeira do conhecimento territorializado, através do patenteamento e de licenciamentos (HARVEY, 2011, p. 198).

Outra forma de garantir a acumulação por espoliação se dá pelo metabolismo das infraestruturas físicas e sociais nacionais junto às infraestruturas internacionais.

As infraestruturas de transporte e comunicação, bem como todo ambiente construído, a mobilidade do capital e do trabalho, os esforços dos Estados nacionais em controlar os fluxos de circulação e apropriação do mais valor, a produção das localizações, estão constantemente sendo constituídos para capturar uma parcela do trabalho abstrato em circulação mundial e, por essa razão, estão expostos aos riscos das desvalorizações pelos deslocamentos dos processos de acumulação. O que determina o sucesso ou insucesso desses complexos institucionais, legais, sociais e físicos, ou seja, o privilegiamento⁵⁶ de uma região com relação a outra, além das condições de estabilidade para a acumulação (respeito à propriedade privada e aos contratos, mão de obra barata, insumos, etc.), é o tempo de rotação real do capital empregado. Quanto menor o tempo de valorização, maior a atração do espaço sobre os excedentes monetários.

A relação do tempo com o espaço também se dá pelas infraestruturas sociais territorializadas, que dão suporte à vida e ao trabalho no processo capitalista, ditando os termos da exploração do trabalho pelo capital localmente. São elas historicamente constituídas e servem como condição para a expansão geográfica da acumulação, por garantirem a consolidação do regime de direitos de propriedade, de leis, administração e infraestruturas físicas de transporte (HARVEY, 2013b, p. 519).

Nesse sentido, as infraestruturas e instituições sociais capitalistas se ocupam da regulação de contratos, de câmbio, de dinheiro, de crédito, de concorrência, de centralização do capital, de condições de trabalho e demais aspectos das relações entre capital e trabalho. No mais das vezes, sua arquitetura reflete as configurações específicas da luta de classes tomadas em uma circunscrição geográfica. Daí que muitas delas servem à reprodução da força de trabalho (saúde, educação, serviços sociais, etc.) e da vida cultural e de controle e produção ideológicas. Por fim, servem como

⁵⁶ Estamos chamando de privilegiamento os lucros excedentes gerados a partir de uma localização mais qualificada, que oferece estrutura para um menor tempo de circulação do capital. Segue a passagem em Harvey que trata do assunto: “*Na competição, a vantagem relativa da localização se traduz em lucro excedente. Esse lucro excedente, como aquele que acumulam os capitalistas que usam tecnologias superiores, pode ser encarado como uma forma de mais-valor relativo. Ele se acumula para os capitalistas individuais que vendem na média social, mas produzem aos custos locais que são inferiores à média social. Isso deve ser distinguido da forma permanente de mais-valor relativo que afeta a classe capitalista como um todo mediante o declínio no valor da força de trabalho*” (HARVEY, 2013b, p. 498).

mecanismo de vigilância e controle em preservação da ordem (HARVEY, 2013b, pp. 506-507).

Em suma, as infraestruturas sociais formam um complexo de recursos humanos que é maior que a mera soma das partes. São concentradoras de poder e funcionam como arranjos territoriais que não necessariamente refletem os arranjos das relações sociais de produção. Esse complexo está territorialmente vinculado e não pode ser facilmente moldado segundo as exigências da circulação do capital, mas é por ela sustentada, moldada, criada, transformada e até mesmo ressuscitada. O Estado as mantém pela extração de parte da mais valia produzida sob o raio da sua soberania (HARVEY, 2013b, p. 508).

Elas não são criadoras de valor. Em verdade, representam custos à circulação do valor. Um custo necessário e essencial para que a produção e a apropriação do valor sejam garantidas. O valor interpenetra tais infraestruturas e nelas despende parte de seu tempo de valorização. Elas podem não atender imediatamente os interesses do capital, como por vezes ocorre com as políticas estatais voltadas para o trabalho, mas devem significar para o capital um aumento na produção de mais valor – daí a necessidade de um manejo fiscal adequado por parte do Estado. Por outro lado, existe o risco de que esses custos representem a desvalorização do capital. E suma, a infraestrutura social, assim como a produção do espaço, constitui um momento do processo de circulação e acumulação do capital (HARVEY, 2013b, pp. 508-510).

Dentre as diversas possibilidades de análise que as infraestruturas sociais podem oferecer como momento de circulação do capital, detivemo-nos neste trabalho sobre o papel das infraestruturas de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, especificamente sobre as suas formas de financiamento. Tais infraestruturas podem estar em locais diferentes das plataformas industriais. Desde que estejam vinculadas ao espaço da acumulação financeira, elas podem ser constituídas em qualquer lugar do mundo, produzindo conhecimento aplicado à produção e circulação de mercadorias, e gerando lucros excedentes proporcionados por seus avanços. Em um regime de acumulação predominantemente financeiro, a produção do conhecimento também está diretamente vinculada à remuneração dos títulos financeiros.

Constituí-las é essencialmente uma tarefa estatal, porque o alto custo que envolve está para além das capacidades de capitalistas individuais. O Estado, pelo

volume de recursos que manipula e pela capacidade de endividamento que suporta, proporciona “*o canal mais importante para os fluxos de valor entrarem nas infraestruturas*”, por ser capaz de coordenar os investimentos pelo monitoramento dos mercados de capitais e as taxas de juros aplicadas. Sua participação pode se dar tanto no plano produtivo – estimulando a produção ou produzindo ele mesmo - quanto no plano de estabilização, garantindo condições favoráveis ao investimento privado (HARVEY, 2013b, p. 513).

Ao assumir o papel de coordenador do processo de acumulação pela constituição de infraestruturas físicas e sociais, o Estado posiciona internamente uma hierarquia de poder para que a organização territorial reflita uma capacidade de coordenação do processo de acumulação até os limites de sua soberania.

A capacidade de endividamento e de acesso ao capital financeiro lhe dão as margens que esses esforços de estruturação da acumulação no plano interno terão. Destarte, constitui-se no plano externo uma hierarquia entre Estados que reflete as capacidades que cada um deles tem de garantir os requisitos da acumulação. O acesso ao capital pesa de maneira decisiva porque diminui a capacidade de coordenação política do processo de acumulação e submete os Estados a posturas subservientes e competitivas para terem acesso aos recursos das facções do capital (HARVEY, 2013b, pp. 514-513).

Assim, considerado sob a perspectiva da produção das infraestruturas sociais, podemos inferir que o que dita o ritmo da acumulação pela competição dos Estados é o tempo de valorização do capital em cada espaço geográfico. Vimos como o capital portador de juros comanda o tempo de valorização do capital em suas diversas aplicações. As formas ficcionais, constituídas a partir de rendimentos futuros, disciplinam o presente da aplicação do investimento. A seu turno, o Estado busca, pela construção de infraestruturas sociais, acomodar o presente ao futuro dessas expectativas.

Como, porém, ele atua, mas não controla, sobre os processos contraditórios da acumulação, os riscos de descasamento da produção e realização do valor podem galopar até o encontro das crises, o que pode pôr à prova o estágio de construção social da infraestrutura. Os investimentos são necessários, mas não suficientes para garantir o processo de acumulação. Nos momentos de crise, as reservas acumuladas de capital monetário são ativadas para garantir a liquidez dessas essas

estruturas, dos fluxos que lhe perpassam. E a sua permanência fica condicionada à capacidade dessas reservas suportarem os processos de desvalorização. Vencidas as reservas, o default abre passagem para a reconfiguração subordinada das infraestruturas aos ditames dos agentes privados.

O que está no cerne da discussão sobre a construção espacial do processo de acumulação são os horizontes temporais e espaciais regulados pela manifestação da taxa de juros. Se abundante o capital, menor ela será. E vice versa. Dessa forma, são as conjunturas do processo de acumulação que determinam as margens temporais de elevação dos edifícios infraestruturais físicos e sociais. Nos momentos de superacumulação, toda sorte de investimento é realizada, porque os capitais estão mais acessíveis, o que facilita essa construção. Nos momentos de recessão e crise, a permanência desses monumentos civilizatórios é posta à prova, e cada sociedade responde a sua maneira.

Em “*Neoliberalismo: história e implicações*”, Harvey faz comentários sobre os momentos em que a acumulação pode se exceder junto às infraestruturas físicas e sociais dos circuitos secundário e terciário (ver item 1.2, do Capítulo I), expondo-se ao risco de desvalorização. Em geral, são processos especulativos desencadeados a partir da esfera de coordenação financeira do capital. Na tentativa de conter e prorrogar os momentos de crise - não realização do valor, redundância do capital na forma física ou do trabalho -, ergue-se um poder de coordenação da esfera financeira pelo Estado e pela facção financeira do capital, direcionando os fluxos para atividades não saturadas.

Esse é outro papel das instituições do Estado e financeiras: controlar o crédito para a criação de novas oportunidades de negócios. Para coordenar o excedente, criam o capital fictício, que são os títulos representativos de rendimentos futuros (impostos futuros ou divisão de lucros) vendidos no presente para absorver os excedentes em atividades específicas. Entretanto, mesmo essa coordenação pode fracassar na condução dos excedentes, gerando valores de uso redundantes, que pulverizam os títulos financeiros.

Como boa parte das infraestruturas físicas e sociais são territorializadas, ou seja, estão fixadas à terra ou à jurisdição nacional, a saída para evitar a desvalorização dos excedentes é recriar a paisagem da acumulação, abrindo novos

mercados, reorganizando espacialmente um novo exército de reserva, criando novas plataformas produtivas, infraestruturas sociais e físicas, tudo a partir do fundamento da propriedade privada e dos contratos. Na história do capitalismo, os povos e culturas de regiões alienadas do Centro sofreram esse processo emulação capitalista, dissolvendo suas formas de viver em formas capitalistas, monetizadas e mercadificadas.

A expansão espaçotemporal da acumulação só é possível pela existência de um sistema de crédito, que coordena a massa de capitais excedentes e vincula a apropriação do trabalho abstrato na forma de juros a receber. Todo o capital deslocado para a abertura de novas fronteiras de realização de lucros é gerenciado por contratos e títulos financeiros que absorvem o trabalho abstrato apropriado desde a produção.

Mas ao mesmo tempo que resolve os problemas dos excedentes (trabalho, mercadorias, dinheiro) de um local, a expansão geográfica abre outra contradição: a desvalorização relativa das estruturas anteriormente fixadas *vis a vis* as novas oportunidades de negócios, que são mais lucrativas – é, por exemplo, o que se passa com a desindustrialização das regiões centrais a partir da década de 1970 (HARVEY, 2012b, p. 99).

Até que as desvalorizações relativas tenham efeito, a engrenagem da acumulação continua a produzir excedentes a partir do centro e agora conta com o impulso das novas regiões já consolidadas. Uma saída é continuar a expansão territorial, promovendo uma contínua acumulação primitiva pela realocação dos excedentes. A outra saída se revela quando os tempos de retorno do capital e a expansão geográfica não comportam todo o contingente de capitais: a crise de desvalorização.

É precisamente no momento da desvalorização que os nexos Estado-finanças de cada região são postos sob pressão para suportar ou exportar os processos de desvalorização. O Estado, “*entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital*” é convocado para “*preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajoso para os interesses capitalistas dominantes*” (HARVEY, 2012b, p. 111).

A hierarquia dos Estados na coordenação do capital também é revelada: a rede de crédito que o envolve por meio de instituições financeiras e governamentais,

nacionais e supranacionais, impõe-lhe os limites de seus esforços para conservar ou melhorar sua posição.

É nesses momentos que as infraestruturas sociais são postas à prova de resistência, sendo reformuladas, recriadas ou simplesmente extintas.

No tocante aos Estados desenvolvimentistas, Harvey sublinha que seu esforço se concentra primordialmente na construção de infraestruturas físicas e sociais mais adequadas à acomodação do capital. No regime de acumulação predominantemente financeiro, essas estratégias se compatibilizam com a competição entre empresas, corporações e entidades territoriais, pela adoção de regras de livre comércio e de livre circulação de capitais. Como forma de fortalecer seu nexos Estado-financeiras, recorrem às exportações para acumular a moeda que serve de medida de valor internacional. Resgatada a capacidade financeira, fazem uso de políticas de crédito para concentrar esforços na construção de infraestruturas, para torná-las aptas a receber mais capitais estrangeiros, para realizar mais investimentos fixados no território. A construção do SNCTI estaria dentro dessa agenda desenvolvimentista (HARVEY, 2012b, p. 82).

Além de capitais estritamente financeiros, os esforços dos Estados desenvolvimentistas procuram também atrair investimentos de grandes corporações estrangeiras. Como relata Harvey, desde a década de 1990, as corporações norte americanas passaram a transferir parcela considerável de sua plataforma de pesquisa e desenvolvimento para países em desenvolvimento, aproveitando o potencial dos pesquisadores e seu baixo custo. Surgem, por essa lógica, cidades de pesquisa, construídas para alimentar as linhas de pesquisa de grupos estrangeiros, fenômeno que já seria percebido na China (HARVEY, 2012b, p. 145-146).

O autor amplia ainda mais o quadro das tarefas necessárias à coordenação do processo de acumulação abrindo o leque de atividades que ele diagnostica como constituintes da acumulação. Em *“O Enigma do Capital”*, identifica a permanência de esferas de atividade coexistentes e autodeterminantes, que estão incorporadas por um conjunto de arranjos institucionais, que vão desde os direitos de propriedade e de cumprimento de contratos de mercado, até estruturas administrativas, que sustentam as atividades estatais e das grandes corporações (HARVEY, 2011, pp. 103-104).

Por elas, organizar-se-iam sete vínculos essenciais⁵⁷ do circuito de valorização do capital e de acumulação dos excedentes: tecnologias e formas de organização, relações sociais, arranjos institucionais e administrativos, processos de produção e de trabalho, relações com a natureza, reprodução da vida cotidiana e da espécie, e concepções mentais de mundo (HARVEY, ENIGMA, 2011, p. 104).

Todas elas teriam incidência sobre a produção do espaço. E o espaço, como produzido pelo processo de acumulação, tem sempre os seus limites ultrapassados pelo movimento de superacumulação e crise. Como o processo de acumulação constrói e envolve espaços para o circuito de valorização do capital com vistas a diminuir o tempo de rotação, a construção e renovação de infraestrutura de transportes e comunicações, a criação de novas tecnologias, etc, todas obedecem o mesmo imperativo. Todas elas são criadas sob as exigências espaço temporais do processo de acumulação. O excedente acumulado é sempre invertido para compressão do espaço tempo de valorização do capital: seja pela diminuição do tempo socialmente necessário de produção com o advento de novas tecnologias, seja reconfigurando o ambiente construído para facilitar a circulação das mercadorias e dos capitais, seja exportando esse excedente para construir o ambiente de valorização alhures e atrelar esse novo espaço à acumulação do espaço de onde ele saiu (HARVEY, 2011, pp. 130-131).

Pelo que pudemos ver acerca das transformações que culminaram na ascensão do regime de acumulação predominantemente financeira, a ampla liberdade de circulação internacional, a vasta mobilidade sobre diversas atividades lucrativas, a recorrência de processos especulativos, tudo isso alterou o tempo de valorização do capital. Seria por essa nova métrica temporal de valorização do capital portador de juros que as infraestruturas sociais teriam sido moldadas nos períodos recentes. Mais, o SNCT teria assumido a Inovação como elemento estruturante justamente para atender essas exigências do capital portador de juros internacional. Por essa linha, a competição dos Estados desenvolvimentistas constituiria uma diversidade geográfica de aparatos aptos e ávidos a comportar os excedentes monetários mobilizados pelo capital portador de juros internacional.

⁵⁷ Segundo Harvey, as sete esferas de atividade coevoluem na evolução histórica do capitalismo de formas distintas, de modo que nenhuma prevalece sobre a outra, ainda que possam se desenvolver autonomamente. Em todas elas, existe o impulso para renovação e transformação permanentes, seja pela interação com outras, seja por dinâmica própria. Ou seja, embora não guardem uma relação causal, mecânica, elas avançam interligadas pelas contradições do processo de acumulação, de modo fluido e aberto (HARVEY, 2011, p. 108).

Seria essa dinâmica que criaria os espaços geograficamente diversos e interligados ao processo de acumulação. Na miríade de formações geográficas, níveis diferenciados de controle do dinheiro, da produção e da circulação de mercadorias. São esses desníveis que permitem a apropriação diferenciada do excedente global e estimulam a expansão e renovação dos espaços construídos por toda parte, bem como a destruição dos espaços excedentes e inúteis. A diversidade geográfica do capitalismo é, portanto, uma necessidade da acumulação, sendo constantemente criada e recriada (HARVER, 2011, pp. 132-133).

Mas mesmo essa diversidade pode representar um obstáculo à valorização do capital

“O mapa administrativo do mundo representa uma hierarquia de unidades territoriais que existem em uma variedade de escalas geográficas (do bairro urbano ao bloco do poder global) e essas unidades, construídas socialmente, fornecem um contexto para ação e conflitos geopolíticos e geoeconômicos. As fronteiras que então são construídas muitas vezes formam barreiras ao movimento. Os Estados tanto atrapalham quanto facilitam o movimento geográfico do capital” (HARVEY, 2011, p. 158).

E não só as estruturas administrativas estatais. Mas todo tipo de arranjo institucional, de concepções mentais, de sistemas de produção, de modos de vida, de relações sociais, de formas tecnológicas e organizativas, que cada um dos Estados comporta em seu território, que podem funcionar tanto como promotoras como desestimuladoras do processo de acumulação. O território nacional e o Estado funcionam como recipientes do processo de acumulação, mediante a garantia de todos esses arranjos (HARVEY, ENIGMA, 2011, p. 160).

Embora não possa determinar as esferas de atividade do processo de acumulação, há um grau de autonomia para o Estado territorializar os arranjos institucionais e administrativos receptores da acumulação. O sucesso desse esforço é medido de acordo com o grau de captação dos fluxos de capital, da capacidade de criação de condições favoráveis ao capital e da estabilização desse processo com o tecido das relações sociais. Quanto maior for o fluxo que ele consegue captar e inverter

para dentro de seu território, maior é o seu sucesso (HARVEY, ENIGMA, 2011, p. 161).

O aspecto contraditório do papel soberano do Estado reside no fato de que ele, para conseguir capturar o fluxo de capital, precisa abdicar de parte de sua soberania ao capital. Assim, o regime de propriedade privada, de propriedade intelectual, os regimes de execução de contratos, a liberdade de circulação do capital, a liberdade individual, etc., são pressupostos do funcionamento dos arranjos institucionais e administrativos de cada Estado. São eles que garantem certa estabilidade e previsibilidade ao processo de acumulação. A necessidade de governança se impõe para garantia da acumulação, ainda que à força. E no limite, o ambiente regulatório do capital em cada Estado acaba por ser dado, no plano interno, pela intensidade da luta política em torno da produção e distribuição da riqueza (HARVEY, ENIGMA, 2011, p. 162-163).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo, discutimos como as formas do valor produzidas a partir da exploração do trabalho assalariado se desenvolvem e se multiplicam a partir de uma relação tensa, coordenada em usos, tempos de valorização e espaços construídos pela forma mais geral do poder social, extraída da propriedade privada sobre enormes massas de capitais, que vem a ser denominada capital portador de juros. Vimos como esse poder se aninha no sistema de crédito e de gestão da moeda, equalizando taxas de lucro e delimitando os termos da concorrência.

Partindo dessas premissas, visitamos as considerações de David Havey sobre o papel que a tecnologia desempenha para a continuidade do processo de acumulação. Em primeiro lugar, serve para aumentar a produtividade do trabalho diminuindo o tempo socialmente necessário de produção e, ao lado disso, recompor a oferta de mão de obra e tornar elásticas as margens de exploração relativa e absoluta do trabalho. Mais do que o fetiche da máquina, a tecnologia, para cumprir tais finalidades, envolve a existência de processos de produção, de divisão do trabalho de quantidades e qualidades diversas, cadeias de comando, hierarquias, métodos de gerenciamento e mecanismos de operacionalidade. Por essa perspectiva, a tecnologia seria produto não da inventividade de capitalistas individuais, como proporião as teorias apologéticas do capitalismo, mas o resultado objetivo da interação contraditória entre forças produtivas, relações sociais de produção e concepções mentais.

O impulso do capitalista criativo só teria espaço diante de condições objetivas abertas pela capacidade financeira e organizativa dos agentes econômicos. Pois é a capacidade financeira dos agentes privados que determina o tempo de renovação do maquinário. Os preços de aquisição, o lucro gerado e o preço de substituição são dados pela capacidade do sistema financiar novas tecnologias com emprego produtivo. Aqueles que não conseguem acompanhar o tempo de renovação, sempre tendente ao menor prazo, são eliminados da competição por não suportarem os custos da produção e os preços dos concorrentes mais equipados.

Com isso, um processo de monopolização e oligopolização toma conta das estruturas industriais. As corporações assumem estratégias de administração

financeira, manobrando, por meio de fusões, aquisições e alienações de bens patrimoniais, etc., massas de capitais que servem ao redimensionamento produtivo e à eliminação de custos. As novas configurações competitivas cercam o campo das atividades econômicas por meio de barreiras à entrada de agentes menos capacitados financeiramente. Em suma, a centralização produtiva proporciona a mitigação da desvalorização relativa do capital fixo, pela regulação competitiva e pela equalização da taxa de lucros, assumindo parte da coordenação do tempo de valorização dos capitais acumulados. A reestruturação cumpre, assim, a função de comportar e racionalizar os usos dos excedentes monetários vindos da produção. Por esse modo, o capital industrial consegue operar com maior rigor a necessidade de renovação tecnológica para reconstituição da oferta de mão de obra e restauro das taxas de exploração de mais valor.

O controle do tempo de renovação tecnológica também conta com a participação essencial do Estado, que regula o desenvolvimento tecnológico por meio de diversos arranjos jurídicos. Seria esse o papel das leis de patentes, do financiamento à pesquisa básica, etc.. Para o autor, o desenho institucional e normativo do Estado reflete a necessidade desse ente garantir algum grau de estabilidade ao processo de acumulação. No caso específico da tecnologia, explicou-nos que se a sua produção fosse desenfreada, as relações sociais sobre as quais se apoia a acumulação seriam desfeitas, deslocando o sistema para os limites da sua própria existência.

Os mecanismos de estabilização da produção de tecnologia se dissolvem, porém, quando os mecanismos de valorização financeira penetram as estruturas corporativas. A assunção da sociedade anônima pelas corporações facilita o processo. O lançamento de títulos financeiros garantidos por rendimentos futuros alavanca a emissão financeira e intensifica a expansão da plataforma produtiva pelos industriais. A inversão do sistema de créditos junto ao mercado de capitais impulsiona essa dinâmica para além da capacidade do sistema consumir as mercadorias produzidas.

Até o ponto da superacumulação, os capitais vão penetrando investimentos que reescalonom as dimensões espaço temporais da produção e da circulação de mercadorias. Os excedentes produzidos pelos circuitos produtivos são invertidos em infraestruturas físicas e sociais, que levam maior tempo de retorno. Espacialmente, o excedente em capitais e mercadorias busca novas regiões geográficas

para absorvê-los, pelo consumo e pelo investimento em novas instalações produtivas, fixando e alastrando as formas capitalistas de produção alhures. Como no caso da renovação tecnológica, o que a compensação espacial dos excedentes também serve à formação de novos exércitos de reserva de mão de obra, para reconstituir os termos de exploração. E assim como acontece com a renovação tecnológica, a construção de novas regiões está orientada pelos tempos de rotação do capital portador de juros aninhado nos centros financeiros da acumulação.

Desse modo, o processo de acumulação central aumenta seu raio de influência, construindo e articulando configurações geográficas diversas aos seus fluxos de valorização. A integração de outras regiões produz um desenvolvimento geográfico desigual, que posiciona hierarquicamente as nações na apropriação do trabalho abstrato mundialmente produzido, premiando os territórios que concentram infraestruturas mais equipadas para o menor tempo de valorização do capital e de circulação de mercadorias.

Os arranjos institucionais têm peso decisivo para essa configuração, pois são eles que servem à vinculação da produção local e particular à apropriação do trabalho abstrato no cenário mundial. Em especial, são os sistemas financeiros e monetários de cada Estado que designam sua posição na participação do excedente global. A sua posição relativa é refletida pelo grau de influência sobre as instituições financeiras internacionais e sobre o manejo da medida de valor internacional.

Cedo ou tarde, porém, a relativa estabilidade desses arranjos é confrontada por um estado de superprodução, com excesso de maquinário, capacidade instalada, empregos, mercadorias, títulos financeiros. Enquanto os lucros já estão fortemente comprimidos pelo aumento dos salários provocado pela redução da oferta de mão de obra, bem como pelo pagamento de juros dos empréstimos tomados. Os sinais são ignorados e a especulação financeira sobre os títulos financeiros representativos de rendimentos futuros toma a dianteira do crescimento, descolando o sistema financeiro do sistema monetário e forçando a marcha de uma acumulação sem correspondente com a produção de valor.

No auge da especulação, as bases para uma futura expansão são montadas. Novos padrões tecnológicos e novas escalas temporais e geográficas de valorização do capital estão constituídas. Os arranjos institucionais já estão pré-moldados, aguardando a destruição das estruturas inertes para o seu pleno

funcionamento. Irrompida a crise, desencadeia-se a destruição do excesso de plataformas produtivas, títulos financeiros, mercadorias, empregos, moeda. Do ponto de vista geográfico, a crise dá largada à competição estatal pelo deslocamento dos processos de desvalorização e destruição para outros territórios. A posição relativa de cada Estado na hierarquia do sistema financeiro e monetário mundial dirá quais são as suas possibilidades de conter a pressão externa de desvalorização. Em outras palavras, conta o grau de coordenação da rotação do capital em circulação mundial e nacional que consegue administrar a partir de seus aparatos estatais.

O pressuposto da análise de Harvey é de que o circuito de valorização do capital está sempre articulado com o mundo. As regiões do capitalismo estão sempre sendo construídas a partir de um centro de acumulação, que o faz para compensar os excedentes de capitais que administra. Daí a relevância de uma arquitetura institucional financeira capaz de administrar o circuito mundial. Por esse aspecto, as condições para que um sistema se mantenha fechado dependem de um conjunto de situações que dificilmente sustentam por muito tempo. Para que isso seja possível seria preciso que as plataformas produtivas, as tecnologias, os mecanismos de distribuição, as formas de consumo, as quantidades e qualidades de mão de obra e infraestruturas físicas e sociais necessárias compusessem um todo coerente. Mas que necessariamente extravasa em função das tensões inscritas no processo de acumulação.

A perspectiva de Harvey nos serve como paralelo à perspectiva tratada no capítulo seguinte. No Capítulo II, vimos inicialmente como as primeiras teses de superação do subdesenvolvimento formuladas por Celso Furtado continuam a inspirar os formuladores de políticas públicas no Brasil, em especial aqueles responsáveis pelas políticas de estímulo à produção tecnológica que registraram suas concepções e aspirações no texto da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação de 2011-2014, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Nesse documento, identificamos o mesmo diagnóstico de Furtado, de que, para construir uma sociedade próspera, justa e soberana, é preciso constituir uma base econômica nacional dinâmica, articulada com um processo endógeno de inovação tecnológica.

Identificamos também que esse diagnóstico remete às primeiras interpretações do autor sobre o desenvolvimento industrial brasileiro, que carecia de reformas estruturais internas para poder avançar sobre bases mais modernas de

acumulação industrial. Vimos como o par antitético arcaico/moderno serviu a Furtado para descrever a insuficiência dinâmica do desenvolvimento industrial brasileiro, que não alcançava o patamar da autonomia econômica em razão dos limites impostos pelas estruturas arcaicas no plano interno, herdadas do período de dependência colonial. No centro dessas considerações, a renitência da grande propriedade fundiária explicaria um uso pouco adequado da terra, que impediria que se produzissem alimentos mais baratos para diminuir os custos da mão de obra empregada na indústria.

Quando formulada, a dualidade arcaico e moderno também compunha o quadro de explicações sobre a divisão das tarefas produtivas entre as diversas nações. O arcaico e o moderno serviriam para interpretar uma realidade que contradizia as ideias ricardianas da *Teoria das Vantagens Comparativas*, que defendiam a propensão natural de algumas nações a se especializarem em atividades industriais, enquanto outras deveriam ser exportadoras de produtos primários, para o bem da coletividade. Reagindo ao confinamento ideológico das elites locais, Raul Prebisch formulou a *Teoria da Deterioração dos Termos de Troca*, pela qual denunciava que as diferenças qualitativas entre as atividades produtivas ocultavam uma vantagem quantitativa percebida pelos países industrializados, cujos produtos teriam sempre maior valor que os produtos dos países exportadores de produtos primários.

Desses diagnósticos, surgia a noção de Centro do sistema capitalista e sua Periferia. Entre as nações do Centro e as da Periferia do sistema, uma divisão internacional do trabalho que relegava à cada nação uma estrutura produtiva diferente, que lhes impunha uma desigualdade na apropriação do excedente global, refletindo em níveis de vida superiores no Centro, e dependência da Periferia em relação ao Centro.

Essas reflexões serviram à formulação de uma rota de saída, uma via que poderia ser tomada pelos países periféricos para a superação da desigualdade: o desenvolvimento das forças produtivas pela industrialização. Surgem as *Teorias do Desenvolvimento*, grande parte delas influenciada por pensadores do século XIX, como Friederich List, que propugnava a formação dos sistemas econômicos nacionais, com desenvolvimento industrial e formação do mercado interno. Era o que animava Furtado em “*Formação Econômica do Brasil*”, publicado em 1959, quando a Periferia já galopava sobre o processo de industrialização e sonhava alcançar o patamar de riqueza e bem estar das nações centrais.

Com o passar dos anos, a via do desenvolvimento tomada pela Periferia industrializada começava a mostrar certas distorções com relação ao padrão de desenvolvimento do Centro. Dentre as anomalias do desenvolvimento periférico, a aparência de um tecido social problemático que cobriria o espaço urbano com miséria e violência. Não constava nas Teorias do Desenvolvimento tal possibilidade. Para explicá-la, suscitou-se a referida dualidade para reivindicar a superação das persistentes ‘estruturas arcaicas’, que obstaculizavam a expansão industrial e a absorção civilizatória dos trabalhadores precarizados ao sistema produtivo.

Em paralelo à renitência arcaica, as fragilidades da rota desenvolvimentista periférica também eram sentidas por debilidades do próprio processo industrializante. A desigualdade era agora sentida no domínio do conhecimento tecnológico, pelo monopólio das técnicas mais avançadas de produção, que não estavam à disposição da Periferia e limitavam a expansão industrial, provocando tensões estruturais, especialmente sentidas na desvalorização da moeda. Desta vez, as explicações identificariam dentre as causas das diferenças entre o Centro e a Periferia do sistema o monopólio da tecnologia pelas nações do Centro, que confinavam o melhor aparato tecnológico e a produção do conhecimento às suas fronteiras.

Mas o tempo transcorreu e a industrialização periférica contou com a participação de grandes grupos transnacionais, que aportavam tecnologias com baixos custos para cá, aumentando o ritmo de expansão da indústria, sem que isso significasse a cura das mazelas do tecido social urbano.

Forjou-se a *Teoria do Subdesenvolvimento* para indicar a combinação de atividades produtivas avançadas, no campo e na cidade, intensivas em capital, com um tecido social marcado pela alta desigualdade. Por ela, buscava-se reequacionar a dualidade Centro e Periferia, identificando formas mais abstratas de dominação, percebidas pelo domínio de redes de distribuição, de mercados financeiros, de monopólios tecnológicos, que não necessariamente poderiam ser resolvidos pela territorialização das atividades produtivas, como já denunciava o processo de industrialização associado. Como rescaldo da primeira dualidade, da necessidade de superação do arcaico pelo moderno, remanescia na *Teoria do Subdesenvolvimento* o

papel do Estado como ator principal na luta pela superação do atraso do subdesenvolvimento.

Remanesce também a noção de que o desenvolvimento nacional poderia ser alcançado por um processo autônomo, onde se pressupunha o funcionamento de um circuito fechado de valorização do capital, aos termos das fronteiras nacionais.

No entanto, as transformações da década de 1970 estabeleceriam novas possibilidades de desvinculação entre propriedade e posse, pela constituição de uma esfera financeira internacionalmente integrada, alterando o funcionamento dos instrumentos de circuito fechado para um circuito aberto, e permitindo que o excedente produzido localmente pudesse ser desviado livremente para a esfera internacional.

Tomando o necessário envolvimento da esfera financeira com o desenvolvimento industrial, infraestrutural e tecnológico, poderíamos tecer dois comentários sobre a lógica de extração do excedente social por meio da renda para tratar da *Teoria do Subdesenvolvimento*.

Em primeiro lugar, parece-nos que tanto a abordagem de Furtado sobre a apropriação do excedente social sem a aparência do conflito, por meio de alugueres e juros, quanto a teoria do feudalista capitalista de David Harvey, ambas discutidas ao final do Capítulo II, poderiam ser utilizadas para confirmar, em certa medida, a ideia de unidade entre arcaico e moderno proposta por Francisco de Oliveira.

Façamo-nos mais claros: dentre as justificativas apresentadas por Furtado para explicar as insuficiências do desenvolvimento industrial, registrava-se o latifúndio como estrutura renitente do período colonial, que impediria um aumento da produtividade agrícola. Por essa linha de raciocínio, a produção de gêneros alimentícios com baixa intensidade de capital não permitiria aumentar a produtividade do campo e diminuir os custos de vida do trabalho, o que manteria o salário mínimo em patamares altos. O impacto disso seria sentido pela perda da dinâmica industrial, que sofreria um rebaixamento dos lucros.

No sentido contrário, vimos que as ponderações feitas na “*Crítica à Razão Dualista*” enxergavam a coexistência entre arcaico e moderno como necessária para a constituição de exércitos de reserva industrial urbanos, desenvolvimento de atividades exportadoras e produção de gêneros alimentícios, o que deu base para Oliveira sustentar não haver insuficiência do processo industrializante, mas sim uma virtuosa implementação de um regime de acumulação industrial, cujo fundamento

principal se encontrava na reunião de uma vasta mão de obra barata para garantir largas margens de extração de mais valia.

Pelas formas de apropriação do excedente social pela mera titularidade da propriedade descasada da posse, poderíamos nos questionar se a renitência de propriedades agrícolas com uso de técnicas rudimentares não seria uma situação conjuntural que denotaria um grau de baixa integração da economia com a esfera financeira. Em outras palavras, o uso da terra e o emprego de técnicas refletiriam, em alguma medida, as exigências de rendimento estabelecidas pela esfera financeira. Quanto mais intensa fosse essa relação, maiores seriam as exigências por usos mais produtivos e intensivos em capital; e quanto menor ou inexistente, menores os estímulos para produção e emprego de capital. Vimos que o avanço da industrialização associada ao capital estrangeiro no Brasil daria conta de tornar o campo outrora atrasado em altamente produtivo, pois houve um ingresso inédito de capitais no país.

Por essa linha de argumentação, todo o circuito produtivo industrial e agrícola somente se desenvolveria se recebesse tal estímulo a partir da esfera financeira. Se assim for, o primeiro aspecto a ser considerado para os limites do desenvolvimento econômico nacional autônomo são as condições de financiamento do processo de industrialização brasileiro.

Tomemos do fim para o início. Dado momento do desenvolvimento industrial brasileiro, a tensão entre setor exportador e setor industrial era sentida pelas quantidades e pelos usos das cestas de divisas internacionais. Com relação aos usos, competia-se pelas divisas para compra de maquinário de ponta ou para dispêndio em mercadorias de luxo. Além de criar possibilidades para o aumento da produtividade industrial, essas divisas eram também utilizadas para manter a fixação do câmbio desvalorizado, que na prática erigia uma enorme barreira protecionista em proveito da indústria nacional e da conservação da renda do setor exportador.

Como a cesta de divisas era quantitativamente limitada, o desenvolvimento industrial alcançava certa etapa em que não podia mais contar com a renovação do parque produtivo, o que o forçava a funcionar à plena capacidade. Sua expansão se dava sem aumentos de produtividade, e isso, no conjunto, aumentava os custos operacionais da atividade. As políticas de crédito público garantiam por certo tempo o financiamento da expansão industrial. Mas foi em especial o mecanismo de reajuste de preços que garantiu um fluxo de caixa dos industriais e manteve o nível de investimentos, funcionando na prática como autofinanciamento.

Essa estratégia encontrava um teto quando os preços internos se elevavam relativamente aos preços externos, a ponto de chegar em um patamar de equivalência que reestimulava a importação, que Oliveira chamou de ‘dessubstituição’. Quando isso acontecia, mais uma vez a roda do financiamento completava sua volta e reabria o problema da expansão industrial brasileira: quantas divisas estariam disponíveis para a importação e de que modo seriam utilizadas. Ou seja, quais esforços o setor exportador teria de fazer para comportar as necessidades do setor industrial? Dito de outro modo, qual intensidade do impulso externo do comércio internacional seria suficiente para alavancar a indústria interna?

Na verdade, desde o início da industrialização o que garantiu o seu financiamento foram as divisas do setor exportador. Ainda que as políticas de câmbio desvalorizado inicialmente servissem à preservação da renda desse setor, essa política só se viabilizou porque de fato havia divisas acumuladas para ancorar uma moeda de tal maneira desvalorizada. Foi isso que criou um ambiente propício para a inversão dos excedentes da exportação para as novas atividades lucrativas apresentadas pela industrialização.

O deslocamento do centro dinâmico do mercado externo para o mercado interno, todavia, não alcançou maturidade suficiente para se desvincular do setor externo. Ao final, as divisas providas do comércio externo ainda determinavam o grau de desenvolvimento industrial interno, porque garantiam um coeficiente de importações.

Do ponto de vista dos industriais, a necessidade de financiar a expansão parece ter absorvido todos os seus esforços, no sentido de preservar a taxa de lucro, fosse pela aquisição de maquinário externo, fosse administrando preços em ascensão. Primeiro, utilizava-se a cesta de divisas para modernização da plataforma industrial. Exaurida a fonte, a pressão dos custos de produção era transferida para os preços. A desvalorização da moeda nacional funcionava, em contrapartida ao limite de moedas internacionais, como expediente de apropriação da riqueza.

A todo momento, portanto, o agente privado lutou contra a diminuição de seus ganhos, fosse pelo aumento de produtividade, fosse pelo aumento de preços. Pressão para que operasse as duas estratégias não lhe faltaram, afinal se tratava de uma questão de sobrevivência. Assim, se as condições objetivas para diminuição de gastos estavam colocadas, porque ao lado das estratégias de autofinanciamento não houve estímulo suficiente para que o gênio criativo produzisse tecnologia, para preservar a taxa lucros?

Uma das respostas poderia ser encontrada no entendimento de Oliveira sobre a industrialização periférica, que ele classifica como ‘tardia’. Para o autor, o aporte de tecnologia importada transpunha para a plataforma nacional um acúmulo tecnológico que queimaria etapas, aumentando os desníveis de rendimento entre os diversos setores da indústria. As diferenças de retorno de investimento impossibilitariam maiores esforços por parte dos agentes privados no sentido de desenvolver tecnologia, porque antes que pudessem investir, seus preços já estariam impraticáveis frente aos dos concorrentes equipados.

O que se está a destacar por meio dessas considerações é o fato de que as insuficiências da dinâmica industrial periférica, embora diagnosticassem um atraso tecnológico, tinham como causa principal a capacidade de financiamento insuficiente para superar esse atraso, que permitisse um desenvolvimento tecnológico autônomo.

Como vimos, a via assumida desde o governo de Juscelino Kubitschek foi o financiamento estatal e a associação ao capital internacional. A partir daí, a transferência tecnológica pelos grupos transnacionais desocupou o expediente das divisas acumuladas pelo setor exportador, e permitiu novo fôlego para a expansão industrial. Nas considerações sobre o capitalismo pós nacional, Furtado problematiza as consequências do ingresso dos grupos industriais internacionais e da rede bancária internacional para a formação do sistema econômico nacional periférico. O controle internacional de fluxos de capitais pelas transnacionais industriais e bancárias subtraiu dos bancos centrais a autonomia para a criação de liquidez. Como efeito, os centros nacionais de decisão perderam seu poder de ordenação da economia. Mais, a coordenação exógena do processo de acumulação se consolidou com a subordinação das finanças estatais por meio das dívidas externas e internas, que garantiram a remuneração do capital financeiro. Para a Periferia, a autonomia do desenvolvimento se perdia com a internacionalização de seus circuitos financeiros, monetários e comerciais.

Essas mudanças levaram Furtado a concluir que a racionalidade econômica referida no marco nacional deixara de servir como parâmetro para compreensão do processo de reprodução do capital. O aparato regulatório à disposição do ativismo estatal estava agora subordinado à remuneração das finanças internacionais, o que distanciou o Estado dos objetivos globais que inicialmente inspiraram a criação do instrumental normativo e institucional da política econômica. As margens das políticas fiscal, monetária e cambial estavam comprimidas. Em outras palavras, o primado da política sobre a econômica, tal como concebido por John Maynard Keynes,

havia sido superado pela constituição de uma esfera financeira internacional sob controle dos grandes bancos e empresas privados.

Que forma teria então tomado a herança do aparato teórico e instrumental de Keynes?

No Capítulo III, iniciamos a reflexão apresentando a noção de regime de acumulação, formulada pela Teoria da Regulação de Robert Boyer. Por esse autor, estabelecemos um quadro comparativo entre o período que vai de 1945 a 1971 e o de 1971 em diante. O primeiro período é marcado pela existência de um arranjo regulatório característico do que o autor denomina regime de acumulação fordista, fortemente vinculado ao controle da circulação de capitais, à produção da moeda pelo Estado e à manutenção dos estímulos ao crescimento e à distribuição de renda pela ação estatal. Nele, está inscrita a Economia Política keynesiana que inspira Furtado. A arquitetura institucional desse período teria sido transformada, a partir de 1971, para constituir um regime de produção privada da moeda, com ampla circulação de capitais e com estímulo ao crescimento pelos mecanismos de mercado, que o autor denomina regime de acumulação predominantemente financeira ou financeirizado. Neste, estão desnaturadas as vinculações entre instrumentos de política econômica e objetivos perseguidos pelo Estado.

As explicações necessárias para elucidação das particularidades desses dois regimes foram apresentadas na narrativa histórica dos processos de transformação da economia mundial a partir dos eventos desencadeados na década de 1970. Vimos como a regulação financeira montada nos Estados Unidos em 1930 foi progressivamente transformada a partir da década de 1950, inicialmente por estímulo das políticas de expansão monetária do Governo norte americano. Sob controle da rede bancária transnacional norte americana, o volume excedente de moedas em circulação internacional foi progressivamente sendo organizado por um mercado de capitais privado, localizado em Londres, que abriu as possibilidades para a especulação sobre os regimes de câmbio fixo das economias nacionais.

Com o aumento da taxa de juros pela Reserva Federal em 1979, esse excedente concentrado foi se aninhar dentro do território norte americano, permitindo a formação de conglomerados financeiros, que transformaram o modo de funcionamento da economia norte americana e abriram uma nova agenda de valorização do capital para todo o mundo. A ascensão dos fundos de investimento e de pensão capazes de mobilizar enormes quantias de capital revelavam o aprofundamento da desregulamentação do

setor financeiro e o aceleração do processo de integração setorial, territorial e jurisdicional do mercado de capitais. O impulso do mercado norte americano levaria as demais economias capitalistas pela mesma via de desenvolvimento, subordinando todas elas ao livre fluxo de capitais e ao pagamento de dívidas pelos Estados.

Vimos também que, para Robert Brenner, as origens das tensões que levaram à ascensão da uma esfera financeira privada mundialmente integrada se encontrariam no esgotamento do padrão tecnológico norte americano, registrado a partir do confronto concorrencial com as grandes empresas japonesas e alemãs. A saída para o financiamento de déficits comerciais e de pagamentos por meio da emissão de moeda reforçou as vias de ascensão da esfera financeira. Segundo Brenner, o amadurecimento do mercado financeiro mundial se concretizou na década de 1990, com o enquadramento definitivo das finanças públicas para remuneração financeira privada.

Dentre as definições que encontramos para descrever o novo modo de acumulação, sublinhamos a mudança do regime de finanças administradas para o regime de finanças privadas, com base material na integração financeira mundial e na subordinação dos instrumentos de políticas públicas ao rendimento financeiro, notadamente pelo pagamento da dívida pública. No tocante aos grupos industriais, a substituição da lógica de expansão produtiva pelas estratégias de rendimento financeiro. Tais mudanças redefiniram as margens espaciais e temporais da valorização do capital, ora redimensionadas das constrições nacionais para a coordenação financeira mundial. A nova configuração também compreendeu a recorrência de processos especulativos em períodos mais curtos de tempo, com impactos sobre o plano da economia mundial.

Do ponto de vista da produção de tecnologia, vimos que a constituição do regime de acumulação predominantemente financeiro influenciou as políticas de financiamento de longo prazo e modificou a percepção dos ganhos territoriais de produção tecnológica. Em primeiro lugar, narramos que a emergência da esfera financeira mundial e a consolidação dos grandes grupos transnacionais modificaram as margens concorrenciais, acelerando o tempo de vida de produtos e aumentando a pressão pela sofisticação de processos de produção. Daí a inovação ter ganhado espaço dentre as estratégias estatais e corporativas, no sentido de comportar a necessidade de abertura de novos mercados e de restauração das margens de lucro.

No plano do mercado financeiro, novas fontes de financiamento foram desenvolvidas para atender essas necessidades de curto prazo. O que se convencionou chamar de capital de risco ou *venture capital* constituiu uma resposta do mercado

financeiro para a demanda de empresas iniciantes criadas para a plataforma de produção tecnologia de fácil mercantilização. No tocante ao investimento público de longo prazo, houve, de modo geral, uma diminuição dos gastos em razão das políticas de austeridade orçamentária, das políticas macroeconômicas e fiscais deflacionárias, articuladas para o pagamento da dívida pública. O impacto dessa compressão das fontes públicas de financiamento foi acompanhado pela ampliação do ensino superior de massa e pela adoção de critérios e estratégias mercantis pelas próprias universidades e centros de pesquisa.

A produção de tecnologia pelas grandes corporações, por sua vez, também sofreu modificações. Os investimentos corporativos assumiram como parâmetro os horizontes temporais das valorizações acionárias, o que tornou a inversão em pesquisa e desenvolvimento desinteressante do ponto de vista do rendimento financeiro, reduzindo o horizonte do conhecimento a ser explorado. Para viabilizar um retorno mais rápido do capital investido, pequenas empresas que orbitam em torno dessas grandes corporações oferecem melhores condições para fracionar o processo de desenvolvimento e garantir retorno em prazo menor para os investidores. É essa miríade de pequenas empresas que se associa tanto ao capital corporativo quanto ao capital de risco do mercado financeiro.

Essas mudanças gerais no regime de acumulação e nas modalidades de produção de tecnológica no plano mundial também afetaram as estratégias brasileiras de constituição de um Sistema Nacional Ciência, Tecnologia e Inovação. Inicialmente pensado para estar integrado à plataforma industrial e constituir uma estrutura de produção tecnológica endógena, a infraestrutura social da pesquisa e desenvolvimento tomou um rumo diferente com o esgotamento da estratégia de substituição de importações. Em meados da década de 1980, a crise da dívida assolava as finanças públicas e atacava o financiamento das infraestruturas sociais. Constatava-se nesse período que o sistema montado em trinta anos não estava suficientemente integrado à plataforma industrial, a ponto de garantir a autonomia do desenvolvimento tecnológico.

Ao final da década de 1990, a disciplina das finanças públicas para o pagamento da dívida pública, bem como as medidas de adequação ao novo regime de acumulação, com integração às praças financeiras mundiais, aderência aos tratados de comércio da OMC, aos tratados de propriedade intelectual, privatização de empresas públicas, adoção do regime de câmbio flexível, etc., suplantaram as estratégias autonomistas. O Estado brasileiro assumiu, por essa época, a orientação da promoção da

competitividade, com produção de tecnologia para competição em mercado mundial, dando maior ênfase à inovação.

Uma das formas desenvolvidas para garantir a consecução dessa estratégia foi a criação de fundos setoriais. A ideia inicial era de proteger os recursos para financiamento de pesquisa e desenvolvimento das contingências de pagamento da dívida pública, o que se tornou inviável com a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/00). No mesmo sentido de aumentar a produção de tecnologia para a promoção da competitividade, foram desenvolvidos novos arranjos institucionais pela aprovação da Lei de Inovação (2004), que permitiu a articulação entre empresa, universidade e centros de pesquisa, e a Lei do Bem (2005), que estabeleceu um mapa fiscal de isenções para as empresas que dedicassem recursos à pesquisa e ao desenvolvimento. Também emergiram estratégias de financiamento pelo mercado de capitais, notadamente nas modalidades de capital de risco. Essas transformações são recentes e apontam para uma evolução do Brasil no quadro da produção tecnológica mundial. No entanto, como é possível apreender das imagens apresentadas no Capítulo III, item 3.2, os esforços nacionais ainda estão aquém das médias alcançadas pelas economias mais desenvolvidas.

Ao final do capítulo, procuramos demonstrar, pelo viés da Economia Política de David Harvey, como a atuação estatal está vinculada às exigências do processo de acumulação em âmbito nacional e internacional. E em que medida as estratégias autonomistas encontram limites, desde a sua concepção, na capacidade financeira garantida pelo elo entre Estado e finanças privadas. Na visão do autor, a produção de infraestruturas físicas e sociais pelo Estado, por meio do Direito, está atrelada às necessidades temporais e geográficas da circulação de mercadorias e, embora representem custos à valorização, servem como condição para que ela aconteça.

Em um regime de finanças privadas e mundialmente integradas, as estratégias desenvolvimentistas de construção de infraestruturas sociais para vinculação com o processo de valorização mundial do capital atrelam a racionalidade do Estado às exigências de valorização, temporalidade e espacialidade do capital coordenado pelo centro do processo de acumulação. Em última instância, pelo capital portador de juros administrado pelas finanças das economias centrais. As margens de autonomia nacional estão dadas pelas reservas de divisas internacionais, bem como pela elasticidade temporal das políticas de crédito. No caso do crédito, as margens estão contidas pela quantidade de divisas internacionais. Estas, por sua vez, não estão sob controle estrito

dos Estados, uma vez que agentes do sistema financeiro estão habilitados e têm capacidade para mobilizar volumosas quantias de capital monetário. A capacidade do complexo Estado-finanças de cada economia está, dessa forma, limitada pela liberdade dos agentes privados mobilizarem dólares para além da jurisdição nacional. E é a correlação entre o complexo Estado-finanças e agentes privados que posiciona uma economia nacional na escala da hierarquia internacional de controle financeiro.

Por esse viés, podemos dizer que a construção do SNCTI constitui um esforço de territorialização de uma infraestrutura social voltada à captura dos excedentes monetários internacionais, cuja construção depende da musculatura do complexo Estado-finanças privadas nacional para financiá-la ao ponto de atender as exigências do capital portador de juros coordenado pela esfera financeira mundialmente integrada. Seja pelo desenvolvimento de linhas de financiamento subsidiadas, seja pela formação de pesquisadores de alta especialização, seja pela possibilidade de arranjos jurídicos facilitadores da produção de propriedade intelectual, etc., os esforços estatais de promoção da produção de tecnologia atendem às necessidades de valorização do capital nacional e internacional. Esse novo enquadramento da acumulação, que transborda as fronteiras nacionais, desloca das estratégias territoriais periféricas a perspectiva da autonomia tecnológica.

De uma forma ou de outra, a produção de tecnologia, no atual regime de acumulação, está, portanto, vinculada aos processos de valorização financeira. Esse registro da Economia Política oferece para os formuladores estatais de estratégias autonomistas, que se baseiam na concepção keynesiana de um circuito nacional de valorização do capital, uma questão a ser respondida. Por essas reflexões, poderíamos inferir que, do ponto de vista material, a promoção da produção de tecnologia atende aos requisitos da valorização de capital no plano mundial, assim como a expansão industrial. O efeito distribuidor de renda, por essa estratégia, tende a ser mais favorável aos portadores de títulos financeiros que aos assalariados.

BIBLIOGRAFIA

- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Trad. Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos, 2 ed., Petrópolis, RJ : Vozes, 1997 (Coleção Zero à Esquerda).
- _____. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Trad. Vera Ribeiro; revisão e tradução César Benjamin – Rio de Janeiro : Contraponto . São Paulo : Editora UNESP, 1996.
- BERCOVICI, Gilberto; MASSONETTO, L. F. *A constituição dirigente invertida: a blindagem da constituição financeira e a agonia da constituição econômica*. Separata do *Boletim de Ciências Econômicas*, v. XLIX, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2006.
- BERCOVICI, Gilberto, *A atuação do Estado Brasileiro no Domínio Econômico*. In PINTO, Eduardo Costa; CARDOSO JR, José Celso & LINHARES, Paulo de Tarso (orgs.), *Estado, Instituições e Democracia: Desenvolvimento*, Brasília, IPEA, 2010, vol. 3, pp. 473-503.
- _____, *Constituição Econômica e Desenvolvimento – uma leitura a partir da Constituição de 1988*, Malheiros Editores Ltda., São Paulo, 2005.
- _____, *O ainda indispensável Direito Econômico*, in *Direitos Humanos, Democracia e República – Homenagem a Fábio Konder Comparato*, Editora Quartier Latin do Brasil, São Paulo, 2009, pp. 503-519.
- _____, Os princípios estruturantes e o papel do Estado, In *A Constituição brasileira de 1988 revisitada: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas econômicas e social* / organizador: José Celso Cardoso Jr. - Brasília : Ipea, 2009a, v.1, p. 255-291.
- BOYER, Robert, *Teoria da regulação – Os fundamentos*, trad. Paulo Cohen – São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- BRAGA, José Carlos de Souza, *Financeirização Global*, in *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*, TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (orgs.), Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BRAUDEL, Fernand, *A dinâmica do capitalismo*. Tradução de Carlos da Veiga Ferreira, Editora Teorema Ltda., Lisboa, 1985.
- BRENNER, Robert, *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Tradução de Zaida Maldonado. – Rio de Janeiro: Record, 2003.

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Do Estado patrimonial ao gerencial*. In Pinheiro, Wilhelm e Sachs (orgs.), *Brasil: Um Século de Transformações*. S. Paulo: Cia. Das Letras, 2001: 222-259.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. In “Cinquenta anos de pensamento na CEPAL”, vol. II, p. 495-519.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel, NOVAES, Fernando, *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. São Paulo; Campinas: UNESP; Facamp, 2009.
- CARVALHO, Fernando J. Cardim de, *Bretton Woods aos 60*, IE-UFRJ, Rio de Janeiro, 2011. fonte:
http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/bretton_woods_aos_60_anos.pdf
- CASTRO, Antônio Barros de, *No espelho da China*, 2008, fonte
http://www.gr.unicamp.br/ceav/content/pdf/pdf_textobrasilnoespelhodachina.pdf.
- _____, *Da semi-estagnação ao crescimento num mercado sino-cêntrico*, 2007, fonte:
<http://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2011/08/antc3b4nio-barros-de-castro-da-estagnac3a7c3a3o-ao-crescimento-em-mercado-sino-cc3aantrico.pdf>.
- CHANG, Ha-Joon, *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. Tradução de Luiz Antônio oliveira de Araújo – São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CHAUI, Marilena de Souza, *O que é ideologia*. 26ª Ed., Editora Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos)
- CHESNAIS, François, *A Mundialização Financeira: gênero, custos e riscos*, org. F. Chesnais, São Paulo, Xamã, 1998.
- _____. (2010). “A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital”. In: Chesnais, F. et alii, *Finança Capitalista*. São Paulo, 2005, Alameda Editorial.
- CHESNAIS, François, SAUVIAT, Catherine, *O financiamento da inovação no regime global de acumulação dominado pelo capital financeiro*, in *Conhecimento, sistema de Inovação e Desenvolvimento*, orgs. Helena M.

- M. Lastres, José E. Cassiolato e Ana Arroio – Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Contraponto, 2005.
- COMPARATO, Fábio Konder, *Ordem econômica na Constituição Brasileira de 1988*, in Revista de Direito Público n.º 93, janeiro-março de 1990, ano 23.
- COMPARATO, Fábio Konder, *O indispensável Direito Econômico*, in *Ensaios e Pareceres de Direito Empresarial*, Rio de Janeiro, Forense, 1978, 453-472.
- DULCI, Luiz, *Um salto para o futuro: como o governo Lula colocou o Brasil na rota do desenvolvimento*, São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013.
- GRAU, Eros Roberto, “A Ordem Econômica na Constituição de 1988, Malheiros Editores, São Paulo, 2004.
- FERNANDES, Florestan, *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, prefácio José de Souza Martins. – 5ª Ed. – São Paulo : Globo, 2006.
- FIORI, José Luis (org.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- FURTADO, Celso. *A economia latino americana: formação histórica e problemas contemporâneos*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007a.
- _____. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007
- _____. *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007b.
- _____. *Criatividade e Dependência na civilização industrial*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- _____. *O Mito do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- _____. *Prefácio à Nova Economia Política*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- _____. *O Brasil Pós Milagre*, 4ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- _____. *Transformação e Crise na Economia Mundial*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- _____. *Introdução ao Desenvolvimento – Enfoque histórico-estrutural*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.
- HADLER, João Paulo De Toledo Camargo, *Dependência e Subdesenvolvimento: a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em*

- Celso Furtado*, Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2009.
- HARVEY, David, *Condição Pós Moderna – Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*, Edições Loyola, Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, 23ª edição, São Paulo, 2012a.
- _____, *O enigma do capital e as crises do capitalismo*, tradução de João Alexandre Peschanski. – São Paulo, SP: Boitempo, 2011.
- _____, *O neoliberalismo: história e implicações*, tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves – 3ª ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2012b.
- _____, *O novo imperialismo*, tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. – 7ª ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2013a.
- _____, *Os Limites do Capital*, tradução de Magda Lopes – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2013b.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*,
- IPEA, *Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica no Brasil*, orgs. João Alberto de Negri e Luis Claudio Kubota, Brasília, IPEA, 2008.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia, o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. Vol. I, 3ª ed., trad. José Paulo Neto, São Paulo Nova Cultural, 1988, p. 5-33.
- _____, *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*, tradução revista por Aristides lobo – 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- LIST, Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política*. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1989. (Os economistas)
- MARX, Karl, *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*, São Paulo, Editora Paz e Terra S.A., 2002.
- _____, *Contribuição à crítica da economia política*, São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____, *Salário, preço e lucro*, tradução de Eduardo Saló, Bauru, SP, Edipro, 2004. (Série Clássicos Edipro)
- _____, *O Capital: crítica da economia política*, apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – 2ª ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1985: vol. I, pp. 43-121 (capítulos 1 e 2, Livro I) ; vol. IV: pp. 255-335

- (capítulos 21 a 27, Livro III); vol. V, pp. 9-72 (capítulos 29 a 33, Livro III). (Os economistas)
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, *A ideologia alemã, Feuerbach – A oposição entre as concepções materialista e idealista*, São Paulo: Martin Claret, 2006.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, *O manifesto comunista*, comentado por Chico Alencar. – rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- MASSONETTO, Luís Fernando. *O direito financeiro no capitalismo contemporâneo: a emergência de um novo padrão normativo*. Tese de Doutorado, FDUSP, 2006.
- MEDAUAR, Odete, *Controle da Administração Pública*, 2ª ed. rev. atual. e ampl., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.
- OLIVEIRA, Francisco de, *Crítica à Razão Dualista / O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.
- PAULANI, Leda, *A Autonomização das Formas Verdadeiramente Sociais na Teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo*, FEA-USP, São Paulo, 2009. fonte: <http://www.anpec.org.br/revista/aprovados/Autonomizacao.pdf>
- _____, *A utopia da nação: esperança e desalento*, in BRESSER PEREIRA, Luis Carlos (org.), *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*, São Paulo, Ed. 31, 2001, pp. 139-156.
- _____, *Celso Furtado e a dialética do desenvolvimento*, Boitempo, 2005. fonte Agência Carta Maior: http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/Celso_Furtado_dialetica_desenv.htm
- _____, *Renda e rentismo: hoje e nos tempos de Ricardo e Marx*, FEA USP, 2011. Fonte: <http://aihpezaragoza2011.files.wordpress.com/2011/11/leda-maria-paulani.pdf>
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 12. ed., 1972.
- _____. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

- PREBISCH, Raul. *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. In “Cinquenta anos de pensamento na CEPAL”, Rio de Janeiro/São Paulo, 2000. vol. I, p. 71-136.
- RODRÍGUEZ, Octávio, *O estruturalismo latino americano*, tradução de Maria Alzira Brum Lemos. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda, *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*, Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.
- SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda, *Brasil: Os impasses da formação*, IE UNICAMP, 1999.
- _____, *Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo*, IE UNICAMP, 2001.
- _____, *Furtado: a morte do último romântico*, IE UNICAMP, 2005.
- _____, *Prefácio a “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”*, IE UNICAMP, 2011.
- _____, *Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa*, IE UNICAMP, 2012.
- _____, *A atualidade da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado*, IE UNICAMP, 2013.
- _____, *Celso Furtado: um economista à serviço da nação*, IE UNICAMP.
- _____, *Furtado aponta diretrizes de novo modelo*, IE UNICAMP.
- SILVEIRA, Carlos Eduardo Fernandez da, *Desenvolvimento tecnológico no Brasil: autonomia e dependência num país industrializado periférico*. – Campinas, SP: Instituto de Economia da Unicamp, 2001.
- SINGER, André. *Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo*, Novos estud. – CEBRAP n.85, São Paulo, 2009.
- SCHAPIRO, Mario Gomes. *Novos parâmetros para a intervenção do Estado na economia: persistência e dinâmica na atuação do BNDES em uma economia baseada no conhecimento*, Tese de Doutorado, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2009.

-
- _____. *Política industrial e disciplina da concorrência pós-reformas de mercado: uma avaliação institucional do ambiente de inovação tecnológica*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2005.
- SCHAPIRO, Mario Gomes. *Banco de desenvolvimento, regulação e autorregulação: complementaridade regulatória no mercado brasileiro de risco*, In: *Direito e desenvolvimento: um diálogo entre os BRICS*, São Paulo: Saraiva, 2012, p. 259 – 301.
- SCHUMPETER, Joseph Alois, *A Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico*. Tradução de Maria Sílvia Possas. 3ª edição – São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os economistas)
- TAVARES, Maria da Conceição, *A retomada da hegemonia norte americana*, in *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*, TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (orgs.). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, pp. 27-53.